

O GT- BRASÍLIA NA TRAJETÓRIA DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA CAPITAL

Jéssica Gomes da Silva



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

O GT-Brasília na trajetória de
patrimonialização da capital

Jéssica Gomes da Silva

Brasília

2019

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Jéssica Gomes da Silva

O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília como parte do requisito à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Fernanda Derntl

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Elisabete de Almeida Medeiros

Linha de pesquisa: Patrimônio e Preservação (THC)

Brasília

2019

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Jéssica Gomes da Silva

O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília como parte do requisito à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Banca examinadora:

Presidente: Prof.^a Dr.^a Maria Fernanda Derntl – PPG-FAU/UnB

Membro interno: Prof. Dr. Oscar Luís Ferreira – PPG-FAU/UnB

Membro externo: Dr. Carlos Madson Reis – IPHAN/DF

Suplente: Prof. Dr. Eduardo Pierrotti Rossetti – PPG-FAU/UnB

BRASÍLIA, 11 DE MARÇO DE 2019.

Às minhas fontes de inspiração
Dona Celenita (*in memoriam*) e Dona
Olga (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Em dois anos, tantas coisas acontecem em nossas vidas e muitas pessoas passam em nosso caminho. Com isso, é possível afirmar que a minha lista de agradecimentos é diretamente proporcional a todo esse longo percurso. De antemão, gostaria de me desculpar por possíveis ausências e estender os agradecimentos àqueles cujos nomes não pude citar aqui, mas que colaboraram de diferentes formas.

Gostaria de agradecer, primeiramente, aos meus familiares, em especial aos meus pais, Ricardo e Doralice, pelo apoio incondicional, à Dona Celenita pela inspiração e ao meu querido irmão Marcelo.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Fernanda Derntl, pelas considerações e críticas sempre pertinentes. Também à minha coorientadora, Prof.^a Dr.^a Ana Elisabete de Almeida Medeiros, pela gentileza em me orientar já com a dissertação em andamento. Meu agradecimento também aos membros da banca Dr. Carlos Madson Reis e Prof. Dr. Oscar Luís Ferreira pelas contribuições ao longo das pesquisas e na banca. Agradeço também aos professores da Pós-graduação que contribuíram de diversas maneiras, compartilhando seus conhecimentos.

Um agradecimento especial aos amigos antigos e aos novos com os quais me deparei no ambiente da Pós-graduação. Também aos meus colegas de orientação, em especial Eduardo Soares, Carolina Canuto e Maritza Dantas. Um agradecimento sincero à minha conselheira em assuntos acadêmicos, Daniela Barbosa. Muito obrigada às minhas sócias e amigas Helen de Matos e Evelin Raquel Aliandro por entenderem a minha ausência. À minha irmã de coração Natália Maciel. E ao Lucas Amadeus por estar sempre presente, mesmo distante.

A todos os entrevistados que gentilmente me receberam e dividiram comigo suas memórias – Briane Bicca, Maria Elaine Kohlsdorf, Márcio Vianna, José Carlos Córdova Coutinho, Silvío Cavalcante, Walter Mello, Yeda Barbosa e Eurico Salviati.

Minha sincera gratidão a todos que me receberam nos arquivos em que pesquisei, no Arquivo Público do Distrito Federal, na Secretaria de Cultura do Distrito Federal, no IPHAN/RJ e também no IPHAN/DF – neste último, agradeço especialmente ao Thiago Perpétuo.

Agradeço também à Universidade de Brasília, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e à CAPES pelo apoio para que este mestrado se tornasse possível.

RESUMO

Esta dissertação aborda a trajetória do Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília a partir de suas pesquisas com vistas à salvaguarda da capital na década de 1980. O trabalho do GT-Brasília é observado com base em uma documentação primária coletada em arquivos da cidade e no apoio da bibliografia. Esse conjunto permitiu investigar a sua metodologia de pesquisa e a sua maneira de atuar diante do território do Distrito Federal. Como forma de contemplar essa trajetória, recorreu-se à análise dos pressupostos que deram origem ao seu modelo de preservação pretendido para Brasília, buscando problematizar o percurso realizado pelo Grupo até o momento de candidatura da capital a Patrimônio Cultural da Humanidade perante a UNESCO, em 1987. São cotejadas as diferentes temáticas discutidas, a começar pela perspectiva de seu funcionamento interno enquanto grupo de trabalho, observando inclusive seus antecedentes e matrizes teóricas. São abordadas as suas concepções no campo do patrimônio e a maneira como observaram o Distrito Federal além do Plano Piloto. Esse objeto, que foi reconhecido como o principal para a preservação, recebe atenção ao ter suas características e peculiaridades investigadas, ensejando uma proposta de preservação que considerasse as dinâmicas da cidade. Por fim, os encaminhamentos para o momento do reconhecimento de Brasília como patrimônio e a edição de normas de salvaguarda são discutidos a partir da ótica do GT-Brasília e como este se relacionava com outros atores que fizeram parte desse processo.

Palavras-chave: GT-Brasília. Patrimônio. Preservação. Brasília.

ABSTRACT

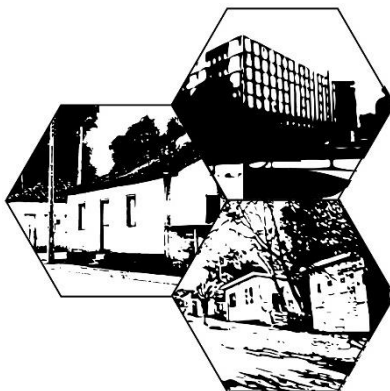
This dissertation studies the trajectory of the Working Group for the Preservation of the Historical and Cultural Patrimony of Brasília from its research to safeguard the capital in the 1980s. The work of GT-Brasília is observed on the basis of a primary documentation collected in the city's archives and the bibliography's supports. This set allowed to investigate its research methodology and its way of acting with the territory of the Federal District. As a way of contemplating this trajectory, were analyzed the assumptions that gave rise to its preservation model intended for Brasília, seeking to problematize the course carried out by the Group until the time of the capital's candidature to World Cultural Heritage to UNESCO, in 1987. We discuss the different themes, starting with its internal organization as a work group, we also observed its antecedents and theoretical matrices. The conceptions of the GT are approached in the field of patrimony and in relation to how they observed the Federal District besides the Pilot Plan. This object, which was recognized as the main for preservation, receives attention when having its characteristics and peculiarities investigated, searching a preservation proposal that considers the dynamics of the city. At the end, this study searches to observe the route until the moment of recognition of Brasília as patrimony, and the edition of safeguard norms from the perspective of the GT-Brasília and how it related to other actors who were part of that process.

Keywords: GT-Brasília. Patrimony. Preservation. Brasília.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
I. O PROBLEMA E OS CAMINHOS DA PESQUISA	10
II. O GT-BRASÍLIA NAS LEITURAS DO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO	20
1.1. ANTECEDENTES AO GT-BRASÍLIA	20
1.2. ALOÍSIO MAGALHÃES: SUA ATUAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO	30
1.3. AS DINÂMICAS INTERNAS DO GT-BRASÍLIA	37
1.3.1. A ESTRUTURAÇÃO DO GT-BRASÍLIA	38
1.3.2. MATRIZES TEÓRICAS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	50
CAPÍTULO 2 – O GT-BRASÍLIA: ABORDAGENS E METODOLOGIAS	57
2.1. O MODO DE CONCEBER O PATRIMÔNIO	57
2.1.1. A PESQUISA DE IMAGEM COM A POPULAÇÃO	65
2.1.2. A PAISAGEM DO DISTRITO FEDERAL	83
CAPÍTULO 3 – AS PREEEXISTÊNCIAS DA CAPITAL	98
3.1. ANTIGAS FAZENDAS	102
3.2. NÚCLEOS HISTÓRICOS DE PLANALTINA E BRAZLÂNDIA	110
3.3. ACAMPAMENTOS DE OBRAS	125
CAPÍTULO 4 – DIÁLOGOS NO CAMPO DO PATRIMÔNIO	147
4.1. CARACTERIZAÇÃO DO PLANO PILOTO	147
4.1.1. AS CATEGORIAS FÍSICO-ESPACIAIS	159
4.2. A PRESERVAÇÃO DINÂMICA	173

CAPÍTULO 5 – AS ARTICULAÇÕES PARA O RECONHECIMENTO DE BRASÍLIA E A VISÃO DO GRUPO DE TRABALHO	179
5.1. O DOSSIÊ BRASÍLIA	179
5.1.1. REVISITANDO A CANDIDATURA À UNESCO	196
5.2. O ANTEPROJETO DE LEI DO GT-BRASÍLIA.....	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	227
LISTA DE TABELAS.....	230
LISTA DE GRÁFICOS	231
LISTA DE SIGLAS.....	231
REFERÊNCIAS.....	234



INTRODUÇÃO¹

I. O PROBLEMA E OS CAMINHOS DA PESQUISA

Brasília foi reconhecida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1987. Mas a capital tem um longo caminho de preservação, pois desde o ano de sua inauguração, em 1960, já se evidenciavam preocupações com a identificação e valoração da cidade. Entre 1960 e 1987, a construção de valores patrimoniais associados ao seu percurso de reconhecimento constituiu o seu peculiar processo de patrimonialização.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Nesse percurso, que contou com uma diversidade de ações, atores e discussões, pode-se contemplar Brasília sob diferentes olhares, não necessariamente opostos ou coincidentes, mas certamente parte de um conjunto maior no qual um agente específico se destaca aqui: o GT-Brasília (Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília). Esse Grupo, como o próprio nome o identifica, foi responsável por estudar Brasília sob o ponto de vista preservacionista. Sua atuação nesse contexto se deu na década de 1980, mais precisamente entre os anos de 1981 e 1988. Porém, seu trabalho de quase uma década é mais conhecido por ser associado ao momento da escrita do Dossiê Brasília, entre 1985 e 1986. Esse foi o documento de candidatura da cidade enviado à UNESCO como parte do seu processo de reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade.

O GT-Brasília não é um ator isolado nesse processo, mas foi parte de uma trajetória, como um agente que teve ações pautadas em discussões técnicas e ao mesmo tempo práticas. Dessa forma, o Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília é o objeto de estudo principal desta dissertação. A intenção primária neste trabalho é contemplar a sua atuação, aqui entendida como as ações, os processos e os caminhos das pesquisas do GT-Brasília, doravante denominado também GT ou Grupo de Trabalho. Apesar de o GT ter as suas ações reconhecidas como parte de um momento específico da história da capital pelas organizações competentes como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a UNESCO, pela sociedade e críticos, sua trajetória ainda está por ser mais bem elucidada.

A proposta do Grupo de Trabalho objetivando estudar Brasília sob a esfera patrimonial envolveu inúmeras investigações e a aproximação com uma diversidade de conceitos, não unicamente específicos do campo patrimonial, mas também do planejamento urbano e da arquitetura moderna. Desde o início, as intenções desse Grupo se materializavam na pesquisa sobre a cidade e não na proposição do seu tombamento. Apesar dos intensos debates promovidos pelo GT acerca da pertinência ou não do tombamento, Brasília foi tombada no ano de 1990. Esse ato pode ser visto ao mesmo tempo como o resultado e também como desenvolvimento do percurso de discussões mais gerais acerca da patrimonialização de Brasília, envolvendo agentes e propostas de salvaguarda, por vezes diversas daquelas já consagradas no contexto nacional e mesmo internacional.

Como se pretende mostrar no item seguinte desta introdução, há um campo de pesquisas já extenso sobre a preservação de Brasília, porém, percebe-se que, de maneira geral, as ações do GT não foram abordadas de modo mais específico ou em sua complexidade. Por vezes, tais ações são vistas apenas como o final desse percurso do processo de candidatura da cidade a Patrimônio Mundial, sendo esquecidos os caminhos percorridos até aquela etapa. Dessa forma, esta dissertação

busca lançar luz sobre a amplitude do trabalho do GT-Brasília e observá-lo em relação ao processo de reconhecimento da capital, com o intuito de discutir os caminhos percorridos pelo Grupo até a finalização de suas pesquisas.

Este trabalho torna-se oportuno em vista de que, em 2017, Brasília completou 30 anos de reconhecimento pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. Também este é o momento em que se reforçam as discussões acerca das práticas preservacionistas diante de uma cidade consolidada, em termos de sua concepção e de sua própria construção, sem esquecer a sua atual condição de metrópole. Procura-se enfatizar, nesta dissertação, que o GT contribuiu para uma visão de Brasília como cidade não apenas projetada e reconhecida como patrimônio, mas também como uma metrópole caracterizada por uma complexidade urbana, social e cultural.

As discussões subjacentes ao trabalho do GT presentes na bibliografia consultada geram questionamentos, principalmente com relação ao seu funcionamento como um grupo de trabalho, suas bases teóricas e conceitos adotados. Além desse olhar para o interior do Grupo, sua participação na dinâmica de preservação da capital merece destaque. Espera-se, com esta análise, contribuir para o entendimento do processo, partindo da sua concepção até sua relação com os pressupostos que levaram à salvaguarda de Brasília.

O GT pretendia uma preservação além do Plano Piloto concebido por Lucio Costa, pois considerava o centro projetado e ainda os antecedentes presentes no território do Distrito Federal. Os técnicos², em sua maioria arquitetos, mas também pessoas de outras áreas de atuação, percorreram o território em busca de valores associados à história da cidade e nem sempre tidos como meritórios de reconhecimento pelos críticos e pelas instituições de preservação.

Esta análise do trabalho do GT-Brasília baseia-se em uma documentação primária atinente ao período de atuação do Grupo na década de 1980, também contemplando seus antecedentes na década de 1970 e suas reverberações até os anos 1990. Essa documentação refere-se, em boa parte, ao seu trabalho específico e conta com cartas, ofícios, memorandos e relatórios de atividades. Os dados foram coletados nos arquivos do IPHAN, sedes do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, da SECULT (Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal) e do ArPDF (Arquivo Público do Distrito Federal).

O levantamento desse material, que consiste na maior parte de manuscritos, requereu um processo de digitalização e um trabalho de organização, buscando assegurar o maior proveito do volume de informações encontradas. Houve alguma dificuldade envolvendo a sua catalogação, uma

² O termo “técnicos” é utilizado nesta dissertação com a intenção de se referir aos membros e colaboradores que participaram do GT-Brasília e eram especialistas em diversas áreas do conhecimento, atuando de maneira técnica na abordagem dos assuntos debatidos no interior do Grupo.

das etapas de coleta de dados, uma vez que há diversos documentos sem datas, assinaturas, títulos, e alguns se encontram incompletos. Mesmo assim, consistiram em uma valiosa fonte de dados, em parte inéditos ou pouco conhecidos, sobre a atuação do GT-Brasília. Entre os documentos coletados para esta pesquisa, a dissertação privilegiou os relatórios que o GT realizou, sendo o mais conhecido deles, e recentemente publicado no ano de 2016 pelo IPHAN, o *Relatório Síntese de 1985*, que condensa os trabalhos feitos até aquele momento³. Esse é o relatório que permeia este texto e traz uma conexão com os diversos assuntos discutidos. Além desse vasto material, contou-se com uma literatura específica sobre patrimônio e sobre Brasília. Também foi necessário constantemente revisitar referências legais, sobretudo as leis que salvagam a capital nas instâncias distrital e federal. Houve, ainda, entrevistas com alguns participantes do GT-Brasília que, de diferentes maneiras, colaboraram para o andamento dos trabalhos.

As entrevistas foram realizadas com oito dos membros do GT-Brasília. A partir da identificação da impossibilidade de contemplar a totalidade de colaboradores que passaram pelo Grupo, optou-se por direcionar o estudo àquelas pessoas que tiveram algum papel de destaque nas pesquisas, o que não significa ver os demais membros como contribuições inferiores. Portanto, os entrevistados foram: Briane Bicca, Eurico Salviati, José Carlos Coutinho, Márcio Vianna, Maria Elaine Kohlsdorf, Silvio Cavalcante, Walter Mello e Yeda Barbosa. Ao conduzir as entrevistas, delimitaram-se algumas questões mais gerais acerca da formação do GT e de seu funcionamento interno e também se buscou compreender o processo de patrimonialização de Brasília. Foram formuladas perguntas direcionadas para cada tema e também questões mais abertas, permitindo-se uma conversa mais fluida e livre. Dessa forma, possibilitou-se que cada entrevistado acessasse suas memórias da melhor maneira. As memórias de cada pessoa não são respostas definitivas para contar algo do passado nem devem se confundir com a história, segundo Ulpiano Bezerra de Meneses⁴. Por isso, as entrevistas realizadas com os membros do GT-Brasília perpassam esta dissertação, mas ao mesmo tempo são confrontadas ou confirmadas pela bibliografia e pelos documentos consultados.

Esta dissertação organiza-se em cinco capítulos, de modo que favorece a exposição do trabalho do GT-Brasília em suas questões internas, privilegiando a sua formação e o modo de abordar as temáticas estudadas, e discussões externas, a partir do diálogo com outros agentes e instituições que fizeram parte do processo de patrimonialização de Brasília.

³ IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016.

⁴ MENESES, Ulpiano Bezerra. **A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 1992. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/rieb/article/download//70497/73267>> Acesso em: 21 nov. 2018.

No capítulo 1, *A formação do Grupo de Trabalho*, são apresentados o GT-Brasília e seu processo de criação, observando-se as ideias, mesmo antes de sua formação, que deram origem à sua atuação. Retomam-se as décadas de 1960 e 1970 e o início da década de 1980 para abordar discussões sobre Brasília em um sentido mais amplo e, também, as práticas preservacionistas originárias do trabalho dos órgãos envolvidos. Na formação específica do GT, há uma pessoa que se destaca – Aloísio Magalhães, observado aqui não só como um de seus idealizadores, mas como alguém que abordou a diversidade da cultura brasileira. O trabalho interno do GT também é analisado a partir das experiências de seus membros e colaboradores, que contribuíram para um pensamento engajado nas questões preservacionistas de Brasília.

O segundo capítulo, *O GT-Brasília: abordagens e metodologias*, lança luz sobre conceitos e premissas adotados ao longo do percurso de ação do Grupo, discutindo sua metodologia de trabalho em face de um território vasto, no sentido de sua extensão geográfica e também na escolha dos temas abordados. Nesse capítulo são apresentadas duas metodologias utilizadas para avaliar a cidade, a aproximação com a população e também um olhar sobre a paisagem natural, duas temáticas complexas que foram tratadas pelo GT como partes integrantes do processo de estudar Brasília, entendida não apenas como o Plano Piloto, mas como Distrito Federal.

O terceiro capítulo, *As preexistências da capital*, aproxima-se do início do percurso que o GT-Brasília empreendeu, olhando para as preexistências do território até chegar ao objeto principal, o Plano Piloto. Essa perspectiva dos técnicos do Grupo recaiu sobre as antigas fazendas que ocupavam o território do Sítio Castanho, aquele escolhido para receber a nova capital. Do mesmo modo, foram consideradas as áreas urbanas existentes, como Planaltina e Brazlândia. Por último, na cronologia seguida pelo trabalho do GT, mas não menos importante, os remanescentes dos antigos acampamentos de obras mereceram destaque como uma forma de contar a história de construção de Brasília.

O capítulo 4, *Diálogos no campo do patrimônio*, traz uma discussão sobre como o GT observou o Plano Piloto, partindo de uma proposta de salvaguarda identificada como preservação dinâmica. Esse conceito, criado pelo Grupo, é um dos temas centrais desse capítulo e observa-se a sua fundamentação com base na metodologia utilizada pelos membros para a caracterização da cidade e sua relação com o planejamento urbano. O conceito também é posto em paralelo a um pensamento mais amplo com relação ao patrimônio. Para isso, são explanadas concepções mais abrangentes sobre as práticas preservacionistas, incluindo a problematização do moderno.

No quinto e último capítulo, *As articulações para o reconhecimento de Brasília e a visão do Grupo de Trabalho*, são discutidos a capital e seu processo de reconhecimento como patrimônio, partindo-se da visão do GT-Brasília por meio do Dossiê Brasília e do seu anteprojeto de lei. Além do Grupo

de Trabalho, inclui-se o papel do IPHAN, da UNESCO e de outros grupos que fizeram parte desse processo. Observam-se os desdobramentos desse caminho e suas implicações para a cidade, passando pelas leis que subsidiaram esse percurso. Demonstra-se também como essas diferentes visões deram suporte à candidatura da capital a Patrimônio Cultural da Humanidade perante a UNESCO, em 1987.

As considerações finais retomam alguns pontos abordados ao longo da dissertação e tecem uma breve discussão de qual teria sido o legado do GT-Brasília para a cidade. Mais do que um grupo de trabalho direcionado à preservação, propõe-se a visão do GT como um agente cujas dinâmicas internas identificam um modo de pensar e agir próprios.

II. O GT-BRASÍLIA NAS LEITURAS DO PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO

O trabalho com o GT-Brasília como objeto principal desta dissertação envolveu rever a história da capital, especialmente no que diz respeito ao seu processo de reconhecimento como patrimônio. Há uma diversidade de escritos abordando Brasília, porém, poucos analisam de maneira mais aprofundada a atuação do GT diante do processo de patrimonialização da capital. O Grupo de Trabalho normalmente é citado como uma parte relevante desse percurso, mas recebe atenção secundária em relação ao reconhecimento de Brasília como patrimônio.

Um dos estágios iniciais desta pesquisa envolveu um trabalho de reconhecimento e busca do referencial teórico que subsidiou as discussões. Em grande parte, as análises provêm de fontes primárias, aquela documentação encontrada nos arquivos da cidade, assim funcionando como um suporte para lidar com essas fontes. O referencial teórico encontrado sobre a temática preservacionista gradativamente viria retomando as pesquisas do GT, mas esse trabalho ficou esquecido por vários anos até estes autores resgatá-lo. Como esse assunto esteve restrito ao meio acadêmico, vê-se, em grande parte, a atuação do Grupo sendo discutida de forma mais detida em dissertações e teses. Uma das primeiras pesquisas a lançar luz sobre esse trabalho foi a dissertação de Carlos Madson Reis⁵, realizada em 2001. Esse autor analisou a gestão urbana em Brasília associada a uma percepção da cidade como patrimônio. Em meio a esse contexto, o GT-Brasília tem seu papel reconhecido por Carlos Madson Reis ao dispensar atenção ao território, sendo associado a uma visão ampla com relação a estudos sobre a morfologia e a ocupação do Distrito Federal.

⁵ REIS, Carlos Madson. **Brasília: espaço, patrimônio e gestão urbana**. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

Também com uma temática similar, a dissertação de Sandra Bernardes Ribeiro⁶, de 2003, e posteriormente transformada em livro, em 2005, referencia a questão da memória como um elemento importante para a preservação. A autora coloca em destaque a postura do GT ressaltando a ideia de patrimônio cultural constituído pelo DF, contemplando os vestígios anteriores à construção da capital. Com um tom crítico acerca das metodologias de trabalho do Grupo, Sandra Ribeiro considera algumas passagens mais importantes para a história de gestão do território, como é o caso específico da Vila Planalto: um antigo acampamento de obras para a construção de Brasília localizado na área central da cidade e que, após uma história de lutas e a intensa participação do GT, conseguiu sua fixação e posterior tombamento distrital em 1988. Nesse sentido, a autora destaca também a aproximação do Grupo com a população.

A construção de conceitos associados ao patrimônio cultural recebe a atenção de Karina Felix Ramos⁷ ao trazer uma discussão sobre o Grupo de Trabalho embasada em outra vertente, aquela que via a cidade sob uma perspectiva mais teórica sobre as práticas preservacionistas e o planejamento urbano. Mas, de maneira semelhante aos outros autores, enfatiza as pesquisas do GT em meio a um contexto mais amplo em relação ao Distrito Federal, e mais especificamente quanto à trajetória de Brasília. Entre os estudos específicos sobre o processo de patrimonialização da cidade em que há referência ao Grupo de Trabalho, há a dissertação de Thiago Perpétuo⁸ trazendo em sua crítica ao processo de reconhecimento da capital o aporte para questionamentos associados ao período no qual o GT se insere, década de 1980, e as diferentes visões a ela associadas. Sua dissertação realiza uma discussão do contexto de reconhecimento da capital como patrimônio desde a década de 1960. Thiago Perpétuo destaca as diferentes leituras e narrativas acerca do processo de patrimonialização de Brasília. Além de abordar o Grupo em suas passagens, sua intenção de trabalho inclui uma visão mais ampla que diz respeito à capital.

É preciso notar a distância temporal de aproximadamente dez anos entre o trabalho de Thiago Perpétuo (2015) e aqueles de Carlos Madson Reis (2001), Sandra Ribeiro (2003) e Karina Ramos (2005). Cada um dos autores aborda a cidade de maneira diferente, principalmente ao discutir uma Brasília do passado, porém, com olhos e críticas do presente em que escreveram suas dissertações. O trabalho de Thiago Perpétuo, realizado dentro de um mestrado profissional do

⁶ RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2005.

⁷ RAMOS, Karina Felix. **A preservação de Brasília: reflexos da formação do conceito de patrimônio cultural**. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

⁸ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

IPHAN, insere-se em um contexto preliminar à Portaria nº 166⁹, de 2016, documento responsável por detalhar a Portaria nº 314¹⁰, de 1992, instrumento federal de salvaguarda da cidade. Além disso, nesse mesmo ano de 2016, o IPHAN produziu uma publicação¹¹ com o trabalho do GT-Brasília. Esse livro é dividido em duas partes – a primeira traz uma entrevista com aqueles considerados membros principais do Grupo de Trabalho. A segunda é a transcrição do *Relatório Síntese de 1985*, atualizado quanto à ortografia e também apresentando novas imagens.

Tendo em vista o contexto atual, parece existir um processo recente de retomada desse trabalho da década de 1980. No início dos anos 2000, essas três primeiras pesquisas – de Carlos Madson Reis, Sandra Ribeiro e Karina Ramos – retomaram um assunto aparentemente esquecido. E agora, recentemente, a partir do ano de 2015, a dissertação de Thiago Perpétuo, a publicação do livro do IPHAN com o trabalho do GT-Brasília e a Portaria nº 166 mostram que houve uma retomada de discussões envolvendo o trabalho do Grupo. Também em 2016 foi publicado pelo IPHAN um livreto que resgata a história dos acampamentos pioneiros¹² e conta com referências às pesquisas do GT, que se debruçou sobre esse assunto, trazendo pela primeira vez alguns dados antes não divulgados sobre a história de Brasília.

Em paralelo ao trabalho do GT-Brasília, nos anos 1980 os escritos de Aloísio Magalhães¹³ contemplaram a trajetória do patrimônio nacional e a origem de algumas abordagens que se refletiriam no trabalho do Grupo. Também relacionado às questões patrimoniais, mas destacando especificamente o processo de patrimonialização de Brasília, incluindo o GT, Osvaldo Peralva¹⁴ colocou uma visão oficial para os acontecimentos até o seu reconhecimento perante a UNESCO.

Mais do que observar o contexto imediato do GT, recorre-se aqui a escritos sobre a capital nos quais se problematizam questões ligadas à sua concepção e desenvolvimento como metrópole em que se podem citar Aldo Paviani¹⁵, Laurent Vidal¹⁶ e José Vesentini¹⁷. Também contemplando

⁹ BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016**. Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_166_de_11_de_maio_de_2016.pdf> Acesso em: 26 set. 2018.

¹⁰ BRASIL. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. **Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_314_de_8_de_outubro_de_1992.pdf> Acesso em: 26 set. 2018.

¹¹ IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**.

¹² IPHAN. **Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal**/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro. Elaboração do texto: José Mauro de Barros Gabriel. Brasília/DF, 2016.

¹³ MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

¹⁴ PERALVA, Osvaldo. **Brasília: patrimônio da humanidade: um relatório**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988.

¹⁵ PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

¹⁶ VIDAL, Laurent; DRAVET, Florence Marie. **De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

¹⁷ VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

uma visão mais atual, porém, voltados ao debate do processo de patrimonialização de Brasília, destacam-se as discussões de Sylvia Ficher, Andrey Schlee e Jorge Francisconi¹⁸, além de José Pessoa¹⁹. Esta dissertação tem como recorte temporal as décadas de 1970 até o início da década de 1990, mas a crítica atual, apresentada nestes textos, colabora no sentido de compreender esse contexto pretendido, promovendo o afastamento necessário para a análise e a crítica. Além das referências do período em que o GT-Brasília atuava e uma visão dos autores de hoje sobre essa época, buscaram-se textos-base como o *Relatório do Plano Piloto de Brasília*²⁰ e *Brasília revisitada 1985-1987*²¹, de Lucio Costa. Também do mesmo autor, referencia-se o livro *Lucio Costa: Registro de uma vivência*²².

Entre o referencial teórico desta dissertação, há também estudos clássicos a respeito de patrimônio e preservação de Françoise Choay²³, discutindo a preservação do patrimônio urbano e a transformação do modo como é tratado desde a antiguidade até o momento atual. Trazendo aportes semelhantes, porém, lançando luz sobre a preservação de áreas urbanas no Brasil, Márcia Sant'Anna²⁴ tem papel fundamental. Ainda relacionado à temática preservacionista, buscou-se o trabalho de Maria Cecília Londres Fonseca²⁵ ao discutir a política de preservação no Brasil, elencando instituições e atores que colaboraram para a consolidação das estruturas e conceitos preservacionistas. Essas autoras tornam-se fundamentais para esta dissertação ao nortearem as discussões levantadas acerca do trabalho do GT-Brasília. Ainda com relação ao campo da preservação, colocam-se em relevo os argumentos de Susan Macdonald²⁶ a favor da salvaguarda da arquitetura moderna. A autora se debruça sobre o conjunto de características desse movimento que o torna diferente de arquiteturas anteriores.

¹⁸ FICHER, Sylvia; SCHLEE, A. R.; FRANCISCONI, J. G. Brasília, causos e casuísmos patrimoniais. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (org.). **Revisitando o instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 357-374.

¹⁹ PESSÓA, José. **Brasília e o tombamento de uma ideia**. In: 5 Seminário DCOMOMO/Brasil – Arquitetura e urbanismo modernos: projeto e preservação. São Carlos/SP, 2003. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/.../brasil.../José%20Simes%20B%20PESSOA%20-%20Brasília>> Acesso em: 4 jun. 2018.

²⁰ COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. 1957. In: LEITÃO, Francisco et al. **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEDUMA, 2009. p. 35-44.

²¹ COSTA, Lucio. Brasília revisitada. 1985-1987. Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. In: **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Francisco Leitão (org.). Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009. p. 69-78.

²² COSTA, Lucio. **Lucio Costa: registro de uma vivência**. São Paulo, SP: Empresa das Artes, 1995.

²³ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

²⁴ SANT'ANNA, Márcia G. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil – 1937-1990**. Salvador: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

²⁵ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2017.

²⁶ MACDONALD, Susan. **Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places**. Disponível em: <http://www.aicomos.com/wp-content/uploads/2009_UnlovedModern_Macdonald_Susan_Materiality_Paper.pdf> Acesso em: 25 jul. 2018.

A análise feita nesta dissertação a partir das discussões trazidas pelo Grupo de Trabalho no campo conceitual acerca da preservação de Brasília pode ser considerada em relação a conceitos que circulavam na época de sua atuação, em 1980, ou mesmo antes, nas décadas de 1960 e 1970. Para embasar esta análise com relação a esse aspecto, foram consultadas algumas cartas patrimoniais como: Carta de Atenas²⁷, Carta de Burra²⁸, Carta de Veneza²⁹, Norma de Quito³⁰, Recomendação de Nairobi³¹ e também o documento da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural³², de 1972.

O objetivo aqui não é desvendar o trabalho do GT, observando-o isoladamente. Ele é o objeto principal desta pesquisa, mas, para uma argumentação mais apurada, é preciso vê-lo em relação a um contexto maior, observando acontecimentos paralelos na Brasília real daquele momento e também no campo patrimonial.

²⁷ SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**. Atenas: Sociedade das Nações, 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2018.

²⁸ ICOMOS. **Carta de Burra**. Burra: ICOMOS, 1980. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>> Acesso em: 11 set. 2018.

²⁹ ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em: 8 jul. 2018.

³⁰ ICOMOS. **Norma de Quito**. Quito: ICOMOS, 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>> Acesso em: 24 jun. 2018.

³¹ ICOMOS. **Recomendação de Nairobi**. Nairobi: ICOMOS, 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2018.

³² UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>> Acesso em: 24 jun. 2018.



CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO

1.1. ANTECEDENTES AO GT-BRASÍLIA

A preservação de Brasília remete a discussões anteriores ao seu reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1987, pela UNESCO. Um longo percurso envolve o processo de patrimonialização da cidade, desde as primeiras manifestações acerca de sua preservação, já consideradas a partir de sua inauguração, em 21 de abril de 1960. Em meio a esse percurso se insere o trabalho do GT-Brasília, atuando de 1981 a 1988. Por isso, antes de abranger as questões específicas ao Grupo de Trabalho, serão retomados acontecimentos prévios nos contextos político, econômico e social de uma Brasília ainda jovem.

Brasília foi construída entre os anos de 1957 e 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), para ser a capital do Brasil. A nova cidade inseriu-se em um Brasil que se expandia economicamente na década de 1950, principalmente a partir do seu setor industrial, incentivado pelo Plano de Metas de JK e também por modificações na economia internacional, a exemplo da ampliação das trocas comerciais e da integração dos países em desenvolvimento na economia global.¹ Em meio à articulação política para a transferência da capital brasileira, houve também a construção de um sentido utópico de se criar uma cidade aparentemente do vazio. Nas palavras de Germán Gnecco²:

Creio que Brasília nasce de uma intuição. De um sonho, do desejo de alcançar uma utopia. É a audácia de um presidente, Kubitschek, que rompe os modelos na maneira de governar e assume o risco de transladar o governo ao centro do imenso país brasileiro, em meio ao planalto virgem³.

A transferência da capital, antes no Rio de Janeiro, para o interior do Brasil e a construção da cidade de Brasília estiveram envoltas em visões controversas. Além de um evento político e econômico, erguer a capital envolveu questões também abstratas associadas à construção de um sonho de alavancar o país, algo que permeava esse mesmo contexto, como exposto no texto de Germán Gnecco. Criticando essa visão de um sonho, Ermínia Maricato aponta a ideia da superação do subdesenvolvimento do país com “as pretensões do ‘projeto nacional’: uma proposta de intelectuais que constituiria a redenção do atraso em que vivia o povo brasileiro”⁴. Essa visão da autora está associada também ao papel que teria a arquitetura naquela época, com a responsabilidade de materializar aquilo que havia sido objeto de discussões tanto nos campos político e econômico quanto no campo utópico. As opiniões extremamente favoráveis a essa construção, em grande parte, originavam-se de apoiadores de JK e também da classe trabalhadora⁵. Por outro lado, existiam alguns críticos, representados em parte da imprensa e alguns políticos que se manifestaram a favor do Rio de Janeiro, uma cidade consolidada e sede da república desde 1763, para onde se defendia o retorno da capital brasileira.

Durante os três anos de um acelerado processo construtivo, viu-se surgir não apenas uma cidade, mas uma capital, implicando uma articulação política para sua concretização. Nesse sentido,

¹ VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. p. 102.

² Germán Samper Gnecco é um arquiteto colombiano e esteve presente em Brasília, em uma das missões da UNESCO, para verificar as condições da capital e se ela deveria continuar como Patrimônio Cultural da Humanidade. O autor escreveu uma crítica à cidade em 1995, presente no artigo *Brasília, ontem e hoje*.

³ GNECCO, Germán Samper. Brasília, ontem e hoje. In: KATINSKY, Julio; XAVIER, Alberto (org.). **Brasília – antologia crítica**. São Paulo: Cosac Naif, 2012. p. 294-298.

⁴ MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINES, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 121-192. p. 145.

⁵ OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: o mito na trajetória da nação**. Paralelo 15, 2005. p. 45.

JK cumpriu seu objetivo ao inaugurá-la, no dia 21 de abril de 1960, tendo as suas funções básicas já em funcionamento. Não foram poucas as tentativas para a volta da capital ao Rio de Janeiro, algo recorrente ao longo da década de 1960, principalmente. Juscelino Kubitschek sabia da impossibilidade de um segundo mandato, por isso, a necessidade de inaugurar a cidade ainda em obras. Seus sucessores, Jânio Quadros, governando de janeiro a agosto de 1961, e João Goulart, governando de 1961 a 1964, não possuíam o carisma político de JK e também optaram por não morar em Brasília⁶.

Entre os anos de 1964 e 1985, o Brasil viveu sob o regime militar, momento conturbado, marcado pela ampliação das desigualdades e da violência⁷. Esse período político foi decisivo para as ações que diziam respeito à nova capital, pois, em meio a um contraste envolvendo um crescimento econômico em detrimento da busca por direitos sociais, Brasília completou suas estruturas e viu sua população crescer. Segundo José Vesentini, há uma ideia associada ao senso comum de que a ditadura teria sido responsável também, entre outros fatores inerentes ao desenvolvimento da cidade, por alterar o seu plano original, porém, o autor traz uma opinião de que teria ocorrido o contrário:

Na realidade, o inverso é que pode ser considerado verdadeiro: se, apesar de algumas alterações, o Plano Piloto de Brasília permanece até hoje no núcleo planejado da cidade, isso se deve precisamente ao fato de que ele é antidemocrático e foi preservado e continuado por todos os governos posteriores a 1964⁸.

José Vesentini percebe o período da ditadura sob a ótica de que “todos os governos” teriam continuado o projeto de Brasília. Ao identificar um projeto antidemocrático, o autor lista fatores como a própria organização da cidade, segregando as massas populares, destacando o automóvel como o principal meio de transporte e ainda as organizações simbólicas e monumentais bastante representativas⁹. Essa ideia também é compartilhada de certo modo por Sylvia Ficher, Andrey Rosenthal Schlee e Jorge Guilherme Francisconi, aportando-se na confirmação de que, em parte, as características primárias do Plano Piloto permaneceram pouco alteradas, como descrevem a seguir:

Por um bom tempo, coincidente com a ditadura militar – a qual, sintomaticamente, pouco representou como ameaça à integridade do Plano Piloto; muito pelo contrário, tratava-o com grande carinho –, a preservação das características urbanísticas e arquitetônicas de Brasília parecia assegurada. Enquanto nos curtos e turbulentos mandatos de Jânio Quadros e Jango [João] Goulart diminuía sensivelmente o ritmo na construção da cidade, os militares se empenharam pela consolidação da mudança da capital, retomando a sua conclusão em estrita obediência ao plano original¹⁰.

⁶ VIDAL, Laurent; DRAVET, Florence Marie. **De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)**. p. 284.

⁷ NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 8.

⁸ VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. p. 160.

⁹ VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. p. 162.

¹⁰ FICHER, Sylvia; SCHLEE, A. R.; FRANCISCONI, J. G. Brasília, causos e casuísmos patrimoniais. p. 359.

Os autores confirmam a ideia de ver o período militar como um momento em que muitas obras inconclusas antes de 1964 foram retomadas e seguiram as determinações projetuais. Sendo assim, verifica-se a intenção clara de permitir sua completude nos moldes concebidos. O regime militar possibilitou ainda que Brasília fosse fixada definitivamente como capital na década de 1970, a partir de sua ocupação e da consolidação de suas estruturas políticas¹¹.

Não é objetivo desta dissertação, porém, desenvolver uma discussão sobre o caráter (anti) democrático de Brasília. A trajetória política e econômica contribui para uma discussão mais ampla envolvendo as ações preservacionistas da cidade. É necessário olhar igualmente qual a relação desse cenário com o trabalho do GT-Brasília, que em boa parte atuou sob esse regime, entre os anos 1981 e 1985, observando a partir desse ano um processo de reabertura política que culminaria na Constituição Federal de 1988, trazendo um conjunto de direitos e garantias para a sociedade. O GT encerrou suas atividades nesse mesmo ano, quando ainda se consolidavam novas bases sociais, econômicas e políticas. Os reflexos do regime ditatorial sobre o Grupo de Trabalho não são explicitados na documentação encontrada nos arquivos. Durante entrevista, Yeda Barbosa relembra o caso da Vila Planalto. A arquiteta coloca que, após a campanha das Diretas Já, movimento de reabertura política entre os anos de 1983 e 1984, a população passou a se organizar e reivindicar a posse e a regularização de espaços como a Vila Planalto, um acampamento de obras na época da construção de Brasília¹².

Durante as décadas de 1960 a 1980, Brasília se transformou de uma capital em meio a um canteiro de obras em uma incipiente metrópole. No decorrer desse período, diversas cidades-satélites surgiram, hoje reconhecidas como regiões administrativas¹³. Essa leitura da expansão territorial no Distrito Federal é explicitada por Aldo Paviani, colocando-a como uma cidade polinucleada, partindo de um centro, considerado por ele como um “core”, e ao seu redor, a “periferia”¹⁴. A ocupação pretendida para o Plano Piloto, no centro do Distrito Federal e afastado dos núcleos urbanos existentes à época, Planaltina e Brazlândia, demonstrou já de início uma ocupação dispersa no território (Figura 1). O mesmo ocorreu com as primeiras cidades-satélites, Taguatinga (1958), Sobradinho (1960) e Gama (1960). Ao longo do tempo, alguns espaços dentro do território foram

¹¹ VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. p. 160-161.

¹² BARBOSA, Yeda. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva em 18 de julho de 2017.

¹³ As discussões envolvendo o termo “cidades-satélites” se fazem presentes desde o surgimento de Brasília. Na Lei 3.751, de 1960, se explicita tal nomenclatura, porém, a partir de 1964, com a Lei nº 4.545, as cidades-satélites passaram a se chamar Regiões Administrativas do Distrito Federal (RAs). Em 1988, com o Decreto nº 19.040, foi vetada a utilização da expressão “satélite”, porém, ela ainda é comumente utilizada pela população. No trabalho do GT vê-se a referência a esse termo, por isso, também é utilizado em determinados momentos nesta dissertação ao referenciar o Grupo de Trabalho.

¹⁴ PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. p. 89.

preenchidos, mas não o suficiente para formar uma ocupação integrada¹⁵. Ainda hoje é visível a separação física e também social entre esses espaços.

¹⁵ BRITO, Jusselma Duarte de. **De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília. Brasília, 2009. p. 74.

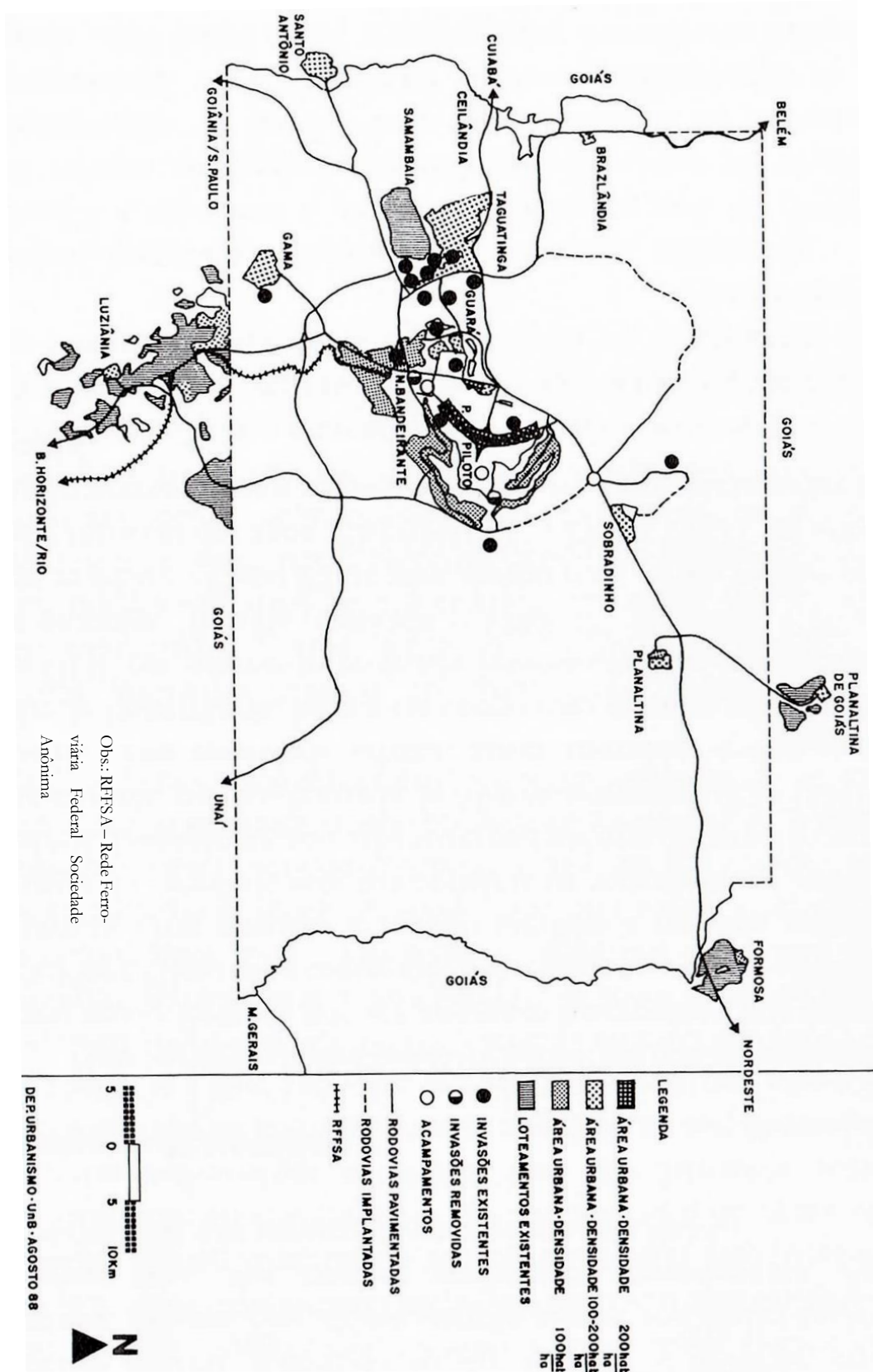


Figura 1 – Aglomerado urbano de Brasília.

Fonte: PAVIANI, Aldo. *A metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2. ed., 2010. p. 84 (com alterações da autora).

Esse modelo de ocupação do Distrito Federal também influenciou no modo como a cidade foi e é preservada hoje, a partir de um perímetro de 112,25 km². Dentro dessa área encontram-se o Plano Piloto e um entorno imediato, conferindo proteção a esse centro, que é considerado o principal para a preservação. Margeando a poligonal de tombamento, há uma extensa faixa livre majoritariamente servindo de ligação entre o centro e a periferia através de longas vias expressas. Há, portanto, uma área pouco adensada, o Plano Piloto, uma área de transição nem sempre preenchida em todos os trechos, e em seguida uma massa adensada composta pelas cidades-satélites. Essa situação é verificada nos dois eixos principais de ocupação do DF, o Norte e o Sul. Muito da discussão envolvendo a relação entre o centro e a periferia se manifestou através do trabalho do GT, principalmente ao selecionar o que seria alvo da preservação em Brasília.

O GT-Brasília pretendia uma preservação que se direcionasse para uma área maior, além do limite preservado hoje de 112,25 km² constando no Decreto n° 10.829¹⁶, de 1987 (Figura 2), também na Portaria n° 314¹⁷, de 1992 e, mais recentemente, na Portaria n° 166¹⁸, de 2016. Essa delimitação foi um dos alvos de discussão dentro do GT-Brasília. A respeito dos instrumentos legais que salvaguardam Brasília, a capital é preservada nas esferas distrital e federal e reconhecida internacionalmente perante a UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade. Uma parte desta dissertação se dedica a discutir esse percurso de patrimonialização, algo que será abordado no último capítulo.

¹⁶ DISTRITO FEDERAL. **Decreto n° 10.829, de 14 de outubro de 1987**. Regulamenta o art. 38 da Lei n° 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. Suplemento. Disponível em: <http://www.brasiliapatrimoniocultural.df.gov.br/legislacao/DISTRITAL/2_DECRETO_10.829-87/Dec_10829-87_Preservacao_da_concepcao_urbanistica_de_Brasilia.pdf> Acesso em: 5 out. 2018.

¹⁷ BRASIL. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. **Portaria n° 314, de 8 de outubro de 1992**.

¹⁸ BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria n° 166, de 11 de maio de 2016**.

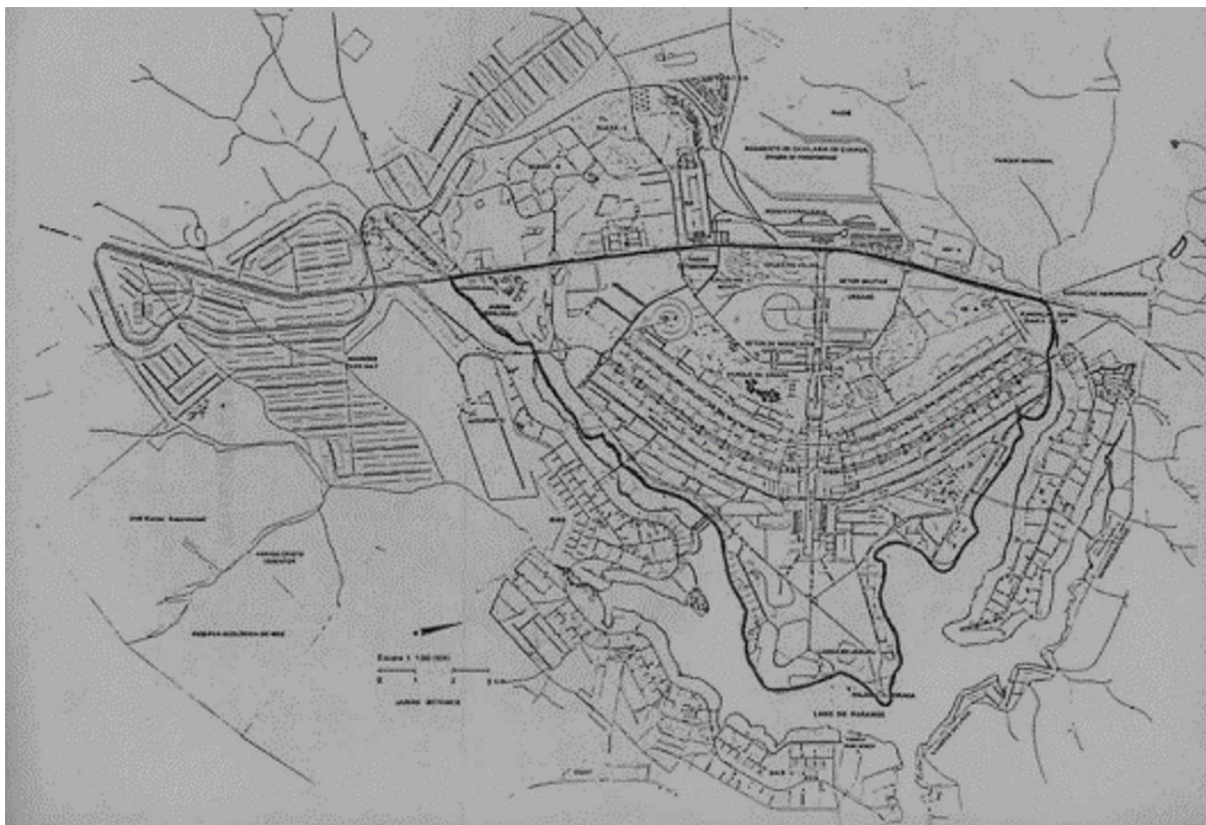


Figura 2 – Delimitação da área de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, segundo o Decreto nº 10.829, de 1987. Fonte: **Diário Oficial do DF, de 23 de outubro de 1987**, p. 39. Disponível em: <<http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/edc873c6-9d83-3e8c-8f36-611c5aeb0121/1507eba5.pdf>> Acesso em: 2 jun. 2018.

Neste momento, esta dissertação abordará o início desse processo de entendimento da cidade como um lugar a ser preservado. Para isso, é preciso retomar os anos 1960, época em que, antes de sua inauguração, a nova capital recebia a sua primeira legislação, dispondo sobre a organização administrativa do Distrito Federal com a Lei Santiago Dantas (Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960). Essa legislação tem sua importância associada ao Art. 38, decidindo o seguinte: “Qualquer alteração no plano-piloto, a que obedecer a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal”¹⁹. De maneira sucinta, atribui apenas ao Congresso Nacional a possibilidade de alterações no seu plano-piloto. Essa lei refere-se ao projeto de Lucio Costa, vencedor do concurso para a nova capital, realizado em 1956, com resultado em 1957. Há uma discussão colocada por Thiago Perpétuo que diferencia o “plano-piloto”, enquanto projeto, e o “Plano Piloto” como a cidade construída. O autor traz uma interpretação desses termos baseada na legislação de salvaguarda de

¹⁹ BRASIL. **Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960**. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3751.htm> Acesso em: 5 jun. 2018.

Brasília, observando que primeiro a Lei Santiago Dantas se refere ao “plano-piloto”, enquanto a realidade do “Plano Piloto” foi reconhecida no momento da decisão da UNESCO²⁰.

Nesse início da cidade, na qual ainda se via um grande número de obras inconclusas, a edição da Lei Santiago Dantas, de 13 de abril de 1960, portanto, poucos dias antes da inauguração de Brasília, no dia 21 de abril de 1960, demonstra a intenção de se fazer cumprir seu projeto original. Thiago Perpétuo amplia esse debate ao trazer a discussão dos antecedentes dessa legislação, analisando os meandros que envolveram tal redação, principalmente no que diz respeito a considerar um discurso permanente de ameaça ao projeto de Lucio Costa²¹. Apesar de uma constante discussão da discrepância entre projeto e realidade, acabou por prevalecer a noção preservacionista associada ao projeto, o que viria a ser especificado nas leis posteriores.

Nesse movimento inicial de preservação de Brasília, veio à luz um bilhete de Juscelino Kubitschek para Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do IPHAN na época:

Rodrigo. A única defesa para Brasília está na preservação de seu plano piloto. Pensei que o tombamento do mesmo podia constituir elemento seguro, superior à lei que está no Congresso e sobre cuja aprovação tenho dúvidas. Peço-lhe a fineza de estudar esta possibilidade ainda que forçando um pouco a interpretação do Patrimônio. Considero indispensável uma barreira às arremetidas que já se anunciam vigorosas. Grato pela atenção. Abraços. Juscelino Kubitschek. Brasília, 15-6-1960²².

Ao colocar a preservação como indispensável “às arremetidas que já se anunciavam vigorosas”, JK demonstrava um temor de que a cidade não seguisse seu projeto original. Como Thiago Perpétuo discute, os diferentes atores sociais poderiam ver o medo de incompletude da cidade como algo negativo ou, por outro lado, haveria um grupo vendo como uma possibilidade de aprimoramento do planejamento urbano da capital²³. Contudo, haveria a necessidade de tombar uma cidade ainda em plena construção e que sequer contava com o apoio de toda a sociedade para sua efetivação? Esse questionamento pôde ser visto anos depois, partindo das ideias do GT, a princípio tratando a questão do tombamento com certa cautela.

Essa antecipação ao processo de reconhecimento como patrimônio seria algo recorrente no trato com a arquitetura moderna, e não apenas com Brasília, na tentativa de “livrá-las do natural

²⁰ PERPÉTUO, Thiago. Revisitando o processo de tombamento de Brasília: uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido. In: IPHAN. **Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Perpétuo (org.). Textos: Ana Elisabete Medeiros et al. Brasília/DF, 2016. p. 52-75. p. 60.

²¹ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**.

²² PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. p. 133.

²³ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. p. 129.

processo de acúmulo histórico – procurando garantir para o futuro aquilo que na realidade nunca tivemos do passado, uma obra intacta no modo como havia sido originalmente projetada”²⁴. No Brasil, veem-se alguns exemplos de tombamentos de exemplares de arquitetura moderna que ainda estavam inconclusas ou eram muito jovens, como é o caso da Capela de São Francisco de Assis (parte do conjunto da Pampulha), tombada em 1947, e do Ministério da Educação e Saúde, tombado em 1948. As discussões sobre a salvaguarda do moderno permeavam tanto o campo nacional como o campo internacional, como pode ser observado na candidatura de Brasília perante a UNESCO. Quanto à capital, essa visão se somaria à intenção de legitimar a cidade perante aqueles que não concordavam com sua existência e uma maneira de manter a semelhança da realidade construída com o projeto de Lucio Costa. Algo pretendido já na Lei Santiago Dantas, mesmo que de maneira preliminar ao condicionar alterações no plano-piloto à aprovação do Congresso.

O temor de descaracterização da capital seria uma das temáticas discutidas no I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, ocorrido em 1974, no Senado Federal. Esse seminário trouxe para o debate em conferências e painéis temas como o planejamento urbano da cidade, questões associadas ao desvio do projeto original e a discussão de problemas sociais e econômicos²⁵. Em consonância com essa discussão, vê-se o trabalho do GT se amparando nos princípios do planejamento urbano, não só como uma possibilidade de enfrentamento dessas mazelas sociais, como os problemas de moradia e de infraestrutura, mas também como um meio de preservação. O Grupo trazia uma forma de pensar a cidade ancorando-se em um pensamento comum na época de suas pesquisas, de que era necessário pensá-la seguindo a lógica de seus processos urbanos. A inovação, no caso do GT, é identificada por Carlos Madson Reis²⁶, Sandra Ribeiro²⁷ e Karina Ramos²⁸ a partir da maneira de observar o conjunto do Distrito Federal e não isoladamente, apenas como objeto principal o Plano Piloto.

É perceptível que, antes de a cidade ter suas principais obras concluídas, houve a construção de um pensamento para preservá-la de um possível desvirtuamento. O trabalho do GT também teria algum embasamento nessa mesma concepção. Até os dias de hoje, pesquisadores e críticos questionam as interferências posteriores ao projeto, ou o preenchimento de supostas lacunas deixadas pelo *Relatório do Plano Piloto de Brasília*, de Lucio Costa²⁹. A preservação de Brasília esteve

²⁴ PESSÔA, José. **Brasília e o tombamento de uma ideia**. p. 4.

²⁵ **I SEMINÁRIO DE ESTUDOS DOS PROBLEMAS URBANOS DE BRASÍLIA**. Brasília/DF. Brasília: Senado Federal, 1974.

²⁶ REIS, Carlos Madson. **Brasília: espaço, patrimônio e gestão urbana**.

²⁷ RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**.

²⁸ RAMOS, Karina Felix. **A preservação de Brasília: reflexos da formação do conceito de patrimônio cultural**.

²⁹ COSTA, Lucio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**.

envolta em dificuldades, não só quanto ao seu reconhecimento como patrimônio, mas de fato a discussão de como pensar um modo de preservação suficiente para um núcleo urbano com características específicas. Muitas dessas questões, que foram enfrentadas pelo Grupo de Trabalho a partir de diferentes soluções, são discutidas no segundo capítulo.

1.2. ALOÍSIO MAGALHÃES: SUA ATUAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO

No item anterior, analisou-se um momento que antecede a formação do GT-Brasília, quando se viu um contexto no qual o Grupo se inseriu. Considerando essas interações, esta dissertação buscará mostrar neste item como as preocupações expressas pelo GT-Brasília são tributárias do pensamento patrimonial defendido por Aloísio Magalhães (1927-1982). Sua atuação no campo do patrimônio merece destaque neste item não apenas por fornecer bases teóricas referenciadas nas pesquisas do Grupo de Trabalho, mas também por ter participado desde o início da formação do GT. Busca-se contemplar aqui a trajetória institucional de Aloísio Magalhães em paralelo com a relação teórica entre o seu pensamento e o do Grupo.

Um olhar sobre suas propostas torna-se também necessário, principalmente ao considerar-se que, a partir da década de 1970, houve um alargamento com relação à noção que se tinha do patrimônio cultural. A análise do trabalho de Aloísio Magalhães colabora para a compreensão de ideias que perpassariam a atuação do Grupo de Trabalho. Esse item aborda o GT-Brasília como parte de uma trajetória mais ampla para a institucionalização das questões do patrimônio, ao mesmo tempo em que se discute a aproximação dos pensamentos e ações do Grupo com Aloísio Magalhães.

Aloísio Magalhães é reconhecido como o designer brasileiro responsável pela introdução das práticas modernas no design. Sua formação, no entanto, foi mais extensa. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1950), frequentou um centro de técnicas em gravura em Paris e estudou Museologia na Escola do Museu do Louvre. Ao retornar ao Brasil, trabalhou com artes gráficas, cenografia, tipografia e outros temas relacionados ao design. A sua trajetória institucional começou pelo CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural), em 1975. Logo depois se tornou diretor-geral do IPHAN de 1979 a 1980, quando chegou ao posto de presidente da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM). Em 1981, passou a secretário da Secretaria de Cultura (SEC), instituída naquele ano³⁰.

³⁰ MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil.**

Esse percurso tem paralelismo com a organização de órgãos de preservação. O SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) foi instituído em 1937, transformando-se em DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1946. Em 1970, surgiu o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que em 1979 passou a ter uma divisão entre SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a FNPM (Fundação Nacional Pró-Memória), que em 1980 incorporou o CNRC. No ano de 1990, com o SPHAN e a FNPM extintos, foi criado o IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural). Então, em 1994, retornou ao nome de IPHAN, sendo reconhecido assim até hoje³¹.

A bibliografia usualmente identifica três fases no trabalho do órgão: fase heroica, com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936 a 1967); fase intermediária, com Renato Soeiro (1967 a 1979); e fase moderna, com Aloísio Magalhães (1979 a 1982)³². Tal cronologia permite posicionar a análise aqui realizada no processo de institucionalização do patrimônio, sendo o objetivo discutir agora os fundamentos e conceitos subjacentes ao trabalho de Aloísio Magalhães.

A essência das propostas de Aloísio Magalhães está no seu olhar em direção ao futuro, algo que pode parecer impróprio na tarefa de cuidar do passado, como ele mesmo afirma no *Boletim SPHAN n° 17*³³. Essa visão prospectiva, porém, torna-se lógica a partir da sua intenção de conhecer o passado para se posicionar a seu respeito e então gerar reflexões acerca do futuro. O ponto de partida para esse pensamento se ampara no que Joaquim Falcão coloca como um momento de mudanças sociais, econômicas e políticas no Brasil, associado a um passado de desenvolvimento socioeconômico que desprezava a cultura brasileira, apenas seguindo modelos europeus e norte-americanos³⁴. Ainda sob a perspectiva de Joaquim Falcão, seriam três os conceitos fundamentais da matriz de pensamento de Aloísio Magalhães: a noção de continuidade, a noção de bens culturais e a noção de cultura jovem³⁵.

A ideia de continuidade se materializaria em um processo organizado, mas ao mesmo tempo aberto e flexível para se lidar com as questões culturais. Nesse sentido também pode-se perceber a ideia de caminhar sempre em direção ao futuro. A noção de bens culturais pretendia abranger uma identificação mais ampla com relação ao patrimônio, entendido além do bem histó-

³¹ IPHAN. **Linha do tempo – IPHAN 80 anos**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211/>> Acesso em: 12 mai. 2018.

³² Sobre cada uma dessas fases consultar SANT'ANNA, Márcia G. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990** e FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**.

³³ Boletim SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) n° 17, 1982. p. 14.

³⁴ FALCÃO, Joaquim. A política cultural de Aloísio Magalhães. In: MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 17-29. p. 18.

³⁵ FALCÃO, Joaquim. A política cultural de Aloísio Magalhães. p. 21.

rico. Seria um somatório do já consagrado ao representativo do novo, tal como as diferentes culturas, os saberes, os fazeres e as diversas artes. O último conceito, a noção de cultura jovem, ampara-se na identificação do Brasil, por parte de Aloísio Magalhães, como um país jovem e pobre³⁶. Dessa informação depreende-se uma relação negativa com países velhos e ricos, algo relacionado a dominações que se refletiram na cultura brasileira, ao mesmo tempo em que se via um processo positivo no tocante às manifestações culturais mais espontâneas e inovadoras.

Essa perspectiva de abordar a questão da preservação além do patrimônio já consagrado é referenciada no trabalho do GT, no que diz respeito à aproximação com as cidades-satélites. A similaridade de ideias ocorreu a partir de um conceito criado por Aloísio Magalhães para preservar Brasília, o “tombamento projetivo”. Em entrevista para o Correio Braziliense em 1980, Aloísio Magalhães assim o explica:

[...] eu tenho um plano e já conversei com Oscar Niemeyer e com o doutor Lucio. Na verdade, eu não estou preocupado com o tombamento de pontos específicos, mas com um novo conceito que eu chamo de tombamento projetivo: o que é que vai acontecer com o crescimento de Brasília que descaracterize a cidade? [...] A elaboração desse plano é fundamental para a preservação de Brasília e para ele os critérios não correm o risco de serem desrespeitados. De qualquer maneira deve existir alguma coisa estabelecida³⁷.

Novamente, o medo da descaracterização se torna presente com relação à cidade. Nessa reportagem, Aloísio Magalhães invoca os nomes de Oscar Niemeyer e Lucio Costa como uma forma de sinalizar um possível plano para conter essa descaracterização. Mas o interessante aqui é observar a ideia de preservar Brasília partindo de um projeto. Thiago Perpétuo identifica no “tombamento projetivo” a noção de preservação associada a algo predeterminado, vendo então uma relação com o planejamento original da cidade e não com a sua realidade construída³⁸. Concorrendo com Perpétuo, essa seria uma ação aparentemente contraditória, principalmente ao analisar a trajetória de Aloísio Magalhães buscando se desviar de práticas preservacionistas já consagradas, indo em direção à consideração de práticas sociais cotidianas. A contradição talvez esteja presente também no fato de o designer considerar para a preservação as transformações locais originárias do cotidiano em sociedade e não algo imóvel, como seria um projeto. O GT-Brasília listou essa possibilidade de preservação, assim como outras passíveis de utilização na capital. Essa discussão será o alvo do capítulo 4.

³⁶ MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil.**

³⁷ CORREIO BRAZILIENSE. **Brasília 2º Feldman: o designer norte-americano visto por Aluísio [sic] Magalhães.** Brasília, terça-feira, 20 de maio de 1980.

³⁸ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília.** p. 153.

Resgatando as origens do pensamento de Aloísio Magalhães, vê-se como a discussão de possíveis formas de preservação de bens culturais se materializou na sua atuação no CNRC, criado em 1975. O Centro Nacional de Referência Cultural surgia com o intuito de valorizar o produto brasileiro, buscando discutir a questão da identidade nacional. Como Maria Cecília Londres Fonseca coloca, o Centro não surgia com a intenção de crítica ao IPHAN, mas buscava, a partir de um grupo heterogêneo³⁹, a vinculação da questão cultural ao desenvolvimento nacional⁴⁰. Um dos objetivos principais do CNRC era criar um sistema referencial básico para auxiliar na descrição e análise da dinâmica cultural brasileira, partindo de uma visão prospectiva e abrangendo uma diversidade de áreas do conhecimento. Essa iniciativa visava a uma aproximação maior com a nossa cultura, levando em consideração o contexto em que se inseria cada manifestação associada às suas origens. Aloísio Magalhães amparava suas ações nos valores conferidos pela sociedade e não naqueles considerados eruditos. Como aponta Maria Cecília Londres Fonseca, teve papel importante ao introduzir uma nova noção de bens culturais, aproximando-se do entendimento de patrimônio calcado nas manifestações culturais vivas, inseridas nas práticas sociais contemporâneas⁴¹.

A abordagem de bens culturais associada aos valores identitários da sociedade implicava um olhar para a realidade local, porém, Aloísio Magalhães pretendia uma percepção mais ampla, no sentido da compreensão desses bens sob uma noção de conjunto. Essa ideia pode ser entendida a partir da necessidade de observar cada bem desde o seu processo de criação, passando pela sua documentação, até o seu produto final⁴². Isso também é percebido na proposta de Mário de Andrade para o anteprojeto de criação do SPHAN, em 1936⁴³. A inovação estava, além de um olhar para o futuro, também nessa forma de pensar a partir de uma visão de conjunto, ao tratar o patrimônio de maneira abrangente e ao propor uma única instituição para proteger a totalidade dos bens culturais⁴⁴.

³⁹ Aloísio Magalhães elencou os seguintes participantes iniciais, além dele próprio: Severo Gomes (ministro da Indústria e Comércio) e Vladimir Murtinho (secretário de Educação e Cultura do DF). Posteriormente se juntaram ao grupo os professores da Universidade de Brasília: Fausto Alvim Júnior (matemático), Cordélia Robalinho Cavalcante (documentarista) e Bárbara Freitag (socióloga). (FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. p. 153).

⁴⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. p. 153.

⁴¹ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. p. 161.

⁴² MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. p. 117.

⁴³ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi efetivamente criado a partir do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, de autoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

⁴⁴ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. p. 100.

Aloísio Magalhães buscou retomar essa perspectiva ampliada, entendida a partir de uma visão de conjunto, sobre os bens culturais na proposta do CNRC. E esse olhar sobre o todo implicava o conhecimento a fundo de cada objeto de estudo. A partir disso, torna-se claro como objetivo para sua atuação: “Estudar as formas de vida e atividades pré-industriais brasileiras que estão desaparecendo, documentá-las e, em outra fase, tentar influir sobre elas, ajudando-as a dinamizar-se”⁴⁵. Nesse aspecto, o seu trabalho se aproximava das práticas cotidianas pouco reconhecidas e valorizadas dentro da cultura brasileira. Por isso, haveria a necessidade primária de seu reconhecimento, através da documentação, para depois propor ações mais específicas.

As ideias de Aloísio Magalhães, expostas desde o seu trabalho junto ao CNRC, se amparavam na intenção de reconhecimento daquilo que ainda não havia sido considerado pelas instituições competentes, já responsáveis pelos bens do passado e mais ainda por aqueles bens considerados excepcionais. A sua abrangência pretendia contemplar também os bens ecológicos, a tecnologia, a arte, o fazer e o saber, incluindo a cultura negra e a indígena⁴⁶. O GT-Brasília seguiu essa linha de pensamento ao se aproximar do território do Distrito Federal buscando valorizar as suas origens, que compreendiam desde a arquitetura vernacular até exemplares modernos em madeira. Nesse sentido, vê-se como Aloísio Magalhães abriu caminhos para esse tipo de discussão. Isso foi possível na medida em que o CNRC tinha certa autonomia, por não pertencer permanentemente a nenhum órgão público e ainda por congregar profissionais de diversas áreas, diferentemente do IPHAN, à época composto principalmente por arquitetos.

Essa autonomia dentro do CNRC pode ser discutida sob dois aspectos: o primeiro, conforme Maria Cecília Londres Fonseca aponta, seria a dispersão proporcionada por essa independência, percebida no grande número de trabalhos interrompidos ou inconclusos. O segundo aspecto se coloca a partir da criação de conceitos e formas de lidar com o patrimônio, principalmente ao ver referências a essas questões nas ações futuras dentro do IPHAN⁴⁷. Segundo Márcia Sant’Anna, o CNRC teve, portanto, um papel fundamental ao introduzir mudanças no trato com o patrimônio a partir de novos conteúdos e profissionais⁴⁸. Esse avanço seria refletido na sua incorporação à Fundação Nacional Pró-Memória em 1980. O trabalho do CNRC se tornava complementar ao trabalho do IPHAN. O primeiro atuando em um plano próximo dos bens culturais, e o segundo responsável por questões mais técnicas posteriores ao primeiro contato com esses bens.

⁴⁵ MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. p. 117.

⁴⁶ FALCÃO, Joaquim. **A política cultural de Aloísio Magalhães**. p. 23.

⁴⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. p. 145.

⁴⁸ SANT’ANNA, Márcia G. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. p. 263.

Em 1979, o IPHAN passou a ser dividido internamente em SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e FNPM (Fundação Nacional Pró-Memória). A secretaria funcionaria como órgão normativo, enquanto a fundação, como órgão executivo. Aloísio Magalhães se tornaria então o diretor do IPHAN, levando consigo sua experiência junto ao CNRC. Márcia Sant'Anna identifica no conceito atribuído por Aloísio Magalhães aos bens culturais a fundamentação para o discurso oficial preservacionista, primeiramente no âmbito do SPHAN/Pró-Memória e, posteriormente, nas políticas da Secretaria de Cultura (criada em 1981) do MEC (Ministério da Educação e Cultura)⁴⁹.

A transição para o IPHAN é comentada por Aloísio Magalhães da seguinte maneira: “Passei imediatamente do plano cultural para o plano real”⁵⁰. Esse pequeno trecho sintetiza a mudança de um plano mais prático, a partir de um contato maior com as diferentes culturas, para um plano mais técnico e propositivo de ações preservacionistas. Como se viu, o CNRC desfrutava de certa liberdade e, por isso, tinha a oportunidade de se aproximar mais dos objetos patrimoniais e da comunidade. O IPHAN, por outro lado, pode ser identificado à época como uma instituição mais normativa. A busca por novas formas de se lidar com a cultura tem forte relação com um contexto mais amplo no final da década de 1970 e início da década de 1980, amparando-se em “um caminho privilegiado para a elaboração de novas identidades coletivas e um instrumento fundamental para os grupos sociais que as constroem e que, muito frequentemente, contestam a legitimidade dos patrimônios histórico e artístico nacionais”⁵¹. Esse momento se associa a uma mobilização social pela reconquista de direitos políticos.

O período de transição de 1970 a 1980 é tratado por Maria Cecília Londres Fonseca como um avanço em relação às necessidades políticas e econômicas dos grupos sociais até então esquecidos na fase heroica do IPHAN, que buscava apenas educar a massa sobre os valores patrimoniais⁵². O período de Aloísio Magalhães no órgão (1979-1982) ficou conhecido como fase moderna, representando a transformação da instituição, na qual se agregavam novos valores e meios de ação. O passo seguinte seria em direção à Secretaria de Cultura, que passava a ser o único órgão central nessa área. Aloísio Magalhães então se tornou secretário, em 1981, e seguiu com seu objetivo de afirmação da diversidade cultural no Brasil. Pela sua atuação no campo da preservação de bens, no mesmo ano passou a representar o país no Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO.

⁴⁹ SANT'ANNA, Márcia G. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. p. 265.

⁵⁰ MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. p. 120.

⁵¹ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. p. 170.

⁵² FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. p. 167.

O ano de 1981 foi também marcado pela oficialização dos trabalhos do GT-Brasília, o que envolveu diálogos entre Aloísio Magalhães e os outros futuros membros. O GT viria a ser um grupo a acolher uma diversidade de pensamentos, contemplando pessoas de diferentes origens. Certamente, no decorrer de sua trajetória comungava com algumas ideias propostas por Aloísio Magalhães, como se busca demonstrar em alguns trechos desta dissertação, no entanto, a sua permanência no Grupo foi curta, devido ao seu falecimento em 1982. No próximo item, o GT-Brasília será observado internamente, o que implica também discutir essas referências anteriores ao seu trabalho.

Trajetoária de Aloísio Magalhães

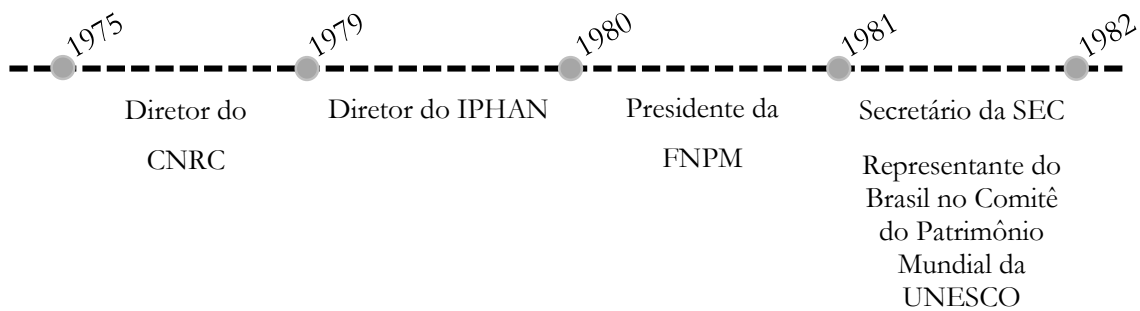


Gráfico 1 – Linha do tempo com a trajetória de Aloísio Magalhães. Fonte: da autora.

As nomenclaturas do IPHAN

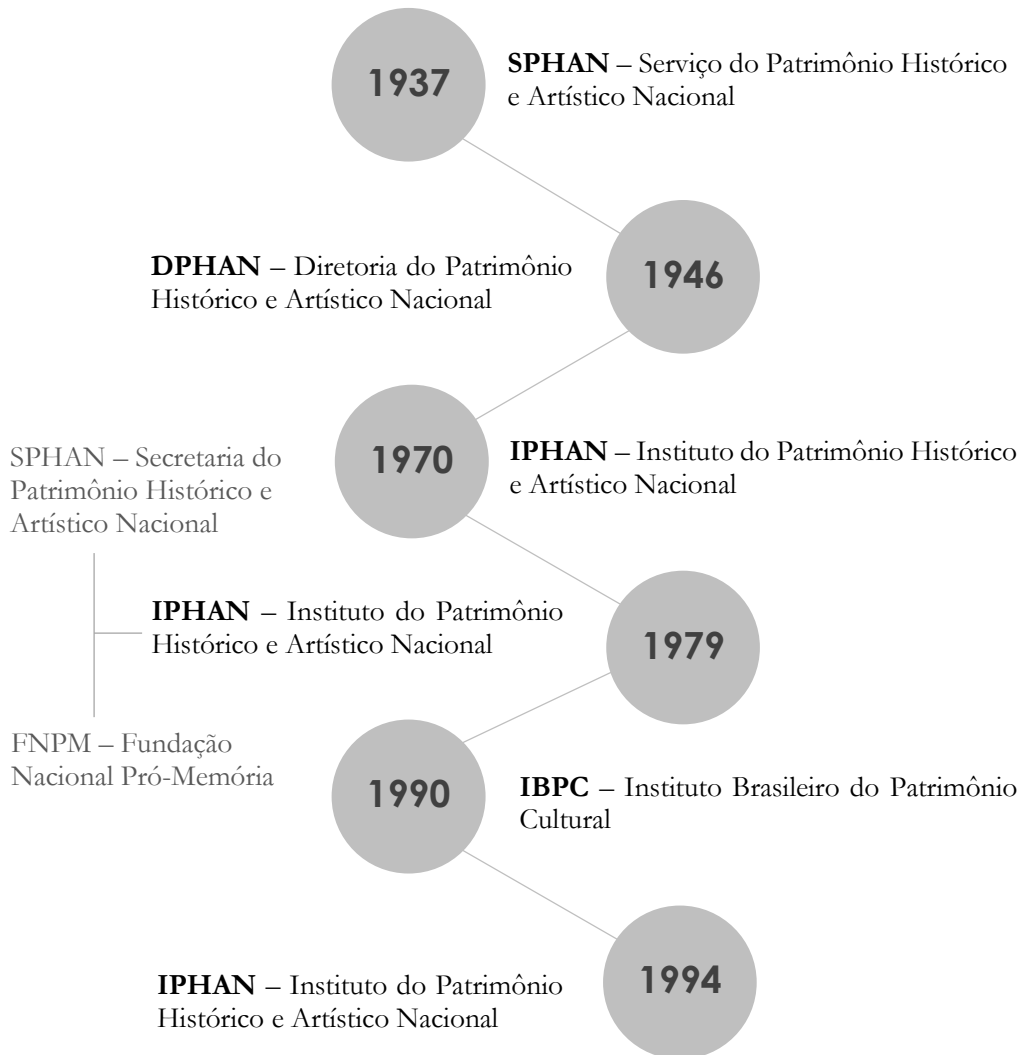


Gráfico 2 – Linha do tempo com as nomenclaturas do IPHAN. Fonte: da autora.

1.3. AS DINÂMICAS INTERNAS DO GT-BRASÍLIA

Neste item, será analisada a formação do GT-Brasília e de seus membros, com o intuito não de personalizar ou meramente eleger protagonistas, mas com vistas a identificar como o específico *background* e a formação teórica e prática de seus membros pode ter contribuído para direcionar propostas e definir linhas de trabalho do Grupo no campo da preservação e do patrimônio. Nesse sentido, busca-se problematizar a atuação de seus colaboradores enquanto participantes de um grupo diversificado que atuou ao longo de quase uma década (1981-1988), no qual implicavam convergências e dissonâncias nas suas visões sobre um mesmo objeto, Brasília.

Seguindo esse propósito, parte-se de uma vasta documentação primária, formada por atas, relatórios e também pela mais recente publicação sobre o trabalho desse Grupo, *GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal*⁵³, na qual consta uma lista com as pessoas que teriam contribuído com o GT. Mesmo com uma vasta documentação como subsídio, não foi possível listar todas as pessoas que passaram por esse trabalho e não é intenção aqui estabelecer um panteão de nomes, mas entender que a identificação de seus membros contribui para a análise das dinâmicas internas do Grupo e das suas propostas.

Optou-se por organizar este item em duas partes: a primeira contemplando a estruturação do Grupo partindo da discussão de como ele se estruturou internamente, mencionando nomes e datas para nortear as discussões; a segunda parte expõe matrizes teóricas e experiências, trazidas pelos próprios membros, que contribuíram para a proposta de preservação de Brasília. Ainda como suporte apresenta-se em paralelo uma linha do tempo com a finalidade precípua de acompanhar o texto, que nem sempre segue uma ordem cronológica. De início, alerta-se que essa provavelmente não é a única forma de observar a atuação do Grupo de Trabalho. Ainda assim, acredita-se que essa organização seja útil para um enquadramento analítico da complexa atuação do GT-Brasília. Sua trajetória é expressiva na elaboração de um método e uma prática de pesquisa que se iniciou pelo DF para depois chegar ao Plano Piloto.

1.3.1. A ESTRUTURAÇÃO DO GT-BRASÍLIA

O Grupo de Trabalho, ao longo de seus oito anos de pesquisas e atuação, contou com a colaboração de diferentes pessoas. Podem ser identificados alguns membros fixos e outros que contribuíam esporadicamente, a depender do assunto tratado. Sua constituição desde o início seria origem tripartite, contemplando profissionais e técnicos da Secretaria de Cultura/SPHAN/Pró-Memória, do GDF (Governo do Distrito Federal) e do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília⁵⁴. Em 1979, iniciaram-se diálogos para que um grupo de trabalho fosse criado com a finalidade de pensar a preservação de Brasília, porém, apenas em 1981 foi oficializado

⁵³ IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal.**

⁵⁴ Em 1962, surgiu o ICA-FAU (Instituto Central de Artes e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). Já na década de 1970, os institutos se separaram e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo passou a se chamar Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Na década de 1980, novamente retornou para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, em separado com o Instituto de Artes. Esse nome permanece até hoje.

pelo Decreto nº 5.819, quando passou a existir uma documentação oficial referente ao seu trabalho⁵⁵. Em diálogo com a documentação encontrada nos acervos pesquisados, foram trazidas as entrevistas realizadas com alguns dos membros do Grupo⁵⁶. Briane Bicca (1946-2018), coordenadora durante o período de atuação do GT, relata como se deu a formação do Grupo de Trabalho:

Em 1979 [...] nessa época Brasília estava crescendo muito, tinha uma agressão imobiliária enorme [...]. O Coutinho [José Carlos Coutinho], o Mello [Walter Mello] e eu fomos conversar com o Aloísio Magalhães, falamos nessa questão muito séria da agressão, da especulação imobiliária e ele [Aloísio Magalhães] aceitou que nós criássemos um GT-Brasília. Então esse GT-Brasília envolvia o Governo do Distrito Federal, a Fundação Nacional Pró-Memória e a UnB. Era o nosso tripé⁵⁷.

Briane Bicca sugere uma constituição de baixo para cima, ou seja, parte do esforço dos próprios futuros membros, e não de uma imposição superior. Dessa forma, a argumentação da arquiteta aponta para um cenário acolhedor da proposta de formação do GT, havendo o interesse de técnicos e especialistas somado ao interesse de autoridades do governo. É importante destacar que não foram encontrados outros registros sobre essa conversa entre Aloísio Magalhães e o grupo de técnicos. Mas identificou-se que, subjacente à fundação do GT, havia uma discussão já em andamento com relação à preservação de conjuntos urbanos e suas implicações para a cidade. E não apenas isso – havia também um debate sobre a salvaguarda da arquitetura moderna. Dessa forma, entende-se que a formação do Grupo de Trabalho fez parte dessa discussão no campo da preservação em que se inseriam instituições como o IPHAN e a UNESCO.

A proposta de formação do Grupo de Trabalho teve impulso em discussões preliminares, das quais participaram ativamente Briane Bicca, arquiteta do SPHAN/Pró-Memória; Walter Mello, representando a Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal; José Carlos Coutinho, professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, e Aloísio Magalhães, secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essa informação pode ser confirmada nas entrevistas de Briane Bicca⁵⁸, José Carlos Coutinho⁵⁹ e Walter Mello⁶⁰. O encaminhamento dessa

⁵⁵ DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981**. Cria o grupo de trabalho para estudar, propor e adotar medidas que visem à preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/SINJ/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=7800> Acesso em: 1 mai. 2018.

⁵⁶ Foram realizadas sete entrevistas presenciais com as seguintes pessoas: Maria Elaine Kohlsdorf, José Carlos Coutinho, Márcio Vianna, Yeda Barbosa, Briane Bicca, Walter Mello e Silvio Cavalcante. Foi realizado contato por e-mail com Eurico Salviati.

⁵⁷ BICCA, Briane. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 22 de agosto de 2017.

⁵⁸ BICCA, Briane. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 22 de agosto de 2017.

⁵⁹ COUTINHO, José Carlos. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 8 de maio de 2017.

⁶⁰ MELLO, Walter. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 8 de novembro de 2017.

proposta viria em uma reunião entre o secretário do SPHAN, Aimé Lamaison (governador do Distrito Federal) e José Carlos de Azevedo (reitor da Universidade de Brasília)⁶¹.

O Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981, para a criação do Grupo de Trabalho cita cinco membros do GT: Hermilo Souto Nóbrega (assessor da Coordenação do Sistema de Modernização Administrativa), Raul Federico José Spinzi Molinas (diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura), Walter Mello (diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura), Rommel Augusto da Silva Castro (diretor da Divisão de Turismo do Departamento de Turismo) e Lelia Madsen de Castro (assessora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras)⁶². O decreto refere-se à participação do Governo do Distrito Federal e do SPHAN/Pró-Memória, porém, cita apenas nomes do GDF. Além desses dois órgãos, a documentação coletada e os entrevistados apontam a participação da Universidade de Brasília durante o período de existência do GT. Em reportagem da EBN (Empresa Brasileira de Notícias), a organização dos órgãos para a formação do GT foi assim designada:

Segundo diretrizes traçadas pelo próprio professor Aloísio Magalhães, que dirigiu os trabalhos iniciais do grupo, a união das três instituições se justifica da seguinte maneira: o governo do Distrito Federal representa a direção mais próxima da cidade; a SPHAN-Pró-Memória detém a competência federal na área do patrimônio cultural e a Universidade de Brasília contribui com o seu grande potencial de reflexão sobre o assunto⁶³.

A formação do GT a partir dessa tríade, SPHAN/Pró-Memória, Governo do Distrito Federal e Universidade de Brasília, deriva da necessidade de discutir Brasília como patrimônio nas esferas local e nacional, buscando profissionais de diferentes áreas que pudessem contribuir para as pesquisas. Mas, além disso, é possível ver que tal arranjo institucional poderia não só render maior aceitação das ideias lançadas e o apoio ao Grupo para dar prosseguimento às pesquisas, como também unir competências em um único ente, o GT-Brasília. Ao mesmo tempo em que as ações dos técnicos encontraram respaldo para a sua formação, por outro lado, enfrentaram resistência às suas proposições quando tiveram seu trabalho preterido no final da consagração de Brasília como Patrimônio Mundial.

A primeira listagem de colaboradores do GT-Brasília, mencionada no Decreto nº 5.819, de 1981, identifica os cinco nomes citados acima (Hermilo Souto Nóbrega, Raul Federico José Spinzi

⁶¹ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até julho de 1982**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 2.

⁶² DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981**.

⁶³ EBN. **Cultura/Tombamento do Plano Piloto**. Reportagem de Angélica Lima. Brasília, 14 de maio de 1985.

Molinas, Walter Mello, Rommel Augusto da Silva Castro e Lelia Madsen de Castro). Com isso, verifica-se a ausência de pessoas como Briane Bicca e José Carlos Coutinho, algo que se entende talvez se justificar por normas jurídicas. O decreto assinado pelo governador do Distrito Federal não teria competência para legislar sobre matéria de âmbito federal. Briane Bicca era arquiteta do SPHAN/Pró-Memória e José Carlos Coutinho estava ligado à Universidade de Brasília. Dessa forma, essas duas instituições pertenciam ao Governo Federal, portanto, não estavam sob a competência do DF.

Outro aspecto que nos traz questionamentos quanto às contribuições iniciais dessas pessoas pode ser percebido através de um documento com a data de 9 de abril de 1981, o qual é assinado pelas cinco pessoas citadas no Decreto nº 5.819⁶⁴. E, novamente, não constam os nomes de Briane Bicca e José Carlos Coutinho. Como esse decreto foi o instrumento a oficializar o Grupo e nele constavam apenas aqueles citados, uma possibilidade seria a de que esses outros dois membros já estivessem atuando, porém, não oficialmente. Destaca-se a ausência de outros documentos expedidos pelos órgãos que compunham o GT alterando seus membros. Uma breve conclusão se apresenta aqui: a falta de uma definição mais clara de quem seriam os membros a participar do GT acompanharia toda a sua trajetória. Sendo assim, identifica-se um caráter flexível e aberto do Grupo, ao mesmo tempo, não há uma noção clara de autoria de suas propostas, mas um trabalho contínuo e integrado de técnicos e profissionais diversos.

No mesmo ano surgiu o Decreto nº 6.154, de 13 de agosto de 1981, no qual o governador delega poderes adicionais ao Grupo de Trabalho já criado pelo outro decreto, em seu Art. 1º:

Fica o Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981, com poderes para:

[...]

b) solicitar aos respectivos chefes a colaboração temporária de servidores do Complexo Administrativo do Distrito Federal⁶⁵.

O que é exposto no último decreto apenas permite ao Grupo solicitar a colaboração de servidores do próprio GDF, e não acrescenta outros nomes à lista do GT. Observando o documento *Grupo de Trabalho Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília: 1ª Reunião*, há uma lista com 15 membros: pelo GDF, Hermilo Nóbrega, Raul Molinas, Walter Mello, Rommel Castro,

⁶⁴ O.I. nº 001/81 – GT/Patrimônio Cultural do Distrito Federal, de 9 de abril de 1981. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

⁶⁵ DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 6.154, de 13 de agosto de 1981**. Delega poderes adicionais ao Grupo de Trabalho instituído conforme Decreto nº 5.819, de fevereiro de 1981. Disponível em: <<http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Diario/3db0518a-1706-3b29-a643-a0b1f680eac2/a9f1a8c1.pdf>> Acesso em: 1 mai. 2018.

Lelia Madsen; representando a UnB, Márcio Villas Boas, Maria Elaine Kohlsdorf, José Carlos Coutinho; Muhdi Koosah e pelo SPHAN, Augusto Carlos da Silva Telles, Henrique Oswaldo de Andrade, Roberto Moreira, Belmira Finageiv, Briane Bicca e Marco Antônio Galvão⁶⁶. Dessa lista, os membros do GDF eram os mesmos constantes no Decreto nº 5.819⁶⁷. Outro detalhe: nesse documento, identificado como o da primeira reunião, não consta uma data ou outras especificações além desses nomes e suas funções dentro de cada órgão.

Outro documento, aparentemente da mesma época do anterior, o *Relatório Preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – Dezembro 1981*, indica que seria 16 o número de participantes do GT, porém, sem especificar as pessoas, e ainda cita que seriam cinco membros os responsáveis pela Comissão Executiva:

[...] encarregada de preparar as reuniões do GT e executar suas decisões. Esta comissão é composta por 5 membros representando as três instituições participantes do GT. As reuniões da comissão executiva do GT têm frequência bi-semanal [sic] enquanto que o GT na sua forma plena se reúne em intervalos variáveis, de acordo com a solicitação de pauta de assuntos e com as fases do trabalho. Sua sede é nas dependências da SPHAN/SEC, que vem prestando todo o suporte necessário às atividades do GT⁶⁸.

Esse último documento não cita nomes, apenas identifica o número de 16 pessoas, uma a mais do que as 15 citadas anteriormente. Uma vez que a documentação referente ao trabalho do GT não apresenta uma cronologia exata e nem todas as atas e relatórios possuem assinaturas, tornou-se impossível não só identificar quem seria exatamente essa pessoa que diferencia um documento do outro, mas fazer uma listagem mais precisa. Esse aspecto coloca questões sobre como o GT atuava, principalmente com relação às convergências e divergências de pensamento quanto à preservação. Mais importante do que a necessidade de uma análise pormenorizada de cada membro que passou pelo Grupo, ou uma análise exata da lista de pessoas que colaboraram ao longo dessa trajetória, observa-se o conjunto das contribuições.

O mesmo Relatório Preliminar de 1981 aponta uma possibilidade de institucionalização do GT-Brasília⁶⁹. De certa forma, o Grupo já nasceu com essa intenção, que seria discutida, por exemplo, no *Relatório de Reunião em 20/09/82*:

⁶⁶ GT-BRASÍLIA. **Grupo de Trabalho Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília: 1ª Reunião, 1981**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 02. (s/p).

⁶⁷ DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981**.

⁶⁸ GT-BRASÍLIA. **Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – Dezembro de 1981**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. (s/p).

⁶⁹ GT-BRASÍLIA. **Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – Dezembro de 1981**. (s/p).

[...] o Grupo de Trabalho estaria auto-encarregado de estudar sua forma de institucionalização, inclusive com reformulação – se estudaria uma célula administrativa permanente, sua composição e competência específica de cada uma das partes [...] ⁷⁰.

Na reunião de 30/09/82, esse assunto foi retomado e colocou-se em discussão a ideia de o GT ser institucionalizado como Conselho Consultivo do Patrimônio, uma espécie de órgão de assessoria direta ao governador ⁷¹. Essa proposta não avançou, pelo que mostram os documentos, e o assunto foi deixado de lado. Apesar de essa ideia não ter se fortalecido, o Grupo auxiliou na estruturação interna dos órgãos ligados ao patrimônio, e esse papel foi factível pela liberdade de circulação possibilitada pela participação de diferentes pessoas dos vários órgãos que compunham o GT-Brasília.

O que esses primeiros documentos contendo a indicação de membros apontam é suficiente para revelar inicialmente um cenário de equilíbrio entre as atuações do GDF, da Secretaria de Cultura e da UnB, algo nem sempre verificado no decorrer das pesquisas. Primeiramente, vê-se como o GT estava se estruturando, principalmente pela busca de profissionais que se alinhassem à inusitada proposta que se tinha: estudar uma cidade jovem e sem parâmetros preestabelecidos para tal ação. Com isso, identifica-se que ocorriam ajustes, principalmente a partir de 1982, quando se vê um foco maior nas ações voltadas para a preservação de Brasília, mas o Grupo ainda se estruturava internamente.

O *Relatório Preliminar*, datado de 1981, parece ser um dos primeiros documentos de síntese escritos pelo GT, indicando a sua organização básica quanto às propostas e frentes de pesquisa ⁷². Desde o primeiro ano de atuação, havia a separação das atividades de trabalho em dois grupos, um que se reunia com mais frequência e menos pessoas, e um segundo grupo mais amplo. Em outro relatório, de 22 de junho de 1981, fica evidente a divisão em grupos para diferentes frentes de trabalho que se reuniam praticamente de maneira independente ⁷³. Com relação a essa divisão, a partir de março de 1982, o GT funcionava com a Comissão Executiva e a Secretaria Técnica, como consta no documento *Síntese dos trabalhos até julho de 1982* ⁷⁴. A comissão era representada pela maioria dos membros e se reunia em intervalos não regulares, de acordo com a demanda das discussões. Esse grupo maior, como mostra a documentação, era formado por pessoas de diferentes órgãos. Vários participantes, portanto, realizavam atividades paralelas às pesquisas.

⁷⁰ GT-BRASÍLIA. **Relatório de reunião em 20/09/82**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 1.

⁷¹ GT-BRASÍLIA. **Relatório de reunião em 30/09/82**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

⁷² GT-BRASÍLIA. **Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – Dezembro de 1981**. (s/p).

⁷³ GT-BRASÍLIA. **Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília – VI reunião, de 22 de junho de 1981**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

⁷⁴ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até julho de 1982**.

Durante a trajetória do GT-Brasília, o seu quadro de membros foi sendo alterado constantemente, a depender do andamento das pesquisas. No ano de 1981, dos cinco nomes oficiais trazidos pelo primeiro decreto, esse número subiu para 15 e depois para 16 pessoas. Já no ano seguinte, a pauta da reunião do dia 9 de setembro de 1982 propôs como ponto a ser discutido a reformulação do Grupo de Trabalho, cujos objetivos eram: “Ampliar a área de competência e atuação do Grupo, através da participação de novos membros, de outras áreas profissionais, quer a nível de consultoria ou de efetiva integração ao Grupo de Trabalho”⁷⁵.

A operacionalização dessa proposta ocorreu com a integração de novos membros em dois níveis, primeiro com a criação de Comissões Consultivas temporárias, com finalidades específicas; e em um segundo nível caberia a efetivação de novos membros, partindo-se de uma ideia de reformulação do GT. Essa integração, no entanto, ocorreria primeiramente em termos gerais e não ainda em âmbito da Comissão Executiva⁷⁶. Essa proposta de reformulação aparentemente demonstra uma iniciativa para organizar o Grupo, principalmente ao direcionar os membros para o que chamavam de Comissão Consultiva. Nessa ocasião, a Comissão Executiva parece ser uma espécie de cúpula onde as decisões seriam tomadas, e apenas alguns membros contavam com tal função. Constavam na pauta da reunião do dia 9 de setembro de 1982, pelo GDF, Raul Molinas e Walter Mello; pela UnB, José Carlos Coutinho, Maria Elaine Kohlsdorf e Muhdi Koosah; pelo SPHAN, Augusto Carlos da Silva Telles, Henrique Oswaldo de Andrade, Roberto Moreira, Belmira Finageiv, Briane Bicca e Marco Antônio Galvão; além da Secretaria Técnica, Márcio Vianna e Yeda Barbosa⁷⁷. Entre esses, os representantes da Comissão Executiva eram: Raul Molinas, Walter Mello, José Carlos Coutinho, Maria Elaine Kohlsdorf, Belmira Finageiv, Briane Bicca, Márcio Vianna e Yeda Barbosa.

A equipe existente efetivou a perda de quatro nomes a contar daqueles de 1981. Hermilo Nobrega, Rommel Castro, Lelia Madsen e Márcio Villas Boas aparentemente deixaram o Grupo. É interessante notar que os três primeiros nomes constam no primeiro decreto de criação e seriam os representantes do GDF. Dessa forma, já é possível perceber como a formação do GT viria a se modificar ao longo do tempo e também se diversificar. A princípio, era uma equipe composta basicamente por arquitetos, mas ao longo de suas pesquisas houve a necessidade de interagir com outras áreas. Na mesma pauta da reunião do dia 9 de setembro de 1982 há a proposta de novos

⁷⁵ GT-BRASÍLIA. **Relatório de reunião em 09/09/82**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 1.

⁷⁶ GT-BRASÍLIA. **Relatório de reunião em 09/09/82**. p. 1-2.

⁷⁷ GT-BRASÍLIA. **Relatório de reunião em 09/09/82**. p. 1.

membros – são eles: Fernanda Fonseca (GDF), Haily Dias (GDF), Adalgisa do Rosário (História/UnB), Roque Laraia (Sociologia/UnB), José Oswaldo Penna (Estudos Sociais/UnB) e Ezequias Heringer (Botânica/UnB)⁷⁸.

No ano de 1982, pôde-se ver a estruturação das pesquisas do GT. Diversos documentos mostram a discussão sobre como trabalhar a cidade e também a busca por novos profissionais, inclusive de outras áreas de conhecimento, para que pudessem contribuir ao que já vinha sendo realizado. Um exemplo é a *Reunião em 20.08.82*, que discute a possibilidade de inclusão de novos membros e também a organização das próximas reuniões⁷⁹. Passando para 1983, poucos documentos referentes às pesquisas do Grupo foram encontrados nos arquivos. Entre eles, destacam-se algumas atas de reuniões e relatórios mostrando certa variação de pessoas, a depender do tema abordado naquele dia.

Apesar da ausência de documentos, a ata de reunião do dia 15/12/83 identifica a “atuação descontínua e problemática da representação do GDF no Grupo de Trabalho, impossibilitando plena interação das partes que compõem o grupo”⁸⁰. Outras atas apontam a escassez de pessoas para atuar nas funções internas, além das dificuldades no orçamento para as atividades. Essas colocações reforçam a ideia de que o GT efetivou contribuições esporádicas e teve oscilações no número de membros ao longo de sua trajetória. Em parte, essas variações podem ser justificadas por dificuldades no orçamento e também pela percepção de que, conforme os trabalhos avançavam em determinados temas, diferentes pessoas se aproximavam ou se afastavam em função da necessidade. Por exemplo, o ano de 1983 foi marcado pelo afastamento de dois pesquisadores para realizar aperfeiçoamento no exterior, Muhdi Koosah e Maria Elaine Kohlsdorf.

Os anos seguintes seguem aparentemente essa mesma lógica, de entrada e saída de pessoas, e também, quanto ao funcionamento interno, haveria um grupo trabalhando de maneira fixa, a Secretaria Técnica, e um segundo grupo representado pela Comissão Executiva, e ainda o GT em sua forma plena, contando com contribuições esporádicas. Em certos anos, como 1984, não foram encontrados documentos suficientes que permitam problematizar mais a fundo a atuação do GT. A partir de 1985, há um aumento em número da documentação encontrada, chegando ao seu ápice em 1987, o ano de reconhecimento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade perante a UNESCO. Dessa forma, é possível observar uma dinâmica um pouco diferente no interior do

⁷⁸ GT-BRASÍLIA. **Relatório de reunião em 09/09/82**. p. 2.

⁷⁹ GT-BRASÍLIA. **Reunião em 20.08.82**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. (s/p).

⁸⁰ GT-BRASÍLIA. **Relatório de reunião em 15/12/83**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. (s/p).

Grupo. Retomando essa documentação, pode-se perceber o ano de 1985 como bastante movimentado, pois foi quando se concluíram diversas frentes de trabalho em andamento até aquele ano. O *Relatório Síntese de 1985*, como o próprio nome o identifica, expõe os primeiros resultados mais concretos com relação ao trabalho geral⁸¹. Durante entrevista, Maria Elaine Kohlsdorf menciona uma ordem da Secretaria de Cultura à época para que o GT apresentasse algum resultado de suas pesquisas, que viria a ser esse relatório⁸².

O *Relatório Síntese de 1985* abrangeu os diversos temas tratados ao longo dos anos iniciais de trabalho⁸³. Um exemplo foi a pesquisa sobre os acampamentos de obras, através de um texto intitulado *Acampamentos pioneiros*, referência de julho de 1985, sob coordenação de Walter Mello, Briane Bicca e equipe; além de Carlos Madson Reis, Libania Lopes Cabezon e Silvio Cavalcante pelo SPHAN⁸⁴. Pode-se perceber esse período de meados da década de 1980 como uma etapa voltada à exposição dos resultados iniciais das pesquisas e não só a finalização de uma primeira fase de levantamentos e consolidação de dados, mas também o começo de uma segunda etapa, com a necessidade de se pensar uma legislação para o Distrito Federal, como aponta Thiago Perpétuo⁸⁵. Esse estágio é explicado pelo documento *Andamento dos trabalhos em março/abril de 1985*:

A presente etapa de estudos do GT-Brasília procura verificar as conclusões a que se pôde chegar com a etapa anterior de caracterização, esboçando diretrizes de preservação, de modo a permitir a dinâmica do desenvolvimento da cidade sem entraves e obstáculos a esse processo que seria normal e muito mais dinâmico, no caso da capital com tão pouca idade; diretrizes de preservação essas que, em contrapartida, fixam a importância da proteção a certos caracteres fundamentais da cidade, que sejam princípios urbanísticos, paisagísticos ou edificações propriamente ditas, recomendando sua preservação, mediante regulamentação de uso e ocupação do solo ou tombamento, conforme mais apropriado a cada caso⁸⁶.

Havia necessidade de continuação dos trabalhos e, a partir disso, houve a assinatura de um Protocolo de cooperação técnica em 1985, afirmando parceria entre GDF, SPHAN e UnB. Esse documento, de forma mais específica, aponta o direcionamento das ações do GT para questões práticas, no sentido de realinhar a proposta inicial do Grupo ao período em que já se encontravam

⁸¹ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc, 1985.

⁸² KOHLSDORF, Maria Elaine. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 30 de agosto de 2016.

⁸³ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc.

⁸⁴ GT-BRASÍLIA. **Acampamentos pioneiros. Brasília – julho de 1985.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

⁸⁵ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília.** p. 175.

⁸⁶ GT-BRASÍLIA. **Andamento dos trabalhos em março/abril de 1985.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 02. (s/p).

resultados mais apurados, assim, buscava-se “articular e orientar as políticas de ocupação territorial”⁸⁷. Esse protocolo menciona que o GT já havia mapeado o seu objeto de estudo, Brasília, e iniciava uma fase diferente.

O objetivo inicial do GT-Brasília era estudar a capital com vistas à sua preservação. Após um período de trabalhos envolvendo a compreensão inicial da cidade, o Grupo julgou natural avançar em propostas mais concretas. Começava-se a pensar em termos técnicos o que poderia ser efetivamente realizado para salvaguardar a capital. Com a busca por uma legislação que amparasse o modelo de preservação pretendido, houve a prerrogativa de se aproximar de assuntos jurídicos. Dois colaboradores aparecem aqui, Paulo Affonso Leme Machado e Toshio Mukai, responsáveis pela consultoria jurídica do GT. Foram encontrados dois documentos justificando essa colaboração: *Diretrizes para a área de preservação de interesse especial de Brasília: aspectos jurídico-institucionais*⁸⁸ e *Breve análise do anteprojeto de legislação para a preservação do patrimônio histórico, cultural, natural e urbano do Distrito Federal*⁸⁹. No primeiro documento consta o ano de 1987, e o segundo não apresenta data, mas pode-se inferir ser do mesmo ano ou algo próximo, uma vez que o GT escrevia a legislação de preservação.

Retomando o período entre 1985 e 1986, o Grupo de Trabalho transferiu o local de trabalho de parte de sua equipe técnica para a Vila Planalto, como mostra o documento *Início do trabalho conjunto GT-Brasília/FSS (Fundação do Serviço Social) e a proposta para a Vila Planalto*⁹⁰. A partir daí houve o contato mais estreito do Grupo com líderes comunitários e também com moradores que participavam das discussões para a preservação. Ainda que exista esse documento citando como ocorreria essa parceria entre o GT e a comunidade da Vila Planalto, não foram encontrados registros dessas reuniões nem de quem eram essas pessoas. Essa aproximação do Grupo com a população foi importante para o desenvolvimento das suas pesquisas, algo que será discutido no segundo capítulo.

⁸⁷ Protocolo de cooperação mútua que entre si celebram o Distrito Federal, o Ministério da Cultura e a Universidade de Brasília, com o intuito de promover a sua participação conjunta na preservação do patrimônio histórico, cultural e natural do Distrito Federal, em 12 de dezembro de 1985. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 02.

⁸⁸ MACHADO, Paulo Afonso Leme; MUKAI, Toshio. **Diretrizes para a área de preservação de interesse especial de Brasília: aspectos jurídico-institucionais**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

⁸⁹ MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Breve análise do anteprojeto de legislação para a preservação do patrimônio histórico, cultural, natural e urbano do Distrito Federal**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 02.

⁹⁰ GT-BRASÍLIA. **Início do trabalho conjunto GT-Brasília/FSS (Fundação do Serviço Social) e a proposta para a Vila Planalto, 1986**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 02.

Entre 1985 e 1987, houve grande movimentação dentro do GT, uma vez que o governador José Aparecido de Oliveira havia entrado em cena e articulava a candidatura de Brasília a Patrimônio Mundial. O Grupo de Trabalho fez um movimento para que então fosse escrito o Dossiê Brasília. Essa discussão será melhor abordada no capítulo 5, porém, é pertinente mencionar aqui que o GT concentrou seus esforços para transformar as pesquisas nesse dossiê. O que se sabe desses anos gira quase exclusivamente sobre a candidatura da capital e aparentemente poucas reuniões com outros assuntos foram realizadas, pois praticamente não são encontradas mais atas e relatórios com ações internas do GT. As comunicações ocorriam entre o Grupo e pessoas externas a ele, como com o governador José Aparecido de Oliveira, e também Lucio Costa. Maria Elaine Kohlsdorf detalha como o GT-Brasília agiu nesse período específico da candidatura de Brasília perante a UNESCO:

[...] foi preenchendo uma série de itens que a UNESCO coloca para preencher. Tem que responder aquilo, mas que nem de longe o que foi efetivamente o trabalho dos oito anos. Existe uma memória que não tem como a gente colocar em nenhum tipo de documento, que é a memória do próprio trabalho, da própria dinâmica, do cotidiano, da construção [...] ⁹¹.

As colocações da arquiteta permitem perceber uma sugestão de certa tensão entre os propósitos do Grupo e os objetivos da UNESCO. Esse conflito daria suporte à posterior escolha de como Brasília seria preservada. Maria Elaine Kohlsdorf também aponta em sua entrevista que o responsável por fazer chegar esse dossiê até o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) foi Augusto Carlos da Silva Telles, secretário do SPHAN no Rio de Janeiro, no ano de 1986⁹². Após o dossiê ser entregue, os técnicos do GT se debruçaram sob o anteprojeto de lei para a preservação de Brasília, uma das exigências da UNESCO para a candidatura da cidade⁹³. Esse documento, datado de 1987, não foi aceito e ficou em caráter preliminar, não constando assinaturas ou seus participantes.

Após a tentativa do Anteprojeto de Lei, aparentemente o GT perdeu a sua função e mais uma vez quase não se encontram documentos identificando o encerramento do Grupo. Há apenas um ofício da coordenadora de conservação do SPHAN, Sylvia Braga Alves de Souza, para o secretário do SPHAN (RJ), Augusto Carlos da Silva Telles, colocando o encerramento do GT-Brasília, que seria incorporado à 8ª Diretoria Regional, com a finalidade de prestar acompanhamento das

⁹¹ KOHLSDORF, Maria Elaine. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 30 de agosto de 2016.

⁹² KOHLSDORF, Maria Elaine. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 30 de agosto de 2016.

⁹³ A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) tem importante papel no reconhecimento e proteção dos bens patrimoniais. Essa instituição atua em cooperação com as instituições nacionais para a preservação do patrimônio. Portanto, a UNESCO reconhece os bens culturais em parceria com as nações que os guardam. O papel de tombamento e de execução de uma legislação de salvaguarda fica a cargo de cada país.

questões afins à preservação e desenvolvimento de Brasília aos organismos locais com tais atribuições⁹⁴. Márcio Vianna explicou assim o encerramento do Grupo:

O nosso trabalho era de pesquisa e proposta preliminar, isso estava feito. Do nosso trabalho fazia parte colaborar para a estruturação dos três órgãos, que também já existiam. Já tinha o departamento de patrimônio no GDF. No IPHAN, ainda era a junta de Goiás, Centro-Oeste, mas já era uma área consolidada. [...] Então perdeu o sentido inicial, propositivo, pois esse tinha se cumprido e porque os órgãos que tinham que assumir mesmo a questão já tinham assumido⁹⁵.

O que Márcio Vianna aponta se torna visível no Dossiê Brasília que trazia as pesquisas do GT estruturadas, e também alguns textos produzidos para o *Relatório Síntese de 1985* demonstram isso⁹⁶. Aparentemente, um último movimento do GT foi a realização do *Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988*⁹⁷. Nesse documento novamente não consta uma lista dos membros, apenas citam-se as contribuições de Maria Elaine Kohlsdorf, Muhdi Koosah e Eurico Salviati no corpo do texto e apresenta-se a assinatura de Yeda Barbosa. Desse encerramento, explícito no ofício acima, os membros do Grupo foram incorporados à 8ª Diretoria Regional, correspondente à época à Região Centro-Oeste, como explica Márcio Vianna. Essa incorporação, no entanto, não fica clara através da documentação nem de pesquisas em bibliografia.

A recente publicação do trabalho do GT-Brasília pelo IPHAN, em 2016, identifica 43 membros que teriam participado do Grupo ao longo de toda a sua trajetória⁹⁸. A publicação deixa claro que seriam nomes de “integrantes ativos e constantes, mas, também, de coparticipantes ocasionais e daqueles que contribuíram, ainda que brevemente, em alguma atividade pontual e temporária”⁹⁹. Essa listagem em grande parte pôde ser confirmada pela documentação primária, porém encontram-se nomes que participaram em diferentes situações e não constam nessa lista, e o oposto também ocorre.

⁹⁴ Of. CC/SPHAN/FNPM nº 1095A, de 20 de dezembro de 1988. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 03.

⁹⁵ VIANNA, Márcio. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 17 de julho de 2017.

⁹⁶ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc.

⁹⁷ GT-BRASÍLIA. **Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 03.

⁹⁸ Nessa publicação constam: Andréa Zarattini, Antônio Menezes Jr., Augusto Carlos da Silva Telles, Augusto Puccineli, Belmira Finageiv, Briane Bicca (coordenadora), Carlos Madson Reis, Claudia M. de Araújo, Denise Gouvêia, Dulce B. Barroso, Dulce M. Rodrigues, Eurico João Salviati, Fernanda Fonseca, Fernando Falcão, Haily Dias, Henrique Oswaldo de Andrade, Hermilo Nobrega, José Carlos Coutinho, José Galvão Jr., Lelia M. de Castro, Marcelo dos Santos Sá, Márcio Vianna, Márcio Villas Boas, Marco Antônio Galvão, Marco Antônio Guimarães, Maria Elaine Kohlsdorf, Mario Júlio Krüger, Muhdi Koosah, Nicolau Abdu El-Moor, Paulo Affonso Machado, Raul Federico Molinas, Regina Cândida Neves, Roberta M. Rocha, Roberto Moreira, Rommel Augusto Castro, Sandra Zarur, Silvio Cavalcante, Susana P. de Almeida, Toshio Mukai, Umbelina Maria Julião, Vera Americano do Brasil, Walter A. Mello e Yeda Barbosa.

⁹⁹ IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. p. 165.

1.3.2. MATRIZES TEÓRICAS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O item anterior, ao destacar a estruturação do GT, leva a ver como o Grupo de Trabalho se organizava internamente ao longo de sua trajetória desde 1979 até 1988. A intenção, neste item, é destacar algumas matrizes teóricas e experiências associadas ao trabalho de alguns membros. Novamente, o objetivo não é identificar precisamente a atuação de cada colaborador, mas antes observar ideias gerais e específicas de algumas colaborações que subsidiaram as análises coletivas do Grupo.

A organização interna do GT a partir da Secretaria Técnica e da Comissão Executiva demonstra dois níveis de atuação. O primeiro nível, o da Secretaria Técnica, corresponde à base dos trabalhos, principalmente ao observar que os profissionais que ali atuavam foram os responsáveis pelo contato imediato com o objeto de estudo, seja a partir das análises documentais, ou pelo trabalho *in loco*. O material técnico coletado pela secretaria pode ser visto como o alicerce para as discussões na Comissão Executiva, o segundo nível. Essa comissão possuía um caráter mais decisivo após as pesquisas iniciais realizadas pela secretaria e contava com um maior número de pessoas das mais diferentes áreas.

A Secretaria Técnica era representada por profissionais que foram contratados para realizar uma grande diversidade de trabalhos, desde visitas a campo nas cidades-satélites, por exemplo, até levantamentos bibliográficos. Nas pesquisas verificou-se que Márcio Vianna e Yeda Barbosa eram os responsáveis pela Secretaria Técnica¹⁰⁰. Márcio Vianna, durante entrevista, relata que após a sua formação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília foi contratado para atuar junto ao GT¹⁰¹. Yeda Barbosa se juntou ao Grupo ao mesmo tempo em que Márcio Vianna, mas como estagiária inicialmente, uma vez que ainda concluíra sua graduação na universidade. Após a sua formação como arquiteta e urbanista foi efetivada no Grupo de Trabalho, assim como Márcio Vianna.

Márcio Vianna e Yeda Barbosa, da Secretaria Técnica, iniciaram os trabalhos de levantamento das antigas fazendas existentes no território do Distrito Federal. Havia a necessidade de que essa pesquisa fosse realizada em campo, dessa forma, os técnicos e alguns estagiários se organizavam para visitar locais como Planaltina e Brazlândia. Após as pesquisas com as áreas rurais e urbanas desses núcleos, os acampamentos de obras de construção da capital foram contemplados. Os resultados desse trabalho inicial podem ser vistos na edição de dois textos que constam no *Relatório*

¹⁰⁰ GT-BRASÍLIA. **Relatório de reunião em 03/06/82**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

¹⁰¹ VIANNA, Márcio. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 17 de julho de 2017.

Síntese de 1985 – são eles: O vernáculo da região Centro-Oeste e Conjuntos representativos da época da construção de Brasília, ambos de Márcio Vianna¹⁰².

Observando a atuação e a organização interna do GT, pode-se afirmar certa independência entre a Secretaria Técnica e a Comissão Executiva, uma vez que os técnicos se reuniam em local e horários fixos para o trabalho e também seguiam um cronograma próprio. Um produto dessa dinâmica pode ser verificado no documento *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto*, que foi enviado pela Secretaria Técnica para a Comissão Executiva. Essa secretaria estava alocada na sede do SPHAN, mesmo local da maioria das reuniões da comissão, mas esta, em algumas situações, ocupava espaços diferentes e contava com um grupo maior, a depender da pauta daquele período¹⁰³.

A autonomia de certas partes do Grupo, a exemplo da Secretaria Técnica, também pôde ser verificada quando o GT incorporou trabalhos já em andamento antes de sua criação, como é o caso das pesquisas de Muhdi Koosah. Professor da Universidade de Brasília, o pesquisador foi incorporado ao Grupo de Trabalho no primeiro ano e trouxe suas pesquisas, ainda em andamento, sobre os acampamentos de obras, como relata Briane Bicca¹⁰⁴. Muhdi Koosah foi o responsável pelo contato inicial com os acampamentos de obras da construção de Brasília. Junto com alunos da UnB se incorporou ao Grupo e trouxe sua metodologia de trabalho e resultados então mais recentes, principalmente com relação aos registros históricos de cada acampamento¹⁰⁵.

Muhdi Koosah trabalhava com uma metodologia baseada na análise da documentação historiográfica dos assentamentos humanos construídos. Essa proposta parece ter a intenção de observar esses acampamentos de obras a partir de suas origens e não somente uma análise baseada na realidade física daqueles espaços na década de 1980. Consta tal proposta na pesquisa intitulada: *Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF*¹⁰⁶. Outros documentos posteriores demonstram que a sua participação no Grupo seria exclusivamente relacionada aos acampamentos de obras.

¹⁰² Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília. UnB/GDF/Minc.

¹⁰³ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto. 1982.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

¹⁰⁴ BICCA, Briane. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 22 de agosto de 2017.

¹⁰⁵ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 5-6.

¹⁰⁶ KOOSAH, Muhdi. **Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

Silvio Cavalcante (DEPHA) iria se juntar ao Grupo posteriormente, por volta do ano de 1985, para abordar a questão específica dos acampamentos de obras, algo na qual já vinha trabalhando antes de integrar a equipe do GT, segundo relatou o arquiteto em entrevista¹⁰⁷. Seus interesses voltados a esses exemplares do período da construção de Brasília colocaram-no à frente das discussões sobre a Vila Planalto. Silvio Cavalcante foi um dos representantes do GT-Brasília nas discussões que ocorreram para a fixação desse antigo acampamento de obra¹⁰⁸. Pode-se afirmar que nessa dinâmica os membros do GT traziam diferentes contribuições associadas às suas origens no meio acadêmico ou institucional.

Outra atuação específica que merece destaque é a de Walter Mello. Como apontado anteriormente, foi um dos primeiros a pensar na formação do GT, mas extrapolando o Grupo de Trabalho, teve papel importante ao colaborar para a criação do arquivo público de Brasília em 1985. Identifica-se na ação de preservar o acervo documental do DF um amplo esforço de considerar a memória da capital representada também através de seus escritos, fotografias etc. Desde antes de 1981, como relata em entrevista, vinha organizando a documentação referente à cidade, e dentro do GT seu trabalho continuou nessa linha¹⁰⁹. A sua contribuição foi considerável para a descoberta de documentos sobre os acampamentos de obras e a história da capital. Mais uma vez, pode-se refletir o quão amplo foi o trabalho do GT, possibilitando diferentes frentes de atuação dentro do conjunto das pesquisas.

Outra pesquisadora que se juntou ao GT, ainda em 1981, trazendo sua metodologia de trabalho foi Maria Elaine Kohlsdorf. A arquiteta e urbanista foi convidada a participar do Grupo como consultora para assuntos relacionados ao desenho urbano da cidade. Professora da UnB à época, Maria Elaine Kohlsdorf relata sobre a sua origem ligada ao planejamento urbano, principalmente com a temática da percepção espacial aplicada à cidade e observou que esta “não é um fato apenas espacial, mas um fato socioeconômico, cultural, político”¹¹⁰. Com essa visão, a arquiteta foi a principal responsável pela metodologia de análise do Plano Piloto, baseada em categorias físico-espaciais. A caracterização do espaço central da cidade será abordada especificamente no capítulo 4. A arquiteta se afastou do Brasil no ano de 1983 para realizar uma especialização no *Staedtebauliches Institut*, sob orientação de Michael Trieb¹¹¹. Sua pesquisa esteve centrada em estudos sobre a configuração urbana e pode ver-se refletida em elementos utilizados posteriormente nos trabalhos

¹⁰⁷ CAVALCANTE, Silvio. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 29 de janeiro de 2018.

¹⁰⁸ OE. s/nº, 1987. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 03.

¹⁰⁹ MELLO, Walter. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 8 de novembro de 2017.

¹¹⁰ KOHLSDORF, Maria Elaine. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 30 de agosto de 2016.

¹¹¹ Michael Trieb é arquiteto e urbanista alemão, também professor universitário. Suas pesquisas mantêm o foco em questões antropocêntricas para o planejamento urbano e também desenvolveu o chamado *Urban City Design* (*Stadtgestaltung*).

do GT. Maria Elaine Kohlsdorf retornou no ano seguinte (1984) ao Grupo e trouxe sua contribuição ao propor um diálogo da problemática da caracterização dos espaços de Brasília com as referências alemãs aportadas na metodologia da morfologia¹¹².

Assim como Maria Elaine Kohlsdorf, José Carlos Coutinho, também professor da Universidade de Brasília, trouxe suas experiências no campo da docência e principalmente no trato com questões patrimoniais para as pesquisas do GT-Brasília. Do trabalho realizado pela UnB vê-se uma via de mão dupla, no sentido de ter o GT aproximando as matrizes teóricas e as experiências práticas no âmbito de suas discussões.

Essas breves colocações sobre algumas contribuições específicas permitem ver que o Grupo de Trabalho iniciou suas pesquisas a partir de ideias e iniciativas preexistentes, o que não significa dizer que os rumos pretendidos já estavam traçados anteriormente. Muito do que pôde ser concluído para a preservação de Brasília veio se construindo ao longo do caminho, com o apoio da valiosa bagagem que os diversos profissionais trouxeram. A visão de um trabalho em constante formação se associa à ideia de que, enquanto contribuía para o trabalho no GT, as pessoas permaneciam com suas atividades em seus órgãos de origem. Com exceção da Secretaria Técnica, que se dedicava exclusivamente às pesquisas do Grupo, os demais profissionais atuavam paralelamente em outras áreas. Outro aspecto a se notar nessa estrutura aberta é a proximidade com os órgãos gestores de Brasília. Fisicamente, os técnicos ocupavam o SPHAN/SEC, mas lembrando que colaboravam pessoas de diferentes órgãos nas esferas local e federal; isso possibilitou que o GT tivesse o apoio necessário para avançar em seu objetivo de preservar a capital. Esse apoio veio não somente do suporte físico, ao disponibilizar o espaço, mas também pelo empréstimo de seus técnicos e material, cedendo insumos e equipamentos.

No ano de 1985, data do *Relatório Síntese de 1985*, boa parte das pesquisas preliminares estava concluída, principalmente aquelas que demandavam certa exploração do território, como no caso das antigas fazendas, de Planaltina e Brazlândia e dos acampamentos de obras¹¹³. Ainda sobre esse relatório e as contribuições dos membros do GT, esse documento sugere certo grupo mais atuante. Essa possibilidade está associada à frequência com que esses nomes vêm aparecendo na totalidade dos documentos coletados. São eles: Briane Bicca, Maria Elaine Kohlsdorf, Márcio Vianna e Yeda Barbosa. Nesse relatório constam também outros quatro nomes: Antônio Menezes (estudante de

¹¹² KOHLSDORF, Maria Elaine. A preservação dos espaços urbanos: marco teórico para Brasília. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016.

¹¹³ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal, UnB/GDF/Minc.

arquitetura), Fernando Falcão (estudante de arquitetura), Marcelo dos Santos Sá (estudante de arquitetura) e Eurico Salviati (professor da UnB). Esse último contribuiu especificamente com a questão do meio natural e a preservação da paisagem do Distrito Federal¹¹⁴.

Com relação a certo protagonismo desses quatro primeiros nomes (Briane Bicca, Maria Elaine Kohlsdorf, Márcio Vianna e Yeda Barbosa), há algumas justificativas. Primeiro, a questão da permanência ao longo de praticamente todo o período de oito anos; segundo, a liderança que se pode apontar nas diferentes frentes de pesquisa. Maria Elaine Kohlsdorf, como se colocou anteriormente, trouxe a metodologia para a abordagem do Plano Piloto, Márcio Vianna e Yeda Barbosa, como membros da Secretaria Técnica, elaboraram um extenso trabalho de campo sobre a história da cidade, levando em consideração seus processos de sedimentação e o vernáculo da região¹¹⁵.

A coordenadora do GT, Briane Bicca, foi figura importante ao participar do Grupo desde as primeiras discussões para sua formação até a assinatura do Dossiê Brasília para a candidatura da cidade perante a UNESCO. A arquiteta era a pessoa responsável pela assinatura dos documentos e não somente isso, havia a necessidade de articular as reuniões dentro do GT, como assim explica:

[...] Aloísio Magalhães tinha isso como ótica, a pessoa era coordenadora, mas não tinha salário, nem posto nem coisa nenhuma. Ela era porque era aceita pela equipe, não era regalia, eram só responsabilidades¹¹⁶.

Sobre a sua função específica, Briane Bicca coloca:

Como eram três entidades, eu articulava as três. Eu aprendi a articular foi nesse tempo, e assim ter que tratar com visões muito diferentes das minhas. Então eu acho que isso me ajudou bastante também, pois eram temas polêmicos, as opiniões eram as mais opostas possíveis [...]¹¹⁷.

Esse trecho permite o entendimento de uma função política também, representada por esse papel de articulação necessária entre as três entidades. No campo intelectual, Briane Bicca, assim como Maria Elaine Kohlsdorf, teve sua formação e experiências associadas ao pensamento da cidade sob a lógica do planejamento urbano e isso seria importante para os direcionamentos do Grupo. Brasília ainda era um objeto desconhecido, em termos de como preservar a sua arquitetura

¹¹⁴ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016.

¹¹⁵ KOHLSDORF, Maria Elaine. A preservação dos espaços urbanos: marco teórico para Brasília.

¹¹⁶ BICCA, Briane. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 22 de agosto de 2017.

¹¹⁷ BICCA, Briane. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 22 de agosto de 2017.

moderna, e as bases trazidas pelos pesquisadores certamente ajudaram a trilhar o caminho ainda em construção. Briane Bicca foi arquiteta da Pró-Memória e através dessa instituição teve contato direto com Aloísio Magalhães e com outros técnicos que lidavam diretamente com o patrimônio.

Considerando-se a extensão desse trabalho, bastante aprofundado, e pode-se dizer atual, é possível avançar um pouco além do período de atuação do GT para observar seus desdobramentos em situações posteriores. Diversas pessoas que contribuíram nessa formação continuaram trabalhando na área de patrimônio, alcançando inclusive postos de destaque. Como exemplos, Briane Bicca, que foi coordenadora de cultura do escritório da UNESCO no Brasil; Silvio Cavalcante foi diretor do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além de fundador do Museu Vivo da Memória Candanga; Walter Mello, como mencionado, fundou o ArPDF (Arquivo Público do Distrito Federal); Carlos Madson Reis hoje é superintendente do IPHAN/DF; Yeda Barbosa está atualmente na Coordenação de Espaços Museais e Arquitetura no IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus); Márcio Vianna atua no IPHAN; e Maria Elaine Kohlsdorf foi professora da Universidade de Brasília, estando aposentada hoje.

Essa pequena listagem coloca em discussão o quão importante foi o trabalho do GT, não apenas pela efetivação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, mas pela leitura feita da cidade enquanto objeto de estudo no campo preservacionista. É possível identificar nas pesquisas do Grupo de Trabalho uma visão prospectiva, apontando para a possibilidade de desdobramentos posteriores. Esse trabalho também foi importante para o processo de institucionalização e consolidação das discussões no seio dos órgãos responsáveis pela preservação da cidade.



Gráfico 3 – Linha do tempo com a trajetória do GT-Brasília. Fonte: da autora.



CAPÍTULO 2 – O GT-BRASÍLIA: ABORDAGENS E METODOLOGIAS

2.1. O MODO DE CONCEBER O PATRIMÔNIO

O trabalho do GT-Brasília pode ser entendido como uma pesquisa ampla sobre a cidade de Brasília, não apenas pela sua duração de quase uma década (1981 a 1988), mas igualmente pelo território abrangido, contemplando todo o Distrito Federal. Além disso, utiliza-se o termo “pesquisa” no sentido de observar que o Grupo de Trabalho buscou estudar e investigar a capital a partir de um questionamento acerca de como preservá-la. O GT se aproximou de conceitos e premissas associados ao campo patrimonial, sobretudo aqueles que traziam uma abordagem do meio urbano. Dessa forma, neste item pretende-se discutir tanto os paralelismos com as noções vigentes à época quanto as dissonâncias de ideias que ensejaram a proposição de novos parâmetros para

observar Brasília. Busca-se debater o modo como o GT-Brasília deteve-se na questão do patrimônio e os instrumentos propostos por esse Grupo para sua análise. Essa perspectiva envolve o apoio da bibliografia específica sobre Brasília, a documentação referente ao GT, ainda algumas cartas patrimoniais e escritos no campo do patrimônio.

O início dos trabalhos no GT-Brasília oficialmente data de 1981, ano dos primeiros relatórios e atas encontrados nos arquivos da cidade. O *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – Dezembro de 1981* aponta como ponto de partida: “A necessidade de conservar o patrimônio histórico, artístico e paisagístico de Brasília não tem sido, até agora, enfrentada de forma culturalmente consciente, tecnicamente sistematizada e politicamente institucionalizada”¹. A proposta anunciada nesse relatório tem como princípio um olhar mais alargado em relação ao patrimônio, ao considerar as vertentes históricas, artísticas e paisagísticas. Essa visão vai ao encontro de um pensamento difundido na década de 1980, partindo de um deslocamento de ações que antes se voltavam para a valorização do monumento isolado e movimentavam-se para o reconhecimento também de um contexto urbano². Esse pensamento se alinha a novos conceitos discutidos na época, a exemplo de como os técnicos percebiam a dimensão urbana associando-a a uma leitura de cidade que compreendia um planejamento urbano voltado para a realidade local.

Para observar esse movimento se retoma brevemente à década de 1960, quando houve a publicação da Carta de Veneza, de 1964³. Esse documento traz a percepção de que o monumento histórico compreende a arquitetura isolada e também os sítios urbanos ou rurais representativos de grandes criações, ou ainda de obras mais modestas. A Carta, ao expandir o entendimento do que seria patrimônio, traz novas discussões com relação ao modo de tratar as cidades, sobretudo ao considerar que “o monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere”⁴. Também na década de 1960 o cenário brasileiro foi receptivo a novas práticas patrimoniais, a exemplo das visitas técnicas realizadas pela UNESCO. A organização enviou ao Brasil, em 1964, Paul Coremans, restaurador belga, e em 1966 Michel Parent, inspetor principal dos Monumentos Franceses, ambos com a finalidade de assessorar o IPHAN na sua política para a conservação do patrimônio.

Paul Coremans veio ao Brasil com a intenção de avaliar as medidas utilizadas para a preservação e conservação de bens culturais. Também havia a intenção de propor mudanças com relação

¹ GT-BRASÍLIA. *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – Dezembro de 1981*. (s/p).

² FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*.

³ A Carta de Veneza representa as conclusões do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em 1964. ICOMOS. *Carta de Veneza*.

⁴ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. p. 200.

aos procedimentos para lidar com o patrimônio⁵. Michel Parent, por outro lado, teve papel fundamental nessa política ao trazer a concepção internacional associada à proposta de ampliação dos tombamentos considerando não mais apenas o edifício isolado, seguindo na mesma direção da Carta de Veneza. Além disso, Michel Parent também identificou um grande potencial turístico no país ao realizar um diagnóstico sobre as cidades de Paraty, Salvador, Olinda e Ouro Preto⁶.

A questão do patrimônio urbano vinha sendo discutida desde o início do século XIX, a partir das reformas urbanas europeias, como analisa Françoise Choay⁷. Referenciando a ampliação da noção de patrimônio a partir da Carta de Veneza, entende-se como ocorreram as ações nas instituições brasileiras, sobretudo no IPHAN. No Brasil, como indicado por Márcia Sant'Anna, houve um processo gradativo de incorporação de novas ideias e premissas. Entre as décadas de 1970 e 1980, os processos de tombamentos registrados pelo IPHAN mostram essa transformação de reconhecimento de fragmentos urbanos em trechos de cidades e centros históricos. Françoise Choay cita ainda como exemplo os casos de Paraty e Porto Seguro, que tiveram seus tombamentos atingindo todo o município⁸.

O período de 1970 a 1980 testemunhou mudanças na forma de gerir o patrimônio. Aloísio Magalhães iniciava seu percurso institucional, primeiro dentro do CNRC, a partir de 1975, depois no IPHAN, entre 1979 e 1981 e, por último na Secretaria de Cultura, a partir de 1981 até 1982, ano de seu falecimento. A discussão específica sobre Aloísio Magalhães, indicada no capítulo anterior, leva a ver um paralelismo entre o pensamento do IPHAN e o do GT-Brasília. Nas palavras de Thiago Perpétuo:

[o GT] [...] considerou a utilização do instrumento de preservação, o instituto jurídico do tombamento, em moldes que se assemelham aos tradicionalmente operados pelo IPHAN, protegendo bens ou elementos isolados, e, mais tarde, mesmo conjuntos urbanos inteiros⁹.

Aloísio Magalhães, como se viu, teve papel relevante frente às instituições nacionais ao lançar luz sobre questões relacionadas à valorização das culturas locais, representando um elo entre o IPHAN e o GT-Brasília. O período de 1970 a 1980 se estende, na visão de Maria Cecília Londres

⁵ LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **As missões da Unesco no Brasil: Paul Coreman**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. p. 5.

⁶ SANT'ANNA, Márcia G. de. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. p. 207.

⁷ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**.

⁸ SANT'ANNA, Márcia G. de. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. p. 238.

⁹ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. p. 169.

Fonseca, para o estímulo à participação social, por meio da colaboração entre o Estado e a sociedade¹⁰. Essa perspectiva também se relaciona com a reabertura democrática vivenciada no Brasil, culminando na elaboração da Constituição Brasileira de 1988.

A participação social foi um dos meios utilizados pelo Grupo para auxiliar na compreensão do que deveria ser preservado em Brasília. O trabalho com a população se concretizou em uma pesquisa de imagem sobre o Plano Piloto, com o objetivo “de extrair da comunidade que vivencia o Plano Piloto de Brasília as indicações daquelas características da cidade que são consideradas fundamentais e de reivindicável preservação”¹¹. A partir disso, propunha-se um meio de salvaguarda que atendesse às demandas sociais ao mesmo tempo contemplando uma visão mais técnica do GT. É importante ver nessa atitude do Grupo de Trabalho uma primeira possibilidade de ouvir parte da população. Até aquele momento pouco se sabia do pensamento coletivo a respeito de Brasília. Portanto, essa pesquisa trouxe, além de um aporte para a seleção do que seria preservado, novas informações a serem debatidas que antes não estavam em pauta.

O GT-Brasília buscou a valorização cultural, destacando o fator humano como o principal, a partir de um pensamento voltado à cultura local, com base em suas práticas cotidianas e técnicas construtivas. Novamente, o pensamento de Aloísio Magalhães pode ser associado, principalmente ao se relembrar suas ideias com relação à noção de cultura. Esse ponto de vista pode ser visto no trabalho do GT, especialmente no trato com a arquitetura vernacular e com os antigos acampamentos de obras, ao identificar que “tanto no meio urbano como no meio rural a riqueza das manifestações culturais mostra uma grande potencialidade para a manutenção e resgate de práticas cotidianas ainda vivas na comunidade”¹².

A proposta do GT partia da ideia de que a preservação do Plano Piloto não seria possível sem resgatar a história desse lugar associada às práticas cotidianas da comunidade, principalmente ao se deparar com um território marcado por diferentes morfologias de períodos distintos. O termo “mosaico” foi utilizado para designar esse território entendido como “altamente descontínuo, transbordando os limites da área original, conhecida como Plano Piloto, e do próprio Distrito Federal”¹³. A identificação dessa característica no território sinalizava que seria preciso resgatar as

¹⁰ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. p. 34.

¹¹ BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 112-121. p. 112.

¹² GT-BRASÍLIA. **Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988**. (s/p).

¹³ BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. A memória de Brasília. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. p. 56.

origens desse espaço, observando desde práticas construtivas em madeira da década de 1950, até retornar ao século XIX com técnicas em adobe ou pau-a-pique.

A questão da abordagem “tecnicamente sistematizada” pode ser entendida ao observar o método de trabalho empregado pelos técnicos do GT-Brasília. Pode-se ver esse método associado à maneira como suas ações eram disciplinadas, a partir da realização de trabalhos em campo, consulta e organização de documentos, envolvendo ainda o aparato teórico e conceitual. Complementando esse planejamento, o *Documento de orientação à 1ª reunião do Grupo de Trabalho*, de março de 1981, expõe:

A prospecção e a revisão enviam diretamente para um comportamento de planejamento, ou seja, do acompanhar e orientar a evolução de algo ao longo de um prazo de tempo mais largo, segundo uma diretriz consciente e não por procedimentos pontuais casuísticos, produzidos por reflexos a estímulos passageiros¹⁴.

O que o GT aponta nesse trecho como uma “diretriz consciente” pode ser associado à proposta de um “Plano de preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília”, um dos objetivos que se explicita, por exemplo, na entrevista de Briane Bicca para o Correio da UNESCO, em 1984¹⁵. Esse plano para a preservação é citado em outros documentos, porém, aparentemente se perdeu no decorrer do caminho, o que também é possível de se justificar pela trajetória que tomou o trabalho do Grupo ao preparar a candidatura de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade¹⁶. Esse assunto será discutido com mais atenção no capítulo 5.

O ponto de partida para a discussão da preservação de Brasília pelo GT talvez tenha decorrido de uma ideia vigente na época, como indica Thiago Perpétuo, o medo da descaracterização da cidade¹⁷. O *documento de orientação à 1ª Reunião do Grupo de Trabalho* aponta essa preocupação com as “inúmeras intervenções pontuais sobre seu território, resultando em alterações na sua concepção original, agregando-se a isso as pressões decorrentes do seu crescimento geométrico”¹⁸. Apesar de o Grupo de Trabalho nesse início ter se voltado para discussões sobre as possíveis alterações em Brasília, no decorrer das pesquisas se sobressai a intenção de preservar a cidade a partir de suas características “essenciais”, inclusive reconhecendo que alterações eram possíveis.

¹⁴ GT-BRASÍLIA. **Documento de orientação à 1ª reunião do Grupo de Trabalho, 1981**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 3.

¹⁵ BICCA, Briane. Brasília, um futuro a preservar. In: Correio da UNESCO – **A arte na América Latina**. Setembro/1984. Ano 12. n° 9. Brasil. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 22.

¹⁶ O Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília também é explicitado no **Documento para discussão nº 2 – plano de etapas da atividade de caracterização do Plano Piloto** (s/d), com autoria de Maria Elaine Kohlsdorf.

¹⁷ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**.

¹⁸ GT-BRASÍLIA. **Documento de orientação à 1ª reunião do Grupo de Trabalho, 1981**. p. 1.

O temor com relação à descaracterização da cidade viria também da dificuldade em lidar com as alterações do projeto de Lucio Costa. Porém, como retrata Antônio Carlos Carpintero em sua tese, o projeto da capital teve mudanças introduzidas a partir das críticas do júri do concurso para a escolha do projeto antes de começar a sua construção. O autor também destaca que se fez “necessário tomar algumas decisões relativas à própria construção da cidade”¹⁹. Mesmo que se considere que tais alterações ocorreram com alguma naturalidade em decorrência da transposição do projeto para a realidade construída, Brasília tem filiação própria e seus criadores ainda se encontravam vivos e ativos nas discussões sobre a cidade na década de 1980.

O primeiro momento em que se atentou para a necessidade de alguma preservação contra um possível desvirtuamento da cidade foi ainda nos anos 1960, quando Juscelino Kubitschek envia o já referido bilhete para Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do IPHAN, expressando a necessidade de um tombamento como “barreira às arremetidas que já se anunciavam vigorosas”²⁰. Essa foi apenas a primeira situação que ratifica o temor de perda das características essenciais da cidade relacionadas ao seu projeto original. Ao longo da história de Brasília, como discute Thiago Perpétuo em sua dissertação de mestrado, haveria a retomada desse tema.

O trabalho do GT se insere nessa discussão ao se perceber nas suas ações a necessidade de olhar para trás valorizando o que foi projetado, porém, ao mesmo tempo se ansiava por um olhar em busca de um modo novo de preservar a cidade. Em texto produzido para a UNESCO, Briane Bicca confirma essa visão:

Brasília encontra-se em uma encruzilhada: ou mantém a sua individualidade ou se despersonaliza, como tantas outras cidades sem fisionomia própria. Lastimável seria abandonar a sua inegável vocação de patrimônio do futuro²¹.

O debate envolvendo o projeto para Brasília e a realidade construída não se encerraria no momento das pesquisas do GT, podendo ser retomado posteriormente, quando foi efetivada a sua preservação. Não se pretende avançar nessas discussões, mas é necessário ver esse temor da descaracterização a partir de diferentes nuances, que envolvem não só o projeto, mas o contexto político, econômico e também social.

As discussões iniciais apontadas pelos primeiros relatórios do GT nos colocam em posição de vê-lo em construção, no sentido de agregar pessoas, na estruturação interna enquanto grupo e também na formação de premissas e conceitos. Uma discussão que justifica esse embasamento em

¹⁹ CARPINTERO, Antônio Carlos Cabral. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998**. São Paulo, 1998. Tese (D)-USP/Faculdade de Arquitetura. São Paulo, 1998. p. 156.

²⁰ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. p. 133.

²¹ BICCA, Briane. **Brasília, um futuro a preservar**. p. 22.

formação diz respeito ao termo “tombamento”, a princípio sendo usado com cautela e buscando certo afastamento desse instrumento para Brasília. De maneira sutil, poderia ser referenciado na postura de “preservar de modo a disciplinar sem obstacularizar [sic] o desenvolvimento normal do DF”²². Buscava-se a preservação sem um possível congelamento da cidade. Em diferentes documentos essa ideia é retomada, sobretudo ao enfatizar a jovialidade de Brasília associada à perspectiva de crescimento e o respeito ao projeto de Lucio Costa para a continuidade da cidade.

As indagações do GT envolvendo o modo como Brasília deveria ser preservada, propondo o tombamento ou não, ampara-se também na relevante discussão de se considerar o plano proposto para a cidade em dualidade com a transposição para a realidade. Percebe-se a pesquisa do Grupo se alicerçando em uma cidade real, porém, com um legado de temporalidades associada aos seus antecedentes, que mereceram atenção no momento de propor a sua preservação. Essa proposta de olhar o passado também envolveu um extenso trabalho sobre as morfologias urbanas presentes no território do DF, trazendo considerações no *Relatório Síntese de 1985*²³. Desde o princípio fica evidente a importância dada às chamadas preexistências da capital possuindo diferentes origens associadas à arquitetura de cada época, o que levou a um mapeamento do território imediatamente ao redor do Plano Piloto, para depois possibilitar a chegada a esse objeto principal. A ordem das pesquisas seguia, portanto, a lógica de fora para dentro, ou seja, do entorno para a área central de Brasília.

A partir dessas questões pertinentes ao tratamento da totalidade territorial, discutia-se a melhor maneira para preservar a cidade sem impor obstáculos ao seu posterior desenvolvimento. O GT-Brasília defendia a ideia de que o tombamento implicaria a cristalização do espaço urbano. Apesar de não citar explicitamente o termo “tombamento”, o documento *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983* identifica essa ideia:

[...] não se pode entender que preservar espaços urbanos significa cristalizá-los, tanto nos seus aspectos de forma ou composição aparente, quanto na destinação de atividades que ocorram nos mesmos; proceder de tal modo seria ignorar a característica fundamental do espaço urbano, e que lhe comunica precisamente mutação ao invés de permanência [...]²⁴.

O *Documento para discussão nº 1: a preservação do Plano Piloto* coloca as justificativas do GT-Brasília para a recusa de que:

²² GT-BRASÍLIA. **Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – Dezembro de 1981.** (s/p).

²³ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília. UnB/GDF/Minc.

²⁴ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983.** p. 15.

A primeira refere-se à grande escala e complexidade dos assentamentos, o que torna difícil e onerosa a aplicação do tombamento [...]. Uma segunda razão diz respeito às características tradicionais do tombamento, que – mesmo passíveis de alteração – ainda o colocam como um instrumento bastante resistente às transformações do objeto ao qual se aplica; neste sentido, pode-se ver uma clara incompatibilidade entre este instrumento e uma característica básica do espaço urbano, segundo a qual ele se transforma [...]²⁵.

A intenção do Grupo de Trabalho parece clara quanto à rejeição ao tombamento para o perímetro urbano, porém, ainda buscava realizar alguns estudos para possibilitar novas propostas no lugar desse instrumento. As preocupações dos membros do Grupo se pautavam, como vê-se nesse trecho, em questões de ordem técnica, mas também consideravam necessário o debate incluindo o fato de Brasília ser uma representante da arquitetura moderna e não haver até então um modelo de preservação para cidades modernistas. Em consonância com essa rejeição, pode-se observar um quadro mais amplo, já discutido anteriormente, no qual o processo de reconhecimento de cidades como patrimônio ainda se construía.

A preservação de áreas urbanas remete ao início do século XX, quando a Carta de Atenas (1931) identifica a possibilidade de preservação de conjuntos maiores²⁶. Até a década de 1960 sítios urbanos eram abordados em decorrência da preservação do monumento histórico²⁷. Françoise Choay²⁸ observa esse processo em relação ao global em função da “mundialização dos valores e das referências ocidentais” simbolizados pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972²⁹. Do mesmo modo, destaca-se o tratamento dado ao patrimônio urbano inicialmente associado à exploração turística, a exemplo da Norma de Quito³⁰ e, posteriormente, o reconhecimento da própria cidade de Quito pela UNESCO, em 1978. Observando o contexto nacional, o IPHAN na década de 1980 ainda lidava com questões de como tratar o contexto urbano de maneira a contemplá-lo em um mecanismo que envolvesse a preservação, ao mesmo tempo em que permitisse seu desenvolvimento. Essas indagações em grande escala refletiam o contexto internacional, levando algum tempo para que o patrimônio urbano fosse reconhecido não mais exclusivamente em função de um monumento histórico isolado.

Observa-se o trabalho do GT através de um questionamento de como preservar uma cidade e, mais ainda, uma cidade modernista. A construção de ideias dentro do Grupo acerca dos instrumentos preservacionistas foi evoluindo no decorrer das pesquisas. Ao mesmo tempo em que

²⁵ GT-BRASÍLIA. **Documento para discussão nº 1 – a preservação do Plano Piloto**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 5-6.

²⁶ SOCIEDADE DAS NAÇÕES, **Carta de Atenas**.

²⁷ SANT'ANNA, Márcia G. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. p. 60.

²⁸ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. p. 207.

²⁹ UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**.

³⁰ ICOMOS. **Norma de Quito**.

se afastava a ideia de um tombamento para o ambiente urbano, essa proposta seria cogitada para algumas edificações existentes em áreas anteriores à Brasília e também no Plano Piloto. Thiago Perpétuo coloca esse posicionamento talvez como uma questão estratégica, mais do que uma convicção de eficácia de tal instrumento³¹. O documento *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto* demonstra esse cuidado com o trato desse tema³². A princípio havia a intenção da preservação em níveis, pensando na delimitação de áreas de proteção e apenas em situações pontuais estudava-se o tombamento. A visão do tombamento por parte do GT-Brasília se alinha a uma noção tradicional desse instrumento associada muitas vezes à imobilização do bem tombado, o que se justifica ao observar um trabalho em construção como o do GT.

2.1.1. A PESQUISA DE IMAGEM COM A POPULAÇÃO

O GT-Brasília empreendeu suas pesquisas sobre Brasília a partir de um olhar abrangente, envolvendo a amplitude do território do DF e também uma diversidade de temas. Essa noção torna-se evidente no método de pesquisa utilizado. Como exposto anteriormente, o Grupo observou a cidade de diferentes maneiras e ao se aproximar do Plano Piloto levou em consideração a necessidade de identificar a opinião da população. Antes de determinar quais características seriam preservadas, optaram por realizar uma pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília. Partindo desse método específico de consulta à população e que traria alguns desdobramentos para as seguintes etapas do trabalho do GT, optou-se por observar com mais atenção essa pesquisa.

A pesquisa junto à população é referenciada em uma diversidade de documentos e encontra-se na íntegra em três deles: a primeira pode ser vista na *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*³³; a segunda, no *Relatório Síntese de 1985*³⁴; e, por fim, na publicação *GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal*³⁵. A análise de cada um desses documentos nos fez perceber que o primeiro relatório é o mais completo. Entre o segundo documento e a publicação de 2016, as diferenças se manifestam apenas quanto a pequenas correções ortográficas. Essas partes suprimidas podem gerar opiniões divergentes. Em todas as perguntas do

³¹ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. p. 170.

³² GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto**.

³³ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985**. Arquivo Público do Distrito Federal.

³⁴ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília. UnB/GDF/Minc.

³⁵ BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF.

questionário faltam itens que faziam parte do documento aparentemente original, e não são expostos os resultados em forma de *ranking*, como se pode ver no primeiro relatório. Alerta-se para as diferentes possibilidades de apreensão a depender do documento utilizado. A justificativa para essa diferença entre os relatórios talvez se manifeste na necessidade de resumir as informações para a organização do *Relatório Síntese de 1985*, que abarcava uma diversidade de temas em um documento sintético.

A ideia de consulta à população ganhou corpo em 1983, quando se finalizavam as etapas preliminares com as cidades-satélites e paralelamente começavam os trabalhos com o Plano Piloto, como identificado no documento *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*:

Paralelamente à caracterização do Plano Piloto, pelo corpo técnico do GT-Brasília, vem sendo desenvolvida pesquisa de opinião pública com o objetivo de realizar tal trabalho com base na vivência da comunidade interessada – a própria população de Brasília – para que sejam conhecidas e levadas em conta suas necessidades e expectativas³⁶.

A justificativa para tal ação se baseia na necessidade de ouvir a população, ato que se reconhece ser importante naquele momento, tendo em vista o reduzido papel dessas pessoas nas decisões da cidade, partindo do projeto original de Lucio Costa até as transformações identificadas na urbe: “desde o princípio tem reduzido o campo de participação da população no processamento de sua própria História”³⁷. Nessa ação de ouvir as pessoas existe o papel do interlocutor e o papel do entrevistado, e essa relação implica uma coprodução entre o entrevistado e o entrevistador.

A pesquisa junto à população foi organizada com questões objetivas e subjetivas, no total de nove. Na primeira fase, um questionário preliminar foi aplicado para 100 funcionários da Fundação Nacional Pró-Memória, como uma forma de teste, objetivando possíveis correções. Houve também a cooperação de técnicos da Codeplan (Coordenação do Desenvolvimento do Planalto) e do Departamento de Estatística da Universidade de Brasília. Segundo Márcio Vianna³⁸ e Briane Bicca³⁹, em entrevista concedida à autora, o questionário seguia os moldes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Essa informação, no entanto, não foi encontrada na documentação consultada.

Os técnicos do GT-Brasília julgaram necessário considerar, na pesquisa, o fato de a cidade já possuir, 20 anos após sua inauguração, uma população fixa, representada tanto por aqueles originários de outros estados quanto por aqueles nascidos na capital. Esse dado colocou em debate a

³⁶ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*. p. 20.

³⁷ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. (s/p).

³⁸ VIANNA, Márcio. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 17 de julho de 2017.

³⁹ BICCA, Briane. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 22 de agosto de 2017.

ideia de que essa população dava uma identidade própria à cidade. A primeira geração natural encontrava-se na faixa dos 20 anos e, como aponta a pesquisa, “compõe atualmente [década de 1980] consistente massa crítica, por sua própria condição de apreender todo repertório de referências culturais peculiares à Brasília”⁴⁰. Apesar dessa consideração, o questionário acolheu opiniões de uma grande variedade de pessoas, desde os jovens nascidos na cidade até aqueles que vieram transferidos de diversos lugares do Brasil.

O período de atuação do GT pode ser visto em paralelo a grandes transformações na cidade. Nesse caso, é imprescindível trazer o aporte das pesquisas de Aldo Paviani. O geógrafo identifica essas transformações de maneira objetiva: entre a década de 1970 e a de 1980, a população passava de 546.896 habitantes para 1.138.835, um aumento de 622.000 pessoas⁴¹. Esses dados apontam um crescimento exponencial, mas também implicam uma significativa relação entre o Plano Piloto e as regiões administrativas, colocando questões como a proporção de empregos e moradias em lados opostos. Apesar de não estar expressa nos documentos referentes à pesquisa do GT, é possível perceber uma atenção dada pelos técnicos a essa questão ao incluírem a população do DF nas amostras e não somente os moradores do Plano Piloto.

As atas e, principalmente, os relatórios do Grupo de Trabalho expõem a intenção de um contato maior com a população. Como exposto no documento *Grupo de trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília – VI reunião, de 22 de junho de 1981*, as propostas baseavam-se nas seguintes ideias: trabalho com crianças a partir da articulação com o Programa de Comunicação da Pró-Memória; autogestão das superquadras e subprefeituras; uso dos espaços culturais; pesquisa de opinião pública; utilização de unidades tombadas para fins comunitários; promoção do inventário dos museus públicos do DF com a finalidade de aproveitamento da capacidade física; e a questão da representação política do DF⁴². Esse contato com a sociedade se manifestaria a partir de diferentes ordens, contemplando, acredita-se, propostas de gestão, métodos de trabalho e também sugestões para uso dos espaços.

A trajetória do GT-Brasília demonstra que apenas a pesquisa de opinião pública foi realizada, as demais ideias não avançaram. As justificativas não foram encontradas nos documentos, mas podem ser verificadas nos encaminhamentos dos trabalhos. O Grupo buscou abranger vários temas referentes a Brasília, porém, em um dado instante precisou-se focar em questões mais específicas da preservação, não havendo espaço nem recursos para a sua ampliação. De início, o GT

⁴⁰ BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF. p. 112.

⁴¹ PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. p. 89.

⁴² GT-BRASÍLIA. **Grupo de trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília – VI reunião, de 22 de junho de 1981**.

não apresentava um período específico para sua duração, porém, as questões foram se encaminhando para o seu encerramento após oito anos de trabalho, novamente não dando margem para a ampliação de suas pesquisas.

O GT trabalhou durante um período em que uma significativa parcela da população se mobilizava em prol da reabertura política e de uma busca por direitos, entre eles a participação cidadã. O ápice disso foi o movimento das Diretas Já, entre 1983 e 1984. Assim, percebe-se como o momento em que a cidade vivia já sinalizava para a necessidade de incluir a população nas decisões políticas. Yeda Barbosa sintetiza como o contexto de mudanças sociais influenciou nas pesquisas do Grupo:

Na linha do tempo você vai vendo as coisas se moldarem do mesmo jeito que você vê desde a ditadura até a abertura política, e as formas diferenciadas que vai se tendo da participação da população nos processos ao longo do tempo. No começo era uma coisa de gabinete que a gente tentava ao máximo sair do gabinete, mas que era muito forte, e que vai levando até chegar a um processo mais participativo, não dentro dos moldes desejáveis, preconizados inclusive pelo Estatuto da Cidade, mas que na época era o que a gente tinha, essa possibilidade de conduzir [...]⁴³.

O que Yeda Barbosa relata em sua entrevista relaciona como o papel social foi ganhando destaque para as decisões da cidade a partir da abertura política. Pode-se ver esse processo de incluir a população como um caminho para a gestão participativa. Até a década de 1980, pode ser identificada no Brasil a ausência desse modelo de gestão. Segundo Ana Elisabete Medeiros, um dos primeiros referenciais que merece ser citado é o trabalho de Jarbas Vasconcelos como prefeito do Recife incentivando a participação da população através do programa “Prefeituras nos bairros”, realizado a partir de 1986⁴⁴. A autora assim destaca o conjunto de ações em Recife:

Portanto, muito além de um instrumento de apropriação dos discursos do planejamento global ou da preservação patrimonial em prol do desenvolvimento integrado, é sobretudo como parte de uma estratégia de reconquista da autonomia e fortalecimento local, tendo por bases uma descentralização político-administrativa e uma gestão democrática e participativa, que “Uma estratégia para revitalizar o Centro do Recife” se delinea e, em seguida, torna-se realidade⁴⁵.

⁴³ BARBOSA, Yeda. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 18 de julho de 2017.

⁴⁴ MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. **Materialidade e imaterialidade criadoras: o global, o nacional e o local na construção social do patrimônio cultural – o bairro do Recife como caso**. Tese de doutorado. Brasília: Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília – SOL/UnB, 2002. p. 301.

⁴⁵ MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. **Materialidade e imaterialidade criadoras: o global, o nacional e o local na construção social do patrimônio cultural – o bairro do Recife como caso**. p. 267.

Ana Elisabete Medeiros observa nessa ação no Recife referências ao Plano de Recuperação do Centro Histórico de Bolonha, de Pier Luigi Cervellati, realizado em 1969, associando a recuperação do centro urbano com a participação da população. Completando essa ideia, Andréa Sampaio coloca que o “Plano [de Recuperação do Centro Histórico de Bolonha] propunha salvaguardar o bairro como tecido social segundo princípios urbanísticos”⁴⁶. Apesar de ambas as propostas terem enfrentado críticas, principalmente com relação à forma de participação popular, são exemplos que demonstram a possibilidade de conciliar a preservação do patrimônio com questões sociais.

Ao demonstrar brevemente uma parte desse processo de incluir a população nas decisões, entende-se que o trabalho do GT-Brasília com a pesquisa de imagem ocorria de maneira preliminar ainda, o que não invalida essa atitude. E esse trabalho do Grupo não foi isento de críticas, como se vê na exposição de Sandra Ribeiro criticando o caráter restrito da ação do GT ao observar a presença da população apenas nessa pesquisa, salvo como ela mesma coloca, na Vila Planalto, onde houve um contato maior. A autora indica que: “Essa abordagem induz à ilusão da participação na medida em que a expressão de opiniões, por parte dos entrevistados, não os transforma em atores políticos ativos”⁴⁷. É preciso certo cuidado em relação a um posicionamento crítico sobre esse trabalho junto à população, principalmente ao considerar que as práticas de gestão que hoje estão consolidadas sequer existiam naquela época. Portanto, pode-se fazer críticas às imprecisões e ausências na pesquisa de imagem realizada pelo GT, mas pode-se ver esse ato como um início para lidar com a consulta a uma parcela da população.

Primeiramente, foram selecionadas mil pessoas, seguindo proporcionalmente o contingente populacional de cada região administrativa existente no período⁴⁸. O *Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988* aponta a necessidade de se obter um percentual mínimo da população, além de consultar não só aqueles que aqui moravam, mas também as pessoas que usavam essa parte da cidade para diferentes atividades⁴⁹. Esse relatório explica:

A intenção dessa pesquisa foi no sentido de se atingir um percentual mínimo da população, capaz de qualificar a amostragem como estatisticamente confiável, para a partir de seus dados poder-se inferir tendências de opinião sobre a temática da preservação para

⁴⁶ SAMPAIO, Andréa. **Centros históricos de Bolonha e do Porto: lições de reabilitação urbana para o debate contemporâneo**. Revista CPC, n. 23, p. 40-64, 9 ago. 2017. p. 49.

⁴⁷ RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**. p. 92.

⁴⁸ Não foi encontrada uma lista com as regiões administrativas contempladas, porém, sabe-se que lugares como Samambaia (1989), Santa Maria (1993), São Sebastião (1993), Recanto das Emas (1993), Cruzeiro (1989) e Riacho Fundo (1990), por exemplo, não existiam como essas regiões na época. É possível inferir, no entanto, que Ceilândia já era o lugar com a maior população, por isso representou certamente a maior porcentagem dos consultados. Portanto, aparentemente os lugares contemplados foram: Taguatinga, Ceilândia, Gama, Sobradinho, Brazlândia, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante e Guará.

⁴⁹ GT-BRASÍLIA. **Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988**.

esse núcleo. Essa seria uma das formas possíveis de se checar a pertinência ou não das hipóteses levantadas pelo trabalho técnico⁵⁰.

Os três relatórios consultados não deixam claro o motivo da seleção dessa amostra de mil pessoas, quando mencionada a ideia de atingir um percentual mínimo da população não é possível identificar os dados que deram origem a esse número. Uma possibilidade seria a dificuldade de realizar algo maior pelo tempo escasso, a falta de profissionais qualificados para realizar os questionários e ainda a ausência de recursos. Levando em consideração os números populacionais expostos por Aldo Paviani no período, de aproximadamente um milhão, mil pessoas corresponderiam a aproximadamente 0,1% da população. Sandra Ribeiro identifica também que, além de não existirem muitas experiências de gestão participativa, os técnicos do Grupo não contavam com esse repertório em sua formação⁵¹. Dessa forma, Sandra Ribeiro percebe um método baseado nas concepções de desenho urbano para a proposição do questionário. De fato, esse era um campo conhecido pelos técnicos.

O *Relatório Síntese de 1985* explicita que o critério para seleção dos entrevistados contava com apenas duas especificações: era necessário morar em Brasília (entendida como o Distrito Federal) há pelo menos dois anos e exercer alguma atividade no Plano Piloto⁵². Dentro dessa primeira amostra foram observadas especialmente aquelas pessoas que nasceram em Brasília ou não nasceram aqui, mas chegaram muito pequenas (antes dos cinco anos de idade) e ainda aqueles que aqui chegaram até 1960. Essa segunda amostra, em que se propôs o questionário, identificou 229 pessoas – são as que teriam “raízes mais profundas com a cidade”. A distinção entre as amostras se daria apenas nas respostas, “variando apenas o resultado obtido [...] provavelmente em função do maior conhecimento e dos laços mais consistentes de identidade e integração com a cidade”⁵³.

A ideia de tal pesquisa surgiu aparentemente dentro do GT, mas, para a sua realização, parte foi financiada pelo CNDU (Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano) e contou com um convênio com a SPHAN/SEC/MEC (Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para a aplicação dos questionários em lugares diversos no Plano Piloto e nas então cidades-satélites⁵⁴. Caberia o questionamento da escolha dos lugares para colher os dados, algo a influenciar nos resultados ou a maneira como foram expostas as questões nos três relatórios citados. Vê-se apenas

⁵⁰ GT-BRASÍLIA. **Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988.**

⁵¹ RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural.** p. 93.

⁵² Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília. UnB/GDF/Minc. p. 108.

⁵³ BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF. p. 113.

⁵⁴ BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF. p. 113.

a listagem dos resultados, mas não todos os itens propostos como possibilidade de resposta no formulário. Haveria identificação das pessoas, ou seria anônimo? Era preciso inserir alguns dados pessoais? Teria separação por renda? Essas e muitas outras questões não têm respostas, ou porque não foram de fato feitas à população, ou não existem nos arquivos que foram analisados.

Desse modo, esta dissertação irá se ater ao que é possível discutir sobre os resultados encontrados. Das nove questões, sete apresentavam-se objetivas e duas, subjetivas. A primeira pergunta (Figura 3) se reporta à questão da identidade e integração da população, questionando quanto aos motivos de gostar ou não da cidade. É pertinente notar que “o resultado conferido pela população à Questão 1 não vem a ser muito elucidativo, uma vez que praticamente todos os itens apresentados receberam manifestações parelhas”⁵⁵. Além dessa avaliação dos técnicos, aponta-se o baixo número de respostas para o que se interpreta como indicações negativas, ou seja, o não gostar da cidade, como exemplo, a ausência de familiares e a dificuldade de adaptação. Percebe-se que essa questão, caso apresentada de modo subjetivo, geraria um conjunto maior de aspectos para análise, de maneira geral. Além disso, o modo como as respostas são apresentadas não nos permite saber se o entrevistado estava identificando o gostar ou não gostar, gerando uma interpretação de quem lê a questão.

Questão 1
Quais os motivos que o fazem gostar (ou não) de Brasília?
(Marque uma ou mais alternativas)

<input checked="" type="checkbox"/> Muito significativa	
<input checked="" type="checkbox"/> Regular	
<input type="checkbox"/> Pouco significativa	
<input checked="" type="checkbox"/> Porque meus familiares vivem aqui	<input checked="" type="checkbox"/> Pelas condições de trabalho
<input type="checkbox"/> Porque não tenho familiares aqui	<input checked="" type="checkbox"/> Pelas condições de estudo
<input checked="" type="checkbox"/> Porque nasci aqui	<input checked="" type="checkbox"/> Porque tenho amigos
<input type="checkbox"/> Porque não nasci aqui	<input type="checkbox"/> Porque não tenho amigos
<input checked="" type="checkbox"/> Porque me adaptei (ou estou me adaptando)	<input checked="" type="checkbox"/> Pelos vizinhos
<input type="checkbox"/> Porque não me adaptei	<input checked="" type="checkbox"/> Por causa da cidade

Figura 3 – Demonstrativo da Questão 1 – Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília. Fonte: da autora, com base nos documentos Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal, UnB/GDF/Minc, 1985, Mimeo, e GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** Arquivo Público do Distrito Federal.

⁵⁵ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília. UnB/GDF/Minc. p. 110.

A segunda questão (Figura 4) é vista como mais concreta ao indicar “alguns aspectos que caracterizam Brasília” com a possibilidade de resposta como “sim, gosto” ou “não gosto”. Segundo a perspectiva dos técnicos, houve “por um lado a franca favorabilidade da manifestação em relação aos vários elementos do sítio físico [...] e por outro, o claro descontentamento com certos problemas do Sistema Viário”⁵⁶. Apesar de essa conclusão evidenciar aspectos negativos e positivos, na percepção desta dissertação, as respostas apresentam-se de maneira homogênea, sem identificar quais aspectos foram considerados negativos e quais os positivos. Os itens foram listados de maneira sucinta, sem mais explicações, levando a uma infinidade de interpretações, quando a questão é objetiva. O texto resumido das questões, provavelmente com a intenção dessa subjetividade, talvez não tenha sido suficientemente claro. Esse é o caso, por exemplo, do item “cruzamentos em certos locais”, podendo gerar dúvidas ao entrevistado quanto a uma resposta positiva ou negativa.

Questão 2
Entre os vários aspectos que caracterizam Brasília, quais aqueles que mais lhe agradam ou não?

Muito significativo
 Regular
 Pouco significativo

<input checked="" type="checkbox"/> Os espaços verdes naturais (Cerrado) nos arredores	<input checked="" type="checkbox"/> A vista que se tem do lago
<input checked="" type="checkbox"/> Os espaços verdes naturais (Cerrado) no Plano Piloto	<input checked="" type="checkbox"/> O uso que se pode fazer do lago
<input checked="" type="checkbox"/> Os espaços verdes gramados	<input checked="" type="checkbox"/> O horizonte plano e aberto
<input checked="" type="checkbox"/> Árvores naturais do Cerrado, conservadas nos gramados	<input checked="" type="checkbox"/> O parque da cidade
<input checked="" type="checkbox"/> Árvores adaptadas à região (Ex.: Flamboyant)	<input type="checkbox"/> Espaços abertos sem uso
<input checked="" type="checkbox"/> Os bosques (pinheiros, eucaliptos): reflorestamento	<input checked="" type="checkbox"/> As quadras
<input checked="" type="checkbox"/> As suaves colinas no horizonte (“Lago” Norte e Sul)	<input checked="" type="checkbox"/> O número de blocos por quadra
<input checked="" type="checkbox"/> Setores com funções definidas em locais determinados	<input checked="" type="checkbox"/> A arquitetura do Eixo Monumental
<input checked="" type="checkbox"/> Inexistência de ruas e espaços do tipo tradicional	<input checked="" type="checkbox"/> Cruzamentos em certos locais
<input checked="" type="checkbox"/> Altura máxima de seis andares nas asas	<input checked="" type="checkbox"/> O uso de semáforos
<input checked="" type="checkbox"/> Os pilotis livres nos blocos das quadras	<input checked="" type="checkbox"/> Ruas largas
<input checked="" type="checkbox"/> O tipo de arquitetura das quadras, repetido	<input checked="" type="checkbox"/> Transportes coletivos
<input checked="" type="checkbox"/> O afastamento entre blocos nas quadras	<input type="checkbox"/> Distância residência/ trabalho
<input checked="" type="checkbox"/> As atividades dentro da quadra (escola etc.)	<input type="checkbox"/> Acesso residência/ trabalho
<input checked="" type="checkbox"/> As atividades próximas às quadras (comércio etc.)	<input type="checkbox"/> Distância para cidades-satélites
<input checked="" type="checkbox"/> Trevos e viadutos, ao invés de cruzamentos	<input type="checkbox"/> Distâncias para pedestres
<input type="checkbox"/> Ruas congestionadas em certos horários	Outros. Quais?
<input checked="" type="checkbox"/> Oferta de atrativos nos caminhos de pedestres	

Figura 4 – Demonstrativo da Questão 2 – Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília. Fonte: da autora, com base nos documentos Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal, UnB/GDF/Minc, 1985, Mimeo, e GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** Arquivo Público do Distrito Federal.

⁵⁶ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** Arquivo Público do Distrito Federal. (s/p).

O terceiro questionamento (Figura 5) coloca: “Com relação à sua orientação em Brasília (ruas que costuma usar, pontos de referência etc.), quais aspectos da cidade que melhor contribuem para que você se situe no Plano Piloto?”⁵⁷. Dos 31 itens propostos, segundo o documento Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985⁵⁸, a população se situa em primeiro lugar pelos “marcos configurativos da cidade”⁵⁹. Por esses marcos tem-se primeiro a Rodoviária e a Torre de TV. Itens da concepção da cidade, como o cruzamento entre os eixos e o seu mapa, foram pouco identificados, respectivamente na 26ª e 20ª posições quanto à contribuição positiva para a orientabilidade⁶⁰. A justificativa talvez esteja relacionada à dificuldade de apreensão do desenho de Brasília a partir do nível do solo, principalmente ao colocar em discussão o quanto a população identifica da cidade. Vê-se essa resposta um tanto quanto difícil de ser captada a partir de um questionário predominantemente objetivo.

⁵⁷ BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF. p. 116.

⁵⁸ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** (s/p).

⁵⁹ BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF. p. 116.

⁶⁰ Esse é um termo originário da metodologia das morfologias urbanas. Ver KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

Questão 3

Com relação à sua orientação em Brasília (ruas que costuma usar, pontos de referência etc.), quais aspectos da cidade que melhor contribuem para que você se situe no Plano Piloto (marque mais de uma alternativa):

1. Rodoviária
2. O endereço (nº da quadra, nome do setor etc.)
3. Torre
4. Setor de Diversões Norte
5. Via W3 Norte/Sul
6. Eixo Rodoviário Norte/Sul
7. Setor Comercial
8. Esplanada dos Ministérios
9. A Catedral
10. Setor de Diversões Sul (“CONIC”)
11. Asa Norte e Asa Sul
12. Superquadras 100, 200, 300, 400 etc.
13. Eixo Monumental
14. Via L2 Norte/Sul
15. Setor Bancário
16. Os edifícios do Banco do Brasil, Central e Caixa Econômica
17. A entrequadra “rua do Hospital”
18. O edifício do Congresso Nacional
19. A entrequadra “rua da Igrejinha”
20. O mapa da cidade
21. Asa Norte, Asa Sul e Zona Central
22. A entrequadra “rua da COBAL”
23. A cidade é plana e pode-se enxergar longe
24. Asa Norte, Sul, Zona Central, Península
25. O viaduto da Catedral
26. O cruzamento dos dois eixos
27. O lago
28. A entrequadra “rua do Beirute”
29. O viaduto ao final do Eixão Sul
30. Os pontos de referência na linha do horizonte
31. A linha do horizonte

Obs.: Os itens foram organizados seguindo a ordem de preferência apontada pelas pessoas.

Figura 5 – Demonstrativo da questão 3 – Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília. Fonte: da autora, com base nos documentos Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal, UnB/GDF/Minc, 1985, Mimeo, e GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** Arquivo Público do Distrito Federal.

A questão 4 (Figura 6) indaga: “Dos espaços que a cidade oferece para a circulação de seus habitantes, quais aqueles que são de sua preferência para uso cotidiano e quais são de sua preferência para horas livres?”⁶¹. Em se tratando de circulação, os itens citados correspondem às vias mais comuns da cidade, desde as estruturantes do desenho do Plano Piloto, como os eixos, até vias secundárias como as ruas comerciais. Segundo a *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*, as vias mais utilizadas para situações do cotidiano são a W3 Sul e as ruas comerciais

⁶¹ BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF. p. 117.

das quadras⁶². No *Relatório Síntese de 1985* esse resultado aparece diferente, colocando os Eixos (Eixão Norte e Sul, Eixinhos Norte e Sul) como os principais⁶³. Ambos os documentos colocam os Eixos, a via do Parque da Cidade e também a do Zoológico (hoje via L4 Sul ou Avenida das Nações) como espaços preferenciais para uso em horários livres de trabalho.

Questão 4
 Dos espaços que a cidade oferece para a circulação de seus habitantes, quais aqueles que são de sua preferência para o uso cotidiano e quais são de sua preferência para as horas livres?

{ } bastante C = cotidiano
 [] regular L = horas livres
 () pouco

[C] [L] Eixão Norte	{C} [L] Ruas comerciais das quadras
[C] {L} Eixão Sul	(C) (L) Ruas do Lago Norte
[C] [L] Eixinhos Norte	[C] {C} Vias de contorno do Parque
[C] [L] Eixinhos Sul	(C) [L] Via para Aeroporto
[C] [L] W3 Norte	[C] [L] Estrada para Guará/ Taguatinga
{C} [L] W3 Sul	(C) (L) Estrada para Sobradinho/ Planaltina
(C) (L) W4/5 Norte	(C) (L) Estrada para Gama/ Catetinho
[C] {L} W4/5 Sul	(C) {L} Estrada para Núcleo Bandeirante/ Zoo
(C) (L) Avenida das Nações	(C) (L) Via Estrutural
[C] {L} Eixo Monumental	(C) (L) L2 Norte
(C) (L) Vias N2/S2 (atrás do Teatro Nacional e Touring, respectivamente)	(C) (L) L2 Sul

Figura 6 – Demonstrativo da Questão 4 – Pesquisa de imagem com o Plano Piloto de Brasília. Fonte: da autora, com base nos documentos Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal, UnB/GDF/Minc, 1985, Mimeo, e GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** Arquivo Público do Distrito Federal.

Essa discrepância quanto aos resultados apontados nos dois documentos pode estar associada ao modo de exposição dos resultados que se apresenta diferente. Na *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*, os itens e as respostas aparecem juntos, porém, sem apresentar conclusões, enquanto que no *Relatório Síntese de 1985* aparecem as conclusões dos técnicos.

⁶² GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** (s/p).

⁶³ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc. p. 115-116.

cos que realizaram a pesquisa, todavia, sem o quadro demonstrativo dos itens e as respectivas respostas. Haveria, portanto, a possibilidade de uma leitura diferenciada do quadro apresentado no primeiro documento, ainda ampliada pelo fato de este ser manuscrito.

A questão 5 (Figura 7), de maneira similar à anterior, coloca em debate quais espaços de permanência teriam a preferência para uso cotidiano e para as horas livres. Nesse caso, pode-se ver que as respostas para essa questão se mostram condizentes com aquelas para as áreas de circulação, reafirmando “o intenso uso de certos espaços que se constituem em marcos referenciais de orientabilidade”⁶⁴. Os técnicos do GT-Brasília também perceberam que lugares como o Lago Paranoá e o Parque da Cidade seriam utilizados com mais frequência nas horas de lazer. Essas conclusões reafirmam, no geral, que cotidianamente espaços voltados para a circulação também podem estar associados à permanência, como é o caso do Eixão, via que corta a cidade de norte a sul e desde 1991 transforma-se em área de lazer nos fins de semana.

⁶⁴ BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF. p. 117.

Questão 5

Dos espaços que a cidade oferece para você permanecer durante algum tempo, para diversas atividades, inclusive descanso e lazer, quais aqueles que são de sua preferência para uso cotidiano (C) e quais aqueles que são de sua preferência para as horas livres (L)? (Marque C ou L)

{ } bastante C = cotidiano
 [] regular L = horas livres
 () pouco

- | | |
|---|--|
| - [L] Nas áreas verdes das superquadras | [C] (L) Praça Portugal |
| - [L] “Embaixo do bloco” | (C) (L) “Prainha” |
| - [L] Nas áreas de lazer das entrequadras | (C) [L] Gilberto Salomão |
| - [L] Nos comércios locais | [C] [L] Aeroporto |
| - [L] Torre | [C] [L] Clubes |
| - [L] Espaço cultural “atrás da torre” | (C) {L} Na beira do lago |
| - (L) Espaço cultural 508 sul | [C] {L} Parque da Cidade |
| - [L] Rodoviária | (C) {L} Parque Nacional (Água Mineral) |
| - [L] Rodoferroviária | (C) (L) Barragem do Paranoá |
| - {L} Setor de Diversões Norte
(Conjunto Nacional) | [C] {L} Zoológico
(C) (L) Catetinho |
| - (L) Setor de Diversões Sul (“CONIC”) | (C) (L) Parque do Gama |
| - (L) Eixão | (C) (L) Cachoeira do Sal |
| - [L] Setor Comercial Sul | (C) (L) Cachoeira da Saia Velha |
| (C) (L) Setor Bancário Norte | (C) (L) Cachoeira da Mumunha |
| [C] (L) Setor Bancário Sul | (C) (L) Cachoeira do Pipiripau |
| [C] [L] Esplanada dos Ministérios | (C) (L) Cachoeira do Itiquira |
| [C] {L} Catedral | (C) (L) Poço Azul |
| [C] [L] Praça dos 3 Poderes | (C) (L) Lagoa Bonita |
| [C] [L] Praça do Buriti | |

Obs.: O símbolo “-” significa que não foi possível identificar o dado no material consultado.

Figura 7 – Demonstrativo da Questão 5 – Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília. Fonte: da autora, com base nos documentos Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal, UnB/GDF/Minc, 1985, Mimeo, e GT-BRASÍLIA. Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985. Arquivo Público do Distrito Federal.

A questão 6 (Figura 8) torna-se interessante ao propor uma avaliação das mudanças ocorridas na cidade. Essa pergunta iria impactar no tratamento dado à proteção das características consideradas essenciais para a capital, um dos principais objetivos do GT. Como exposto na publicação de 2016, são duas as conclusões para essa pergunta. Uma é que a população vê de maneira positiva as modificações no sistema viário, principalmente aquelas que promoveriam mais segurança no trânsito. E a segunda é um olhar negativo sobre a apropriação de espaços públicos, sejam eles áreas verdes ou pilotis⁶⁵. Essa é uma visão da década de 1980, mas certamente se aplica à realidade atual,

⁶⁵ BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF. p. 118.

em que se discute o PPCUB (Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília)⁶⁶, por exemplo.

Ainda referente à questão 6, o último item a ser julgado pela população coloca os “locais de moradia diferenciados por nível de renda, em Brasília”⁶⁷. Esse foi um aspecto visto como negativo, por ter sido considerado como uma mudança para “pior”, segundo o documento *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*⁶⁸. Este é um item que talvez merecesse melhores explicações ou uma questão específica para apontar a relação entre Plano Piloto e cidades-satélites. Seria importante entender sob o olhar da população como essa relação influenciaria nos desdobramentos para a preservação da capital. Do ponto de vista da gestão, o Plano Piloto era visto como o principal objeto de valor, e o GT-Brasília empreendia sua caminhada para lançar luz também sobre suas áreas periféricas.

⁶⁶ O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) é o Plano Diretor para Brasília e considera como área a poligonal de preservação delimitada pelo Decreto nº 10.829, de 1987. O plano ainda se encontra em elaboração neste momento.

⁶⁷ BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF. p. 118.

⁶⁸ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** (s/p).

Questão 6

Em Brasília vêm ocorrendo algumas mudanças como as relacionadas abaixo. Dê sua opinião sobre quais acha que foram para melhor ou para pior.

Melhor Pior

- (x) () Transferência da Rodoviária para a Rodoferroviária
- (x) () Ligação das W3 Norte e Sul
- (x) () Modificação dos trevos no Eixinho Sul
- () x () Abertura da W1 Norte
- (x) () Alterações nos tipos de edifícios comerciais locais Norte, em relação aos da Asa Sul
- (x) () Alterações nos tipos de edifício da W3 Norte em relação aos da W3 Sul
- () (x) Criação de novos blocos em áreas verdes de quadras já concluídas
- () (x) Fechamento de áreas públicas nos pilotis dos blocos, para salão de festas etc.
- () (x) Transformação de áreas verdes públicas para estacionamentos
- () (x) Uso de áreas de lazer para construção de edifícios (Ex.: Telebrasília 112 Sul)
- (x) () Inclusão do mastro da bandeira na Praça dos 3 Poderes
- (x) () Alteração no sistema viário, ocasionando cruzamentos e adoção de semáforos (Ex.: W3 Sul)
- (x) () Especialização dos comércios entrequadras (farmácias 102 Sul, butiques 305 Sul)
- () (x) Locais de moradia diferenciados por nível de renda em Brasília Plano Piloto, cidades-satélites)
- () (x) Locais de moradia diferenciados por nível de renda no Plano Piloto (lago, 700, 400, 300 etc.)

Figura 8 – Demonstrativo da Questão 6 – Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília. Fonte: da autora, com base nos documentos Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal, UnB/GDF/Minc, 1985, Mimeo, e GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** Arquivo Público do Distrito Federal.

A sétima pergunta (Figura 9) pede sugestões “para que as opiniões das pessoas que usam o Plano Piloto de Brasília (aí moram, trabalham ou vêm frequentemente) possam ser ouvidas e utilizadas nas decisões sobre a cidade”⁶⁹. Entre as opções constam 12 itens, demonstrando os resultados que “a divulgação dos problemas da cidade pelos meios de comunicação” seria algo desejado, enquanto que “a representação política para o DF” ocuparia apenas a 11ª posição na lista⁷⁰. Pode-se perceber nessa resposta o desejo da população de ser ouvida, mas entende-se também que não existia uma experiência em lidar com representações políticas. O *Relatório Síntese de 1985* traz a seguinte consideração:

Para entender que a população de uma cidade não é objeto mas sujeito do processo de desenvolvimento urbano de sua própria cidade, sendo também principal guardiã e beneficiária do seu patrimônio cultural, a consideração dessa opinião pública, por parte dos

⁶⁹ BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF. p. 119.

⁷⁰ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** (s/p).

órgãos planejadores/ executivos do desenvolvimento das cidades, é forma de participação ativa das comunidades no processo de gerência dos próprios processos de desenvolvimento urbano⁷¹.

Esse pensamento se alinhava com as pretensões tanto de Aloísio Magalhães quanto do próprio GT-Brasília em ver a população como parte do processo de gestão da cidade.

Questão 7

O que você sugere para que as opiniões das pessoas que usam o Plano Piloto de Brasília (aí moram, trabalham ou vêm frequentemente) possam ser ouvidas e utilizadas nas decisões sobre a cidade?

1. Divulgação dos problemas da cidade pelos meios de comunicação
2. Pesquisas de opinião pública e divulgação de seus resultados
3. Incentivar e oficializar associações de moradores
4. Acesso da população às decisões
5. Criação de um órgão, no GDF, para contato direto com a população
6. Respeitar o plano original da cidade
7. Oportunidades maiores de reivindicações na imprensa
8. Campanha de opinião pública, com caixas coletoras de sugestões
9. Incentivar e oficializar miniprefeituras
10. Melhorar o atual sistema administrativo da cidade
11. Representação política para o DF
12. Divulgação de trabalhos sobre Brasília (exposições, seminários etc.)

Obs.: Os itens foram organizados seguindo a ordem de preferência apontada pelas pessoas.

Figura 9 – Demonstrativo da Questão 7 – Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília. Fonte: da autora, com base nos documentos Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal, UnB/GDF/Minc, 1985, Mimeo, e GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** Arquivo Público do Distrito Federal.

A questão número 8 (Figura 10) propôs que fossem identificados bairros para o Plano Piloto, solicitando que o entrevistado “divida-o em partes, segundo sua experiência com a cidade, sua vivência de Brasília”⁷². Por abairramento, o documento *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985* especifica:

Entende-se por abairramento a divisão da cidade em conjuntos urbanos reunidos a partir da identidade entre os seus elementos formadores, a partir das relações de interdependência/ similaridade entre os mesmos. Dessa forma, tanto poderão ser definidos como

⁷¹ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc. p. 119.

⁷² BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF. p. 120.

“bairros” certas áreas habitacionais contenedoras de atividades complementares [...] como poder-se-ão definir como tal territórios peculiares de qualquer tipo[...]”⁷³.

Essa explicação do que o GT entendia por abairramento consta neste documento, porém, não é possível aferir se essas informações foram passadas ao entrevistado. Aparentemente, não foi explicitada, pois “a questão foi colocada de maneira bem simples, abrangente, propositadamente pouco precisa”⁷⁴. Uma planta do Plano Piloto teria sido entregue para que a própria pessoa ou com o auxílio do entrevistador pudesse dividir esse espaço em bairros. Essa possível intervenção do entrevistador geraria resultados talvez não tão precisos e ainda se questiona o fato de essa noção de bairros estar associada a um conceito tradicional, relacionando-o aos conjuntos urbanos, também compreendendo aqueles lugares que possuem características que os tornam diferentes. É possível discutir ainda o quanto as pessoas entenderam dessa questão. Na década de 1980, boa parte da população de Brasília ainda era originária de outros estados, portanto, possuía talvez uma noção de “bairro” associada ao sentido tradicional, informação esta que se entende ser importante para perceber como teria sido a reinterpretação desse conceito tradicional em Brasília.

O resultado da pergunta número 8 é apresentado em um mapa com 13 “bairros” coincidindo com a organização espacial da cidade em setores, o que se chama hoje de Regiões Administrativas. Comparando o mapa resultante com um mapa da organização do DF, a população veria a cidade, em grande parte, segundo a organização administrativa já existente. Esse entendimento permite afirmar que as regiões administrativas já estavam associadas a comunidades específicas, com suas próprias referências, tal como os bairros. No entanto, pode-se questionar o quanto o auxílio dos entrevistadores e o próprio mapa apresentado à população teria interferido nas respostas, principalmente ao se considerar que entrevistas são construídas com base em uma troca entre o entrevistador e o entrevistado. Ainda assim, a pesquisa tem valor ao mostrar uma identificação com esses espaços da cidade, mesmo que isso não represente necessariamente sua apropriação.

⁷³ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** (s/p).

⁷⁴ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** (s/p).

Questão 8

O Plano Piloto de Brasília compõe-se de várias partes que poderiam ser chamadas de “bairros”. Segundo essa ideia, como você o dividiria?

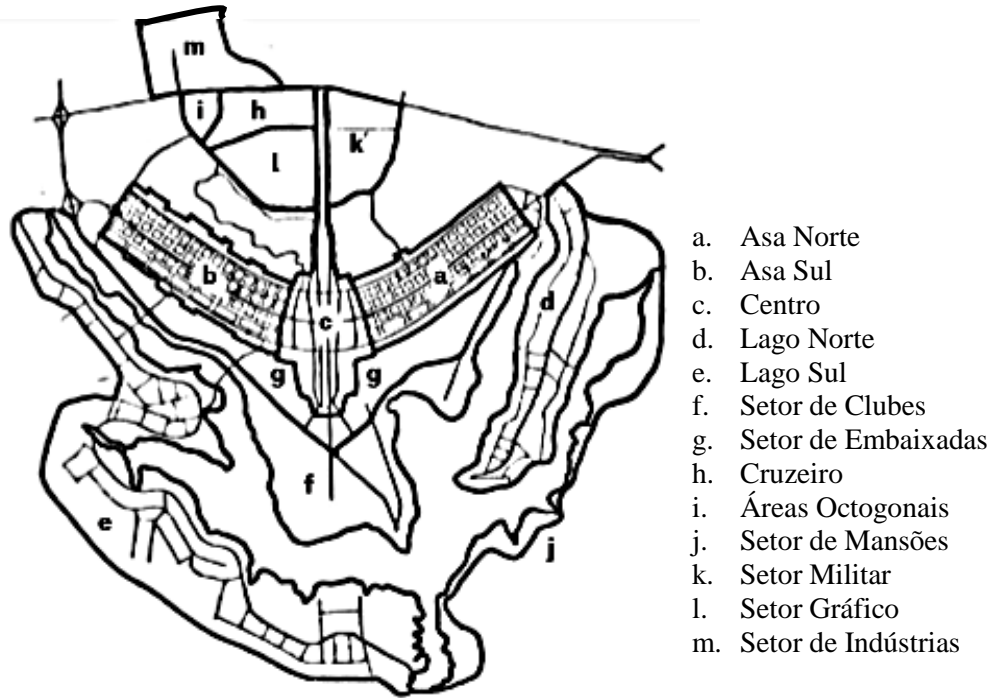


Figura 10 – Abairramento do Plano Piloto de Brasília.

Fonte: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 120.

Esse resultado, em diálogo com as demais questões, coloca em debate como a população interpretava a cidade, não só a realidade construída segundo o seu projeto. Essa percepção se manifesta do mesmo modo na última questão, a de número 9, destinada a um espaço livre para que as pessoas acrescentassem opiniões sobre Brasília: “solicita ao entrevistado que mencione algo mais que seja de seu interesse e não tenha sido especificamente abordado pelo questionário”⁷⁵. As respostas, de maneira geral, retomam o que já havia sido exposto nas questões anteriores, não trazendo elementos novos para a análise.

Uma das conclusões a que o Grupo de Trabalho chegou aponta: “Há que se considerar que esta participação é imprescindível ao planejamento urbano, como garantia de aceitação das diretrizes de desenvolvimento por parte da população e, por conseguinte, de sua própria eficácia”⁷⁶. O GT identificou a necessidade de incluir a população nas decisões sobre a cidade, mesmo que as medidas para tal ação ainda fossem incipientes e não houvesse a gestão participativa. Por isso,

⁷⁵ BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF. p. 120.

⁷⁶ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985**. (s/p).

pode-se ver um processo embrionário, e um tanto quanto experimental, para de fato incluir os diferentes agentes nos processos decisórios, algo que avançaria nas décadas seguintes com a Constituição de 1988 e com o Estatuto da Cidade, de 2001. Esses instrumentos legislativos não significam de fato a participação da população, mas auxiliam ao criar bases legais para a sua realização.

Um dos desdobramentos dessa pesquisa de imagem pode ser visto no relatório *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*⁷⁷. Nesse documento são criadas tabelas propondo uma análise conjunta de três aspectos: caracteres propostos (texto original de Lucio Costa); implantação/transições; e posicionamento da comunidade segundo a Pesquisa de Imagem do Plano Piloto. E ainda relaciona esses três aspectos às categorias físico-espaciais, aquelas originadas da caracterização do Plano Piloto segundo os princípios do desenho urbano. Esse assunto será abordado com mais detalhes no capítulo 4. O uso da pesquisa de imagem descrita por meio de tabelas mostra o intuito de propor uma linha contínua de identificação de caracteres importantes a serem preservados, levando em consideração o projeto original da cidade, as transformações que vinham ocorrendo e a imagem que as pessoas tinham de Brasília. Seriam os três elementos necessários para propor um próximo passo em direção às diretrizes preservacionistas.

2.1.2. A PAISAGEM DO DISTRITO FEDERAL

A análise do GT-Brasília sobre o Distrito Federal compreendeu, além de observar a arquitetura e o meio urbano, dar atenção específica ao meio natural desse território. O Grupo de Trabalho atentou para questões que ultrapassavam o âmbito do ambiente construído e transformado pelo homem. O Distrito Federal, considerando-se toda a sua extensão, localiza-se no “*core* do Cerrado, porção central de um extenso complexo de vegetação característica, que ocupa quase um quarto da superfície do território brasileiro”⁷⁸. Diante de tais especificidades, o GT dedicou-se também aos estudos do Cerrado e especificamente da paisagem do DF. Neste item destaca-se a específica atuação do GT quanto ao ambiente natural, buscando mostrar como essa preocupação adquiriu relevo no trabalho do Grupo que levou em consideração esse ambiente para a proposição do que preservar em Brasília. Para isso, conta-se com o auxílio de alguns relatórios que demonstram o andamento das pesquisas, porém, os seus resultados são encontrados em apenas um documento, o *Relatório Síntese de 1985*⁷⁹. Nesse caso, há uma carência de mais explicações, seja dos termos técnicos ou de como as propostas seriam efetivadas.

⁷⁷ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. (s/p).

⁷⁸ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da Paisagem Natural do Distrito Federal. p. 143.

⁷⁹ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc.

A pesquisa com o meio ambiente, intitulada Preservação do Espaço Natural do DF, pode ser acompanhada a partir de 1982, quando o tema veio à tona e se iniciaram os processos para a contratação de profissionais especializados, como mostram as súmulas de reuniões dos dias 22 de abril de 1982⁸⁰ e 11 de maio de 1982⁸¹. Esses documentos apontam apenas que se buscavam esses técnicos sem, no entanto, dar maiores explicações de como ocorreriam esses estudos. O documento *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983* evidencia que nesse ano de 1983 efetivamente começaram os estudos com a paisagem do DF liderados pelo professor do Instituto de Arquitetura da UnB, Eurico Salviati, e alguns outros profissionais e estagiários⁸². O referido documento expõe a estruturação das pesquisas, partindo de um “levantamento dos processos naturais e culturais significativos da região”, uma segunda etapa compondo um “diagnóstico/prognóstico” e finalizando com a “definição de áreas e respectivas diretrizes de proteção”⁸³. As justificativas para esse trabalho envolvendo o meio natural ancoraram-se na identificação do Cerrado como um bioma particular, somado à situação específica do DF, localizado “em uma zona de convergência entre as bacias Amazônica, Platina e São Franciscana, três unidades geográficas de aspectos físicos e bióticos diferenciados e muito peculiares”⁸⁴.

O Estudo para Preservação da Paisagem na Região de Brasília possuía como objetivo final, como se lê no documento *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*, “se dispor de um método preliminar de preservação da paisagem natural do DF”, e ainda “obter um conhecimento razoável dos recursos paisagísticos da região, que permita avançar algumas conclusões e diretrizes de sua preservação”⁸⁵. Esse documento de 1983 cita como ponto de partida outros trabalhos já realizados, porém, não deixa claro quais seriam eles. E também haveria a necessidade de um contato maior com diversos profissionais de outras áreas com a intenção de obter um quadro regional e local com as características de cada trecho de paisagem. Essas informações levam a ver que de fato o GT incorporou uma parte dessas pesquisas que já estavam em andamento, ainda mais pelo curto espaço de tempo para chegar a conclusões já em 1985.

O objetivo principal era a preservação, porém, para se efetivar tal ação e decidir como ela seria definida era necessário também verificar os problemas existentes, principalmente devido às grandes transformações na paisagem para a construção de Brasília. Para atingir os objetivos foi

⁸⁰ GT-BRASÍLIA. **Súmula da reunião de 22/04/82**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

⁸¹ GT-BRASÍLIA. **Súmula da reunião de 11/05/82**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

⁸² GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**. p. 12.

⁸³ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**. p. 13.

⁸⁴ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da Paisagem Natural do Distrito Federal. p. 143.

⁸⁵ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**. p. 12.

proposta uma metodologia contendo as seguintes etapas de trabalho no documento *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*:

- Levantamento dos processos significativos da região.

Quanto aos aspectos naturais: geologia, geomorfologia, clima, solo, água, vegetação e fauna, incluindo análises conjuntas desses fatores e análises dos seus processos de modificação.

Quanto aos aspectos culturais: valores visuais, valores de uso relacionados com aspectos naturais da paisagem, que envolvem a necessidade de sua preservação.

- Diagnóstico/prognóstico – através do qual deverão ser definidas prioridades, em confronto com o que está sendo preservado atualmente (reservas, legislação existente).

- Definição de áreas e respectivas diretrizes de preservação, em função dos estudos realizados [...] ⁸⁶.

A partir desse método vê-se como esse trabalho se articulava com pesquisas que já estavam em andamento dentro do GT, como é o caso da Pesquisa de Imagem do Plano Piloto, que inclui um item sobre a apropriação do espaço natural, também com a Caracterização do Plano Piloto observando, por exemplo, o sítio em que se inseria a ocupação urbana. O documento *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985* propõe dentro dessa caracterização a categoria sítio físico, tratando especificamente do Plano Piloto, abrangendo o relevo, a hidrografia, a vegetação nativa e a vegetação exótica, entre outros. Esse documento evidencia as alterações sofridas no meio natural em decorrência da transformação na área urbana e ainda aponta que, em grande parte, a vegetação nativa deu lugar à vegetação exótica, no sentido de preencher os espaços criados pelo homem. Conforme esse documento, algumas matas ciliares e vegetação de maior porte permaneceram ainda preservadas ⁸⁷. Na década de 1980 algumas superquadras do Plano Piloto ainda não tinham sido construídas e guardavam alguns exemplares da vegetação nativa. Isso é mais raro hoje, quando a grande maioria delas está ocupada em definitivo. Mesmo assim, hoje existe o Parque Olhos d'Água, localizado na Asa Norte, que guarda uma área preservada do Cerrado e permite o lazer da população.

Em 1983, o *Programa de trabalho/ 1983 – Relatório sintético da execução das ações*, de dezembro desse ano, identificou “a conclusão da fase de contatos com entidades, e recolhimento de material técnico e de consulta, início dos estudos e desenhos” ⁸⁸. Segundo o documento *Síntese dos trabalhos, até 02/1985*, o ano de 1984 seguiu ainda nessa mesma etapa de elaboração cartográfica e já entrando

⁸⁶ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*. p. 13.

⁸⁷ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. (s/p).

⁸⁸ GT-BRASÍLIA. *Programa de trabalho/ 1983 – Relatório sintético da execução das ações*. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

em fase de conclusão⁸⁹. Porém, poucos desenhos, mapas e imagens foram encontrados nos documentos pesquisados, o que talvez se explique pela interrupção dos trabalhos nesse ano de 1984 por falta de consultoria técnica especializada e recursos para a compra de materiais e pagamento de serviços. O *Relatório Síntese de 1985* traz algumas imagens da paisagem do DF, porém, sem identificar autoria e datas⁹⁰. A última publicação com o trabalho do GT, realizada pelo IPHAN em 2016, acrescenta imagens e coloca dois mapas com áreas de preservação⁹¹. Com relação às dificuldades enfrentadas nas suas pesquisas, diferentes relatórios demonstram que o GT, ao longo da sua atuação, conviveu com a escassez de recursos, acarretando a interrupção de atividades e certamente tendo repercussões nos resultados apresentados⁹².

As últimas informações sobre as etapas de trabalho com o meio natural encontram-se no documento *Síntese dos trabalhos, até 02/1985*, informando de maneira breve que as pesquisas haviam sido realizadas por uma equipe da Universidade de Brasília coordenada por Eurico Salviati, com a colaboração de Bráulio Dias (IBGE) e algumas entidades da área ambiental: SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais), IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) e outras não citadas⁹³. Essa é a primeira vez que alguns nomes são apresentados. Aliás, essa era uma prática aparentemente recorrente dentro do GT; há um grande número de documentos de atas e relatórios em que não constam nomes e assinaturas dos participantes, dificultando a atribuição de créditos.

A partir das informações contidas no documento *Síntese dos trabalhos, até 02/1985*⁹⁴ é possível estabelecer o período aproximado de 1983 a 1985 para a realização dos trabalhos com a paisagem. O *Relatório Síntese de 1985* confirma essa afirmação ao divulgar os resultados desse trabalho⁹⁵. Esse relatório, junto ao documento *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*, são os únicos materiais encontrados nos acervos consultados que apresentam de fato a pesquisa e seus resultados; os demais documentos discutidos acima apenas informam sobre o andamento das pesquisas, sem entrar em detalhes.

⁸⁹ GT-BRASÍLIA. **Programa de trabalho/ 1984 – Relatório sintético da execução das ações**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

⁹⁰ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc.

⁹¹ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal.

⁹² Dois exemplos podem ser citados: GT-BRASÍLIA. **Programa de trabalho/ 1983 – Relatório sintético da execução das ações** e GT-BRASÍLIA. **Programa de trabalho/ 1984 – Relatório sintético da execução das ações**.

⁹³ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até 02/1985**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 02.

⁹⁴ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos, até 02/1985**. (s/p).

⁹⁵ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc.

O *Relatório Síntese de 1985* dedica um texto exclusivamente à questão da paisagem, intitulado *Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal*⁹⁶. Esse texto, de autoria de Eurico Salviati, apresenta um olhar voltado ao meio natural. De início coloca-se:

[...] a paisagem natural, concebida como o conjunto de múltiplos fatores físicos, bióticos e culturais, é considerada em todos os seus múltiplos aspectos, constituindo um patrimônio da mais alta significação e importância cultural⁹⁷.

Essa perspectiva, ao considerar o meio natural relacionando-o aos fatores culturais, e não apenas como um objeto isolado, pode ser associada a uma visão arrojada. Ana Elisabete Medeiros identifica uma aproximação com o conceito de paisagem cultural “ao considerar também os aspectos visuais”⁹⁸. Esses aspectos visuais estavam presentes nas diretrizes de preservação, ao contemplar o meio natural em sua relação com o Plano Piloto, ou seja, considerava-se um conjunto complementar um ao outro. A autora ainda especifica:

Valores visuais e estéticos que se fazem reconhecer no terceiro dos objetivos para a preservação da paisagem natural: a manutenção da identidade da paisagem. Uma identidade que, naquele momento, associava-se aos traços peculiares, facilmente identificáveis da paisagem natural, os planos horizontais das chapadas e, nos níveis intermediários e inferiores, respectivamente, o que o autor nomeia de terrenos deprimidos e terrenos montanhosos⁹⁹.

De acordo com Ana Elisabete Medeiros, o meio natural pode ser visto em associação com valores visuais e estéticos. Já o conceito de paisagem cultural se estabelece anos depois das pesquisas do Grupo, tornando-se uma categoria de bem cultural pela UNESCO no ano de 1992. O *Operational Guideline for the Implementation of the World Heritage Convention* identifica a paisagem cultural como um representativo do trabalho conjunto entre a natureza e o homem¹⁰⁰. Apesar desse reconhecimento por parte da UNESCO, o conceito permanece em debate dada a “diversidade de manifestações de interação entre os seres humanos e seu meio ambiente natural”, como escreve Leonardo Castriota¹⁰¹.

⁹⁶ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc.

⁹⁷ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 144.

⁹⁸ MEDEIROS, Ana Elisabete. Educação patrimonial, ambiental e cultural. In: **Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico**. Eixo 2. Brasília: IDA/UnB, 2018. p. 3-24. p. 13.

⁹⁹ MEDEIROS, Ana Elisabete. Educação patrimonial, ambiental e cultural. p. 14.

¹⁰⁰ UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris: World Heritage Centre, 1999.

¹⁰¹ CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Paisagem cultural e patrimônio: desafios e perspectivas**. Anais do 1º Colóquio Iberoamericano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Coordenação editorial: Leonardo Barci Castriota, Mônica de Medeiros Mongelli. Brasília/DF: IPHAN. Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017. p. 21.

Apesar dessa possibilidade de leitura do trabalho do GT-Brasília através da proximidade com o conceito de paisagem cultural, é importante ater-se ao que foi proposto pelo Grupo, voltando-se às discussões com relação à natureza para uma visão relativa à integração com a arquitetura e o urbanismo. O ponto de partida da equipe liderada por Eurico Salviati se baseou no trabalho do geólogo Paulo Jorge Rosa Carneiro, que elaborou um inventário dos diferentes aspectos físicos da região em 1983. Segundo *Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal*:

Com o auxílio de sensoriamento remoto, o autor [Paulo Jorge Rosa Carneiro] realizou um inventário dos diversos aspectos físicos, buscando sintetizá-los em uma visão integrada que nos é apresentada através de uma categorização da paisagem da região contribuindo para a identificação e descrição de seus diferentes tipos de paisagem¹⁰².

Como mencionado anteriormente, o trabalho do Grupo em parte contou com essas pesquisas já realizadas, e assim vê-se esse embasamento como uma das justificativas para as pesquisas do GT terem chegado a termo em um curto espaço de tempo se comparadas à amplitude do conteúdo divulgado. Segundo Eurico Salviati, em entrevista a esta autora, o método de trabalho proposto pela pesquisa corresponderia a uma primeira etapa de “caracterização da paisagem natural do Distrito Federal através do levantamento e análise de seus fatores e processos naturais e dos processos de alteração provocados pela ocupação”¹⁰³. Inicialmente, como o próprio entrevistado confirma, a metodologia de trabalho de Paulo Jorge Rosa Carneiro somada à fundamentação trazida pelo Relatório Belcher seriam basilares para o avanço das pesquisas do GT-Brasília.

A segunda etapa apontada por Eurico Salviati corresponde à “identificação dos recursos passíveis de preservação ou sujeitos à degradação ambiental, de modo a exigir um sistema de proteção”¹⁰⁴. Segundo o pesquisador esse estágio demandou um trabalho em campo e também a análise de documentos. Como exemplo, ele aborda o trabalho de Bráulio Sousa Dias, *Usos e ecologia do Lago Paranoá*¹⁰⁵. É possível observar essa etapa em dois itens presentes no *Relatório Síntese de 1985* – o primeiro, “as unidades de paisagem do Distrito Federal” e o segundo, a “ocupação da paisagem do Distrito Federal”¹⁰⁶. Pode-se ver nessa etapa de identificação o objetivo de prover uma ampla base de dados para subsidiar a proposta de preservação pretendida pelo GT-Brasília. Os pesquisadores identificaram um total de seis paisagens no território (Figura 11). São elas: depressão do Paranoá, chapadas do entorno do Paranoá, vale do Rio São Bartolomeu, vale do Rio Preto, vale do Rio Maranhão e vale do Descoberto. No Relatório consta uma breve descrição de cada uma, com

¹⁰² SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 145.

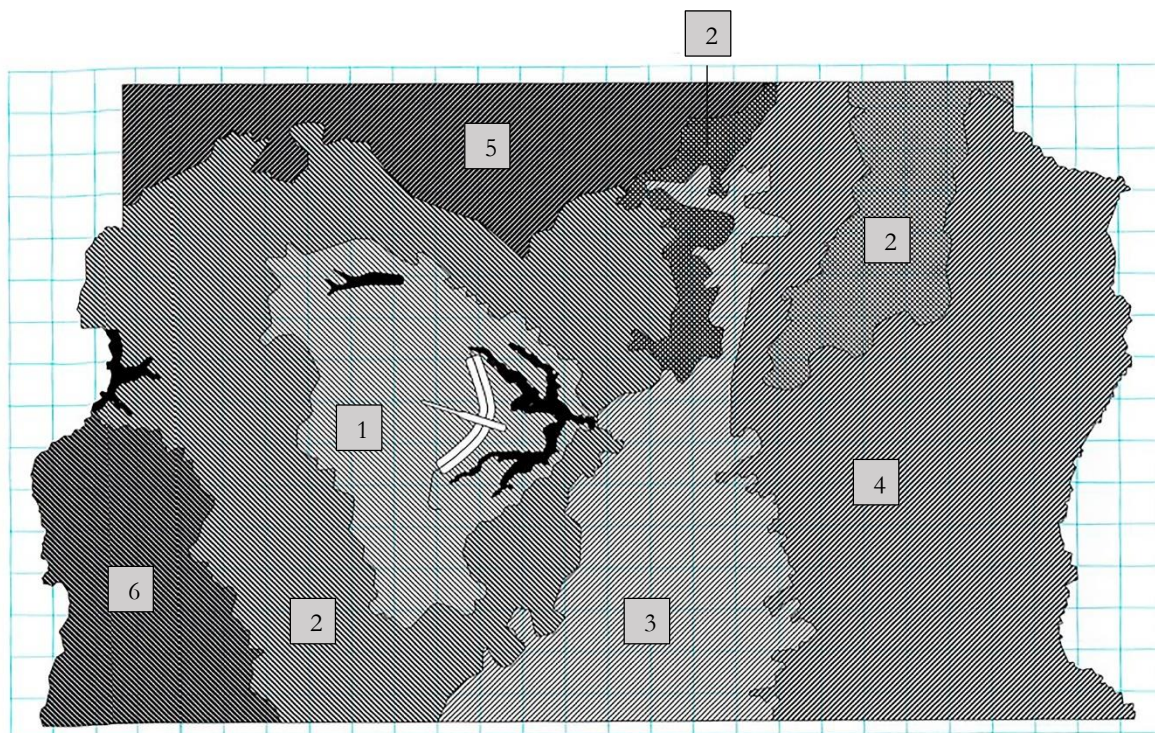
¹⁰³ SALVIATI, Eurico João. Entrevista concedida por e-mail a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 16 de outubro de 2017.

¹⁰⁴ SALVIATI, Eurico João. Entrevista concedida por e-mail a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 16 de outubro de 2017.

¹⁰⁵ SALVIATI, Eurico João. Entrevista concedida por e-mail a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 16 de outubro de 2017.

¹⁰⁶ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal.

suas características, como a localização dentro do DF, tipo de relevo e solo, altitude e também o tipo de ocupação¹⁰⁷.



- 1- Paranoá
- 2- Chapadas
- 3- São Bartolomeu
- 4- Rio Preto
- 5- Maranhão
- 6- Descoberto

Figura 11 – Mapa das paisagens existentes. Fonte: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 142 (com alterações da autora).

A primeira paisagem observada pelos técnicos, a depressão do Paranoá (Figura 12), se destaca, pois “este sítio apresenta-se como ideal para urbanização, razão pela qual foi escolhido para localização do Plano Piloto de Brasília”¹⁰⁸. Esse sítio, portanto, contava ao mesmo tempo com uma área urbanizada e com lugares que já possuíam alguma preservação em termos ambientais, como o Parque Nacional de Brasília. Ao redor da depressão do Paranoá, identificam-se as chapadas do entorno (Figura 13), segunda paisagem verificada. Sua importância está associada a proporcionar

¹⁰⁷ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal.

¹⁰⁸ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 146.

ao “observador situado no seu interior um nítido limite visual, ligeiramente acima da linha do horizonte, o qual atua como pano de fundo para todas as visuais mais extensas”. Esse limite visual é proporcionado pelo “relevo muito plano, dominando a paisagem da região”¹⁰⁹.



Figura 12 – Paisagem da depressão do Paranoá com vista da cidade de Brasília.

Fonte: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 146.



Figura 13 – Paisagem de chapada.

Fonte: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 147.

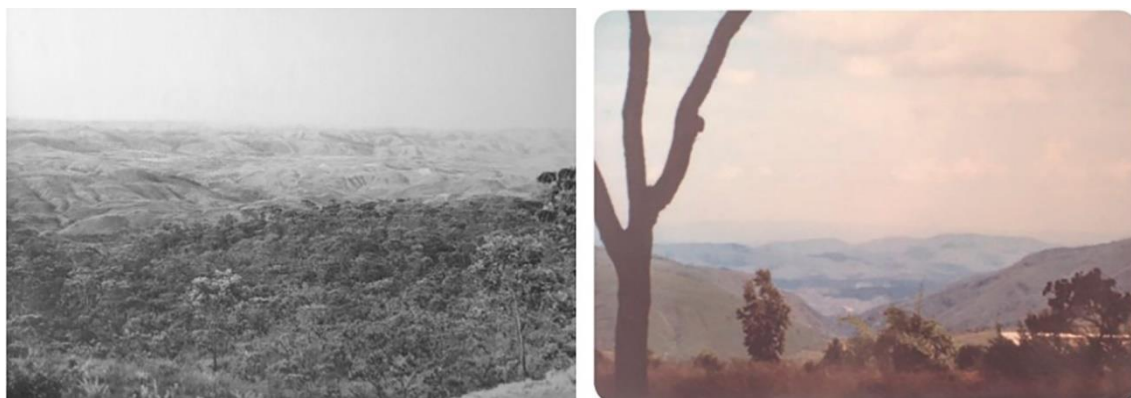
Dessa descrição pode-se afirmar que a ocupação urbana predomina nas duas primeiras unidades, a depressão e as chapadas, que foram analisadas pelos técnicos ao identificarem um relevo

¹⁰⁹ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 147.

mais favorável à ocupação humana. Além da ocupação do Plano Piloto, as chapadas estavam presentes nas cidades-satélites de Taguatinga, Ceilândia e Gama. As últimas quatro paisagens: os vales do Rio São Bartolomeu (Figura 14), Rio Maranhão (Figura 15), Rio Preto (Figuras 16 e 17) e interior do Descoberto são identificados como áreas mais montanhosas ou intermediárias, não apresentando nos documentos consultados informações mais detalhadas desses lugares. Destaca-se apenas o vale do Rio Preto, que ocupa quase um quarto do território, com 23% de extensão, e tem sua destinação praticamente voltada à agropecuária desde o início de Brasília¹¹⁰.



Figuras 14 e 15 – Paisagem do vale do Rio São Bartolomeu e Paisagem do vale do Rio Maranhão.
Fonte: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 148 e p. 150, respectivamente.



Figuras 16 e 17 – Paisagem do vale do Rio Preto.
Fonte: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 149.

¹¹⁰ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 148-150.

Após essa identificação dos tipos paisagísticos, os estudos avançam para o entendimento da ocupação do meio natural no DF. Para a construção de Brasília foi desapropriada a região correspondente aos “municípios goianos de Luziânia, Planaltina e Formosa, sendo ocupada por grandes fazendas de criação de gado zebu para corte”¹¹¹. Outro tipo de ocupação verificada se relaciona com a lavoura, principalmente aquela de subsistência em pequenas propriedades, segundo o texto *Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal*¹¹². Em grande parte, a técnica agrícola utilizada se baseava em queimadas, gerando o esgotamento do solo, como puderam concluir os técnicos. Nesse caso, já é possível identificar utilizações do solo que, de diferentes maneiras, prejudicavam a flora e a fauna nativas. A preservação desses exemplares, portanto, se justifica no que é exposto por Eurico Salviati:

Especialmente para uma região na qual o conhecimento da flora e da fauna pode ser considerado incipiente, como é o caso do cerrado, para o qual inexistem listagens completas de espécies, avaliação de comunidades, e outras informações básicas, é importante a preocupação de preservar o maior número de ambientes naturais significativos¹¹³.

O mapeamento do território seria significativo para o conhecimento do que existia anterior à Brasília. Porém, a análise das paisagens naturais também buscava um entendimento do modo como o Plano Piloto se relacionaria com seu ambiente natural e se inseriria no DF. No documento *Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal*, Eurico Salviati afirmou: “Com o decorrer dos anos, a primeira ideia de Lucio Costa, de ter o Plano Piloto isolado por um cinturão verde¹¹⁴, além do qual se localizariam as cidades-satélites, unidas ao núcleo central apenas por rodovias, se demonstrou difícil manter”¹¹⁵. Argumentando a favor dessa ideia, o escritor aponta:

Assim, desde o início da construção de Brasília, inúmeros acampamentos de empresas construtoras ou assentamentos provisórios independentes ocuparam, pela necessária proximidade com as obras, diferentes áreas dentro do que deveria ser o “cinturão verde”¹¹⁶.

Dessa forma, pode-se observar a área central se interligando às cidades-satélites através de corredores com longas vias expressas e gradativamente trechos vazios sendo preenchidos, como se veem hoje, 30 anos após o trabalho do GT-Brasília. Além dessa discussão envolvendo o projeto original, quanto à sua preservação demonstrou-se que já existiam algumas áreas de reservas como

¹¹¹ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 151.

¹¹² SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 151.

¹¹³ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 153.

¹¹⁴ Esse cinturão, ao qual Eurico Salviati se refere, não estava previsto para ter apenas a vegetação intacta, mas também sítios e fazendas de abastecimento para o Distrito Federal.

¹¹⁵ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 152.

¹¹⁶ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 152.

o Parque Nacional de Brasília, a Reserva Biológica das Águas Emendadas, a Reserva Biológica do IBGE e a Reserva da Cabeça de Veado.

A equipe do GT realizou, portanto, um panorama geral sobre a cidade, identificando o quadro existente para, a partir disso, discutir as áreas que seriam preservadas e de quais maneiras essas ações ocorreriam. Conforme Eurico Salviati afirma, havia três objetivos principais após o mapeamento do território: a preservação dos recursos naturais, a preservação dos testemunhos da paisagem e a manutenção da identidade da paisagem¹¹⁷. O primeiro item, mais genérico, se direciona para o entendimento de que deve ocorrer uma ocupação do território respeitando-se as características naturais dos diferentes trechos. A princípio, segundo dados dos pesquisadores, haveria certa compatibilidade entre a ocupação e o meio ambiente, porém, com o avanço da urbanização, um desequilíbrio tenderia a ocorrer cada vez com maior frequência. Uma preocupação que também se alinha com a inexistência de uma gestão ambiental eficaz, conforme se lê em *Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal*:

[...] a inexistência, até o presente momento, de um órgão responsável pela gestão da política ambiental, a fragmentação do controle em diferentes núcleos de decisão cada qual responsável por uma fatia determinada, inviabiliza uma ação conjunta no que se refere à preservação da paisagem [...]¹¹⁸.

A primeira instituição de gestão ambiental do DF foi a COAMA (Coordenação de Assuntos do Meio Ambiente), de 1985, que reunia as atividades relacionadas à preservação do meio ambiente de todo o DF. Mas apenas em 1989 surgiram as primeiras diretrizes de Política Ambiental, a partir da Lei nº 41¹¹⁹. Ainda em 1989, pela Lei nº 40¹²⁰, foi criada a SEMATEC (Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia), depois transformada em 2001 em SEMARH/DF (Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal). Por fim, essa secretaria foi extinta em 2007 e suas atribuições passaram ao IBRAM (Instituto Brasília Ambiental). Com isso, vê-se que políticas ambientais começaram a se estruturar em paralelo ao trabalho do GT. Os técnicos também abordaram discussões acerca dos planos e zoneamentos para essas áreas, além disso, como se viu no item anterior, identificaram no apoio da população um meio necessário para se pensar a preservação.

¹¹⁷ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 153.

¹¹⁸ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 153.

¹¹⁹ DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989**. Dispõe sobre a política ambiental do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/SINJ/DetalhesDeNorma.aspx?id_Norma=17899> Acesso em: 2 set. 2018.

¹²⁰ DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 40, de 13 de setembro de 1989**. Cria a Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: <https://www.tc.df.gov.br/SINJ/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=17898> Acesso em: 2 set. 2018.

O segundo objetivo do Grupo relativo à preservação dos testemunhos da paisagem teve como princípio a “utilização sustentada dos recursos naturais, garantidas sua renovação e regeneração, estendendo-se assim sua utilização às gerações futuras”, conforme *Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal*¹²¹. O termo “sustentada” poderia remeter à sustentabilidade, uma discussão que vem se construindo a partir das décadas de 1960 e 1970, segundo Baird Smith e Carl Elefante¹²². Dessa forma, propôs-se um equilíbrio sustentável entre o ambiente construído e o ambiente natural, como Eurico Salviati aponta:

[...] é importante a preocupação de preservar o maior número de ambientes naturais significativos, para garantir a sobrevivência do maior número possível de indivíduos, cujas espécies muitas vezes estão ameaçadas de extinção ou ainda tornando-se raras rapidamente em função do processo de ocupação sofrido pela região¹²³.

Ao mencionar essas espécies em extinção no Cerrado, o GT-Brasília reconhece uma identidade na paisagem do DF, o terceiro objetivo proposto, no sentido de que “a paisagem natural de Brasília possui traços peculiares, visualmente identificáveis, que a distinguem claramente daqueles observados em outras regiões”. Essas características são associadas à “horizontalidade dos planos e de suas chapadas, pelos suaves declives dos terrenos deprimidos que ocupam níveis intermediários, e pelos terrenos montanhosos situados em áreas de cotas inferiores”¹²⁴. O Grupo de Trabalho, segundo Ana Elisabete Medeiros, associou suas propostas de preservação ao entendimento dos valores visuais e estéticos, reforçando a identidade da paisagem do Distrito Federal¹²⁵.

Esses três objetivos principais propostos pelo Grupo de Trabalho: a preservação dos recursos naturais, a preservação dos testemunhos da paisagem e a manutenção da identidade da paisagem deveriam embasar uma política ambiental para o DF, até então considerada pelos técnicos como incipiente e omissa. Em meados da década de 1980 encaminha-se para uma gestão mais direcionada no Distrito Federal com a criação de órgãos específicos para o cuidado com o meio ambiente. Além disso, o GT planejava a ampliação das áreas preservadas (Figura 18), principalmente considerando que ainda existiam no território 27% de área coberta por vegetação nativa representando grande variedade de ecossistemas e habitats¹²⁶. O GT também pretendia que “um

¹²¹ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 153.

¹²² SMITH, Baird M.; ELEFANTE, Carl. **Sustainable design in historic buildings: foundations and the future**. In: APT Bulletin. Vol. 40, n. 3/4, 2009, p. 19-26. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25433946>> Acesso em: 12 set. 2018.

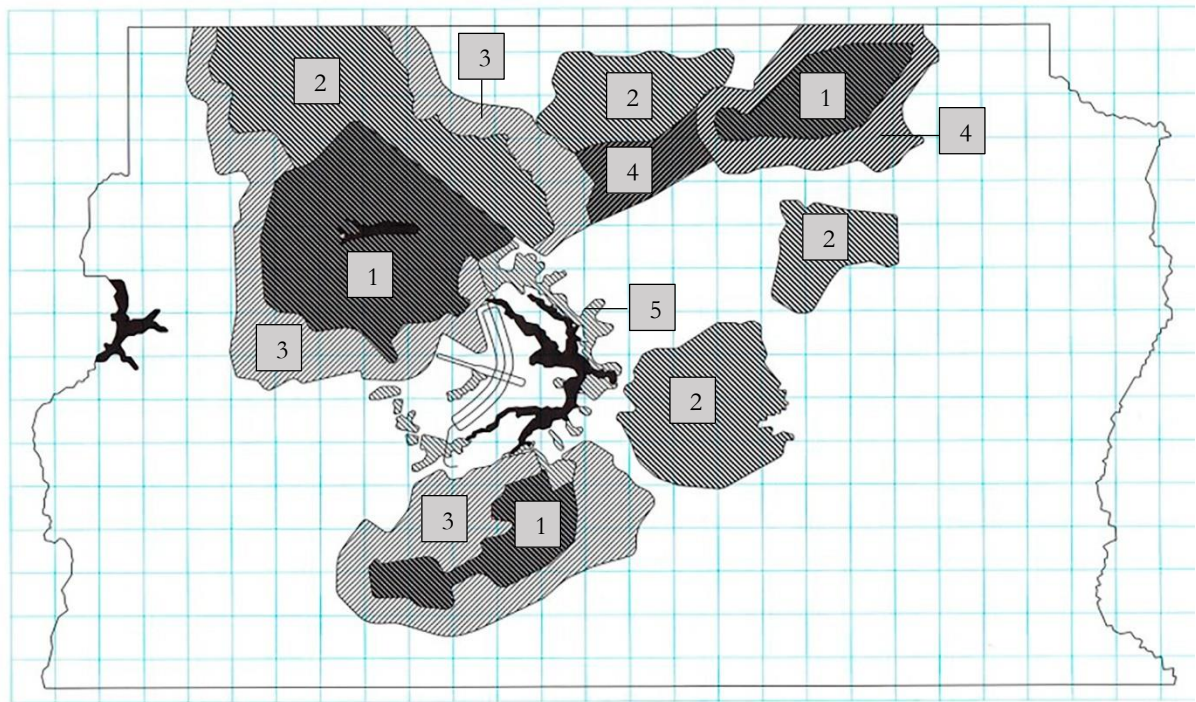
¹²³ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 153.

¹²⁴ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 154.

¹²⁵ MEDEIROS, Ana Elisabete. Educação patrimonial, ambiental e cultural. p. 14

¹²⁶ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 154-155.

terço destas áreas sejam declaradas de preservação ambiental, desapropriadas quando isto for necessário, e transformadas em reservas biológicas¹²⁷. Encontra-se no texto *Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal*, seguindo a ordem de importância, estas cinco áreas: Bacia dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado, áreas vinculadas ao Lago Paranoá, Bacia do Rio Maranhão, outras áreas de reserva e zona tampão.



- 1 – Reservas existentes
- 2 – Reservas propostas
- 3 – Zona tampão
- 4 – Corredor ecológico
- 5 – Reservas vinculadas ao Lago Paranoá

Figura 18 – Mapa das áreas de preservação existentes e propostas.

Fonte: IPHAN. *GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal*. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpetuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 156 (com alterações da autora).

A primeira área, identificada como de maior importância, a bacia dos Ribeirões Gama e Cabeça de Veado, se apresentava como um espaço “de terreno com vegetação nativa, águas puras e rica fauna, cercados por áreas urbanas e suburbanas”. Nessa localidade eram encontrados exemplares de cerrados, cerradões, campos, brejos, matas de galeria e veredas de buritis. Segundo os técnicos, essas áreas poderiam receber “um programa de manejo ecológico” devido à importância identificada nesse trecho da natureza¹²⁸. Quanto às áreas vinculadas ao Lago Paranoá, o segundo

¹²⁷ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 155.

¹²⁸ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 157.

item, reconhecia-se o seu valor associado a “um rico substrato sobre o qual se desenvolvem variadas comunidades vivas”, desde plantas aquáticas até aves e peixes. O mais importante nesse trecho é que seria esse um dos últimos refúgios de vida silvestre na área urbana de Brasília. Como proposta, haveria a legalização desses refúgios, também associada a um processo de recuperação de matas ciliares e matas de galeria¹²⁹. Ainda havia a ideia de permitir “pontos de atração próximos, com acesso facilitado ao público, especialmente equipados para proporcionar a oportunidade de observação da paisagem e da fauna existente”. O GT-Brasília, a partir dessa proposta, se aproximou da noção de preservação associada ao turismo. Como se verá no item 3.1, essa mesma proposta ocorreria no caso das antigas fazendas.

O terceiro item, áreas da Bacia do Rio Maranhão, era apontado como um terreno mais montanhoso abrigando animais de maior porte, nascentes, além de uma vegetação variada. Por isso, esse espaço receberia três reservas, abrangendo a maior diversidade possível de exemplares da flora e da fauna. O quarto item, colocado como outras áreas de reserva, explica apenas que seriam mais três localidades a contemplar duas outras unidades paisagísticas, não trazendo mais detalhes. Por fim, a zona tampão se destinaria a ficar ao redor das três grandes reservas (Parque Nacional de Brasília, Reserva Biológica de Águas Emendadas e Área Proposta de Preservação Integrada das Bacias Gama e Cabeça de Veado). Essas zonas funcionariam com a intenção de “disciplinar o uso do solo de modo a evitar a ocupação das áreas contíguas a elas com atividades prejudiciais ao objetivo de preservação de ecossistemas complexos e naturais sem interferências antrópicas”¹³⁰. Definiu-se que essas três áreas seriam as principais e os demais itens citados funcionariam de maneira complementar, não sendo colocados, no entanto, critérios específicos de preservação diferenciados para cada um.

O GT, além de observar essas áreas não urbanizadas, olhou também para a cidade construída e seus espaços livres. Já de início, no projeto de Lucio Costa, pretendia-se seguir os princípios da cidade parque, abrigando no interior da malha urbana grandes cinturões verdes e diferentes vegetações. Porém, como os técnicos identificaram, não haveria diversidade de usos desses espaços e observando especificamente o Plano Piloto, na área residencial, a massa arbórea funcionava mais como uma amenização climática e estética, enquanto espaços de recreação e lazer ficavam restritos a poucos trechos. A proposta então se daria no sentido de criar verdadeiros parques tanto no Plano Piloto quanto nas cidades-satélites, com o intuito de oferecer diferentes atividades de lazer e esportes e ainda atendendo às especificidades de cada local¹³¹.

¹²⁹ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 157-158.

¹³⁰ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 158.

¹³¹ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 160.

A região do Lago Paranoá mereceu especial atenção com a proposta de se fazer ali amplo parque urbano, pensando no sentido de uma faixa livre na sua orla que integrasse a preservação junto com áreas de lazer. Essa foi uma proposta lançada na década de 1980, quando as apropriações indevidas a esse espaço certamente eram menores que nos dias atuais. Porém, recentemente, após 30 anos dessas ideias, a orla do Lago Paranoá começou a ser lentamente desocupada, seguindo a mesma linha da proposta de Lucio Costa e que posteriormente foi reforçada pelo GT-Brasília¹³².

Um último tema foi a proteção dos aspectos visuais da paisagem. Esse é um item cuja preservação está ligada à proteção dos recursos ambientais e à questão da identidade. Nesse caso, mereceram destaque pela qualidade visual as bordas de chapadas, relevos mais montanhosos e ainda algumas veredas. Também chamam a atenção os corredores de circulação: estradas e vias que percorrem ou dão acesso às regiões do DF¹³³. Assim essas seriam possíveis ações diferenciadas para a preservação de determinados trechos que favoreçam esses visuais, algo associado ao horizonte livre de Brasília, criando a possibilidade de ver a sua paisagem ao longe quase de qualquer ponto da capital.

O texto analisado até agora, presente no *Relatório Síntese de 1985*, trata da paisagem do DF, contemplando o Cerrado não como um bioma único, que foi observado nos seus detalhes, mas identifica também os diferentes relevos, sua fauna e sua flora¹³⁴. Dessa forma, permitiu-se propor diretrizes voltadas para os diferentes trechos dessa paisagem.

¹³² A partir de uma ordem judicial para a desocupação das margens do Lago Paranoá foi criado, em 2015, pelo GDF o Projeto Orla Livre, com a ideia de executar essa desocupação aliando-a a um projeto para promover a preservação e também o lazer da população. O Projeto Orla Livre pode ser entendido como uma retomada do Projeto Orla, criado em 1992, como uma proposta para a área bucólica ao redor do Lago Paranoá. Ver MEDEIROS, Ana Elisabete; FERREIRA, Oscar Luís. Brasília and the Orla Project (from 1992 to 2017) an insight from the point of view of the cultural landscape and the cultural tourism: The Concha Acústica Cultural Pole. In: **HERITAGE 2018 – 6th International Conference on Heritage and Sustainable Development**. Londres, 2018.

¹³³ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal. p. 161.

¹³⁴ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília. UnB/GDF/Minc.



CAPÍTULO 3 – AS PREEXISTÊNCIAS DA CAPITAL

O GT-Brasília iniciou suas pesquisas sobre uma Brasília até então pouco estudada. A filiação modernista, a juventude da cidade e ainda razões políticas associadas à expansão da capital demandavam, no entender do GT-Brasília, uma específica forma de preservação, tal como justificada no texto *A memória de Brasília*:

Sua tarefa [do GT-Brasília] caracterizou-se por tratar de bens cuja significação cultural ainda não foi plenamente consagrada pela opinião pública, por datarem de menos de 25 anos, exigindo-se portanto formulação de estruturas legais e institucionais adequadas às peculiaridades locais¹.

¹ BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. A memória de Brasília. p. 56.

Dessa constatação, somada ao entendimento de que “Brasília apresenta-se hoje [nos anos 1980] como um território urbano altamente descontínuo, transbordando os limites da área original, conhecida como Plano Piloto”, o Grupo de Trabalho optou por abordar a totalidade do Distrito Federal². Apesar da excepcionalidade do Plano Piloto enquanto objeto a ser preservado, o GT iniciou suas pesquisas pelo que considerou as preexistências da capital a partir de três grupos: áreas urbanas anteriores à Brasília (núcleos históricos de Planaltina e Brazlândia); assentamentos humanos na área rural do DF anteriores à sua demarcação (fazendas antigas); e acampamentos pioneiros concomitantes à construção de Brasília, como identificado no *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – maio/1982*³. Em outro documento, *Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988*, constata-se:

As ações desenvolvidas nas cidades antigas serviram como uma espécie de laboratório inicial para o trato das questões do Plano Piloto e demais testemunhos do patrimônio contemporâneo, pois até ali está retratada a realidade de um patrimônio vernáculo, caracterizado, sobretudo, pela transmissão de seus princípios gerais conformadores de uma geração à outra, o que a torna muito mais consolidada. Seria esse um primeiro passo para aproximação da realidade do contexto da preservação no Distrito Federal⁴.

A conclusão dos trabalhos com as áreas periféricas ao Plano Piloto “através da identificação dos vários pontos de interesse histórico ou paisagístico” aponta para um conjunto de informações que se pôde obter sobre algumas cidades-satélites como Planaltina e Brazlândia⁵. Mesmo com as pesquisas sobre as preexistências do DF, o GT tinha a intenção, não efetivada posteriormente, de observar também as outras cidades-satélites existentes. O *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – maio/1982* destaca que havia a intenção de abranger outras áreas: “pela necessidade de se estabelecer alguns pontos de proteção às qualidades ambientais da vida urbana, visando não permitir adaptações improvisadas e inconsistentes”⁶. Esse documento indica que os trabalhos com as demais cidades-satélites ainda não estavam em andamento. O primeiro passo seria uma pesquisa junto aos arquivos e órgãos públicos, buscando: “identificar as existências dos traçados originais destes conjuntos urbanos, para reconhecer as desvirtuações pelas quais passaram”⁷. O relatório justifica a escolha de determinados lugares afirmando que “o GT concentrou suas atividades no reconhecimento dos locais e conjuntos urbanos que poderiam apresentar interesse para a história do Distrito

² BICCA, Briane; KOHLSDORF, Maria Elaine. A memória de Brasília. p. 56.

³ GT-BRASÍLIA. **Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – maio/1982**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 44-45.

⁴ GT-BRASÍLIA. **Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988**. (s/p).

⁵ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos, até 07/1982**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 2-4.

⁶ GT-BRASÍLIA. **Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – maio/1982**. p. 45.

⁷ GT-BRASÍLIA. **Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – maio/1982**. p. 45.

Federal”⁸. Outra ideia que poderíamos aventar seria a necessidade de se aproximar o mais breve possível do Plano Piloto, que era o objeto principal a ser preservado. Percebe-se a pesquisa com as cidades-satélites elaborada em função do que se pretendia para o núcleo central da cidade.

O GT trabalhou com a lógica de pesquisar o Distrito Federal a partir de suas origens até chegar ao Plano Piloto. Esse começo pode ser entendido na lógica da construção de uma história para Brasília e também em uma lógica de uma abordagem daquilo que se tinha mais próximo da perspectiva institucional de preservação, como exposto na entrevista de Yeda Barbosa:

Começou a se pensar como forma de abordagem do tema, que era um tema novo [...] então começou a se trabalhar os preexistentes a Brasília, que era aquilo que o IPHAN tinha prática e tinha notório saber de como agir, que era Brazlândia e Planaltina⁹.

O IPHAN, como órgão responsável pelas questões patrimoniais, tinha pleno domínio na preservação da arquitetura colonial, portanto, sabia como agir. Dessa forma, a lógica pretendida pelo GT pode ser entendida a partir do estudo do todo em direção a suas partes. Karina Ramos destaca o trabalho do Grupo associado a uma visão “dinâmica e evolutiva”¹⁰. Essa pode ser uma percepção de que Brasília foi formada de uma sobreposição de camadas temporais e não *ex nihilo* como uma parte dos discursos de formação da cidade aponta¹¹. O Grupo de Trabalho se opunha à ideia de ver o Plano Piloto como o único elemento relevante e tendo suas origens exclusivamente associadas a uma terra nua que daria espaço à nova capital. Apesar dessa ideia, o Plano Piloto tem papel central nas análises como elemento desencadeador das transformações no território do DF.

O trabalho de retomada das origens do Distrito Federal exigiu uma metodologia específica envolvendo pesquisas em campo para a coleta de dados em um primeiro estágio, depois documentação do que foi coletado, para então se partir para análise e proposta de diretrizes de preservação. Essa metodologia de trabalho pode ser depreendida em documentos como o *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – maio/1982*, demonstrando como era a forma de abordagem do GT-Brasília para com a cidade¹². O trabalho de campo era realizado dentro da Secretaria Técnica, que, como explicitado anteriormente, era formada por Márcio Vianna e Yeda Barbosa e, juntamente com estagiários e outros técnicos especificamente contratados para esse serviço, realizaram todo o levantamento da área pretendida.

⁸ GT-BRASÍLIA. *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – maio/1982*. p. 6.

⁹ BARBOSA, Yeda. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva em 18 de julho de 2017.

¹⁰ RAMOS, Karina Felix. *A preservação de Brasília: reflexos da formação do conceito de patrimônio cultural*. p. 99.

¹¹ Essa descrição consta no parecer de Leon Pressouyre para o ICOMOS em 1987 no que diz respeito ao processo de reconhecimento de Brasília como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO. In: PERALVA, Osvaldo. *Brasília: patrimônio da humanidade: um relatório*. p. 106.

¹² GT-BRASÍLIA. *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – maio/1982*.

As etapas de estudos incluindo todo o Distrito Federal podem ser verificadas desde 1981, ano da criação oficial do GT-Brasília, estendendo-se até 1983 em sua etapa inicial, que seriam os levantamentos e documentação, como demonstra o documento *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*¹³. A partir desse ano, o trabalho ocorria de maneira conjunta, enquanto iniciavam-se as pesquisas com o Plano Piloto, se avançava na parte técnica com as cidades-satélites. Esse trabalho com as áreas além desse espaço central foi concluído até 1985, salvo a Vila Planalto, que teve esse processo estendido até 1987.

O contato inicial do GT com o território partindo dessa área de entorno possibilitou que, ao se aproximar do Plano Piloto, o estudo se direcionasse para as questões específicas que se pretendiam no início, partindo da ideia de que “nesta área, de ocupação essencialmente urbana, cabe-nos trabalhar com os aspectos físico-espaciais, ou, melhor definindo, com o espaço arquitetônico à escala de toda a área”¹⁴. No início haveria certa dificuldade ao lidar com um local pouco conhecido e a experiência trazida por esses primeiros contatos com o território parece ter se refletido nos encaminhamentos posteriores, como exposto no seguinte trecho do documento *Síntese do trabalho até novembro de 1983*: “Depois de exaustivos estudos, em fases anteriores são tomadas como inquestionáveis as qualidades do Plano Piloto de Brasília”¹⁵.

O processo de resgate da história do Distrito Federal parte da premissa de perda de suas características e do seu desaparecimento. *O Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – Dezembro 1981* traz esse panorama ao afirmar:

[...] o GT tem procurado voltar, também, sua atenção para os núcleos urbanos adjacentes ao Plano Piloto, onde alguns casos estão a exigir iniciativas urgentes ante a iminência de desaparecimento de importantes sinais anteriores ou contemporâneos ao período da construção de Brasília¹⁶.

Nessa perspectiva, o GT-Brasília iniciou suas pesquisas imergindo nesse território. Seguindo a mesma organização verificada nos trabalhos, a análise será separada pelos três primeiros grupos estudados pelo GT. Os estudos serão iniciados pelas antigas fazendas, passando aos núcleos urbanos e, por fim, abordando os acampamentos pioneiros. Na maior parte dos documentos coletados verifica-se que esses três grupos de bens são abordados de maneira conjunta, o que aparentemente não significa que todos foram estudados ao mesmo tempo, mas apenas que se optou por realizar relatórios mais conclusivos acerca dos três. O Grupo em sua formação não contava com um número extenso de profissionais, principalmente aqueles de dedicação exclusiva, que eram os

¹³ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*.

¹⁴ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*. p. 14.

¹⁵ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*. p. 14.

¹⁶ GT-BRASÍLIA. *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – Dezembro 1981*. p. 5.

responsáveis pelo trabalho em campo. Outro aspecto que colabora para a sucessão das pesquisas seria um cronograma apontando para o andamento dos trabalhos a partir de maio de 1982, que incluiria os estudos do Plano Piloto, em primeiro lugar, mas concomitantemente com pesquisas de cada uma dessas áreas¹⁷.

3.1. ANTIGAS FAZENDAS

Conforme o levantamento do GT-Brasília, as “antigas fazendas” da região datam do século XIX até perto da construção da capital. A aproximação do Grupo com estes exemplares se fez pelo reconhecimento em campo e a análise da documentação referente ao lugar. A mais antiga fazenda levantada consta do ano de 1852, localizada próximo à cidade-satélite de Sobradinho¹⁸. Dentro do Distrito Federal foram mapeadas mais de 30 fazendas, porém, o GT optou por estudar mais a fundo apenas 12, que seriam alvo de preservação mais específica por apresentarem melhores condições físicas para a preservação. O mapeamento geral contendo todas as fazendas encontradas não foi, porém, identificado nos arquivos pesquisados, evidenciando uma perda significativa para o entendimento do percurso desenvolvido pelo GT na pesquisa sobre a história da cidade.

A proposta de ação do Grupo foi dividida em duas etapas – primeiro haveria a identificação de todas as fazendas, por meio de registros básicos, como o estado de conservação, a relação do espaço com o meio natural e também depoimentos dos moradores seriam coletados¹⁹. Os primeiros resultados encontrados para esse estudo datam de maio de 1982, quando o documento *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico do Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto* foi enviado da Secretaria Técnica do GT à sua Comissão Executiva. Esse documento anuncia o encerramento da fase preliminar, que pode ser entendida como a coleta de dados de todos os espaços. Nele são identificados aqueles três grupos de bens a serem preservados (antigas fazendas, núcleos urbanos e acampamentos de obras)²⁰. Esta dissertação irá se ater agora às fazendas, porém, esse documento será retomado à frente, quando as demais áreas serão abordadas.

As pesquisas do GT consideraram que devido ao alto grau de deterioração das fazendas abordadas “parte-se do princípio comum de que estas edificações são os últimos exemplares de

¹⁷ O documento *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico do Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto* (1982) coloca o seguinte cronograma: de maio a julho seriam estudados o Plano Piloto juntamente com Brazlândia e Planaltina; em agosto, o Plano Piloto e as áreas rurais e em setembro, o Plano Piloto e os acampamentos pioneiros.

¹⁸ VIANNA, Márcio. O vernáculo da Região Centro-Oeste. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 129-135.

¹⁹ VIANNA, Márcio. O vernáculo da Região Centro-Oeste. p. 130.

²⁰ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto**.

tais sedes de fazendas ainda sobreviventes dentro do DF²¹. A importância é dada às fazendas do ponto de vista histórico, pois são lugares que guardam a ocupação do Brasil central, mais do que o espaço cedido ou adquirido para a construção de Brasília. “Neste sentido, as antigas fazendas, lado a lado com os centros urbanos antigos da região, têm ainda uma função didática particular, a de testemunhar a maneira vernácula de organização do espaço rural nesta região²².” A partir disso, o GT ponderou a necessidade de manutenção mais do que de reconstituição, considerando essa possibilidade desinteressante inclusive financeiramente, como se lê no documento *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto*²³. Esse documento não traz a discussão dos termos “manutenção” e “reconstituição”²⁴, mas entende-se este último como uma vertente do restauro, portanto, verifica-se que o GT julgava importante a menor intervenção possível no bem.

As fazendas eram identificadas a partir de seus valores históricos por um lado, mas pretendia-se também preservar o seu uso. Essa ideia seria materializada em “fazendas modelos”, áreas destinadas à preservação, porém abertas a uma quantidade restrita de público para seu usufruto. Em 1982, no documento apontado acima, eram seis o número de fazendas dentro do DF somadas a outras nove no entorno, extrapolando a área delimitada no quadrilátero, mas próximas às primeiras e de alguma maneira relacionadas a elas²⁵. No *Relatório síntese dos trabalhos até novembro de 1983*²⁶, que parece ser o documento com a etapa final das pesquisas fora do Plano Piloto, 12 fazendas seriam preservadas²⁷.

As fazendas pesquisadas localizavam-se nas áreas rurais de Planaltina e Brazlândia, e guardavam características da arquitetura colonial. Mas, além desses locais, que também resguardam exemplares em seu núcleo urbano, existiam as fazendas em Sobradinho, Gama e Taguatinga (Figura 19)²⁸. Estas foram três das primeiras cidades-satélites de Brasília: Taguatinga data de 1958; Gama e

²¹ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto**. p. 7.

²² VIANNA, Márcio. O vernáculo da Região Centro-Oeste. p. 129.

²³ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto**. p. 7-8.

²⁴ Essa discussão pode ser acompanhada no artigo RODRIGUES, Paulo Simões. **O paradigma da reconstituição – prática do restauro no século XIX**. Revista Memória em Rede: revista do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (online), Pelotas, v. 2, n. 3, ago.-nov. 2010. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede>> Acesso em: 21 dez. 2018.

²⁵ As seis fazendas identificadas: Fazenda Currálinho I (Brazlândia), Fazenda Jacaré I (Brazlândia), Fazenda Desterro (Brazlândia), Fazenda Monjolo I, II e III (Planaltina), Fazenda Sobradinho I, II e III (Sobradinho) e Fazenda Ponte Alta II (Gama).

²⁶ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**.

²⁷ As 12 fazendas são: Fazenda Monjolo (Planaltina), Fazenda Jardim (R.A. Jardim), Fazenda Jacaré (Brazlândia), Fazenda Ponte Alta (Gama), Fazenda Currálinho I (Brazlândia), Fazenda Bela Vista (R.A. Jardim), Fazenda Sobradinho (Sobradinho), Fazenda Capão (R.A. Jardim), Fazenda Guararoba (Taguatinga), Fazenda Sobradinho Mugy (Sobradinho), Fazenda Gama (Gama) e Fazenda Guimarães (Planaltina).

²⁸ As pesquisas do GT-Brasília identificam como localização das fazendas Jardim, Bela Vista e Capão a R.A. Jardim. Atualmente essa região corresponde à RA Paranoá e à RA Planaltina.

Sobradinho, de 1960. Apesar de essas fazendas terem ocupado diferentes áreas no território do Distrito Federal e representarem distintas épocas, apresentam morfologias similares, “fato explicado pelo lento processo de ocupação da região central do Brasil e pela sedimentação compassada da tradição arquitetônica regional, que produziram exemplares tipologicamente semelhantes, embora afastados no tempo e no espaço”²⁹.

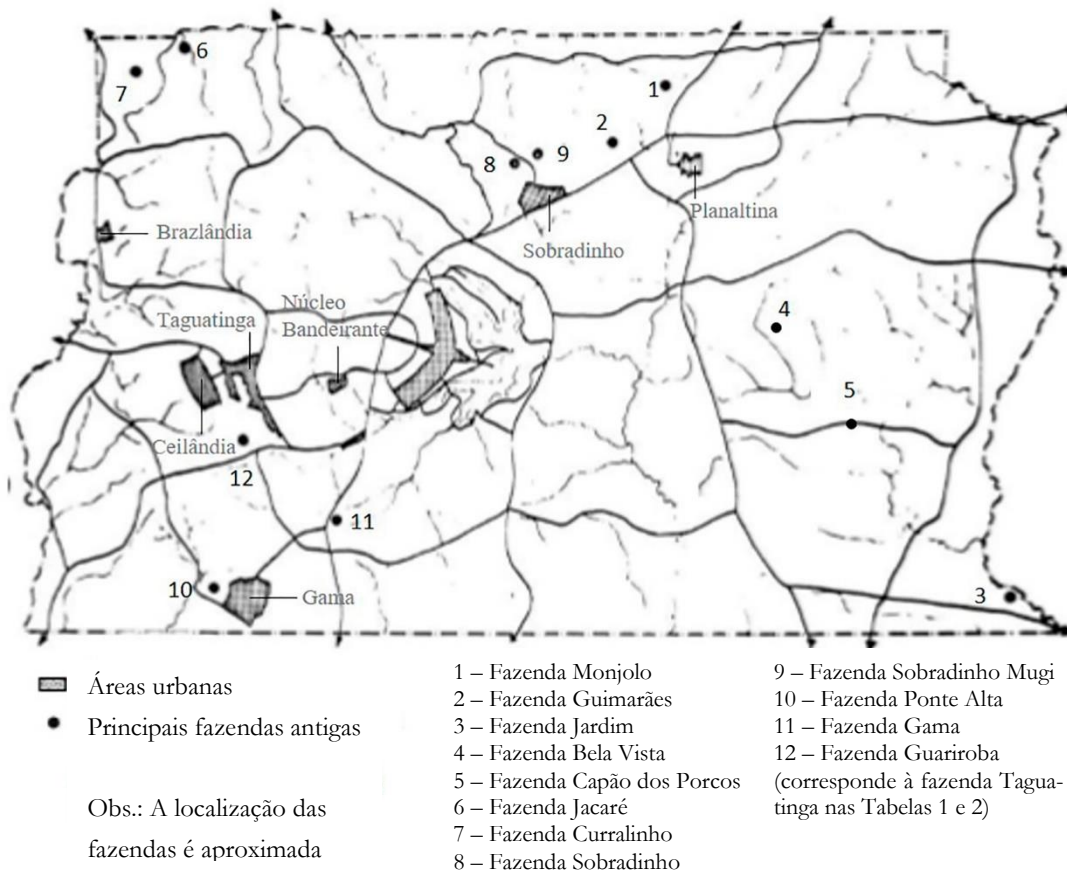


Figura 19 – Localização das principais antigas sedes de fazendas. Fonte: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 131 (com alterações da autora baseadas no documento Anexo IV do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Distrito Federal. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB).

Na análise dessas fazendas feita pelo GT, apontou-se que parte das suas características coloniais teve perda significativa, impossibilitando inclusive em alguns exemplares qualquer ação visando à sua recuperação³⁰. A partir das características principais identificadas nas fazendas pode-se fazer uma leitura da extensão das transformações tanto externas quanto internas nas edificações. Em seus estudos sobre as preexistências de Brasília, Lenora Barbo aborda essas características e

²⁹ VIANNA, Márcio. O vernáculo da região Centro-Oeste. p. 129.

³⁰ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto**. p. 7-8.

coloca a tipologia arquitetônica, realizada com base em formas compactas e com poucos cômodos, como um dos exemplos em que se teve maiores modificações³¹. Uma breve pesquisa atual realizada nesta dissertação sobre essas 12 fazendas selecionadas sugere a ocorrência de desmembramentos para dar origem a lotes menores, alvo de partilhas familiares, ou um processo de compra e venda. Apesar de ser uma difícil comparação com a proposta das “fazendas modelo”, hoje existem fazendas que se tornaram espaços de lazer e contato com a natureza.

Essas fazendas, como mencionado anteriormente, foram vistas pelo GT como representantes da arquitetura colonial, embora datassem já do século XIX (Figura 20). O GT destacou a semelhança entre os exemplares erguidos no século XIX e aqueles mais próximos ao período de construção de Brasília. Dessa forma, segundo os técnicos do Grupo, não existiram grandes transformações na forma construtiva verificada na passagem do século XIX para o século XX. Lenora Barbo vai mais além nessa questão ao verificar que o povoamento do Planalto Central era escasso em virtude do ciclo do ouro e, depois, pelo ciclo do gado. Assim, segundo a autora, a economia era rudimentar, prevalecendo o isolamento e a dificuldade de comunicação nessas áreas³². Essa é uma visão tradicional e já bastante contestada.



Figura 20 – Antiga sede de fazenda: Capão dos Porcos.

IPHAN. **GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo.

Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 130.

³¹ BARBO, Lenora de Castro. **Preexistências de Brasília: reconstruir o território para construir a memória**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2010. p. 258.

³² BARBO, Lenora de Castro. **Preexistências de Brasília: reconstruir o território para construir a memória**. p. 5.

A proposta do GT, segundo o *Relatório Síntese de 1985*, seria a de contemplar na preservação não apenas a edificação principal das fazendas, mas também seus elementos anexos, “como estábulos, caramanchões e quiosques, peças de produção com maior ou menor porte como moendas, pilões, e obras de arte e artesanato popular regional” (Figura 21)³³. Seriam acrescentados a essa lista elementos paisagísticos, a exemplo de quedas d’água, campos e florestas. Apesar dessa proposta de levantamento, não se verificou um cadastro de cada elemento que compunha as fazendas de forma isolada, o que leva a aventar que as pesquisas ainda demandassem uma segunda etapa. Os trabalhos do GT concorrem para a noção do todo que se visava preservar. Nesse sentido, também o olhar do Grupo se aproximava daquela corrente vigente nas décadas de 1970 e 1980 a partir das cartas patrimoniais, de que arquiteturas isoladas davam lugar a perspectivas mais alargadas para a preservação. Também a ação de considerar o meio em que a edificação se encontra está associada ao valor de uso e à possibilidade de turismo nesses lugares.



Figura 21 – Elemento de produção rural: moenda.

IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 130.

O *Relatório síntese dos trabalhos até novembro de 1983* traz dois quadros resumos que sintetizam as ações do Grupo de Trabalho com as fazendas. O primeiro quadro coloca as características básicas de cada uma, contendo: época de construção, presença de elementos originais, poucas alterações, bom ou razoável estado de conservação, se foram restauradas, qualidades do interior, sistema de produção vernacular em funcionamento, peças de produção vernacular funcionando, entorno

³³ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc. p. 141.

(ambiência), paisagem natural, facilidade de acesso (localização no DF), potencial de lazer e turismo, interesse dos moradores na preservação, facilidade econômica para restauro e situação legal³⁴. Com exceção do primeiro e do último item, as demais lacunas foram preenchidas apenas com a palavra “sim”, para os espaços em branco depreende-se que a resposta seria “não”.

<u>FAZENDAS</u>	Monjolo	Jardim	Jacaré	Ponte Alta	Currallinho I	Bela Vista	Sobradinho Mugy	Gama	Guimarães	Sobradinho	Capão	Taguatinga
Época da construção	1946	-	-	1872	1920	-	-	-	-	1852	-	-
Presença de elementos originais			Sim	Sim	Sim	Sim						
Poucas alterações	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim						Sim
Bom ou razoável estado de conservação			Sim							Sim	Sim	Sim
Restauradas							Sim			Sim	Sim	
Qualidades do interior				Sim		Sim				Sim	Sim	
Sistema de produção vernacular funcionando		Sim	Sim		Sim					Sim		
Peças de produção vernacular funcionando	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim					Sim		
Entorno - ambiência		Sim	Sim		Sim						Sim	
Paisagem natural			Sim						Sim		Sim	
Facilidade de acesso – localização no DF							Sim	Sim		Sim		
Potencial de lazer e turismo							Sim	Sim	Sim			
Interesse dos moradores na preservação		Sim					Sim			Sim	Sim	Sim
Facilidade econômica para restauro			Sim		Sim		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Situação legal		*				*				*		
Obs.: * Não foi possível identificar no documento original.												

Tabela 1 – Informações das 12 fazendas estudadas pelo GT-Brasília. Fonte: da autora, com base no documento GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983.**
Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 9.

³⁴ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983.** p. 9-10.

Das 12 fazendas, apenas quatro têm época da construção identificada: a Fazenda Monjolo (1946), a Fazenda Ponte Alta (1872), a Fazenda Curralinho I (1920) e a Fazenda Sobradinho (1852) – esta foi a mais antiga encontrada pelos técnicos. Como os itens desse quadro não contam com explicação prévia, alguns se tornam um tanto quanto subjetivos, como “bom ou razoável estágio de conservação”, “poucas alterações” e “qualidade interior”. Como não há essa explicação de como esses parâmetros seriam transpostos para um instrumento legislativo nem existe um texto prévio, não se pode julgar como essas informações foram utilizadas.

Conforme o documento *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*, apenas três fazendas teriam “potencial de lazer e turismo”: Fazenda Sobradinho Mugy, Fazenda Gama e Fazenda Guimarães³⁵. Provavelmente essas seriam as “fazendas modelo”, porém não foi encontrada hoje referência à implantação dessa proposta específica para esses espaços. Como mencionado anteriormente, algumas das 12 fazendas se tornaram espaços de lazer e outras foram desmembradas e são propriedades particulares. De todas elas, apenas a Fazenda Gama é hoje tombada pelo Governo do Distrito Federal no livro III, Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos³⁶. As demais se tornaram loteamentos, algumas são espaços de lazer e outras sequer possuem registros e informações.

O segundo quadro apresentado no relatório de 1983 identifica as medidas que seriam implementadas para a preservação. Seguindo a mesma organização de respostas com apenas a palavra “sim” e os demais espaços em branco compreendidos como “não”, seguem os itens: preservação/arrendamento, tombamento federal, tombamento estadual, restauração e potencial de lazer e turismo. Quanto ao primeiro item, pretendia-se que todas fossem preservadas, não especificando, no entanto, como se daria essa preservação.

³⁵ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*. p. 10.

³⁶ Processo de Tombamento: 150.001.907/2005. Inscrição no Livro de Tombo: GDF: Livro III – Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos – DePHA, GDF, folha 003. Inscrição nº 004, em 30/03/06. Decreto de Tombamento nº 26.660, de 21/03/06.

FAZENDAS	Monjolo	Jardim	Jacaré	Ponte Alta	Currallinho I	Bela Vista	Sobradinho Mogy	Gama	Guimarães	Sobradinho	Ernani *	Taguatinga
Preservação/ arrendamento	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Tombamento federal		Sim										
Tombamento estadual	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Restauração	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim		Sim	Sim			
Potencial de lazer e turismo							Sim	Sim	Sim			
Obs.: * Na Tabela 1 consta o nome da fazenda Capão.												

Tabela 2 – Identificação das propostas para as 12 fazendas estudadas pelo GT-Brasília. Fonte: da autora, com base no documento GT-Brasília. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 10.

Na Tabela 2 há dois itens específicos para o tombamento: um referenciando o tombamento federal, que se pretendia apenas para a Fazenda Jardim, e o outro, o tombamento estadual. Não se sabe quais os motivos para se propor essa ação apenas para essa fazenda, já que não são encontradas suas informações específicas em nenhum documento do GT-Brasília. Para as demais fazendas se propôs o tombamento distrital. No início dos trabalhos, o GT mencionava ser a sua intenção propor o tombamento em apenas situações pontuais, como se lê no *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – maio/1982*: “quando cabe em alguns casos, são recomendadas obras de infraestrutura e valorização. Em alguns casos é recomendado o tombamento estadual”³⁷. Como apresentado anteriormente no item 2.1, inicialmente o Grupo de Trabalho ainda discutia as possibilidades para preservar a cidade, e a princípio o tombamento seria considerado para exemplares arquitetônicos, como exemplificado nessas fazendas.

Um último aspecto é a proposta de restauração para as fazendas que não tinham passado por esse processo, sendo nove no total, pois as outras três já encontravam algum elemento restaurado. As nove são: Fazenda Monjolo, Fazenda Jardim, Fazenda Jacaré, Fazenda Ponte Alta, Fazenda Currallinho I, Fazenda Bela Vista, Fazenda Sobradinho, Fazenda Ernani e Fazenda Taguatinga. A restauração é uma ação que demanda análises para a sua realização e seria preciso atentar para questões como autenticidade e integridade, por exemplo. Na documentação consultada não

³⁷ GT-BRASÍLIA. *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – maio/1982*. p. 6-7.

foram encontradas informações mais detalhadas desses quadros contendo resultados e direcionamentos. Apesar de dúvidas quanto a ações posteriores nesse campo, pode-se colocar que o GT abriu um caminho para estudar as fazendas e realizou uma ação considerável ao lançar luz sobre aquilo que talvez não seria alcançado pelas instâncias de preservação.

3.2. NÚCLEOS HISTÓRICOS DE PLANALTINA E BRAZLÂNDIA

O GT-Brasília empreendeu um trabalho também junto aos núcleos urbanos de Planaltina e Brazlândia. A história desses lugares, que hoje são regiões administrativas, foi marcada pela delimitação do Distrito Federal a partir da desapropriação de terras de três hoje municípios do Estado de Goiás: Planaltina, Luziânia e Formosa. O DF acabou englobando em sua área Planaltina³⁸ e Brazlândia, que pertenciam a Luziânia anteriormente³⁹. Já foi mencionada no item anterior a área rural desses lugares, representada pelas antigas fazendas; aqui serão abordados seus núcleos urbanos, seguindo a mesma divisão feita pelo Grupo de Trabalho para realizar seus estudos.

Os técnicos observaram esses dois núcleos de forma semelhante, aproximando-se dos moldes preservacionistas pretendidos para o Plano Piloto. Buscava-se resguardar aquilo que fosse reconhecidamente fundamental, amparando-se nas ideias do planejamento urbano e deixando que de certa forma os demais espaços se desenvolvessem cotidianamente. Assim é explícito no *Relatório Síntese de 1985*:

Espera-se que a preservação destes conjuntos urbanos antigos dê-se de maneira dinâmica e integrada ao processo urbano metropolitano de Brasília, de modo a não deixá-los à margem do desenvolvimento do DF como um todo, mas parte integrante do mesmo⁴⁰.

Vê-se nesse trecho a referência ao conceito fundamental na atuação do Grupo: o de uma preservação dinâmica e integrada, que seria desenvolvida ao abordar a área central de Brasília. Esta dissertação se aprofundará nessas ideias no próximo capítulo, ao discutir as especificidades encontradas nas pesquisas do Plano Piloto.

As semelhanças existentes entre Planaltina e Brazlândia permitiram que o GT-Brasília fizesse colocações comuns a essas cidades-satélites, para depois apontar suas particularidades. Exemplo dessa organização de trabalho pode ser verificada no documento *Preservação de áreas e edificações*

³⁸ É preciso diferenciar Planaltina do DF e Planaltina de Goiás, a que o GT-Brasília tratou e é alvo dessa discussão pertence ao Distrito Federal.

³⁹ VIANNA, Márcio. O vernáculo da Região Centro-Oeste. p. 131.

⁴⁰ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal, UnB/GDF/Minc. p. 147.

de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto. Planaltina tem sua origem associada ao século XIX e Brazlândia, ao século XX, porém, isso não impediu que características arquitetônicas fossem análogas. Nesse trecho essas semelhanças são destacadas:

Em ambas as cidades foram criadas novas áreas de habitação, deslocando o centro de vivência urbana e a maior densidade populacional, restando os Setores Tradicionais com caráter de vida própria local, com sedimentação e consolidação de seus grupos sociais e qualidade de vida urbana: espaços abertos, escalas, massa vegetal, infraestrutura etc⁴¹.

Essa semelhança também é verificada na área rural desses núcleos. Como mencionado no item anterior, a ocupação no Centro-Oeste brasileiro se deu de maneira lenta, portanto a distância temporal não seria suficiente para impor grandes alterações no modo construtivo. É possível observar que essa aparente homogeneidade não seria propriamente algo intrínseco aos objetos estudados, mas uma maneira de olhar para eles por parte do Grupo. A maior parte dos documentos que discutem os espaços além do Plano Piloto coloca essa abordagem agrupando-os em três itens: áreas urbanas antigas, edificações antigas na área rural e acampamentos pioneiros.

Ainda que o GT observasse as preexistências à Brasília segundo esses grupos, houve o interesse em se aprofundar em questões específicas de cada lugar. No caso de Planaltina e Brazlândia pretendia-se preservar as áreas identificadas como os “Setores Tradicionais” (Figuras 22 e 23), conforme se denominaram os espaços que guardam “a totalidade das edificações anteriores à Brasília, nessas cidades-satélites” e possuem um “traçado urbano calcado no desenho viário mais antigo”⁴². Mas, além desses setores, foi necessário observar os lugares mais novos, construídos após a inauguração da capital. Dessa forma, houve a intenção de verificar quais as alterações, nesses espaços antigos, seriam decorrentes da implantação de um tecido urbano mais novo.

⁴¹ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto**, p. 2.

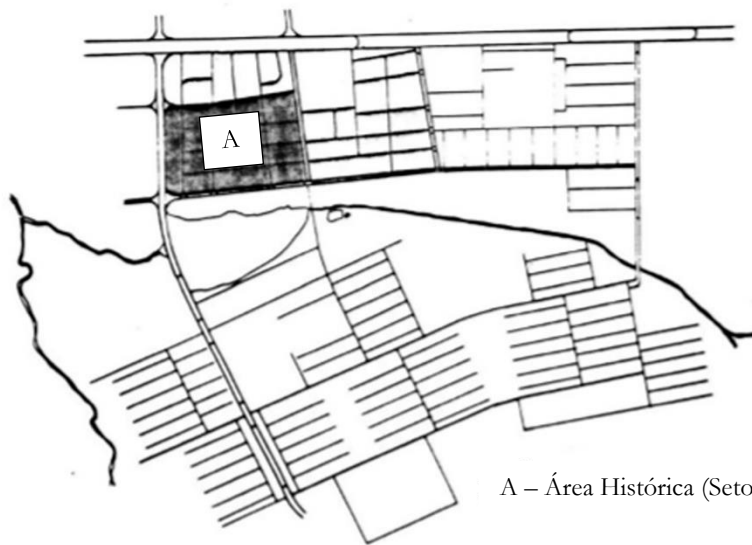
⁴² GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**, p. 2.



A – Área Histórica (Setor Tradicional)

B – Faixa de proteção à Área Histórica

Figura 22 – Patrimônio Vernáculo Urbano de Planaltina. Fonte: Anexo III do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Distrito Federal. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB (com alterações da autora).



A – Área Histórica (Setor Tradicional)

Figura 23 – Patrimônio Vernáculo Urbano de Brazlândia.

Fonte: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal.** Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 133 (com alterações da autora).

Como observou o GT no documento *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto*, o processo de crescimento dessas cidades-satélites teve interferências nos seus núcleos antigos. Mas no caso de Planaltina e Brazlândia essa interferência pôde ser majorada pela falta de leis específicas para esses espaços, no que diz respeito à interação entre as áreas antigas e as novas, como explícito no seguinte trecho:

Estas evidências são comuns no tratamento que se vem dando aos centros antigos do Distrito Federal, que tem tido a regulamentação de sua construção civil a partir do mesmo código de normas para as edificações nas demais cidades-satélites; assim, ambas as cidades assistem, de certa forma passivamente, à gradativa e completa descaracterização física e substituição de seu patrimônio ambiental urbano sob o amparo da lei⁴³.

Em Planaltina e Brazlândia, à época da pesquisa do GT-Brasília, é visível a presença de edificações mais recentes em meio àquelas originais. O grande contraste entre as morfologias construtivas desses dois períodos talvez seja o maior desafio enfrentado pelos técnicos para a preservação desses núcleos. Um exemplo grave verificado por eles foi a mudança de gabarito. Enquanto o tecido original teria edificações predominantemente térreas, a contemporaneidade trouxe novas proporções que alteraram significativamente a noção de conjunto que se tinha. A Secretaria Técnica do GT, no documento *Preservação de áreas e edificações de Interesse Histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto*, enfatizou o “caráter dinâmico da sedimentação histórica” que:

Esses novos elementos introduzidos, embora descaracterizando o conjunto urbano do seu aspecto original, apresentam linguagem própria de sua época, enfatizando o caráter dinâmico da sedimentação histórica e, embora interferindo no conjunto como pontos de descontinuidade na sequência da linguagem estética de fachadas e detalhes, se enquadram na linguagem do todo urbano do conjunto [...]⁴⁴.

É possível depreender dessa afirmação que os técnicos observavam esse processo de alterações no tecido urbano como uma ação decorrente das dinâmicas das cidades. Pode-se ver que o GT trabalhava em uma espécie de balança onde deveria se pesar de um lado a necessidade de preservação, por meio da imposição de regras, seja pelo planejamento urbano ou pelo ato de tombamento, e do outro lado a necessidade de permitir o desenrolar da vida urbana. Assim como o Grupo realizou em suas pesquisas, devem-se separar as discussões sobre Planaltina e Brazlândia. Iniciando pela primeira, o seu centro antigo data do século XIX, predominantemente, e foi considerada como Região Administrativa de Brasília em 1964. O GT, ao estudar suas origens, precisou realizar um extenso trabalho de campo para a coleta de dados, e também a pesquisa junto à documentação histórica. A partir desse suporte e com o amparo de um método de pesquisa alicerçado no trabalho em campo e uma vertente mais teórica, seria possível propor medidas de preservação mais adequadas.

⁴³ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc. p. 147.

⁴⁴ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto**. p. 2.

As primeiras observações para Planaltina pelo GT levaram a entendê-la a partir de dois trechos estudados, uma área mais tradicional e uma área mais nova. Conforme o documento *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto*, haveria a intenção de que a cidade recebesse “proteção unilateral com apenas tombamentos de certas edificações, ou apenas a delimitação de uma área de proteção; se devem relacionar hipóteses mistas, que melhor respondam à situação complexa de desenvolvimento e preservação em escala urbana”⁴⁵. A dificuldade ao lidar com essa escala urbana estava na descontinuidade nos trechos antigos que apresentavam interferências dentro do Setor Tradicional. Esse documento aponta para a possibilidade de uma área de proteção contemplando todo esse setor, ou uma parte dele, que poderia ser identificada nos limites das Ruas 1º de Junho, Quintino Bocaiúva, Marechal Deodoro e Floriano Peixoto, além dos seus lotes limítrofes (Figura 24). Esse seria um primeiro nível. O segundo nível:

[...] consistiria na identificação daqueles conjuntos que, apesar de não estarem livres de interferências ou não apresentarem perfeito estado de conservação dos aspectos originais, se mostram mantenedores de linhas gerais de valor patrimonial e se destacam como “conjuntos” de certa forma íntegros dentro do Setor Tradicional como um todo [...].⁴⁶

Como os técnicos já haviam realizado um vasto levantamento, tinham noção de que existiam interferências posteriores à formação inicial desses conjuntos, porém, buscava-se sua caracterização em linhas gerais. Não havia a pretensão de preservar apenas conjuntos intocados, visto as perdas do lugar. Esse conjunto está limitado pela Praça Salviano Monteiro, as esquinas das Ruas 13 de Maio e Salvador Coelho, formando um espaço único. Haveria um terceiro nível representado por “unidades de valor individual”, cabendo o tombamento nesse caso: em princípio a Igreja de São Sebastião e o Museu Histórico e Artístico. Os técnicos atentaram também para o entorno dessas edificações, no caso da Igreja havia uma construção bem próxima de estilo diferente, e no Museu questiona-se o fato das suas visuais sofrerem interferência da vegetação ao seu redor⁴⁷.

⁴⁵ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto**. p. 6.

⁴⁶ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto**. p. 6.

⁴⁷ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto**. p. 7.



Figura 24 – Mapa atual de Planaltina com demarcação do perímetro elaborado pelo GT-Brasília.
Fonte: Google Earth (com alterações da autora).

A questão do entorno de bens⁴⁸ preservados é discutida na Carta de Atenas de 1931⁴⁹, que aborda a necessidade de cuidados especiais com a vizinhança dos monumentos antigos. No Brasil, o Decreto-lei nº 25, de 1937, traz a mesma noção de vizinhança partindo da necessidade de proteção primeiramente das visuais desse entorno⁵⁰. Também é preciso citar a *Loi des Abord des Monuments Historiques (Loi nº 92, du février 1943)*, uma lei francesa que impõe a delimitação de um perímetro para a preservação do bem ali contido⁵¹.

Retomando Planaltina, é pertinente notar o papel da vegetação nesse espaço. Por um lado via-se com bons olhos a quantidade de arborização existente dentro dos lotes no centro antigo, sendo uma característica reconhecidamente passível de preservação. Por outro lado, como no caso do museu, questiona-se o impedimento das suas visuais, como explícito no documento *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico, excetuando o Plano Piloto*⁵². Essa discussão pode ser vista hoje em meio à temática das intervenções urbanas e da ambiência.

O debate sobre a ambiência pode ser visto na Recomendação de Nairobi, do ano de 1976. O documento traz esse conceito relacionando-o a uma globalidade, no sentido de buscar a coerência e o equilíbrio ao propor a preservação de conjuntos históricos ou tradicionais, levando-se em

⁴⁸ A publicação MOTTA, Lia. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ Copedoc, 2010 traz uma discussão mais aprofundada da evolução do conceito de entorno no Brasil.

⁴⁹ SOCIEDADE DAS NAÇÕES, **Carta de Atenas**.

⁵⁰ BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em: 8 set. 2018.

⁵¹ FRANCE. **Loi nº 92 du 25 février 1943**. Portant modification de la loi du 31 décembre 1913 sur les monuments historiques. Disponível em: <<http://f-origin.hypotheses.org/wp-content/blogs.dir/1867/files/2015/03/JO-1295.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2018.

⁵² GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto**. 1982. p. 7.

consideração: “o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais”⁵³. No caso da Recomendação de Nairobi, trata-se de conjuntos históricos, mas desde 1964, com a Carta de Veneza, há a noção de que os monumentos não deveriam mais ser contemplados de maneira isolada, cabendo observar o contexto em que eles se inserem. No primeiro capítulo, onde são discutidas as origens dos membros do GT, tornam-se aparentes as ideias que contribuíram ao longo dos anos e estiveram imersas em um contexto maior do trato das questões patrimoniais. Pode-se afirmar que o trabalho do GT em diversos momentos se mostrava alinhado com o pensamento internacional e também com as ações do IPHAN. Essa visão se evidencia na maneira como os técnicos abordaram as cidades-satélites e depois o Plano Piloto em seu contexto amplo e não buscando uma atuação isolada.

Resgatando as ideias propostas para Planaltina, haveria a intenção de sua preservação em diferentes níveis. Percebe-se uma junção das diversas práticas de salvaguarda pretendidas pelo Grupo, o instrumento jurídico do tombamento, somado a um processo de planejamento urbano com base em leis específicas. No documento *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto* se sugere um “tombamento de escala e gabaritos como medida preventiva para a chamada ‘área de proteção’”⁵⁴. Ao mencionar o tombamento de escala e gabarito imediatamente remete-se ao Decreto nº 10.829, de 1987.⁵⁵ Esse é o decreto que salvaguarda Brasília e é o documento no qual a UNESCO se baseou para tomar a decisão de reconhecer a capital como Patrimônio Cultural da Humanidade. De alguma maneira, o GT já trabalhava com essa ideia, como a sua documentação mostra. Esse decreto será abordado especificamente no último capítulo, mas já se ressalta aqui a emergência da preocupação em tombar mais uma definição espacial e volumétrica do que um objeto físico de fato.

Planaltina foi considerada pelo Grupo como o núcleo urbano antigo mais bem preservado encontrado no DF e, conforme seus membros, só isso já seria suficiente para propor a sua preservação. A população e também a Administração Regional buscavam medidas para a sua salvaguarda, como evidente no documento *Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para a sua preservação*, onde se lê:

A disposição da atual Administração Regional em atuar francamente a favor da preservação do centro antigo fica patente através do tratamento dispensado aos espaços públicos,

⁵³ ICOMOS. **Recomendação de Nairobi**. p. 3.

⁵⁴ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto**. 1982. p. 7.

⁵⁵ DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987**.

pelo esforço de manutenção das edificações antigas, assim como pela realização anual do Encontro do Patrimônio Cultural de Planaltina⁵⁶.

A disposição da Administração Regional em atuar na preservação da cidade se evidencia nesse trecho, principalmente ao realizar esse encontro anual, tendo ocorrido o primeiro em 1979, com o objetivo de propor diretrizes para a preservação da cidade ao mesmo tempo buscando impedir intervenções que descaracterizassem o patrimônio. Duas outras propostas envolvendo a Administração também foram levantadas, a primeira seria a execução de um decreto que delimitasse a área histórica, e a segunda, a elaboração de um Plano Diretor para a Cidade. Dessas duas propostas, apenas a primeira foi efetivada por meio de três decretos que preservam elementos isolados. Quanto ao Plano Diretor Local, ainda não existe uma previsão.

A preservação de Planaltina pelo GT-Brasília deveria ocorrer por níveis, como citado anteriormente. Conforme se lê no documento *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*: “Verifica-se que as qualidades dessas áreas históricas – tais como o emprego de técnicas e materiais vernaculares e a boa ambientação e harmonia de conjunto – acontecem de maneira diferenciada ao longo da área a ser preservada”⁵⁷. Os três níveis citados (Figura 25), como já descrito, correspondem ao Setor Tradicional (núcleo histórico), Setor Tradicional (trecho complementar) e faixa de proteção ao Setor Tradicional com valor histórico e paisagístico. Essas três áreas foram avaliadas com a proposta de diretrizes que dariam origem a uma legislação de uso e ocupação do solo e são explícitas por meio de um quadro constando 15 itens avaliados para cada área. São eles os seguintes: parcelamento de lotes, remembramento de lotes, demolições, reformas, novas construções, gabarito, taxa de ocupação, índice de aproveitamento, afastamentos, manutenção de vegetação, materiais de construção, estrutura e vedação, materiais de construção para vãos, materiais de construção para telhados, inclinação dos telhados e dimensões dos vãos.

⁵⁶ GT-Brasília. **Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para a sua preservação**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

⁵⁷ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**. p. 3.

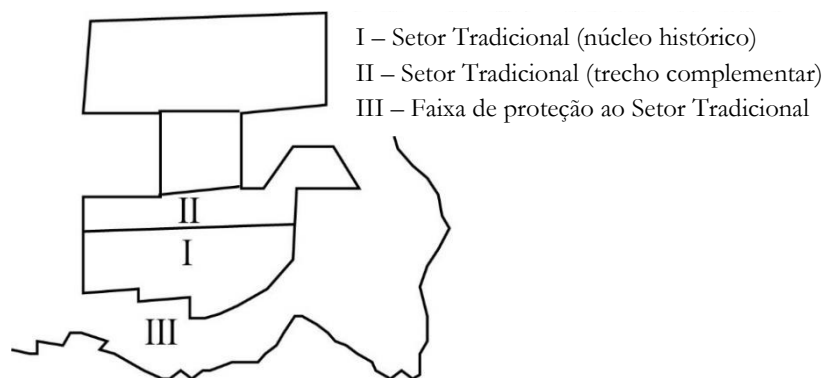


Figura 25 – Níveis de preservação propostos pelo GT-Brasília para Planaltina.
 Fonte: da autora, com base no documento GT-BRASÍLIA. **Síntese dos Trabalhos até novembro de 1983.**
 Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 3.

PLANALTINA	I	II	III
Parcelamento de lotes	Proibido	Controlado	Proibido
Remembramento de lotes	Proibido	Controlado	Controlado
Demolições	Proibidas	Permitidas	Permitidas
Reformas	Controladas	Permitidas	Permitidas
Novas construções	Controladas	Permitidas	Permitidas
Gabarito	1	2	1
Taxa de ocupação	Manutenção dos índices antigos		
Índice de aproveitamento	Manutenção dos índices antigos		
Afastamentos	Manutenção dos índices antigos		
Manutenção da vegetação	Sim	Sim	Sim
Materiais de construção, estrutura e vedação	Controlado	Livre	Livre
Materiais de construção - vãos	Controlado	Livre	Livre
Materiais de construção – telhados	Telhas de barro	Livre	Livre
Inclinação dos telhados	Manutenção das tradicionais locais	Livre	Livre
Dimensões dos vãos	$h > 1$	Livre	Livre

Tabela 3 – Critérios de preservação para Planaltina.
 Fonte: da autora, com base no documento GT-BRASÍLIA. **Síntese dos Trabalhos até novembro de 1983.**
 Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 4.

É possível perceber nesse quadro que a área mais controlada seria a primeira, onde se encontram as edificações e os trechos antigos e onde os parâmetros seriam mais rigorosos, evitando ao máximo a sua descaracterização. As outras duas áreas teriam parâmetros mais flexíveis, mas haveria a necessidade de se manter a relação da edificação com o lote. Para todas as áreas, a taxa de ocupação, o índice de aproveitamento e os afastamentos deveriam se manter nos padrões anteriores. As intenções dos técnicos se mantinham coerentes com as premissas do GT de preservar com mais rigor as características essenciais do lugar, ao mesmo tempo em que se permitisse seu desenvolvimento. Nessa ação de selecionar o que seria essencial e o que seria secundário, identificou-se um problema em fazer essa separação. Para Planaltina, previa-se que o todo fosse harmônico, por isso as premissas básicas como esses três itens citados (a taxa de ocupação, o índice de aproveitamento e os afastamentos) deveriam se manter tal como original, mas haveria certa liberdade para a escolha de materiais, por exemplo, nas áreas II e III.

O GT trabalhou, de maneira geral, com duas vertentes para a preservação – por um lado o planejamento urbano, e por outro o tombamento individual. Essas duas possibilidades deveriam ocorrer de forma integrada e complementar. Porém, apenas os tombamentos de edificações foram realizados, a Igreja de São Sebastião (Figura 26) e o Museu Histórico e Artístico de Planaltina (Figura 27), ambos em 1982. Além do tombamento da Pedra Fundamental de Brasília, efetivado em 1984. Esses três tombamentos preveem poligonais de entorno para os bens isolados, mas não há qualquer proteção ao seu conjunto urbanístico. Segundo o *Inventário do Setor Tradicional de Planaltina*, a poligonal da “área histórica” da cidade é reconhecida informalmente como um espaço a ser preservado e é indicada em mapas da Codeplan desde 1966⁵⁸. Não há uma legislação que aborde especificamente essa poligonal, mas os mapas existentes demonstram que essa seria a área com os loteamentos existentes em 1959. O que existe atualmente em termos legais está contido no PDOT (Plano Diretor de Ordenamento Territorial), de 2009, ao constar o “Eixo Histórico de Planaltina” como parte de uma estratégia de revitalização⁵⁹.

⁵⁸ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). *Inventário do Setor Tradicional de Planaltina*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2013. p. 81.

⁵⁹ DISTRITO FEDERAL. **Lei complementar nº 803, de 25 de abril de 2009**. Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.segeth.df.gov.br/plano-diretor-de-ordenamento-territorial/>> Acesso em: 22 nov. 2018.



Figuras 26 e 27 – Igreja São Sebastião e Museu de Planaltina na Praça Salviano Monteiro, respectivamente. Fonte: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpetuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 134 e 135, respectivamente.

O Decreto nº 6.939⁶⁰ e o Decreto nº 6.940⁶¹, ambos de 1982, tombam respectivamente o Museu Histórico e Artístico de Planaltina e a Igreja de São Sebastião. Esses instrumentos protegem o elemento isolado e uma área ao seu redor. Ambos explicitam que “qualquer ato que importe na destruição, mutilação ou alteração dos bens referidos nos artigos anteriores será considerado crime contra o Patrimônio do Distrito Federal”. Recentemente, em 2009, foi elaborado um Dossiê de Tombamento do Centro Histórico de Planaltina pela empresa Ábaco Arquitetura & Design Ambiental. O *Inventário do Setor Tradicional de Planaltina* propôs uma poligonal de tombamento e diretrizes para a preservação do centro histórico⁶². Embora tenha havido iniciativas para a preservação, o que prevalece ainda hoje são os decretos de 1982.

A Região Administrativa de Brazlândia foi abordada pelo GT sob as mesmas premissas de Planaltina, porém, observando-se suas especificidades, principalmente quanto ao seu estágio de conservação, considerado de menor qualidade pelos técnicos. Brazlândia, que foi reconhecida como uma cidade-satélite de Brasília em 1964, ao mesmo tempo em que Planaltina foi erguida no século XX, mais precisamente na década de 1930. As características do Setor Tradicional, de maneira geral, são as mesmas apontadas pelo GT para Planaltina, remontando ao período colonial. O documento *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico, excetuando o Plano Piloto*, coloca Brazlândia

⁶⁰ DISTRITO FEDERAL, **Decreto nº 6.939, de 19 de agosto de 1982**. Dispõe sobre o tombamento provisório do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Distrito Federal, e respectivo mobiliário histórico. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/Norma/9150/Decreto_6939_19_08_1982.html> Acesso em: 8 set. 2018.

⁶¹ DISTRITO FEDERAL, **Decreto nº 6.940, de 19 de agosto de 1982**. Dispõe sobre o tombamento provisório da igreja de São Sebastião, Planaltina, Distrito Federal. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=9151> Acesso em: 8 set. 2018.

⁶² INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). **Inventário do Setor Tradicional de Planaltina**. p. 87.

como uma área bem mais degradada em relação às características originais e afasta momentaneamente a ideia de se pensar uma preservação em níveis para a parte histórica. Isso seria justificado: “por já não se encontrar aí conjunto homogêneo e de grande valor patrimonial, e livre de interferência de novos elementos, nem mesmo se destacam edificações de grande valor individual”⁶³.

O alto grau de mistura de elementos novos e antigos impossibilitaria a identificação de trechos específicos que resguardassem a arquitetura colonial, mas a ideia do Grupo de Trabalho seria preservar, por meio do tombamento, um pequeno conjunto que se mantinha o mais intacto possível, representado pela Rua 1 (Figuras 28 e 29). Nesse documento de 1982, a primeira ideia de se preservar em níveis, que seria descartada, é retomada com a intenção de se proteger um perímetro mais abrangente. Menciona-se a intenção de preservar uma área tradicional e não antiga, conforme a seguinte explicação:

[...] em uma dimensão tal que se identifique, não uma área antiga, mas pelo menos tradicional, tomando aqui como a diferença entre esses termos (antigo e tradicional) a propriedade que tem o tradicional em manter certas qualidades do antigo e introduzir inovações, harmonizando desenvolvimento e conservação⁶⁴.

Dessa afirmação, entende-se que o GT pretendia a preservação das edificações tal como se encontravam com as qualidades do antigo somadas às inovações introduzidas pela contemporaneidade. Percebe-se com isso que o Grupo se afastava de uma visão estática de que o patrimônio deveria ser considerado em sua originalidade, sem quaisquer intervenções posteriores. O trabalho empenhava-se em destacar os valores daquilo que resguarda certa originalidade, mas que passou por um processo de sedimentação histórica. Seguindo a proposta de Planaltina, alguns espaços mereceram atenção maior, como é o caso da casa da D. Judith (Rua 1, casa 1), responsável por ceder o terreno para a construção da Região Administrativa. Para isso, cogitava-se seu tombamento e a possibilidade de instalação do Museu da História Local. Também há a sugestão de criação de um museu-vivo, no qual as pessoas continuariam morando em suas casas, porém recebendo visitas e funcionando como guias locais⁶⁵. Vê-se essa proposta se amparando nas questões do uso social e do turismo em consonância com discussões mais amplas da preservação do patrimônio atingindo não apenas a edificação, mas também o seu entorno.

⁶³ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto.** p. 4.

⁶⁴ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto.** p. 4.

⁶⁵ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto.** p. 5.



Figura 28 – Mapa atual de Brazlândia com demarcação do perímetro elaborado pelo GT-Brasília.
Fonte: Google Earth (com alterações da autora).



Figura 29 – Antiga Rua 1 de Brazlândia.

Fonte: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 133.

O documento *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto* destaca ainda para Brazlândia uma “proteção ao menos externa” para algumas unidades⁶⁶. Essa proposta não é bem explicada no referido documento e se questiona aqui se seria apenas

⁶⁶ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto**. p. 5.

a preservação de sua fachada. Essa é uma questão discutida no âmbito das práticas preservacionistas, remetendo ao que hoje se chama de *fachadismo*, uma técnica associada à preservação apenas de fachadas, viabilizando o seu uso interior de maneiras diferentes. Essa é uma forma de intervenção discutível que ainda não apresenta consensos. Na década de 1980, quando o GT trabalhou, os debates não avançavam tanto nos conceitos associados a intervenções pontuais nas edificações, a exemplo do *fachadismo*.

Nos documentos coletados, nota-se que os técnicos aparentemente não entraram em discussões aprofundadas sobre restauros, demolições, reformas, revitalizações e outras práticas comuns ao se lidar com bens patrimoniais. Os relatórios utilizados aqui demonstram a intenção de avanço nos trabalhos junto às áreas do DF, excetuando o Plano Piloto. Portanto, entende-se que essa discussão poderia representar uma segunda fase. Mas, como se acompanha na sua trajetória, não foi possível retomar as pesquisas com essas áreas. Após o ano de 1985, o Plano Piloto recebeu quase que atenção exclusiva.

Apesar das particularidades observadas em Brazlândia, essa Região Administrativa também contou com a mesma proposta que Planaltina. A ideia seria a preservação em três níveis (Figura 30), correspondendo ao Setor Tradicional (núcleo histórico), Setor Tradicional (trecho complementar) e faixa de proteção ao Setor Tradicional com valor histórico e paisagístico. Os 15 itens presentes na tabela que foram avaliados para Planaltina foram aplicados também para Brazlândia. Inclusive a tabela na qual são apresentados os resultados é a mesma para as duas localidades. Ou seja, a área I seria a mais preservada, com diretrizes mais rígidas, enquanto que as áreas II e III seriam mais flexíveis para intervenções.

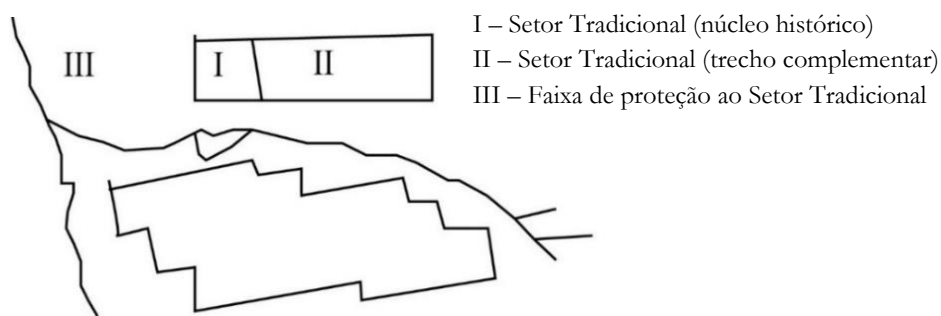


Figura 30 – Níveis de preservação propostos pelo GT-Brasília para Brazlândia.

Fonte: da autora, com base no documento GT-Brasília. **Síntese dos Trabalhos até novembro de 1983.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 3.

<u>BRAZLÂNDIA</u>	I	II	III
Parcelamento de lotes	Proibido	Controlado	Proibido
Remembramento de lotes	Proibido	Controlado	Controlado
Demolições	Proibidas	Permitidas	Permitidas
Reformas	Controladas	Permitidas	Permitidas
Novas construções	Controladas	Permitidas	Permitidas
Gabarito	1	2	1
Taxa de ocupação	Manutenção dos índices antigos		
Índice de aproveitamento	Manutenção dos índices antigos		
Afastamentos	Manutenção dos índices antigos		
Manutenção da vegetação	Sim	Sim	Sim
Materiais de construção, estrutura e vedação	Controlado	Livre	Livre
Materiais de construção - vãos	Controlado	Livre	Livre
Materiais de construção - telhados	Telhas de barro	Livre	Livre
Inclinação dos telhados	Manutenção das tradicionalis locais	Livre	Livre
Dimensões dos vãos	$h > l$	Livre	Livre

Tabela 4 – Critérios de preservação para Brazlândia. Fonte: da autora, com base no documento GT-Brasília. Síntese dos trabalhos até novembro de 1983.

Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 4.

O GT se propôs a olhar esse território em suas particularidades, partindo de uma análise desses diferentes espaços. Por mais que Planaltina e Brazlândia guardem diferenças, o Grupo de Trabalho optou por um método de pesquisa que agrupasse essas distintas áreas sob critérios similares com o intuito de criar alguns planos de análise do território. O GT se deparou com o problema de lidar com um Distrito Federal considerado em sua totalidade, mas composto por formações urbanas com distintas origens. Por vezes, o seu trabalho pode ser associado a uma busca por “implementar um sistema de patrimônio totalizante”, segundo Thiago Perpétuo, que ainda complementa:

[...] me pareceu que o grupo envidou esforços, a partir da apropriação das já mencionadas narrativas sobre Brasília, para operar a costura dessas narrativas e discursos relacionados, imaginando uma cidade ao mesmo tempo múltipla e coesa, para a qual se poderia selecionar um patrimônio que haveria de ser, ao fim e ao cabo, representativo de e para todos os candangos⁶⁷.

Thiago Perpétuo exprime essa opinião ao final de sua dissertação após revisitar parte do trabalho do GT-Brasília. O autor menciona que o Grupo teria imaginado uma cidade ao mesmo tempo “múltipla e coesa”, considerando a amplitude de suas pesquisas. Concordando em parte com essa afirmação, busca-se demonstrar até agora que as pesquisas envolvendo os antecedentes e, posteriormente, o Plano Piloto demonstraram a intenção de observar as particularidades de cada espaço, por mais que nem sempre tenham sido bem-sucedidas nessa tarefa.

O GT-Brasília certamente nasceu com intenções vastas de olhar uma cidade inteira, com grandes diferenças entre as origens de suas preexistências. As intenções, claro, são pertinentes e até ousadas, mas ao se aproximar de fato dos lugares esse trabalho se tornou árduo e ao longo do percurso enfrentou desafios de como preservar esses exemplares do meio urbano e do meio rural que se encontravam em diferentes estágios de descaracterização e degradação. Nessa intenção, os técnicos se dispuseram a andar por esse território colhendo informações, conversando com as pessoas e pesquisando uma documentação repleta de lacunas acerca da história. Mais uma vez é possível notar que o pioneirismo do GT abriu possibilidades para que diversos trabalhos fossem realizados posteriormente.

3.3. ACAMPAMENTOS DE OBRAS

A avaliação mais aprofundada sobre o território do Distrito Federal talvez tenha ocorrido a partir dos acampamentos de obras remanescentes da construção de Brasília. Houve grande número de documentos encontrados sobre esse tema, em quantidade e aprofundamento superiores às áreas de antigas fazendas e os núcleos urbanos. Essa constatação pode ser justificada pela proximidade temporal desses exemplares com a construção da cidade, auxiliando para que mais material tivesse sido encontrado, e também os remanescentes dos acampamentos de obras falam de uma história do ponto de vista dos operários e trazem uma arquitetura moderna ainda não de todo reconhecida, o que seria de interesse do GT.

O Grupo de Trabalho incorporou ao longo de sua trajetória duas pessoas que já vinham estudando esses acampamentos, Muhdi Koosah e Silvio Cavalcante. Esses dois colaboradores,

⁶⁷ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. p. 234.

como mencionado no capítulo 1, participaram do Grupo especificamente contribuindo com suas experiências com os acampamentos de obras. A participação de Muhdi Koosah é referenciada nas pesquisas do GT a partir de uma documentação de sua autoria, intitulada *Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF*⁶⁸. O trabalho de Silvio Cavalcante, por sua vez, consta em uma abordagem específica da Vila Planalto, e pode também ser verificado em alguns documentos que indicam a sua participação no Grupo, além disso, contou-se com uma entrevista realizada com ele para esta dissertação.

A pesquisa de Muhdi Koosah com os “assentamentos precários” parece ter sido uma das bases para que o GT aprofundasse suas pesquisas. Esse trabalho se baseou na “documentação (historiográfica) contínua dos assentamentos humanos construídos, os previstos ou não, no DF, e a organização da mesma em um centro de documentação histórica da ocupação do território”⁶⁹. Na documentação encontrada não há uma listagem com todos os assentamentos, mas constam o Núcleo Bandeirante, a Vila Metropolitana, a Vila Planalto, a Vila Paranoá e algumas invasões, sem especificar quais. O título do documento identifica que seriam pesquisados os “assentamentos humanos construídos precários e/ ou deteriorados”, não deixando claro qual seria o critério para a seleção da precariedade ou deterioração. Como não se encontrou uma lista com todos os assentamentos considerados nessa proposta, não é possível afirmar qual critério foi utilizado. Porém, cabe salientar que o GT abordou aqueles acampamentos originários para as obras de construção de Brasília. Já existiam as ocupações e “favelas” no Distrito Federal, mas esses exemplares não foram considerados nem para o GT, nem para o trabalho de Muhdi Koosah, ao que tudo indica pela lista de alguns assentamentos citados anteriormente.

A pesquisa com os assentamentos humanos precários aponta para uma iniciativa de trabalhar primeiramente com os documentos encontrados, porém, não cita um trabalho de campo, algo que seria elaborado pelo GT posteriormente. Um de seus objetivos era “iniciar a criação de um centro de documentação histórica do DF”⁷⁰, permitindo “divulgar e socializar essa compreensão [da realidade da ocupação histórica do DF] por meio de debates, publicações e exposições”⁷¹. Os procedimentos registrados nessa proposta se baseiam em: “juntar, registrar e interpretar toda informação direta ou indireta, oral, escrita, ou iconográfica, que se aproximem o mais possível do

⁶⁸ KOOSAH, Muhdi. **Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF.**

⁶⁹ KOOSAH, Muhdi. **Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF.** p. 1.

⁷⁰ Em 1985 foi criado o arquivo público do DF que surgiu também, entre outras discussões, dentro do GT.

⁷¹ KOOSAH, Muhdi. **Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF.** p. 2.

referencial concreto em consideração”⁷². Essa ação de registrar os dados de cada lugar possibilitaria ao GT depois se aproximar com mais precisão desses objetos. O documento com autoria de Muhdi Koosah é identificado como uma “proposta” e tem desdobramentos em pesquisas posteriores já no âmbito das discussões internas do GT, que não são mais apontadas como de autoria exclusiva de Muhdi Koosah. Em janeiro de 1983, como explicitado no *Relatório de atividade do GT-Brasília no 1º período de 1983*, o professor se afastou do Brasil para aperfeiçoamento no exterior. Ele havia iniciado seus trabalhos antes do início do GT, se juntando ao Grupo no seu primeiro ano, 1981, quando continuou trabalhando até 1983⁷³. Desse ano em diante, outras pessoas deram continuidade a esse trabalho.

A proposta historiográfica de Muhdi Koosah partia de questões e hipóteses centradas na indagação de que: “É possível que um assentamento implantado como acampamento, e portanto provisório, se sedimente e se constitua concretamente (não como documento), mas como bem patrimonial, e portanto como permanência?”⁷⁴. Essa é uma discussão controversa já apresentada desde os trabalhos iniciais com Muhdi Koosah e que o GT buscou tratar de maneira específica para cada caso, levando em consideração as transformações e o grau de deterioração de diferentes lugares. A pesquisa direcionava-se também para questões sociais e legais, ao “identificar determinados bens do passado como permanências – resistências – reproduções atuais, e os bens-produções atuais como possíveis permanências – resistências e reproduções futuras”⁷⁵. O fator social explícito nessa proposta levou em consideração não só a história do lugar, mas o percurso de lutas da população pela conquista da moradia e do seu espaço.

As etapas de estudos para o trabalho do GT nesse sentido foram, em primeiro lugar, a historiografia, partindo de um processo de recolhimento de dados, considerando a iconografia (mapas, fotografias, croquis etc.), o apoio técnico (propostas de intervenções, estudos e aparatos legislativos), discussões sobre a morfologia social (identificação da relação das pessoas com o lugar) e ainda coleta de depoimentos buscando identificar “os níveis de compreensão ideológica da população envolvida”. A segunda vertente é colocada como “axiologia patrimonial das realidades”, explicada da seguinte maneira: “o valor dum bem produto-histórico-dinâmico é a sua sedimentação no tempo e, portanto, a sua capacidade de produzir excedentes e/ou sedimentações sucessivas”⁷⁶.

⁷² KOOSAH, Muhdi. **Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF**. p. 1.

⁷³ GT-BRASÍLIA. **Relatório de atividade do GT-Brasília no 1º período de 1983**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

⁷⁴ KOOSAH, Muhdi. **Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF**. p. 2.

⁷⁵ KOOSAH, Muhdi. **Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF**. p. 2.

⁷⁶ KOOSAH, Muhdi. **Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF**. p. 3.

Segundo a *Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF*:

A axiologia se realizaria com as seguintes análises:

Análise dos fatores de consolidação, de deterioração e de precariedade dos assentamentos em questão, no sentido da morfologia social e do seu construído; e levantamento das áreas correspondentes.

Definições dos critérios para a identificação dos bens valorizados historicamente como patrimoniais e levantamento dos mesmos⁷⁷.

Dessa forma, entende-se a axiologia associada aos valores inerentes aos assentamentos, a partir dos fatores de consolidação, de deterioração e de precariedade. Apesar do termo axiologia não ter uma explicação muito precisa, por envolver questões filosóficas, auxilia a compreender a proposta de Muhdi Koosah para os assentamentos precários, sendo exatamente a valorização associada à sedimentação histórica.

A proposta contida no documento almejava a exposição do material coletado, inclusive a partir de publicações. Os resultados específicos dessa pesquisa não foram encontrados, sendo possível supor que a sua finalização ocorreu dentro das pesquisas do GT e esses resultados estão incorporados em outros documentos. De fato, o ponto de partida para o trabalho com os acampamentos está contido no documento *Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF*, escrito pelo professor Muhdi Koosah. Por isso, a partir de agora, serão abordadas as pesquisas envolvendo o GT, não cabendo mais separar o que havia sido produzido antes e o que havia se iniciado dentro do Grupo.

As justificativas para que o Grupo de Trabalho avançasse nessa temática podem ser percebidas nesta questão:

A preservação e fixação destes acampamentos pioneiros significa o resgate, além do relativo à memória da construção de Brasília, aquele do espaço conquistado por parte da população pioneira [...] ⁷⁸.

O trabalho com os acampamentos de obras teve suas bases facilitadas por esses trabalhos que já estavam em andamento, liderados por Muhdi Koosah e Silvio Cavalcante. Vale ressaltar novamente que a distância temporal entre o período de construção dos acampamentos das pesquisas do Grupo, na década de 1980, foi curto se comparado às análises das outras áreas pesquisadas.

⁷⁷ KOOSAH, Muhdi. **Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF**. p. 3-4.

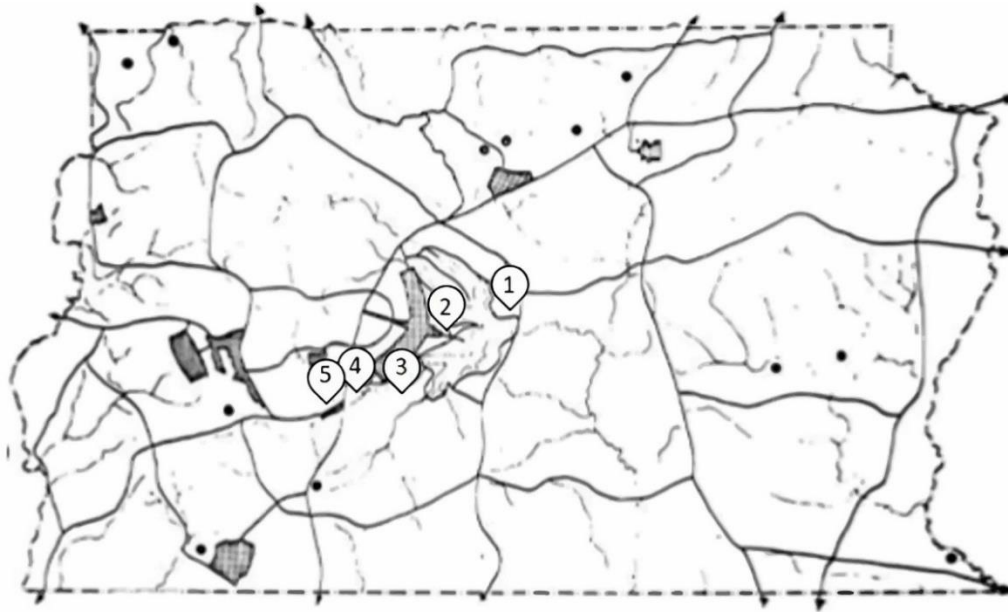
⁷⁸ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc. p. 157.

Ao se aproximar desses acampamentos, os técnicos encontraram espaços que tiveram sua construção iniciada a partir de 1956, dessa forma houve mais facilidade para obter dados a seu respeito com pessoas que os vivenciaram ou observar os remanescentes da construção da capital.

Além de existir uma documentação primária de mais fácil acesso sobre os acampamentos, mais tarde foram realizadas abordagens mais apuradas do trabalho do GT-Brasília com eles, como na pesquisa de Sandra Ribeiro⁷⁹, que dedicou uma parte de sua dissertação à Vila Planalto. Também há uma publicação recente do IPHAN intitulada *Roteiro dos acampamentos pioneiros do Distrito Federal*⁸⁰. A discussão sobre os acampamentos envolve lidar com sua posição no território. Esses espaços ocupavam – e alguns ainda ocupam – áreas centrais na cidade (Figura 31). Em virtude disso, suas histórias não podem ser dissociadas de inúmeros conflitos. Os acampamentos foram construídos para as obras da capital, parte erguidos pelas construtoras e parte pela Novacap. Em vista da necessidade da construção urgente de Brasília para cumprir a meta de Juscelino Kubitschek dos “50 anos em 5”, os acampamentos se organizaram de forma provisória para serem demolidos após a inauguração da capital, em 1960.

⁷⁹ RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural.**

⁸⁰ IPHAN. **Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal.**



- | | |
|-----------------------|---|
| 1 – Vila Paranoá | 4 - Candangolândia |
| 2 – Vila Planalto | 5 – Núcleo Bandeirante e Vila Metropolitana |
| 3 – Vila Telebrasília | |

Figura 31 – Mapa com a localização dos principais acampamentos de obras pesquisados pelo GT-Brasília.

Fonte: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 131 (com alterações da autora baseadas no documento UNESCO. **Liste du patrimoine mondial – Formulaire de proposition d’inscription**. Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Arq. Superintendência do IPHAN no RJ).

Conforme José Vesentini, em 3 de novembro de 1956 se ergueram as primeiras barracas de lona e casas em madeira para abrigar os trabalhadores das obras, técnicos e funcionários das firmas, pessoas com origens de diferentes estados brasileiros⁸¹. Segundo o *Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal*, em 1956 havia ali 500 trabalhadores apenas, passando para 13 mil, em 1957; 64 mil, em 1959; e 127 mil, em 1960. Para abrigar essa população, as construções eram erguidas o mais rápido possível, e de maneira simples utilizavam a madeira como material principal, também como justificativa para facilitar sua demolição posterior⁸². Havia certa organização espacial nos acampamentos, como é exposto no *Relatório Síntese de 1985*:

Assim, caracterizam-se por traçado ortogonal porém pouco rígido, com alguma organicidade de geometria simples; a flexibilidade destes espaços foi reforçada pelo crescimento posterior da maioria dos acampamentos por autoconstrução, quando assemelham-se ao modelo vernáculo por apresentarem as mesmas unidades morfológicas destes últimos

⁸¹ VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica**. p. 107.

⁸² IPHAN. **Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal**. p. 17.

(ruas, quarteirões, praças – inclusive a tradicional praça da igreja, junto ao campo de futebol e à escola) e outras características [...]⁸³.

Essa descrição leva a entender que transformações foram ocorrendo de acordo com as suas necessidades e ainda à semelhança com os locais de origem dessa população. Ao mesmo tempo em que há referências a cidades mais tradicionais, as suas características também se embasavam na arquitetura moderna, privilegiando a ortogonalidade, a ausência de ornamentos e, principalmente, a racionalidade. Isso se refletia no traçado básico desses pequenos núcleos, porém, de maneira mais flexível como descrito nesse trecho.

O GT observou que cada acampamento possuía características próprias e “diferenciam-se uns dos outros de maneira evidenciada – por suas dimensões, estado de conservação geral e presença de certos elementos mais significativos”⁸⁴. Essa observação corrobora uma noção atual de que esses espaços traziam um pouco da cultura dos trabalhadores que construíram a capital, como identifica Márcio Vianna⁸⁵. O GT viu, além de suas características arquitetônicas, um significado associado ao resgate da memória da construção de Brasília e a necessidade de valorizar uma história de conquistas dessa população pioneira que lutou pelo seu espaço. Também as pesquisas se justificam pela qualidade ambiental, suas tradições culturais sedimentadas e a eminência de desaparecimento de muitos deles⁸⁶. Dessas justificativas, entende-se que as qualidades ambientais se manifestavam a partir da relação entre as edificações e os espaços adjacentes, formando um ambiente integrado; as tradições culturais se mostram ao entender o passado desses acampamentos associado ao modo de vida e ao modo construtivo; e a eminência de desaparecimento se relaciona com a precariedade das edificações, tal como Muhdi Koosah já havia identificado.

Uma das primeiras questões debatidas pelo Grupo diz respeito à condição de provisoriidade. Questionavam-se quais acampamentos provisórios deveriam se tornar definitivos, principalmente ao considerar a necessidade de “uma tomada de posição a respeito de sua consolidação e continuidade ou não, devendo vários aspectos serem levados em conta e estudados a fundo, exigindo um questionamento prévio abrangente e proposições seguras [...]”⁸⁷. Quando o GT abordou os acampamentos, 20 anos separavam essa pesquisa da sua construção, portanto, as condições

⁸³ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc. p. 154.

⁸⁴ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**. p. 6.

⁸⁵ VIANNA, Márcio. Conjuntos representativos da época da construção de Brasília. In: **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 136-141. p. 138.

⁸⁶ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**.

⁸⁷ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto**. p. 11.

encontradas eram distintas de outrora. Como citado anteriormente, as casas eram simples, com poucos cômodos e espaço limitado. Com o passar do tempo, as famílias cresciam ou simplesmente modificavam sua maneira de viver e acabavam por realizar constantes alterações nas edificações originais. Também se soma a isso a noção de continuidade associada à resistência dos moradores, como é discutido no *Relatório Síntese de 1985*:

A continuidade destes acampamentos ao longo de sua própria história deveu-se, principalmente, a resistência dos seus moradores, e esta cresce de importância quando se verifica que estes acampamentos são, juntamente com as chamadas “invasões”, os últimos redutos de moradores de baixa renda interna ou adjacentes ao “Plano Piloto de Brasília”, a área planejada da cidade⁸⁸.

Discutia-se no interior do GT como tornar esses acampamentos definitivos, além de propor a preservação. Esse processo de fixação implicaria análises dos condicionantes físicos e legais. Além disso, a Secretaria Técnica apontava para duas necessidades prementes: a primeira, a consolidação do assentamento edificado e a segunda, a discussão de questões de propriedade, uma vez que os moradores não tinham a posse dos terrenos e dos imóveis. Primeiramente, parece que não se considerava a hipótese da cessão dos títulos de propriedade, que carecia ainda de estudos mais aprofundados. Entendia-se que uma possível posse acarretaria efeitos reversos para a preservação, pois daria margem a uma gama de alterações por parte dos moradores, podendo culminar na perda de homogeneidade do conjunto⁸⁹. Além das alterações identificadas pelo Grupo, percebe-se um processo de gentrificação⁹⁰. O GT-Brasília não explicita esse termo, mas tal como ocorreu posteriormente, a Vila Planalto hoje representa um espaço diverso de sua origem como um acampamento. Parte da população pioneira foi sendo expulsa à medida que a área se valorizava pela proximidade com o Plano Piloto⁹¹.

O GT parece ter trabalhado com os acampamentos pioneiros desde 1981 até 1987, quase o período todo de sua atuação. Mas a partir de 1985, após o *Relatório Síntese de 1985*⁹², apenas a Vila Planalto recebeu atenção até 1987, provavelmente em razão de sua localização privilegiada, vizinha

⁸⁸ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc. p. 156.

⁸⁹ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto**. p. 11.

⁹⁰ O termo “gentrificação” surgiu em Londres, na década de 1960, a partir de uma socióloga britânica chamada Ruth Glass. A sua origem está associada a um processo de expulsão de populações mais pobres em área periféricas para dar lugar a uma classe mais abastada. Isso implica aumento do custo de vida nesses espaços, ao mesmo tempo acompanhado por melhorias urbanísticas.

⁹¹ Uma discussão mais aprofundada sobre o processo de gentrificação na Vila Planalto pode ser vista em PACHECO, Matías Enrique Ocaranza. **Os limites da gentrificação na Vila Planalto**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

⁹² Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc.

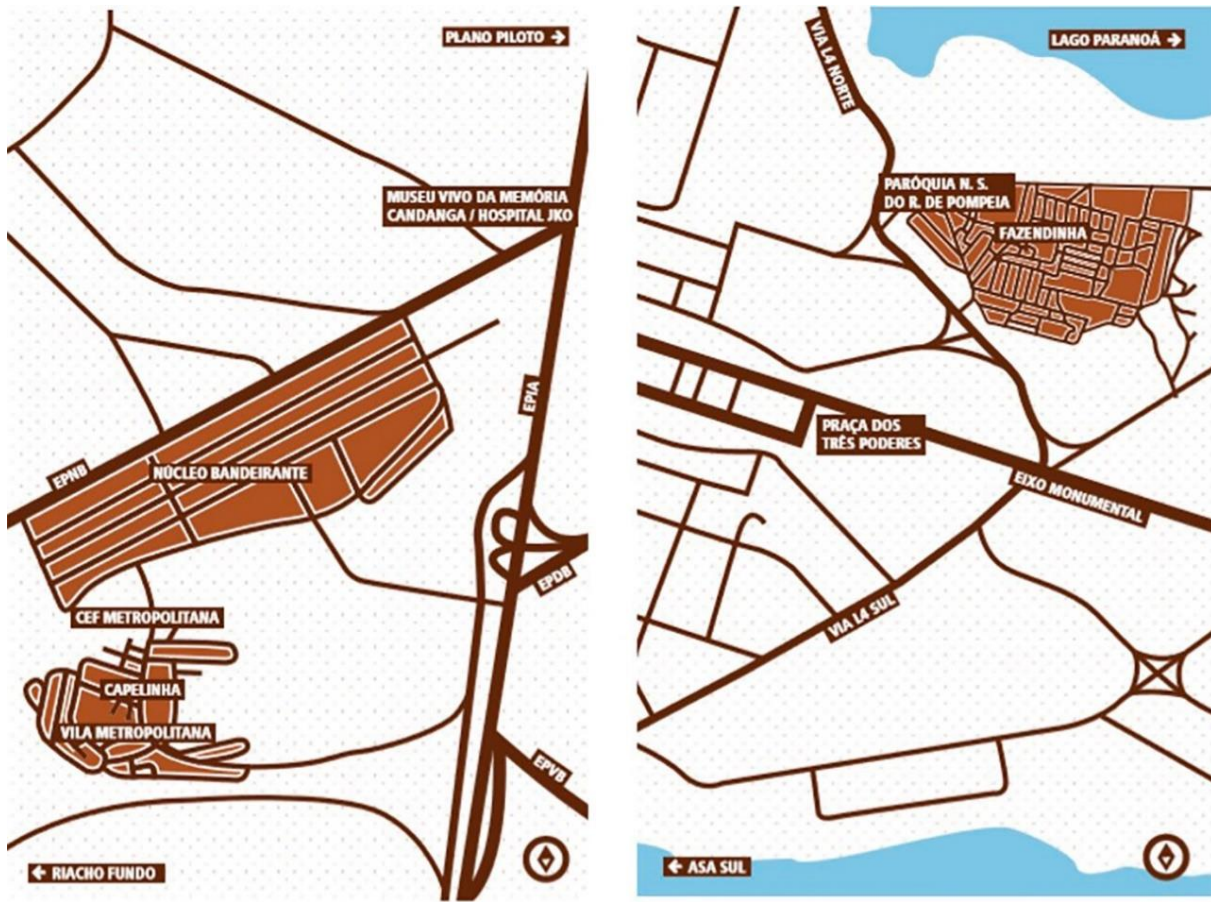
ao Eixo Monumental de Brasília. O relatório finaliza a etapa correspondente ao entorno e as bases das pesquisas com o Plano Piloto, que seria privilegiado daquele momento em diante. O *Relatório de atividades – Período: janeiro/maio de 1987* mostra a continuação dos trabalhos do GT-Brasília com a Vila Planalto em paralelo já com a candidatura de Brasília a Patrimônio Cultural da Humanidade⁹³. De todos os acampamentos, a Vila Planalto seria tratada com mais ênfase, como confirma esse relatório, porém, ao longo desses primeiros anos de atuação do GT veem-se propostas para os outros espaços também.

O *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – Dezembro de 1981* apresenta já uma aproximação com os primeiros estudos pretendidos pelo Grupo, entre eles se incluem os acampamentos pioneiros, com a intenção de “adiantar certas propostas de ação imediata”⁹⁴. Entre essas ações recomenda-se, de imediato, prover os “meios necessários ao inventário e documentação dos primeiros acampamentos de obras” destacando a Vila Metropolitana (Figura 32), junto ao Núcleo Bandeirante, e a Vila Planalto (Figura 33), ao lado do Plano Piloto. Esse documento também relata a precariedade das antigas construções em madeira encontradas no Núcleo Bandeirante, antiga Cidade Livre, e na Candangolândia⁹⁵. Esse é um escrito com data de 1981, portanto, trazia um panorama inicial dos trabalhos, logo não apresenta propostas mais elaboradas, apenas direcionamentos para as ações seguintes.

⁹³ GT-BRASÍLIA. **Relatório de atividades – Período: janeiro/maio de 1987**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB. p. 2.

⁹⁴ GT-BRASÍLIA. **Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – Dezembro de 1981**. (s/p).

⁹⁵ GT-BRASÍLIA. **Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – Dezembro de 1981**. (s/p).



Figuras 32 e 33 – Mapas com o acampamento da Vila Metropolitana e o acampamento da Vila Planalto, respectivamente. Fonte: IPHAN. **Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro. Texto: José Mauro de Barros Gabriel. Brasília/DF, 2016. p. 36 e 28, respectivamente.

Outro documento intitulado *Caracterização do acervo de bens imóveis*⁹⁶ aborda ações mais propositivas para lugares específicos como o Núcleo Bandeirante, a Vila Planalto, a Vila Metropolitana, o Acampamento DAE (Departamento de Águas e Esgotos), a Candangolândia e também o Catetinho. Este último não é um acampamento de obras, mas foi construído de maneira provisória para a estadia do presidente Juscelino Kubitschek. O Catetinho fora tombado pelo IPHAN em 1959, antes da inauguração da capital, e foi a primeira edificação associada à construção de Brasília a receber tal modo de preservação. Na *Caracterização do acervo de bens imóveis* há uma listagem desses lugares e de maneira breve se identificam suas caracterizações e suas propostas de preservação.

Outro acampamento tratado pelo GT como parte das pesquisas foi o acampamento da Metropolitana, localizado próximo ao Núcleo Bandeirante. Esse acampamento era “um conjunto habitacional de dimensões reduzidas, apresentando um traçado urbano semelhante ao de pequenas cidades do interior”. Suas edificações em madeira compreendiam moradias, equipamentos como

⁹⁶ GT-BRASÍLIA. *Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para a sua preservação*. (s/p).

comércios, igrejas e escolas, e como avaliou o GT-Brasília, “em precário estado de conservação”. Para a sua preservação, pretendia-se “manter a caracterização essencial do acampamento” através de uma legislação urbanística específica, ainda sem detalhamento, além de complementar o inventário já existente do conjunto que fora realizado pela TERRACAP (Companhia Imobiliária de Brasília) e a SVO (Secretaria de Viação e Obras)⁹⁷. Proposta semelhante seria aplicada para o Acampamento DAE (Departamento de Águas e Esgotos), um conjunto de residências menor, formado por uma rua privada com arborização. Diferentemente da Metropolitana, “com exceção de uma ou duas casas em estado sofrível de conservação, as demais apresentam condições relativamente satisfatórias”, respeitando ainda a ambiência do lugar⁹⁸.

A Vila Planalto se diferenciava tanto pela localização quanto pela extensão (Figura 34). Esse foi um acampamento das construtoras Rabello, Pacheco Fernandes, Planalto e Tamboril, por isso esse conjunto ocupava uma ampla área. As informações presentes na *Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para a sua preservação* identificam que “suas qualidades ambientais decorrem principalmente do porte alcançado pela abundante vegetação, da unidade tipológica das construções de madeira e da variedade da trama de espaços para uso público”. O documento ainda identifica um grau de degradação variado, compreendendo desde uma descaracterização completa até exemplares com aspectos originais, como a Fazendinha. A proposta para a Vila Planalto era realizar um Plano Diretor de Preservação, além de um inventário de campo e documental⁹⁹.

⁹⁷ GT-BRASÍLIA. *Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para a sua preservação*. (s/p).

⁹⁸ GT-BRASÍLIA. *Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para a sua preservação*. (s/p).

⁹⁹ GT-BRASÍLIA. *Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para a sua preservação*. (s/p).



Figura 34 – Acampamento da Vila Planalto. Fonte: IPHAN. **Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro. Texto: José Mauro de Barros Gabriel. Brasília/DF, 2016. p. 29.

O documento com a caracterização de bens imóveis também aborda a cidade-satélite do Núcleo Bandeirante, oficializada em 1961 (Figura 35). Conforme o levantamento realizado pelo Grupo de Trabalho, seu processo de substituição de edificações em madeira por alvenaria teria se processado com extrema rapidez, “fato que acarreta alteração substancial no espírito e no caráter” do lugar¹⁰⁰. Em parte, esse processo foi justificado pela regularização de seu loteamento e seu traçado viário. A proposta de preservação recaiu apenas sobre algumas edificações, pretendendo-se “a preservação de alguns exemplares, em caráter didático como testemunho concreto do modo de construção e habitação do período pioneiro.” A ideia era desmontar e transferir alguns desses exemplares para “recriar um pequeno trecho de rua”. A finalidade de tal empreendimento era de um “museu ao ar livre”, podendo inclusive receber exemplares de outros acampamentos¹⁰¹.

¹⁰⁰ GT-BRASÍLIA. **Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para a sua preservação**. (s/p).

¹⁰¹ GT-BRASÍLIA. **Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para a sua preservação**. (s/p).



Figura 35 – Antiga Cidade Livre (Núcleo Bandeirante).

Fonte: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 139.

Por um lado, a proposta de transferir parte das edificações para recriar um trecho de rua se ampara na intenção de preservar a memória daquele que havia sido um dos lugares mais significativos para a construção da capital, pelo seu comércio, suas moradias e sua organização nos moldes de uma cidade tradicional. Em contrapartida, a técnica de transferir um bem material para outro lugar, conhecida como transposição, tende a ser uma prática condenada. Um marco na discussão dessa técnica, e de sua rejeição, salvo poucas exceções, foi o deslocamento do Templo de Abu Simbel, no Egito, realizado pela UNESCO na década de 1960. A Carta de Veneza é categórica ao afirmar em seu Artigo 7º:

O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional¹⁰².

¹⁰² ICOMOS. **Carta de Veneza**. p. 2.

Portanto, de acordo com a Carta de Veneza, a ideia de deslocamento de edificações sugerida pelo GT não seria bem-vinda, sobretudo pela importância do conjunto da edificação e do meio em que se situa. Além dessas propostas específicas para o Núcleo Bandeirante, a Candangolândia também foi analisada pelo GT-Brasília no documento *Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para sua preservação*. A maior parte de suas edificações não existia mais quando se iniciaram as pesquisas, em virtude da transferência de uma parcela da população para a Região Administrativa de Ceilândia. Esse documento referencia que “tão somente alguns trechos de rua são ainda identificáveis, sendo muito rarefeita a ocupação da área”. Como ponto positivo se ressalta “a boa implantação do núcleo em encosta, com visão sobre o Plano Piloto e sobre a estrada de acesso à Brasília”. Também sua localização privilegiada na área do Parque Zoobotânico recebe destaque ao guardar boa densidade da vegetação remanescente¹⁰³. Desse conjunto, apenas a Igreja de São José Operário apresentava, para o GT, possibilidade de preservação, mesmo que se encontrasse em estado precário. A Escola Júlia Kubitscheck, a primeira de Brasília, não teve a mesma sorte e, em razão do seu estado de deterioração, foi demolida em 1985 (Figura 36).

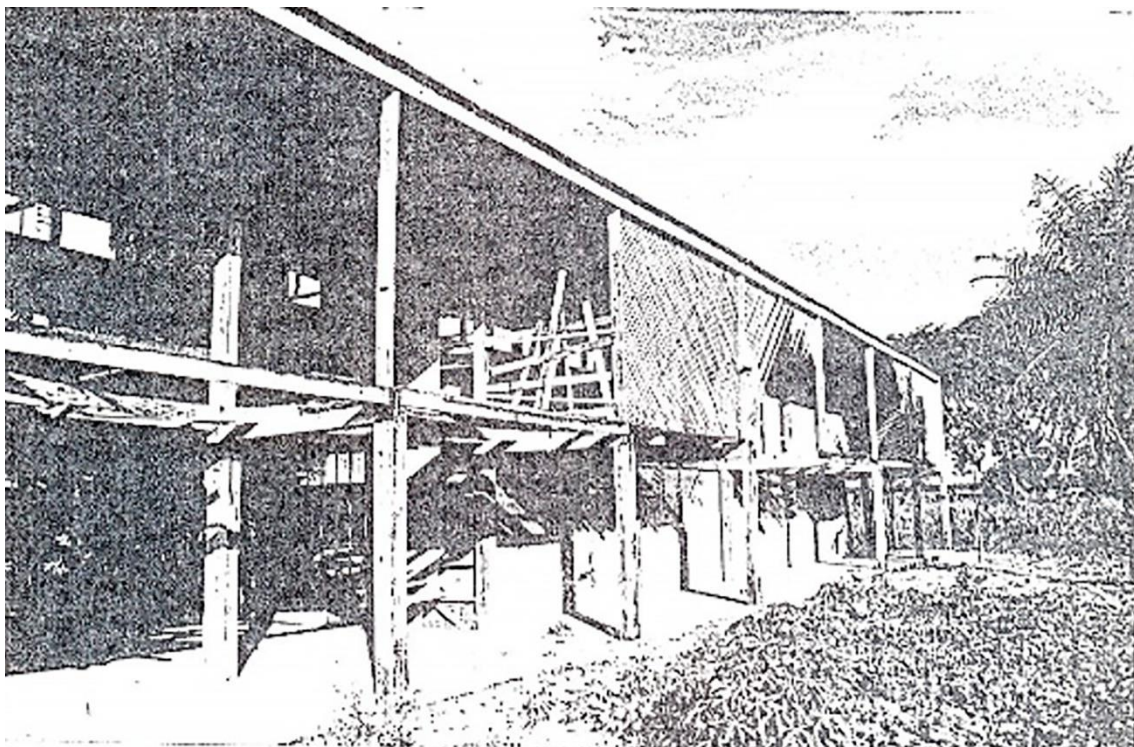


Figura 36 – Ruínas da Escola Júlia Kubitscheck.

Fonte: UNESCO. *Liste du patrimoine mondial – Formulaire de proposition d’inscription*. Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Arq. Superintendência do IPHAN no RJ.

¹⁰³ GT-BRASÍLIA. *Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para a sua preservação*. (s/p).

O Catetinho, último item observado na Caracterização do Acervo de Bens Imóveis e Proposta para a sua preservação, já era tombado¹⁰⁴ pelo IPHAN desde 1959. O motivo dessa edificação ter se juntado às pesquisas do GT está na manutenção de suas características originais e também se pode associá-lo à valorização do lugar de estadia provisória do presidente, principalmente ao perceber que o GT pautava a sua ideia de preservação na história do DF e não exclusivamente no Plano Piloto. Apesar de tombado, identificou-se que o Grupo de Trabalho atentou para as suas más condições de conservação, verificando a perda de sua ambiência, prejudicando a compreensão do conjunto. A proposta para esse exemplar era a recomposição do seu ambiente externo, “de forma a recompor o espírito do local”, a recuperação do interior da edificação e a organização do museu existente¹⁰⁵.

O documento *Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para sua preservação*¹⁰⁶ reafirma a proposta inicial do GT-Brasília de pensar a cidade como um espaço em constante transformação e traz proposições de preservação no sentido de resgatar e valorizar a história desses acampamentos de obras, considerando inclusive o papel da introdução de novos elementos. O texto subsequente *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico, excetuando o Plano Piloto* segue nas mesmas propostas do anterior, avançando nas discussões ao afirmar que não se pretendia o tombamento para esses acampamentos “pelo inusitado da medida e extremismo desnecessário”¹⁰⁷. A sugestão seria primeiramente “a consolidação das edificações como moradias funcionais, mas de forma diversa da que vem acontecendo e de maneira organizada, que desse garantias de permanência e estabilidade aos moradores”¹⁰⁸. Esse modelo de moradia propunha não conceder de imediato a posse para esses pioneiros, com a intenção de impedir ao máximo possíveis descaracterizações e alterações proeminentes. “A liberdade de se poder adaptar cada casa às necessidades e interesses dos moradores se oporia à intenção de se preservar a homogeneidade que faz o valor patrimonial do conjunto”¹⁰⁹.

Ao afastar inicialmente a ideia do tombamento, o GT pretendia preservar subgrupos de acampamentos que apresentassem características semelhantes. A princípio essa ideia parece um pouco confusa, por não ser explicado em que termos se daria essa preservação. Porém, essa noção se torna mais clara quando o GT organiza os acampamentos de obras em três grupos separados por nível de valor patrimonial e interesse de preservação. As três categorias selecionadas são as

¹⁰⁴ O Catetinho está inscrito no Livro do Tombo Histórico pelo Processo nº T-594, de 10 de novembro de 1959.

¹⁰⁵ GT-BRASÍLIA. *Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para a sua preservação*. (s/p).

¹⁰⁶ GT-BRASÍLIA. *Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para a sua preservação*.

¹⁰⁷ GT-BRASÍLIA. *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto*. p. 11-12.

¹⁰⁸ GT-BRASÍLIA. *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto*. p. 12.

¹⁰⁹ GT-BRASÍLIA. *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto*. p. 11.

seguintes: a primeira, sob proteção geral, instituição da moradia funcional e manutenção do aspecto original das edificações e da constituição dos grupos sociais então usuários (Acampamento Saturnino Brito, Acampamento da Barragem do Torto, Acampamento Tamboril, Vila Planalto e Fazendinha); a segunda, sob proteção parcial, de unidades ou trechos, também com manutenção e legalização (outros trechos da Vila Planalto, trechos do acampamento DVO – Departamento de Viação e Obras da Novacap –, Gama, trechos do Núcleo Bandeirante, trechos da Vila Metropolitana, trechos da Candangolândia); e a terceira seriam os não catalogados como áreas de interesse histórico, indicados a outros órgãos competentes (os demais acampamentos precários e/ou deteriorados)¹¹⁰.

De todos os acampamentos citados, o documento *Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto* discute alguns pontos que “podem ser ressaltados em relação a áreas de destaque especial”, tais como: o Núcleo Bandeirante, a Vila Metropolitana e a Candangolândia. Esse texto traz trechos semelhantes ao anterior, acrescentando apenas alguns detalhes. Para o Núcleo Bandeirante, a ideia seria privilegiar o desenvolvimento da cidade-satélite que vinha se transformando desde quando se tornou um lugar permanente. Na Vila Metropolitana, três espaços mereceriam atenção maior: a Rua dos Engenheiros, a Capela Nossa Senhora de Fátima e o Centro de Ensino Metropolitana. Por fim, há o destaque ao papel da população na Candangolândia, buscando recuperar a Igreja de São José Operário. Nesse caso, os técnicos apontaram para a utilização de materiais não originais e propunham estudos para que esse processo reconstrutivo fosse equilibrado em termos de participação popular e intervenções “não nocivas” à edificação¹¹¹.

A questão específica da substituição de materiais é cara ao campo da preservação no que se refere à autenticidade de um bem. Embora os documentos não mencionem esse termo, há preocupação em manter os atributos autênticos que seriam capazes de transmitir o seu significado, principalmente no que diz respeito aos elementos básicos identificadores na arquitetura em madeira característica dos acampamentos de obras. Em meio a discussões internacionais, essa noção associada à transmissão de valores está presente na Carta de Nara, de 1994, que a discute de maneira mais aprofundada quanto a bens culturais. Porém, é possível ver já na Carta de Veneza, de 1964, uma consciência de que o monumento deveria ser mantido de forma autêntica¹¹².

O relatório *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983* traz um quadro (Tabela 5) com a indicação de diretrizes para ações na Vila Metropolitana; no Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira

¹¹⁰ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto.** p. 12.

¹¹¹ GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto.** p. 13-14.

¹¹² STOVEL, Herb. **Origins and Influence of the Nara Document in Authenticity.** In: APT Bulletin, v. 39, n. 2/3, 2008, p. 9-17. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25433946>> Acesso em: 15 set. 2018.

(HJKO) (Figura 37), localizado entre o Núcleo Bandeirante e a Candangolândia; e na Vila Planalto¹¹³. Esse quadro coloca, de maneira geral, uma abordagem similar para os três lugares, identificando que “a partir da análise das características existentes na atual configuração desses acampamentos, procurou-se também identificar os principais elementos formadores dessa configuração, e preservá-los mediante diretrizes indicadas sinteticamente no quadro”¹¹⁴.

<u>ACAMPAMENTOS DE OBRAS</u>	Metropolitana	HJKO	Vila Planalto
Prioridades	1 °	2 °	3 °
Enquete com a população	Concluir	Sim	Concluir
Tombamento de trechos	Rua dos Engenheiros, Praça da Igreja*	Hospital, Alameda de acesso	Fazendinha
Tombamento de unidade	Igreja	Hospital	Não
Competência	Federal	Estadual	Estadual
Manutenção da malha urbana	Sim	Sim	Sim
Manutenção do sistema viário	Sim	Sim	Sim
Manutenção da vegetação	Sim	Sim	Sim
Demolições	Controladas	Controladas	Controladas
Reformas	Controladas	Controladas	Controladas
Novas construções	Controladas	Controladas	Controladas
Gabarito	A especificar	A especificar	A especificar
Taxa de ocupação	A especificar	A especificar	A especificar
Índice de aproveitamento	A especificar	A especificar	A especificar
Afastamentos	A especificar	A especificar	A especificar
*Obs.: Não foi possível identificar os demais elementos no documento original.			

Tabela 5 – Diretrizes de preservação para a Vila Metropolitana, HJKO e Vila Planalto. Fonte: da autora, com base no documento GT-Brasília. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 7.

¹¹³ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**. p. 7.

¹¹⁴ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**. p. 5.

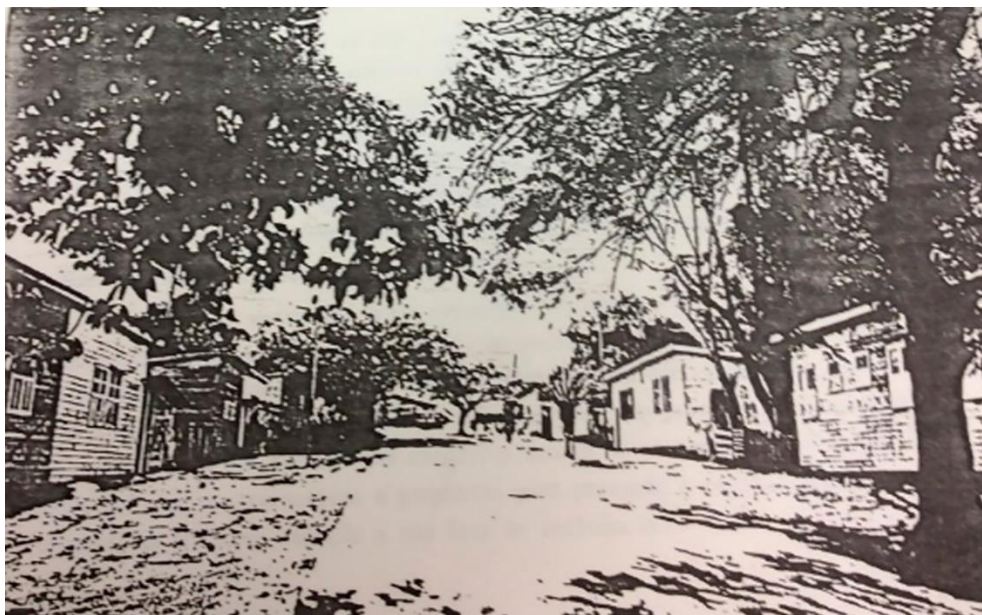


Figura 37 – Antigo HJKO – Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Fonte: GT-BRASÍLIA. *Acampamentos pioneiros. Brasília – julho de 1985*. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. (s/p).

Os avanços nas pesquisas permitiram que em 1985 se chegasse a um documento de caráter conclusivo intitulado *Acampamentos pioneiros*¹¹⁵. Esse escrito evidencia de maneira mais clara como o GT vinha tratando essa área da cidade trazendo a seguinte explicação:

Primeiramente procurou-se localizar a temática dentro de uma visão processual, descrevendo-se sucintamente as origens, transformações, deteriorações e permanências espaço-sociais nesses núcleos “provisórios”, ao longo de sua existência, situando o objeto de estudo no espaço, no tempo e na história¹¹⁶.

Desse modo, “o documento esboça níveis de abordagem para a preservação/revitalização/documentação dos acampamentos pioneiros a saber: Historiográfica, Inventarial e Projetivo”¹¹⁷. O primeiro nível parece tributário dos trabalhos de Muhdi Koosah ao buscar seu referencial na documentação encontrada sobre os acampamentos. Ao segundo nível caberia o registro por meio de mapas e entrevistas da situação naquela época. E finalmente o terceiro nível, o projetivo, com a intenção de realizar ações efetivas nesses lugares, com o apoio dos órgãos competentes e das comunidades envolvidas.

O documento *Acampamentos pioneiros* aborda algumas áreas relacionadas a “ações prioritárias”, estabelecidas em função da deterioração física e ambiental, da representatividade para a me-

¹¹⁵ GT-BRASÍLIA. *Acampamentos pioneiros*.

¹¹⁶ GT-BRASÍLIA. *Acampamentos pioneiros*. (s/p).

¹¹⁷ GT-BRASÍLIA. *Acampamentos pioneiros*. (s/p).

mória de Brasília e do potencial de revitalização. Assim, selecionam-se três propostas: projeto Cidade Livre (HJKO, Candangolândia/Velha Cap, Núcleo Bandeirante, Metropolitana e Entorno); projeto Vila Planalto; e outros acampamentos (Saturnino Brito/Telebrasil, DVO – Departamento de Viação e Obras da Novacap –, Torto, Paranoá e Catetinho). O texto avança em suas explicações apenas para o projeto Cidade Livre, colocando-o como de grande relevância, por reunir geograficamente a maior parte dos acampamentos ainda existentes.

O texto *Acampamentos pioneiros* traz uma aproximação com um termo que seria utilizado pelo Grupo, preservação dinâmica, descrito nessa parte específica:

Dada a peculiaridade da temática abordada remetemo-nos a um enfoque de **preservação dinâmica** e contemporânea, que está mais próximo a um trabalho de Planejamento e Desenho Urbano [...] observados aqui no sentido da manutenção de características fundamentais permitindo, entretanto, a adequação às necessidades e funções do desenvolvimento urbano atual¹¹⁸.

O trecho resume a proposta do GT para a cidade: buscava-se a preservação, porém, atendendo para a necessidade de permitir que se desenvolvessem os espaços. Como essa premissa foi utilizada para os acampamentos, percebe-se no capítulo seguinte que essa discussão avançaria com o tratamento específico do Plano Piloto. Parece que o documento sobre os acampamentos pioneiros sintetiza as ações do Grupo, deixando, no entanto, de esclarecer como efetivamente essas ações seriam realizadas. Por vezes parece existir uma lacuna entre o campo propositivo e o campo prático.

A Vila Planalto foi um dos acampamentos de obras que recebeu mais atenção, permanecendo o GT ali até o ano de 1987, transferindo inclusive parte de sua equipe para trabalhar no local entre 1984 e 1986. Essa dedicação à Vila Planalto explica-se também em razão de moradores terem solicitado o apoio do Grupo de Trabalho para a sua fixação. Segundo Briane Bicca, durante entrevista, a atenção especial dada a esse lugar se justificava na sua localização no centro do Plano Piloto, que “deveria ter uma memória da sua construção”¹¹⁹. A arquiteta ainda destaca a complexidade dessa localidade ao identificar que a Vila Planalto era formada por um conjunto de acampamentos e que, portanto, possuía características diferentes em um mesmo lugar. Assim, surge a necessidade de preservação premente daquilo que já vinha sofrendo fortes pressões para o seu desmonte, exatamente por ocupar uma das porções mais nobres da cidade.

A essas pressões existentes desde a década de 1960, quando inaugurada a cidade, viria a se somar a proposta das Superquadras Planalto, criação de Lucio Costa explicitada no documento *Brasília Revisitada*:

¹¹⁸ GT-BRASÍLIA. **Acampamentos pioneiros**. Negrito da autora.

¹¹⁹ BICCA, Briane. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 22 de agosto de 2017.

Já na área F [entre a Vila Planalto e o Palácio da Alvorada], muito mais extensa e com topografia peculiar, a ocupação deve prever Quadras Econômicas ou conjuntos geminados para atender à população de menor renda, e considerar a eventual possibilidade de fixação, em termos adequados, da atual Vila Planalto. Os demais núcleos de edifícios residenciais devem ser soltos do chão, tendo, no máximo, 4 pavimentos e com gabarito de preferência uniforme para que se mantenha, apesar da ocupação, a serenidade da linha do horizonte, sendo cada conjunto – desta vez de fato e de saída – emoldurado por farta arborização. Os centros de bairro, mais densamente ocupados, devem sempre ter gabaritos mais baixos¹²⁰.

Lucio Costa coloca para a Vila Planalto a possibilidade de sua fixação “em termos adequados”. Do trecho exposto pode-se perceber a intenção de organização do espaço segundo proposições, similares a das Superquadras, porém, voltadas para a população de menor renda, com finalidade de “barrar de fato a gradual expansão de parcelamento em lotes individuais naquela direção, o que interferiria de forma não apenas inadequada, mas desastrosa com a escala monumental tão próxima”¹²¹, segundo Lucio Costa. Na ocasião em que foi lançado o texto *Brasília Revisitada*, o GT-Brasília estava trabalhando na Vila Planalto em um movimento que pretendia manter as suas características originais e preservar a sua história. Apesar da proposta de Lucio Costa ter se diferenciado daquela do GT, a Vila Planalto teve seu tombamento realizado no ano de 1988, um trabalho conjunto do GT-Brasília, da população local e do GDF¹²².

Como se viu, o GT-Brasília vinha trabalhando com especial atenção nesse assentamento desde 1984, mas antes disso, segundo Sandra Ribeiro, a população já possuía alguns grupos sociais organizados¹²³. Complementando essa ideia, Christiane Machado, em seu artigo *Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto*, percebe que “apesar da heterogeneidade social presente na Vila Planalto, o tempo de residência nesse espaço apareceu como um elemento destacável e aglutinador dos grupos ali presentes”¹²⁴. Esse aspecto reforça a iniciativa do GT de se instalar no local para dialogar com a população, principalmente ao verificar esse engajamento dos moradores, segundo o documento *Início do trabalho conjunto GT-Brasília/FSS e a proposta para a Vila Planalto*¹²⁵. Com isso, é possível afirmar que em boa parte a preservação da Vila deu certo pela força da população, que desde o início lutava pela sua permanência. Outro aspecto que a diferencia dos demais acampamentos diz respeito à sua organização determinada por uma ação governamental no início das

¹²⁰ COSTA, Lucio. *Brasília revisitada*. 1985-1987. Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. p. 75.

¹²¹ COSTA, Lucio. *Brasília revisitada*. 1985-1987. Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. p. 75.

¹²² Os demais edifícios aos quais Lucio Costa faz referência estariam previstos para a área entre a Vila Planalto e o Palácio da Alvorada.

¹²³ RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**. p. 118.

¹²⁴ COELHO, C. M. **Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto**. Revista Cronos, v. 9, n. 1, 29 abr. 2012. p. 73.

¹²⁵ GT-BRASÍLIA. **Início do trabalho conjunto GT-Brasília/FSS (Fundação do Serviço Social) e a proposta para a Vila Planalto, 1986**.

obras de Brasília. A semelhança com os demais assentamentos está na condição de provisoriedade, a partir do fim das obras passou a ser considerada uma “favela”, no sentido da sua precariedade. E, mais uma vez, na intenção de seu desmonte, o governo realizava as transferências dos moradores para outros núcleos urbanos.

A fixação de parte do GT-Brasília na Vila Planalto ocorreu através de um trabalho conjunto com a FSS (Fundação do Serviço Social), de modo que os técnicos ocuparam provisoriamente uma sala do CDS (Centro de Desenvolvimento Social). Estabeleceu-se inicialmente um diálogo com a comunidade, justificado dessa forma: “A questão da preservação gerava uma forte resistência por parte dos moradores, pois estes a entendiam como obstáculo a qualquer alteração no sentido de melhorar suas condições de moradia”¹²⁶. Essa foi uma etapa crucial, que contou com uma forte aproximação dos técnicos com a população, como fica evidente na entrevista de Yeda Barbosa, confirmando que a fixação da Vila Planalto “nasceu de uma reivindicação da sociedade na época das Diretas Já, da redemocratização do país”¹²⁷. Também Sandra Ribeiro acentua o papel da cogestão e a força da interação social, para que se preservassem as permanências dos antigos acampamentos, enquanto que permitisse toda a estruturação do espaço como cidade¹²⁸.

A relação entre os anseios da população e a proposta de preservação do GT foi um processo importante para que o local fosse fixado. Ao mesmo tempo em que a comunidade percebia que a ideia do tombamento “estaria ligada ao risco de permanecerem na atual situação de precariedade”, almejava que a Vila Planalto fosse fixada¹²⁹. O trabalho do GT-Brasília ocorreu de maneira conjunta com a população, visando planejar uma forma de efetiva salvaguarda. A fixação da Vila Planalto não foi isenta de dificuldades, como mostra Sandra Zarur, em razão de políticas divergentes entre os órgãos locais, pressões imobiliárias, a proposta de Lucio Costa, também disputas entre os moradores e questões de implantação dos serviços¹³⁰. Em 1988, o Decreto nº 11.079 estabeleceu a preservação da Vila Planalto a partir da definição de uma poligonal de tombamento e uma poligonal de tutela, buscando “assegurar pela preservação de suas características essenciais, que lhe conferem o caráter peculiar e único prevalecendo sua escala bucólica”¹³¹.

¹²⁶ GT-BRASÍLIA. **Início do trabalho conjunto GT-Brasília/FSS (Fundação do Serviço Social) e a proposta para a Vila Planalto, 1986.**

¹²⁷ BARBOSA, Yeda. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva em 18 de julho de 2017.

¹²⁸ RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural.** p. 119.

¹²⁹ GT-BRASÍLIA. **Início do trabalho conjunto GT-Brasília/FSS (Fundação do Serviço Social) e a proposta para a Vila Planalto, 1986.**

¹³⁰ ZARUR, Sandra Beatriz Barbosa de C. **A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília.** Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1991. p. 179.

¹³¹ DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 11.079, de 21 de abril de 1988.** Dispõe sobre o tombamento do conjunto da Vila Planalto e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.tc.df.gov.br/SINJ/Diario/fe824e14-4bb0-311a-8dae.../f8301c08.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2018.

O decreto aponta as características essenciais que deveriam ser preservadas, porém, não foi capaz de impedir a perda gradativa dessas características, a partir de um processo de elitização associado à falta de políticas de planejamento urbano e sociais efetivas¹³². De fato, o movimento inicial que partiu da população, somado aos esforços técnicos do GT, era um caminho que possibilitaria uma preservação associada aos princípios participativos, em que a comunidade da Vila Planalto esteve imersa no trabalho de reconhecimento. Porém, como se viu, o processo se encaminhou para uma fixação aquém daquela desejada. Isso não invalida a ação do Grupo de Trabalho, que se empenhou para legitimar um patrimônio de natureza até então pouco reconhecida pelos órgãos responsáveis e até por aqueles que lidam com essas questões¹³³. O GT-Brasília encerrou suas atividades no mesmo ano do tombamento da Vila Planalto, 1988, dificultando uma continuidade para as ações futuras naquele ambiente.

O tombamento da Vila Planalto a partir de seu conjunto urbano permitiria retomar uma das discussões iniciais do GT, já debatidas no capítulo 2, quando defendia que o ato de tombear partes do tecido urbano não seria eficaz. Como justificativas argumentava-se que a complexidade dos espaços urbanos e que a impossibilidade de transformações naturais, ou não, indicavam ao não tombamento. O Grupo de Trabalho defendia uma preservação baseada nos princípios do planejamento urbano associando-o à proposição de uma legislação que concretizasse essa premissa. Porém, apesar de suas propostas, a Vila Planalto foi tombada em 1988 e, posteriormente, o Plano Piloto também foi tombado em 1990. Essas duas situações poderiam ter gerado debates dentro do Grupo, mas, com o seu encerramento, seus antigos membros ficaram dispersos e essas discussões não foram retomadas.

¹³² RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**. p. 119.

¹³³ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**.



CAPÍTULO 4 – DIÁLOGOS NO CAMPO DO PATRIMÔNIO

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO PLANO PILOTO

A tarefa do GT-Brasília de analisar o Plano Piloto envolveu a anterior observação do território do Distrito Federal. Como discutido nos capítulos anteriores, a estratégia do Grupo de Trabalho direcionou-se, inicialmente, para uma análise do todo do DF, para depois se dirigir ao objeto principal, o Plano Piloto. Dessa forma, o GT partiu inicialmente de uma discussão mais abrangente, compreendendo as preexistências do território, as pesquisas com a paisagem e um mapeamento geral da área pretendida. Esse panorama ampliado proporcionou bases teóricas e práticas para o subsequente foco na área central de Brasília.

A entrevista de Briane Bicca para o Correio da UNESCO em 1984, intitulada *Brasília: um futuro a preservar*, destaca como um dos resultados do Grupo de Trabalho a execução de um Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília:

Desse extenso trabalho resultará um Plano de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, abrangendo normas legais e a indicação de procedimentos, mediante os quais o governo federal e o da jurisdição estadual, o governo do Distrito Federal, disporão de instrumentos técnicos que, se adotados, resultarão na conservação e aprimoramento do espírito fundamental de Brasília¹.

Esse plano não foi encontrado na documentação consultada e não chegou a ser realizado como proposto. No entanto, como um dos resultados das suas pesquisas, o GT-Brasília chegou a um anteprojeto de lei voltado para a capital “finalizado em sua versão preliminar”, segundo o *Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981 a 1988*². É notório, como demonstram os primeiros relatórios do Grupo de Trabalho, que a intenção principal ao estudar Brasília seria sua salvaguarda e como resultado viria esse referido plano de preservação que não se concretizou. Na documentação pesquisada não fica claro quando esse plano surge e são poucos os escritos que o referenciam. Estima-se, portanto, que essa ideia tenha surgido no início da trajetória do Grupo, mas não entre os primeiros objetivos. Nas suas pesquisas, o GT precisou redirecionar seu trabalho para a candidatura de Brasília perante a UNESCO, e com isso houve algumas alterações naquilo que se pensava seguir. Esse será o objeto das discussões do último capítulo.

Por ora, destaca-se que o Grupo almejava preservar a cidade através do planejamento urbano, e ao longo de suas pesquisas considerava Brasília detentora de “características essenciais”, identificadas como aquelas que conferiam o caráter excepcional à cidade. Seguindo o princípio básico de que a capital possuía um dinamismo próprio, o GT almejava a preservação “mantendo as características essenciais dos espaços dos assentamentos³, porém, permitindo a transformação de suas características acessórias”⁴. Em consonância com esse objetivo, emerge o conceito da preservação dinâmica, cuja elaboração está descrita no documento *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*⁵, algo a ser discutido no item 4.2.

Entre os membros do Grupo pode-se perceber um consenso quanto à efetividade do instrumento do tombamento para a arquitetura. Já com relação ao conjunto urbano, “parece claro que acionar, por exemplo, o tombamento como medida de preservação pode não ser o procedimento

¹ BICCA, Briane. **Brasília, um futuro a preservar**. p. 22.

² GT-BRASÍLIA. **Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988**. (s/p).

³ O termo “assentamentos” é utilizado nesse momento significando o conjunto de Brasília e não os assentamentos precários como utilizado nas pesquisas de Muhdi Koosah.

⁴ GT-BRASÍLIA. **Documento para discussão nº 1 – a preservação do Plano Piloto**. p. 8.

⁵ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**. p. 15.

adequado”⁶. Dessa forma as discussões envolviam a busca de outros instrumentos associados ao planejamento urbano e a proposta de diretrizes para o equacionamento das permanências e das “metamorfoses”. Em suas propostas, aparece o termo “preservação dinâmica” por volta de 1985. Não é possível precisar exatamente quando surgiu essa expressão, pois não há um documento específico tratando desse assunto e as informações encontram-se dispersas em vários relatórios.

A preservação dinâmica não seria apenas uma forma de pensar a preservação de Brasília, mas um resultado da atuação do GT-Brasília a partir da metodologia empregada ao longo de suas pesquisas. Antes de uma discussão mais aprofundada desse conceito é preciso voltar para o Plano Piloto, o alvo principal das pesquisas, juntamente com a sua caracterização. A *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983* aponta que as pesquisas junto à área central de Brasília se iniciaram nessa data com uma fase inicial de análises quanto ao modo de estabelecer a sua caracterização preliminar⁷. Entre os anos de 1981 e 1982, o Grupo dedicou-se a pesquisas com as preexistências da capital e da paisagem. A partir de 1982 até 1985, duas frentes ocorriam paralelamente, uma direcionada à finalização dessa primeira etapa, e a segunda voltada ao Plano Piloto. Como discutido no capítulo 1, o ano de 1985 foi marcado pelo *Relatório Síntese de 1985*⁸, um dos documentos que vêm balizando esta análise até aqui. Após esse relatório, são propostas diretrizes para a preservação efetiva da cidade.

O início das pesquisas envolvendo o Distrito Federal, e aparentemente colocando os trabalhos com o Plano Piloto para uma discussão posterior, pode ter sido motivado por incertezas quanto ao modo preciso de abordar a parte central da cidade. Essa possibilidade de leitura por vezes é reforçada por colocações de membros do GT, como na exposição de Briane Bicca:

Então andamos ao redor do objeto, pensando por onde que se poderia começar. Tínhamos plena consciência de que não era pelo centro (Plano Piloto) [...]. Se andou muito por essa periferia para ir vendo como podia ser feita essa aproximação com o Plano Piloto propriamente, dando-nos tempo para reflexão⁹.

A partir dessa colocação, entende-se que antes de se voltarem ao Plano Piloto era necessária uma reflexão prévia. Compreende-se que o GT-Brasília considerava essa área central a partir de sua posição de destaque em relação ao território, por isso, não se cogitava propor de imediato algum instrumento definitivo. Antes se discutia alguma proteção preliminar enquanto se avançava

⁶ GT-BRASÍLIA. **Documento para discussão nº 1 – a preservação do Plano Piloto**. p. 5.

⁷ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**.

⁸ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília. UnB/GDF/Minc.

⁹ BICCA, Briane. Mesa-redonda GT-Brasília. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 23.

nas pesquisas. O *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – maio/1982* destaca essa perspectiva da seguinte maneira:

Esta medida de proteção prévia vem sendo estudada em seus termos e será definida através de uma área de proteção urbana e paisagística, controle regulamentar das novas construções, a serem realizadas em um prazo que será também determinado [...] ¹⁰.

Nesse aspecto, o trabalho do Grupo no entorno do Plano Piloto deu suporte às atividades posteriores com o objeto principal. O método utilizado desenvolveu-se primeiramente ao redor do centro, buscando propor uma caracterização de cada objeto a partir de pesquisas em campo, investigações teóricas e também a coleta de documentos, possibilitando que se chegassem a proposições de preservação. É evidente o foco nessa área central da capital, “aprofundamento paralelo e prioritário se pretende empenhar para o Plano Piloto, para o qual se deverá, igual e principalmente, chegar a um nível de propostas [...]” ¹¹. Dessa forma, identifica-se uma sucessão de etapas com a caracterização e então a proposição, seguindo a mesma linha de pensamento utilizada nas cidades-satélites, porém, de forma aprofundada.

Esse modo de abordagem do DF, iniciando pela sua periferia, não impediu que alguns direcionamentos preliminares com relação ao trabalho do Plano Piloto fossem cogitados, o que significa observar o entorno em função do Plano Piloto. Isso quer dizer que mesmo no início das pesquisas, quando se mantinha o foco nas preexistências, a área central de Brasília nunca foi deixada de lado, pois as discussões se mantinham, como demonstra o *Relatório preliminar de 1981*, apontando algumas propostas e recomendações iniciais para o Plano Piloto. A primeira delas indica a necessidade da preservação de alguns conjuntos urbanos e edifícios isolados, como é o caso do Palácio do Planalto, do Museu da Praça dos Três Poderes, da Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima e do Eixo Monumental. No caso desse último, previa-se a delimitação de uma área de preservação e tombamento de alguns conjuntos individuais ¹². Como discutido no primeiro capítulo, a ideia do GT-Brasília não era trabalhar com o tombamento para a cidade, mas documentos como a *Caracterização do acervo de bens imóveis e propostas para a sua preservação* demonstram haver certa inclinação para se tombarem arquiteturas e não propriamente a cidade, pensando-se na questão urbana como algo mais complexo e que demandava mais pesquisas antes de propor diretrizes de preservação ¹³.

Antes dessa proposta preliminar do GT, no ano de 1980, Belmira Finageiv, então diretora da 7ª Diretoria Regional do SPHAN e também uma das colaboradoras do GT, enviou um ofício

¹⁰ GT-BRASÍLIA. *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – maio/1982*. p. 43.

¹¹ GT-BRASÍLIA. *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – maio de 1982*. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 6.

¹² GT-BRASÍLIA. *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – dezembro de 1981*.

¹³ GT-BRASÍLIA. *Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para a sua preservação*. (s/p).

para Oscar Niemeyer contendo o pedido de tombamento da Praça dos Três Poderes, se estendendo até a Esplanada dos Ministérios¹⁴. A preocupação manifesta nessa proposta era evitar a alteração desse ambiente em virtude do surgimento de novos edifícios ao redor desse espaço, principalmente pelo aumento do gabarito na área. O documento cogita também o tombamento dos palácios e seus entornos. Além disso, aponta a preocupação com as quadras residenciais e a ocupação de seus espaços livres¹⁵. Naquele momento nenhum desses tombamentos foi realizado. Anos depois, em 2007, ocasião do centenário de Oscar Niemeyer, parte da sua obra foi tombada, sendo 23 delas em Brasília¹⁶. Porém, apenas em 2017 o Ministério da Cultura homologou o tombamento dessas obras a partir da publicação da Portaria nº 55, de 6 de junho de 2017¹⁷.

No início da década de 1980 viram-se algumas iniciativas, como essa de Belmira Finageiv, voltadas para a salvaguarda de obras arquitetônicas isoladas, porém, se identifica uma forte ação com relação a questões urbanas como o GT-Brasília vinha fazendo. A proposta do Grupo de Trabalho pautava-se em uma atuação conjunta das normas de preservação e da legislação de uso e ocupação do solo para a proteção do ambiente urbano. O *Documento para discussão nº 1: a preservação do Plano Piloto* revela a importância dessas leis através de:

[...] diretrizes de preservação que se referem à permanência do conjunto de características essenciais, responsáveis pela identidade do assentamento; essas diretrizes constroem uma legislação urbanística específica, porque voltada à proteção da identidade do assentamento, porém abrangente de toda a área sob proteção¹⁸.

Essa proposta de legislação urbanística seria parte de um conjunto de ações importantes para a preservação. Com vistas a uma proposta mais abrangente, os técnicos do GT constataram “que em Brasília é tal a quantidade de casos e tamanha a diversidade e complexidade de situações que parece, em princípio, recomendável uma escala de gradações a ser aplicada ao acervo protegido”. Também havia a noção de que a proteção ao Plano Piloto não seria suficiente “se não levar em conta as áreas adjacentes e até mesmo a paisagem mais distante”¹⁹. Esse posicionamento estava

¹⁴ Thiago Perpétuo discute esse episódio com mais detalhes em sua dissertação de mestrado.

¹⁵ Of. nº 28/80. Da diretora da 7ª Diretoria Regional do SPHAN ao arquiteto Oscar Niemeyer, em 14 de fevereiro de 1980. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

¹⁶ Museu da Cidade, Espaço Lucio Costa, Panteão da Liberdade e Democracia, Teatro Nacional, Memorial JK, Memorial dos Povos Indígenas, Conjunto Cultural Funarte, Espaço Oscar Niemeyer, Conjunto Cultural da República, Edifício do Touring Club do Brasil, Praça dos Três Poderes, Casa de Chá, Pombal, Palácio da Justiça, Palácio Itamaraty e anexos, Capela Nossa Senhora de Fátima, Conjunto do Palácio da Alvorada, Congresso Nacional, Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal, Ministérios e anexos, Quartel General do Exército e o Palácio Jaburu.

¹⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DE ESTADO DA CULTURA. **Portaria nº 55, de 6 de junho de 2017**. Homologa o tombamento do Conjunto de Obras de Oscar Niemeyer. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10937/1494900/Portaria+nº%20055+-+06-06-2017/99c60be3-85b4-4630-b036-fe991d900116>> Acesso em: 8 nov. 2018.

¹⁸ GT-BRASÍLIA. **Documento para discussão nº 1 – a preservação do Plano Piloto**. p. 6-7.

¹⁹ GT-BRASÍLIA. **Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – Dezembro de 1981**. p. 7-8.

em consonância com práticas preservacionistas previstas desde a Carta de Atenas, de 1931, na qual se propôs observar não apenas o monumento isolado, mas também o seu ambiente conexo²⁰. Discutiu-se no capítulo 2 essa questão com relação aos núcleos urbanos de Planaltina e de Brazlândia. Nesse sentido, vê-se a coerência no trabalho do GT.

As primeiras discussões do Grupo envolvendo o Plano Piloto consideraram a possível descaracterização precoce dessa área. Esse pensamento pode ser associado a propostas de preservação antes de se iniciarem os estudos mais aprofundados, como se lê no documento identificado como a *6ª reunião de 22 de junho de 1981*, quando enfatiza a necessidade de tombamentos urgentes e ainda a proposta de discussão de um “tombamento projetivo”²¹. Esse modelo de tombamento pode ser referenciado ao pensamento de Aloísio Magalhães, de quem esse termo teve origem nas ideias de preservação para Brasília, como abordado no capítulo 1.

O *Relatório preliminar* de maio de 1982 identifica mais precisamente como ocorreria essa preservação inicial, segundo a qual:

[...] as pressões imobiliárias e outros problemas que apressam a descaracterização do Plano Piloto desde seus princípios básicos e introduzem modificações de extrema contundência e generalização obrigam o Grupo de Trabalho à tomada de uma medida de caráter preventivo, que assegure a desaceleração do processo de modificação da proposta básica do Plano Piloto, ou mesmo a frenagem deste processo²².

A medida à qual o relatório se refere se basearia na criação de uma área de proteção urbana e paisagística, objetivando também um controle das construções. Ao mesmo tempo, o GT se referenciava na “proposta básica do Plano Piloto”, claramente se voltando ao projeto de Lucio Costa, porém, objetivava a proteção da realidade construída. Thiago Perpétuo percebe nas discussões acerca do planejamento e preservação de Brasília uma deferência a seus criadores, havendo consultas a Lucio Costa e Oscar Niemeyer sobre diferentes assuntos envolvendo a cidade²³. Há uma discussão acerca da preservação da arquitetura moderna que envolve observar o papel dos próprios criadores das obras na sua preservação. Susan Macdonald destaca esse aspecto ao perceber como as construções modernas ainda estão próximas no tempo a ponto de seus arquitetos poderem interferir na sua preservação. Brasília é expressiva quanto a essa questão, já que Lucio Costa e Oscar

²⁰ SOCIEDADE DAS NAÇÕES. *Carta de Atenas*.

²¹ GT-BRASÍLIA. *Grupo de trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília – VI reunião, de 22 de junho de 1981*.

²² GT-BRASÍLIA. *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – maio de 1982*. p. 43.

²³ PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília*. p. 153.

Niemeyer participaram ativamente do processo de tombamento tanto do conjunto urbano quanto de exemplares da arquitetura²⁴.

O GT manteve contato com Lucio Costa, por exemplo, quando Briane Bicca apresentou um exemplar contendo a Síntese dos Trabalhos do Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília a Lucio Costa²⁵. Como esse documento foi enviado em 1986, cogitamos que seja o *Relatório Síntese de 1985*. Apesar da aparente sintonia com o urbanista durante certo período, houve na edição da legislação para a efetiva preservação da cidade uma cisão entre as ideias do GT e o que Lucio Costa almejava para a capital. No capítulo 5 essa questão será abordada com as leis que envolveram a salvaguarda de Brasília.

O GT esteve envolto no início de suas pesquisas com o problema de como preservar Brasília enquanto ainda a estudava. Houve uma tentativa de propor a candidatura como patrimônio perante a UNESCO em 1982, portanto, cinco anos antes de efetivar o processo de reconhecimento, iniciado em 1985 partindo do Dossiê Brasília. Essa ideia esteve em pauta na reunião do dia 9 de setembro de 1982, onde se encontravam o secretário de Cultura do MEC, Marcos Vilaça, e a secretária de Educação e Cultura do GDF, Eurides Brito. Segundo essa pauta, após a reunião realizada pela UNESCO naquele ano, o Brasil se encontrava em posição “inferiorizada” na lista do Patrimônio Mundial. Sendo assim, buscavam-se medidas mais “arrojadas e eficazes” para melhorar, ali, a sua presença. Uma dessas medidas seria a possibilidade de inclusão de Brasília na lista dos sítios e monumentos históricos brasileiros²⁶.

No sentido de obter êxito no reconhecimento de Brasília pela UNESCO, o trabalho do GT seria de “aprofundar estudos, fixar diretrizes e firmar posições em caráter de urgência”²⁷. Essa proposta, que se percebe talvez um tanto quanto repentina e com pouca fundamentação, logo foi descartada. São poucos os documentos que apontam essa discussão, o que permite concluir brevemente que a proposta de incluir Brasília na UNESCO não fazia parte dos objetivos iniciais do Grupo. Após 1982 seriam necessários ainda três anos para que o efetivo processo de reconhecimento de Brasília perante a UNESCO tivesse início. Tal processo levaria dois anos, entre 1985 e 1987, demonstrando que houve grande esforço não só para cumprir as exigências da entidade, mas também para efetivar a preservação da cidade através de suas leis, ainda considerando que seu tombamento ocorreria apenas em 1990. Portanto, seria inviável em 1982 conseguir tal medida, principalmente pelo caráter ainda preliminar das pesquisas no Plano Piloto. E um segundo aspecto

²⁴ MACDONALD, Susan. **Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places.**

²⁵ Carta de Briane Bicca para Lucio Costa em 25 de abril de 1986. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 02.

²⁶ GT-BRASÍLIA. **Relatório de reunião em 09/09/82.**

²⁷ GT-BRASÍLIA. **Pauta para reunião em 09/09/82.** p. 4.

a ser considerado diz respeito às exigências da UNESCO para a inscrição de bens em suas listas. O próprio Grupo entenderia tal ideia como precipitada, ficando clara a necessidade de “preservar a cidade por si própria, e não ainda especificamente para fins de inclusão na lista do Patrimônio Mundial, pela UNESCO”²⁸.

O GT-Brasília, além de se posicionar quanto a uma possível preservação em âmbito internacional, manteve o foco nas pesquisas sobre a caracterização do Plano Piloto. Como realizado nas cidades satélites, essa caracterização baseou-se em análises para compreender a cidade. Era preciso conhecê-la primeiro antes de pensar em proposições mais assertivas. Para isso, o GT contou com o auxílio de Maria Elaine Kohlsdorf, professora do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da UnB, contratada para prestar serviço de Consultoria em Desenho Urbano. Essa contratação formal justificou-se por suas pesquisas voltadas ao planejamento urbano de cidades. Maria Elaine Kohlsdorf trouxe de suas experiências na Alemanha, junto a Michel Trieb, um vasto embasamento em estudos no campo da preservação do patrimônio cultural, como a arquiteta argumenta em sua entrevista para a autora²⁹. Mais do que uma consultora de desenho urbano, a professora atuou no GT praticamente em sua duração total, envolvendo-se em grande parte das discussões, não apenas aquelas voltadas para o desenho da cidade, colaborando de maneira intensa na diversidade de produções escritas do Grupo e atuando na Comissão Executiva.

A caracterização do Plano Piloto baseou-se na metodologia aportada pela professora Maria Elaine Kohlsdorf, como explicitado no texto *A preservação dos espaços urbanos: marco teórico para Brasília*³⁰ e no *Documento para discussão nº 2: Plano de atividades da etapa de caracterização do Plano Piloto*³¹, ambos de sua autoria. Assim, “o caminho proposto é que se lance mão de um conjunto de categorias físico-espaciais, que sejam representativas dos diversos elementos constituintes da estrutura global de configuração urbana”³². Antes de aprofundar essa discussão, destacam-se duas abordagens de Maria Elaine Kohlsdorf sobre o planejamento urbano e a configuração urbana. O planejamento urbano foi visto pela arquiteta como “um processo cuja finalidade é a resolução de problemas, quando se menciona o Planejamento Urbano estamos colocando nosso campo de ação no meio ambiente urbano, e, como arquitetos/urbanistas, nos aspectos físicos deste meio-ambiente”³³. Essa ideia prevê um olhar tridimensional sobre a cidade, observada a partir de suas constituições físicas. Um segundo conceito é o da configuração urbana que:

²⁸ GT-BRASÍLIA. **Relatório de reunião em 20/09/82**. p. 2.

²⁹ KOHLSDORF, Maria Elaine. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 30 de agosto de 2016.

³⁰ KOHLSDORF, Maria Elaine. *A preservação dos espaços urbanos: marco teórico para Brasília*.

³¹ GT-BRASÍLIA. **Documento para discussão nº 2 – plano de etapas da atividade de caracterização do Plano Piloto**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

³² GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**. p. 18.

³³ KOHLSDORF, Maria Elaine. **Configuração urbana**. Brasília, 1975. (s/p).

[...] investiga o inter-relacionamento psicológico do indivíduo com o seu meio ambiente urbano, através dos seus espaços e das atividades aí localizadas, e se propõe, intervindo neste meio ambiente urbano, física/espacial/construtivamente, alcançar planejadamente uma qualidade melhor deste inter-relacionamento, para o indivíduo³⁴.

Os aspectos físicos têm influência na organização da cidade, mas existe a necessidade de seu inter-relacionamento com aspectos psicológicos, no sentido da promoção da qualidade dos espaços para os seres humanos. Percebe-se essa conceituação preliminar ao trabalho do GT refletida nas propostas para a cidade, principalmente ao considerá-la em sua dinamicidade. De maneira mais efetiva, houve o contato com a população, por meio dos questionários aplicados para verificar como essas pessoas identificavam a cidade. Em vez de considerar Brasília apenas em relação ao projeto original de Lucio Costa e seus espaços físicos representativos, optou-se por agregar o processo social na determinação do que se pretendia preservar. Por essa razão, o planejamento urbano se mantinha como um norte para as pesquisas.

A caracterização do Plano Piloto pretendida pelo GT se alinhava com esse pensamento direcionado para a Brasília real, compreendida como uma cidade em constante mutação. Para tanto, a abordagem pretendida pelos técnicos, e orientada por Maria Elaine Kohlsdorf, trazia um olhar mais abrangente e ao mesmo tempo dinâmico, conforme depois proposto no conceito criado pelo Grupo de Trabalho para definir o seu modelo de salvaguarda. Entende-se que a preservação dinâmica tem suas bases ancoradas nesse método de pesquisa da caracterização do Plano Piloto contemplando aspectos físico-espaciais.

O Documento para discussão nº 2: Plano de atividades da etapa de caracterização do Plano Piloto traz como metodologia:

Análise do espaço urbano do Plano Piloto de Brasília, segundo categorias de configuração, inferindo morfologias e tipologias nas diversas categorias, e selecionando quais aquelas morfologias e tipologias que são características da cidade em questão³⁵.

Essa análise do espaço urbano segundo as categorias de configuração tem como ponto de partida, conforme expôs Maria Elaine Kohlsdorf, quatro princípios básicos: a continuidade do espaço arquitetônico, trazendo a permanência de atributos necessários para ver a cidade a partir de sua complexidade; a natureza arquitetônica em seu aspecto físico também associada às transformações sociais; a flexibilidade desse espaço arquitetônico em receber as estruturas sociais mais diversas; e o fato desse espaço contemplar tanto um fenômeno concreto quanto a percepção humana³⁶.

³⁴ KOHLSDORF, Maria Elaine. **Configuração urbana.** (s/p).

³⁵ GT-BRASÍLIA. **Documento para discussão nº 2 – plano de etapas da atividade de caracterização do Plano Piloto.** (s/p).

³⁶ KOHLSDORF, Maria Elaine. A preservação dos espaços urbanos: marco teórico para Brasília. p. 58-59.

Esses princípios implicam pensar a preservação a partir das permanências consideradas necessárias e também às transformações decorrentes do cotidiano de um grande centro urbano. Do mesmo modo, são considerados os atributos espaciais essenciais e aqueles complementares à identidade de Brasília. Por atributos espaciais se entende que:

[...] são instrumentos de análise e de gestão do espaço que devem abranger sistemas descritivos correspondentes aos níveis de análise especializada e de percepção convergentes, assim possibilitando inferência de características fundamentais e acessórias do bem cultural considerado³⁷.

Essas inferências quanto às características fundamentais e acessórias foram analisadas a partir de categorias analíticas, em um total de seis (sítio físico, planta baixa, silhueta, tipologia das edificações, estrutura interna do espaço e elementos acessórios), seguindo um nível de abordagem técnico-científica, e também da percepção cotidiana. Esse método desenvolvido a partir da contribuição de Maria Elaine Kohlsdorf se ampara nas pesquisas realizadas por Trieb & Schmidt sobre a apreensão do espaço urbano³⁸. Esse método envolve dois níveis: o primeiro abarca uma análise do todo e suas partes. Após esse olhar mais geral, as categorias analíticas foram observadas em dois espaços de tempo, um considerado o T_o, “momento de concepção da cidade consubstanciado no Plano Piloto e em seu correspondente Relatório, ambos realizados por Lucio Costa em 1957”, e o T_h, período de pesquisas do GT na década de 1980 “expresso concretamente no espaço da cidade”³⁹. A preocupação em observar esses dois espaços de tempo buscava perceber as transformações ocorridas na capital, levando em consideração aquela premissa inicial de sua dinamicidade⁴⁰.

A ideia de avaliar o todo e suas partes se consubstancia na percepção da relação entre a escala menor com a composição de monumentos, edifícios e pequenos conjuntos urbanos; e a macro escala partindo de uma área de interesse para preservação. Sobre a escala menor haveria o consenso da necessidade do tombamento de algumas edificações, com relação a outra escala, essa sim, caberiam estudos com base nas categorias analíticas. Objetivando avançar nesse caminho, os técnicos definiram uma área contendo os limites a serem preservados (Figura 38). Esse perímetro seguiu “pelo alcance do campo visual ao nível do chão e até a linha de cumeeada das colinas mais próximas (porém, situadas fora do tecido urbano)”⁴¹. Essa foi denominada a Área de Interesse de

³⁷ KOHLSDORF, Maria Elaine. A preservação dos espaços urbanos: marco teórico para Brasília. p. 60.

³⁸ As pesquisas estão referenciadas em KOHLSDORF, Maria Elaine. **Manual de técnicas de apreensão do espaço urbano**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

³⁹ KOHLSDORF, Maria Elaine. A preservação dos espaços urbanos: marco teórico para Brasília. p. 60.

⁴⁰ KOHLSDORF, Maria Elaine. A preservação dos espaços urbanos: marco teórico para Brasília. p. 60-61.

⁴¹ GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 65-111. p. 65.

Preservação (AIP). No interior dessa AIP foi delimitada a Área de Interesse Especial (AIESPP), “onde se concentram os aspectos mais importantes da nova Capital do Brasil: o cívico-administrativo, marcante, os setores de complementação de serviços e as habitações em superquadras”⁴².

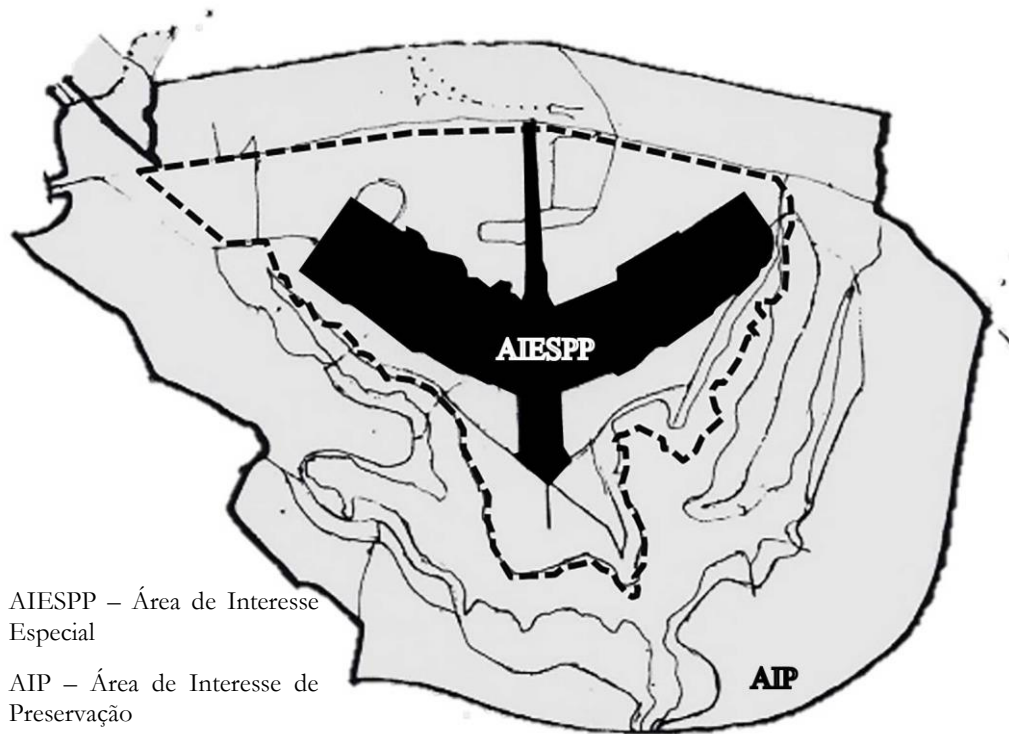


Figura 38 – Limites das áreas de preservação. Fonte: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 66 (com alterações da autora).

O objetivo dessa delimitação de áreas de preservação era obter distintas medidas de salvaguarda, seguindo a ideia apresentada anteriormente da gradação. Ou seja, o Plano Piloto receberia um controle maior, enquanto as áreas adjacentes poderiam ser tratadas com mais flexibilidade. Esse modelo de preservação não foi efetivado, pois o Decreto nº 10.829, de 1987⁴³, definiu a preservação a partir das quatro escalas identificadas por Lucio Costa, abrangendo inclusive uma área menor do que a proposta pelo GT-Brasília. No entanto, vê-se o trabalho do Grupo sendo refletido anos depois na Portaria nº 166, de 2016⁴⁴, complementar à Portaria nº 314, de 1992⁴⁵, que contém praticamente o mesmo texto do Decreto, porém, em âmbito federal. A Portaria nº 166 define alguns níveis de preservação dentro do perímetro já existente de 112,25 km² (Figura 39). Esses níveis apresentam-se mais elaborados que aquele proposto pelo Grupo de Trabalho, mas a ideia de pensar

⁴² GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. p. 66.

⁴³ DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987**.

⁴⁴ BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016**.

⁴⁵ BRASIL. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. **Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992**.

em uma gradação para permitir certa liberdade em algumas áreas já estava presente desde a década de 1980 com o GT-Brasília.

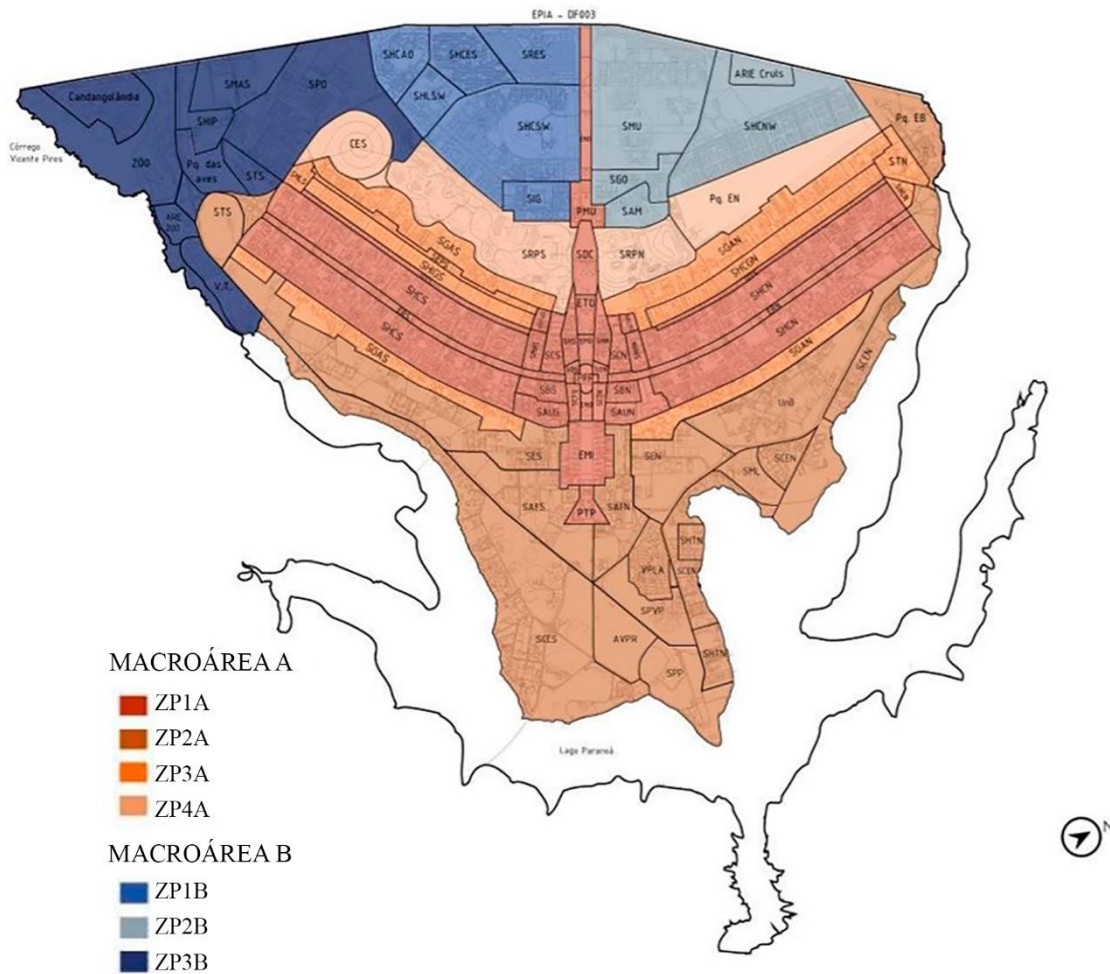


Figura 39 – Mapa do Conjunto Urbanístico de Brasília com delimitação das Macroáreas de Proteção A e B e respectivas Zonas de Preservação. Fonte: Anexo 3 do documento BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016.** Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_166_de_11_de_maiode_2016.pdf> Acesso em: 26 set. 2017.

A Portaria nº 166 contou com a colaboração de algumas pessoas que destacaram as pesquisas do GT-Brasília em seus escritos. Podem-se citar os trabalhos de Carlos Madson Reis⁴⁶, Sandra Ribeiro⁴⁷ e Thiago Perpétuo⁴⁸. Esses três autores no momento da edição da portaria eram servidores do IPHAN e pelo fato de conhecerem o trabalho do GT-Brasília vê-se a inclusão do Grupo em suas pesquisas. A participação dessas pessoas na escrita da portaria é fruto desse vínculo institucional com o IPHAN.

⁴⁶ REIS, Carlos Madson. **Brasília: espaço, patrimônio e gestão urbana.**

⁴⁷ RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural.**

⁴⁸ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília.**

4.1.1. AS CATEGORIAS FÍSICO-ESPACIAIS

A discussão que seguirá a partir de agora busca se aprofundar nessas categorias analíticas propostas pelo Grupo para a caracterização de Brasília. Para isso, esta dissertação se ampara principalmente em três documentos que abordam detidamente esse assunto. O primeiro deles é a *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*⁴⁹; o segundo documento é o *Relatório Síntese de 1985*⁵⁰, e a terceira referência é a versão atualizada desse mesmo relatório para a recente publicação do IPHAN, em 2016⁵¹. O *Relatório Síntese de 1985* em ambas as versões apresenta diferenças substanciais com relação à *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985* quanto ao conteúdo apresentado.

Objetiva-se agora observar cada uma das categorias analíticas referenciadas nesses documentos. A primeira categoria identificada como o sítio físico “congrega os elementos do meio natural que participam, de uma ou de outra forma, da configuração dos assentamentos urbanos”⁵². O sítio físico foi analisado segundo alguns elementos: relevo, hidrografia e vegetação nativa; vegetação exótica; e conexões e efeitos a distância. O primeiro item, o relevo, recebe destaque no *Relatório Síntese de 1985*:

[...] como fundamental para a delimitação da Área de Interesse de Preservação, devido a que a linha de cumeadas circundantes se comporta como um limite do horizonte visual bastante claro e uniforme praticamente em 360 graus, facilmente perceptível e numericamente presente no interior da Área de Interesse Especial⁵³.

Esse terreno ainda foi identificado como pouco acidentado e com declives suaves até o Lago Paranoá (Figura 40). Com relação ao relevo natural, a *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985* coloca que este “não foi considerado na execução de projetos, em quaisquer níveis: vias, estacionamentos, espaços públicos e até edificações [...]”⁵⁴. Já no Relatório do Plano Piloto, Lucio Costa propunha em algumas situações a utilização de terraplenos, como no caso do Eixo Monumental, mais elevado em relação à área residencial. O memorial descreve como determinados espaços deveriam se relacionar com seu terreno, porém, no sentido de transformação

⁴⁹ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. Arquivo Público do Distrito Federal. (s/p).

⁵⁰ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília. UnB/GDF/Minc.

⁵¹ IPHAN. *GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal*.

⁵² GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. Arquivo Público do Distrito Federal. (s/p).

⁵³ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília. UnB/GDF/Minc. p. 31.

⁵⁴ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. Arquivo Público do Distrito Federal. (s/p).

do meio natural para abrigar a arquitetura monumental. Esse é o caso da Praça dos Três Poderes, da Catedral e de outros edifícios⁵⁵.



Figura 40 – Relevo plano na área central do Plano Piloto.

Fonte: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpetuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 71.

Antônio Carlos Carpintero aborda em sua tese as alterações no Plano Piloto de Lucio Costa, e entre as modificações identifica-se uma que se relaciona ao relevo natural:

O deslocamento em cerca de 800 m do cruzamento dos eixos, portanto de toda a área central, sem o necessário estudo de adaptação ao terreno, afetou elementos importantes do espírito da cidade projetada, uma vez que destruiu a unidade do seu conjunto central⁵⁶.

O que o autor destaca é que, embora o Relatório do Plano Piloto confira uma atenção especial à topografia de Brasília, essa preocupação foi relegada ao segundo plano quando a banca do concurso sugeriu que a cidade fosse “deslocada” 800 metros para mais perto do lago, o que teve implicações severas no seu desenho e na maneira como as zonas ou setores se comunicariam entre si. Atentos a essa discussão, os técnicos do GT-Brasília observaram que “o relevo imposto nesta escala interna à AIP possui características fortes para a imagem de Brasília, mas de preservação

⁵⁵ COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. 1957. §9.

⁵⁶ CARPINTERO, Antônio Carlos Cabral. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998**. p. 164.

altamente discutível tendo em vista oferecer condições de comunicação face a face muito precárias⁵⁷. A comunicação entre as diferentes partes da cidade impõe dificuldades para a movimentação dos pedestres justamente pelas barreiras muitas vezes intransponíveis, o que significa perceber que uma face da edificação, por exemplo, não se comunica com a face de outra edificação ou mesmo de outros elementos construtivos. No entendimento do GT, o relevo contribuía para destacar a arquitetura em detrimento da valorização do pedestre.

O sistema hídrico do Plano Piloto foi observado pelo GT-Brasília conferindo destaque ao Lago Paranoá a partir da necessidade de preservação de seus riachos tributários (Riacho Fundo, Gama, Torto e Bananal) pela “ocorrência de situações especiais de flora e fauna diretamente vinculadas ao sistema hídrico local”⁵⁸. O Lago Paranoá é identificado não apenas quanto aos seus recursos hídricos, mas também em sua relação com a cidade enquanto parte da paisagem (Figura 41). Nesse ponto, discute-se o seu posicionamento no território, considerando-se que ele não faz parte da área urbana nem da área bucólica, como pretendia Lucio Costa:

Evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da lagoa, a fim de preservá-la intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d’água⁵⁹.

Ou seja, apesar da intenção de Lucio Costa de privilegiar um contato com a natureza, conforme o GT-Brasília, houve certo desvirtuamento desse espaço ao constatar, por um lado, a privatização de áreas às suas margens. Por outro lado, os técnicos puderam identificar a possibilidade de preservação dos riachos tributários do Lago Paranoá e suas matas ciliares⁶⁰.

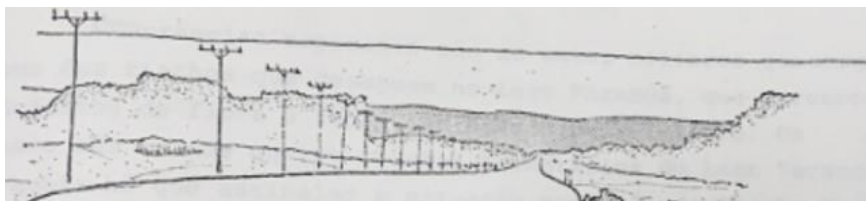


Figura 41 – Corredor visual livre até o Lago Paranoá. Fonte: GT-Brasília. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** Arquivo Público do Distrito Federal. (s/p).

O terceiro item observado dentro do sítio físico é a vegetação. Esse tema já foi discutido no segundo capítulo, quando se indicou o trabalho de Eurico Salviati com a paisagem do Distrito

⁵⁷ GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. p. 72.

⁵⁸ GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. p. 73.

⁵⁹ COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. 1957. §20.

⁶⁰ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** (s/p).

Federal⁶¹. Com relação ao Plano Piloto, a *Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto*, a análise do sítio físico da AIESPP indica que a vegetação nativa ocorre “como manchas de cerrado apenas em algumas quadras desocupadas na Asa Norte e como exemplares de porte superior a três metros de altura, conservados em meio a forrações gramíneas exóticas, onde foram suprimidas as demais categorias nativas”⁶². Quanto à vegetação exótica, esta está inserida na cidade em decorrência de seu projeto paisagístico e favorecimento da escala monumental. Também são identificados problemas de manutenção dispendiosa e inadequação de espécies para o clima. A preservação nesse caso recairia em áreas que resguardariam ainda partes do cerrado nativo, principalmente localizadas fora desse centro de Brasília.

Além do relevo, do sistema hídrico e da vegetação, o GT-Brasília observou as conexões e efeitos a distância que “têm por função comunicar o Plano Piloto às Cidades Satélites e demais áreas do Distrito Federal, mas também ligar Brasília a outras regiões do Brasil”⁶³. Os efeitos a distância no Plano se inserem “por contraste abrupto em seu contexto de cercania, seja ele o meio natural não modificado ou alterado por reflorestamento”. Além disso, a *Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto* destaca que ao se aproximar de Brasília surge uma sequência de planos “que evoluem de temas paisagísticos para temática rodoviária de acesso às cidades e chegam até a exposição do contexto urbano em toda a sua plenitude”⁶⁴. A importância dessas conexões e efeitos estaria, ainda conforme o mesmo documento, em garantir a visão panorâmica que se tem de Brasília a longas distâncias, algo incomum para as grandes cidades (Figura 42).



Figura 42 – Visão panorâmica – conexão Sobradinho/ Planaltina.

Fonte: GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** Arquivo Público do Distrito Federal. (s/p).

⁶¹ SALVIATI, Eurico João. Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal.

⁶² GT-BRASÍLIA. *Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto*. p. 74.

⁶³ GT-BRASÍLIA. *Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto*. p. 70.

⁶⁴ GT-BRASÍLIA. *Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto*. p. 70.

A segunda categoria analítica é a cidade em planta baixa, vista sob a ótica de um “contraste entre espaços abertos e fechados”⁶⁵. Brasília possui um desenho característico, representado em sua planta baixa pelos eixos que se cruzam, Eixo Monumental e Eixo Rodoviário. Essa característica da malha urbana pode ser observada sob alguns aspectos que conformam a cidade, tais como a sua hierarquia viária, evidente na AIESPP e mais livre na AIP, também a ortogonalidade, a linearidade e até a simetria⁶⁶. Ao mesmo tempo em que esses aspectos identificam claramente a cidade, eles evidenciam problemas assinalados pelas pesquisas do GT que, segundo os técnicos, não impediriam a preservação de suas características, mas demandavam correções.

As maiores dificuldades com relação à planta baixa, segundo o GT, eram: a segregação física, ligações transversais diretas em distâncias grandes, as barreiras representadas pelas vias e o alto valor do solo. O memorial de Lucio Costa pretendeu criar “tramas autônomas para o trânsito local de pedestres, a fim de garantir-lhes o uso livre do chão”⁶⁷. Mas, conforme o *Relatório Síntese de 1985*, o “radical isolamento de veículos e pedestres representa a separação entre possibilidades de circulação e permanência e são claras contradições às palavras também de Lucio Costa [...]”⁶⁸. Além de apontar essas dificuldades, o GT propôs “correções acessórias”, expressas por meio de desenhos e croquis, como é o caso da proposta de inserção de ligações transversais no Eixo Rodoviário (ao longo de todo o sentido leste-oeste) e a diminuição da largura das vias (Figura 43)⁶⁹. Em boa parte, os técnicos do Grupo eram arquitetos e com isso vê-se a possibilidade não apenas de discussão no plano teórico, mas de fato em proposições embasadas e atentas à realidade da cidade.

⁶⁵ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. (s/p).

⁶⁶ GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. p. 75-76.

⁶⁷ COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. 1957. §8.

⁶⁸ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília. UnB/GDF/Minc. p. 44.

⁶⁹ GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. p. 78.

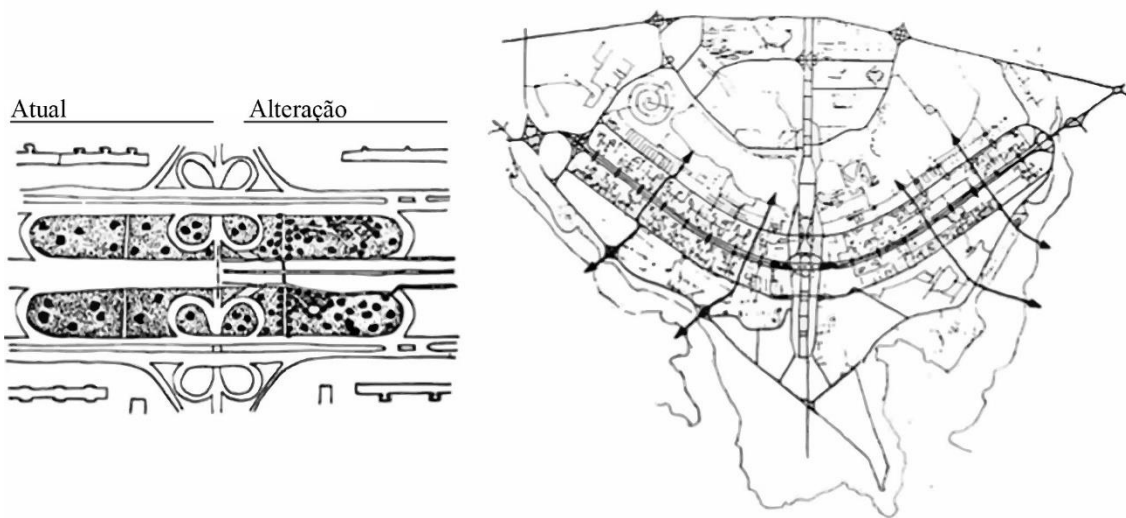


Figura 43 – Hipótese de correção do desenho urbano: efeito de barreira e hipótese de correção de desenho urbano: malha urbana, respectivamente.

Fonte: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpetuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 77.

O segundo item dentro da categoria planta baixa observa o parcelamento de Brasília “predominantemente por projeções, em geral descontínuas, garantindo a inversão de fundo que caracteriza o parcelamento urbano decorrente do Movimento Moderno”⁷⁰. Essa descontinuidade, identificada pelo GT de maneira crítica ao projeto de Lucio Costa, caracterizaria um espaço com excesso de áreas livres públicas, principalmente nas superquadras, onde se viu dificuldades de apropriação por parte da população desse espaço considerado ocioso, majorado pela proposta de pilotis trazida por Lucio Costa, elevando a taxa de espaços livre em relação aos ocupados⁷¹. Além do parcelamento por projeção, o GT identificou outros dois tipos, por lotes, predominantemente fora da AIESPP, e o parcelamento misto, em alguns setores específicos, como é o caso do Setor Militar Urbano, pontuado por alguns monumentos.

O parcelamento por projeções pode ser identificado na ideia de se obter um solo livre a partir do uso de pilotis, proposto por Lucio Costa em seu memorial. Como explica Jane Monte Jucá: “Uma vez pública a propriedade do solo, a livre circulação de pedestres em seu espaço é assegurada e estende-se aos pilotis, que devem manter-se abertos, criados para uso público. Essa permeabilidade igualmente garante a visualização do entorno imediato”⁷². A relação entre a edificação e o espaço livre ao seu redor, algo característico de Brasília, é entendido pelo GT como uma

⁷⁰ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985**. (s/p).

⁷¹ COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. 1957.

⁷² JUCÁ, Jane Monte. Realidades e potencialidades das paisagens de Brasília dos mitos fundadores esquecidos à invenção de um patrimônio mundial. In: LEITÃO, Francisco et al. **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEDUMA, 2009. p. 239-254. p. 247.

inversão de fundo, o que significa haver a “predominância de espaços vazios em relação aos cheios”⁷³.

A relação entre o parcelamento e as taxas de ocupação do solo permite estabelecer de que maneira esses cheios e vazios se relacionam, o terceiro e último item dentro da categoria planta baixa. A dominância dos vazios sobre os cheios, permitida por generosas dimensões, “estabelece uma nova relação entre base e figura” e enfatiza a monumentalidade, como é o caso da Esplanada dos Ministérios, ao mesmo tempo em que coloca uma escala pouco adequada ao ser humano⁷⁴. Os técnicos perceberam que em Brasília, tanto na AIP quanto na AIESPP, o modelo tradicional de malha urbana composto por avenida, praça e largo não é seguido, mesmo nas áreas mais distantes do Plano Piloto, identificando uma filiação clara ao Movimento Moderno.

O sítio físico, apesar de impor determinadas barreiras aos pedestres, mostra-se majoritariamente plano, permitindo que seja definida uma silhueta particular para a cidade (Figura 44). Essa terceira categoria, a silhueta, observa Brasília “no nível dos planos verticais do espaço urbano, formado por uma série de elementos pertencentes a outras categorias (como montanhas e massas de edificações)”⁷⁵. Há também a identificação de como a conformação do relevo influencia no destaque de alguns elementos. A área central da AIESPP, local das edificações mais marcantes, também coincide com o ponto mais alto, diminuindo em declive até o Lago Paranoá.



Figura 44 – Silhueta da área central do Plano Piloto.

Fonte: GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. Arquivo Público do Distrito Federal. (s/p).

Conforme sublinha a *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985* até a massa arbórea foi trocada, retirando-se os exemplares típicos do cerrado e colocando-se vegetações exóticas, permitindo uma “ênfase em altura em seus pontos de maior altitude”⁷⁶. Ainda segundo o documento, outro aspecto marcante na capital é a predominância da horizontalidade:

A nível interno dos vários territórios que compõem a AIP, tem-se que os planos verticais que compõem a sua silhueta são afastados entre si, separados por grandes extensões de

⁷³ GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. p. 79.

⁷⁴ GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. p. 81.

⁷⁵ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. (s/p).

⁷⁶ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. (s/p).

gramados, vias, e outros tipos de espaços abertos. Essa característica tem por efeito a ênfase na horizontalidade geral [...]⁷⁷.

Os técnicos do GT evidenciaram, a partir dessas características, um referencial imagético forte. Contemplando esse valor, pretendia-se preservar “elementos como o tipo de sistema de pontuações, a linha de coroamento e as linhas de força, sem, no entanto, esquecer que as características desses elementos a serem seguidas referem-se a proporções e relações, e não a números isolados”⁷⁸. O que se buscava com essa proposta era manter a proporcionalidade, porém, permitindo certas alterações de gabaritos e das taxas de ocupação, por exemplo. A categoria seguinte, tipologias das edificações, tem forte interferência na caracterização da cidade, pois:

[...] as edificações são mais objetos destacados na paisagem, do que volumes cujos planos definem os espaços abertos. Ou seja, as áreas livres são residuais e os edifícios, os reais articuladores da estrutura urbana porque eles são origem e destino de fluxos e funcionam como unidades interiorizadas do sistema de convívio social⁷⁹.

A partir das oito tipologias verificadas pelo GT foi possível ao Grupo fazer uma leitura da cidade em que se conclui haver uma valorização da edificação em detrimento das áreas livres, identificadas pelos técnicos como algo residual. Percebe-se que essa conclusão do Grupo de Trabalho seria uma crítica ao *Relatório do Plano Piloto* que, ao enfatizar o edifício, sobretudo aqueles monumentais, permitia a ocorrência de áreas livres residuais como elemento a destacar a arquitetura, a exemplo da descrição da Catedral de Brasília:

A Catedral ficou igualmente localizada nessa esplanada [Esplanada dos Ministérios], mas em uma praça autônoma disposta lateralmente, não só por uma questão de protocolo [...], como por uma questão de escala, tendo-se em vista valorizar o monumento [...]⁸⁰.

Essa descrição da Catedral em que se destaca a arquitetura materializa-se predominantemente ao longo do Eixo Monumental, identificado pela tipologia palaciana. Dentro do grupo de comércios e serviços, existem outras tipologias, desde os comércios geminados, identificados majoritariamente na via W3; as edificações de serviços e institucionais, na W3 também e na via L2; as torres do centro urbano, ocupando essa área central do Plano Piloto e caracterizando a silhueta de Brasília; e também os galpões industriais, com sua arquitetura fabril encontrados no SIG (Setor de Indústrias Gráficas) e SIA (Setor de Indústrias e Abastecimento). Cada uma dessas tipologias (Figura 45) possui características próprias, sendo possível a identificação a partir de suas volumetrias,

⁷⁷ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. (s/p).

⁷⁸ GT-BRASÍLIA. *Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto*. p. 84.

⁷⁹ GT-BRASÍLIA. *Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto*. p. 85.

⁸⁰ COSTA, Lucio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. p. 38.

principalmente definidas pelas normas de uso e ocupação do solo, ora permitindo maior variedade, como no caso das tipologias de edificações de serviços e institucionais, ora prevalecendo grande homogeneidade, como nos comércios geminados⁸¹. Outro elemento avaliado pelos técnicos foram as fachadas, verificadas como elementos de individualização, sobretudo nos comércios e não tanto nas áreas residenciais.

⁸¹ KOHLSDORF, Maria Elaine. A preservação dos espaços urbanos: marco teórico para Brasília. p. 61.

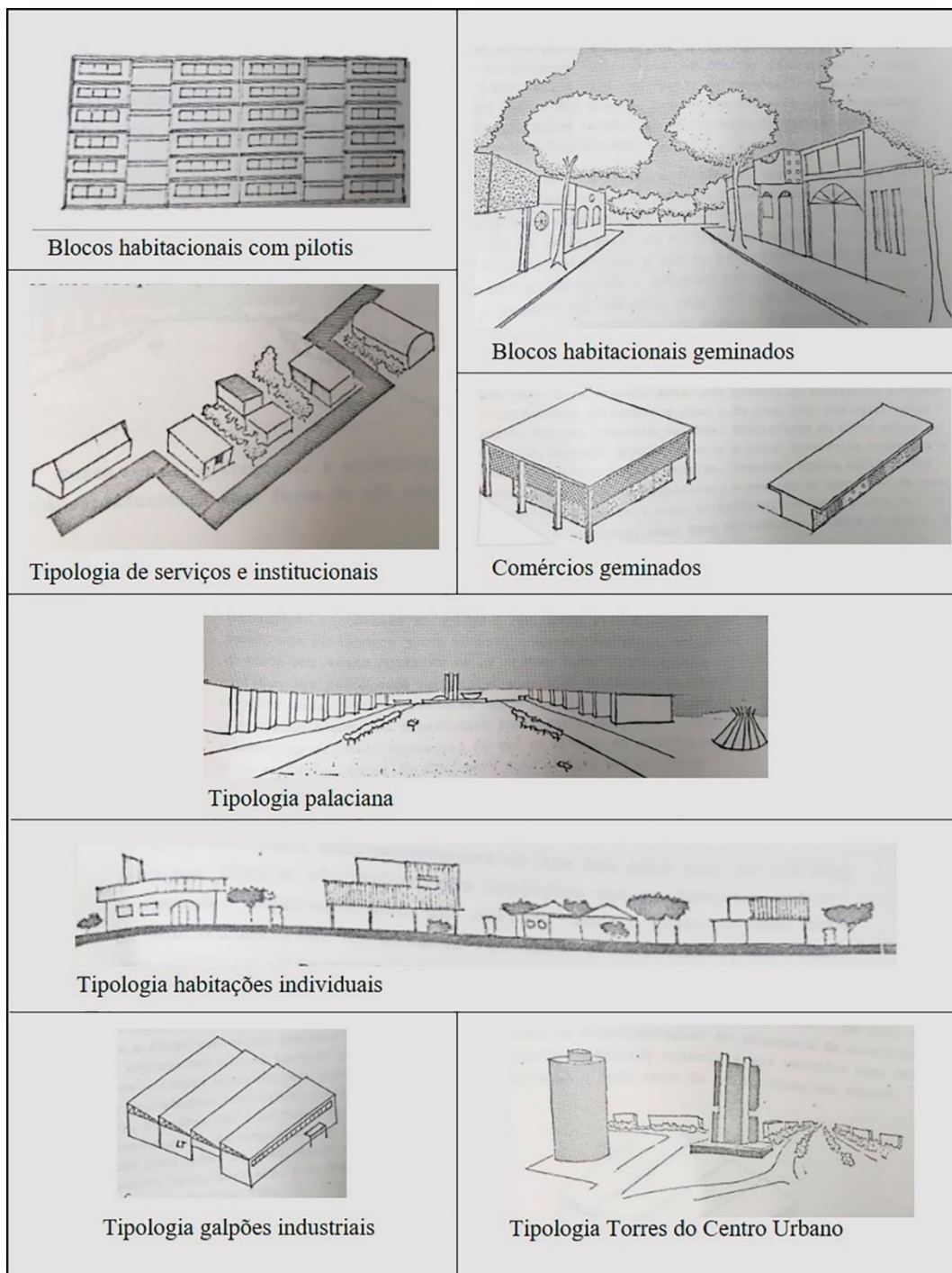


Figura 45 – Tipologias apresentadas pelo GT-Brasília.
Fonte: GT-BRASÍLIA. Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.
Arquivo Público do Distrito Federal. (s/p).

Ainda na categoria das tipologias, o GT separou três grupos voltados às habitações. O primeiro deles é o bloco em pilotis, de ocorrência principal nas superquadras. Sua maior característica é a volumetria simples, tendendo a um bloco retangular de proporções sempre homogêneas, seis pavimentos (quadras 100, 200 e 300) ou três pavimentos (quadras 400), assim como as fachadas, similares. Também se encontram esses exemplares nas quadras 700, no Cruzeiro e Octogonal.

Apesar das quadras 400 serem mencionadas, não foram encontrados estudos sobre a tipologia sem pilotis, em grande parte presente nessas quadras. Essa grande unidade entre os elementos, identificada pelo GT, aponta “uma certa dificuldade de orientação, em função da fraca individualidade dos projetos, havendo mesmo os casos de projetos iguais para quadras diferentes”⁸².

O segundo tipo são as habitações geminadas, de predominância nas quadras 700 do Plano Piloto, onde novamente há alguma homogeneidade, proporcionada pela construção única em módulos de um mesmo bloco. Na *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*, o GT-Brasília identificou que gradativamente a sua homogeneidade “vem dando lugar a uma crescente busca de individualização módulo a módulo, pelas reformas de fachadas e outros elementos não volumétricos”⁸³. A última tipologia apresenta-se mais livre quanto a sua individualidade, o caso das habitações individuais, ocorrendo nos Lagos Sul e Norte.

A categoria das tipologias se relaciona de maneira evidente com todas as outras categorias, estabelecendo diálogos com elementos do sítio físico, planta baixa e também silhueta, já verificadas acima, e ainda daquelas discutidas agora: estrutura interna do espaço e elementos acessórios. O trabalho do GT-Brasília observou a cidade na década de 1980 e muito do que foi analisado permanece hoje, principalmente pelo conjunto de leis que incide sobre a capital. Mas também se verificam alterações em virtude das necessidades dos moradores, pelo mercado imobiliário e por outros fatores afeitos às transformações da cidade.

A categoria “estrutura interna do espaço” é “onde estão reunidos tanto os planos horizontais quanto os verticais, e outros; por isso, é o nível da tridimensionalidade do espaço urbano”, observados a partir dos tipos de unidades morfológicas⁸⁴. São três unidades (Figura 46): as vias, as áreas verdes e as quadras e superquadras, observadas nas Asas Sul e Norte e no Centro Urbano, portanto, referenciando a AIESPP. As Asas são definidas por um sistema de artérias, formadas por vias e áreas verdes percorrendo longitudinalmente esses espaços, onde se situam as superquadras, vias secundárias e outros elementos⁸⁵. O Centro Urbano possui configuração similar, porém, em outra escala. O Eixo Monumental pode ser entendido como a espinha dorsal, sendo margeado por territórios laterais simétricos.

⁸² GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. (s/p).

⁸³ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. (s/p).

⁸⁴ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. (s/p).

⁸⁵ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. (s/p).

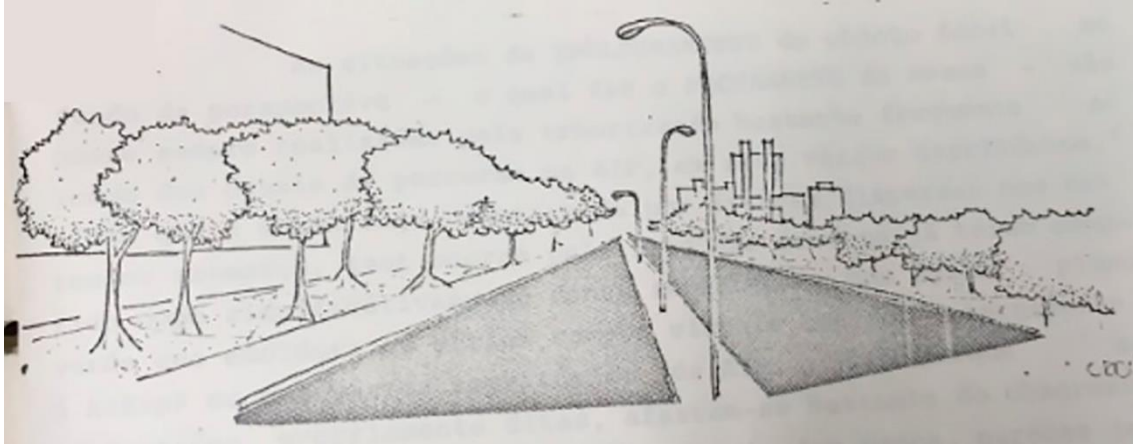


Figura 46 – Estrutura interna do espaço – relação entre os planos horizontais e verticais.
GT-BRASÍLIA. Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.
Arquivo Público do Distrito Federal. (s/p).

Nessa perspectiva, o GT identifica dois aspectos relevantes; o primeiro deles diz respeito a certo afastamento do projeto de Lucio Costa quanto à realidade construída:

Trouxe maior homogeneidade e configurações predominantemente monumentais (grandes distâncias entre edifícios, predomínio de gramados, forte presença do sistema de vias muito largas, campos visuais excessivamente amplos e profundos)⁸⁶.

Isso ocorre, segundo o GT, em termos da configuração dos espaços no lugar “da variedade no tratamento das partes, cada qual concebida segundo a natureza peculiar da respectiva função” pretendida por Lucio Costa no seu memorial⁸⁷.

Um segundo aspecto identificado pelo GT com relação à estrutura interna do espaço é o “rompimento com as unidades morfológicas tradicionais”, a exemplo da rua, do quarteirão e da praça⁸⁸. As unidades morfológicas do Plano Piloto, tal como analisadas pelo GT, possuem características típicas: as vias são largas, pouco delimitadas por planos visuais, apresentando sua função quase exclusiva para a circulação. As áreas verdes trazem uma horizontalidade marcante pelos grandes gramados na área central, privilegiando a edificação enquanto monumento. Mesmo nas superquadras, os técnicos percebem que não há incentivo para o uso da área livre pela população. E as quadras e superquadras são vistas como descontínuas em virtude dos grandes afastamentos e dos acessos indiretos. Esse último efeito geraria uma separação entre o nível local e o global. O nível local pode ser entendido como as próprias superquadras, que “se voltam sobre si mesmas”, e o global seria o meio externo a elas⁸⁹.

⁸⁶ GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. p. 93.

⁸⁷ COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto de Brasília. 1957. §22.

⁸⁸ GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. p. 93.

⁸⁹ GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. p. 94.

A última categoria discutida pelo Grupo são os “elementos acessórios”, correspondendo aos itens de informação, mobiliário urbano e pequenas construções. O propósito de observar esta categoria envolvia considerar que:

[...] a importância dos mesmos como caracterizadores varia de situação para situação e é preciso que se consiga discernir quando esta categoria é essencial, e mesmo – o que é mais frequente – evitar que, com elementos do mobiliário urbano, se venha a enfraquecer ou anular o efeito de identificação da cidade através das outras categorias⁹⁰.

Tais elementos fortalecem ou enfraquecem a identidade de Brasília, principalmente com relação às outras categorias analisadas anteriormente. Os itens de informação se destinam à sinalização e são mapas, placas indicativas de direção e de endereços. Dentro da AIP, espaço analisado pelo GT, há uma unidade de tratamento identificada pelo Grupo. Apesar disso, como visto na pesquisa de imagem feita com a população, há certa dificuldade em apreensão do desenho de Brasília, algo que nem sempre se relaciona com a ausência de informação em mapas pela cidade, mas com a dificuldade de orientabilidade no espaço.

O mobiliário urbano foi outro item discutido, compreendendo desde a infraestrutura até esculturas. Da infraestrutura, apenas os postes de iluminação, segundo os dados da análise, interferem na caracterização da cidade, por enfatizar, por exemplo, um direcionamento nas principais vias (Eixo Monumental, Eixo Rodoviário, Avenida das Nações, vias W3 e L2, principalmente). A formação de planos verticais também permite uma apreensão maior do desenho da cidade. Quanto às esculturas, em grande parte conferem destaque a um determinado espaço, são “incisivas, peculiares e destacadas”⁹¹, normalmente localizando-se em áreas monumentais. O último elemento é representado pelas pequenas construções, contribuindo para a “transição entre a extrema horizontalidade dos espaços abertos e a massa de edificações”⁹². O exemplo mais comum dessas edificações são as bancas de revistas nas superquadras do Plano Piloto. Apesar da identificada potencialidade de auxiliar os pedestres, os técnicos perceberam a falta de meios para proporcionar permanências, com a integração de outros mobiliários que pudessem contribuir para isso.

A análise das categorias físico-espaciais permitiu ver que as características essenciais e as características acessórias estariam presentes em cada categoria e que seriam pertencentes à Brasília, cabendo ao GT-Brasília a tarefa de revelá-las. A partir dessa visão que se percebe, através desse item, entende-se que na verdade as características essenciais não existem como algo intrínseco e

⁹⁰ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** (s/p).

⁹¹ GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. p. 110.

⁹² GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. p. 111.

imane ao Plano Piloto, mas a construção de seu significado dependeria de quem o estaria analisando. Com base no trabalho do Grupo, identifica-se que não há uma listagem do que seria essencial e do que seria acessório. Nesse caso pode-se inferir algumas conclusões sobre essa análise que imprimiu na caracterização do Plano Piloto um modo de ver a cidade. Desse mesmo modo indica-se aqui uma possível leitura da caracterização, o que não significa que essas são as únicas características essenciais, mas são as que foram identificadas nesta análise.

A partir da percepção gerada por esta pesquisa, encontraram-se algumas características que recebem mais atenção nos relatórios do GT: ao se referir ao centro do Plano Piloto se revela “uma imagem muito forte e devida a alguns elementos arquitetônicos que, pela carga significativa neles contida, já se tornaram símbolos de Brasília”⁹³; o destaque ao Plano Piloto é proporcionado também pela vista panorâmica a distância, acentuado pelas amplas visuais e pelo horizonte livre; essencial também é o Lago Paranoá e seus riachos tributários, guardando não apenas um recurso hídrico, mas o seu ambiente é importante por preservar a fauna e a flora da região; a planta baixa da cidade é característica pelo seu traçado em malha, pelo cruzamento dos eixos e também pelo macroparcelamento que identificam os setores da capital; a silhueta marcante em que se recomendariam à preservação elementos como o tipo de sistema de pontuações⁹⁴, “a linha de coroamento e as linhas de força”⁹⁵; os edifícios identificados pelas suas tipologias que funcionam como articuladores da vida urbana; e também as unidades morfológicas típicas que foram identificadas como as vias, áreas verdes e quadras.

O trabalho do GT, ao realizar essa caracterização do Plano Piloto, tinha a finalidade de criar as bases necessárias para se propor as diretrizes de preservação. Mas, como se viu, essa análise da cidade foi além de uma proposta normativa. Ela fez uma leitura que avaliava Brasília como um artefato construído e um espaço dinâmico. A partir dessa análise percebem-se os princípios que nortearam o que o Grupo chamou de preservação dinâmica em consonância com as outras etapas de pesquisa. A articulação entre as características principais apontadas pelo GT ao que a população pensava da capital, identificado na pesquisa de imagem, possibilita ver uma linha de pensamento contínua e coerente para preservar uma cidade como Brasília.

⁹³ GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. p. 66.

⁹⁴ O sistema de pontuações corresponde aos edifícios mais altos que ocorrem na cidade, mas que estão distantes uns dos outros, em que assim se identificam pontos de destaque na silhueta do Plano Piloto.

⁹⁵ GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. p. 84.

4.2. A PRESERVAÇÃO DINÂMICA

No item anterior observou-se como o GT-Brasília encaminhou suas pesquisas junto ao Plano Piloto, partindo da premissa de que a capital contava com elementos “essenciais” e também com elementos “acessórios”. O primeiro passo foi debater quais eram esses elementos, a partir das categorias físico-espaciais selecionadas, com vistas à identificação do que seria preservado no coração da cidade. Esse processo de caracterização do Plano Piloto foi mais detido do que aquele realizado nas cidades-satélites. Isso se justifica pela importância maior dada àquele objeto de estudo e também pela experiência adquirida e o avanço nas pesquisas anteriores com os núcleos rurais antigos, as fazendas e os acampamentos de obras.

As pesquisas realizadas com o Plano Piloto visavam à proposição de um conjunto de diretrizes de preservação levando em conta um panorama mais geral do objeto pretendido e também suas especificidades, como demonstra o documento *Síntese dos trabalhos até 02/1985*⁹⁶. Contemplando a trajetória do GT, vê-se o auge desse trabalho correspondendo a uma proposta em particular, a preservação dinâmica. Esse termo pode ser visto como um resultado do modo como se pretendia proteger a cidade. Na recente publicação do IPHAN acerca do GT-Brasília, Márcio Vianna identifica um dos cerne dessa proposta de preservação: “Queremos uma preservação tão moderna quanto a cidade, que não se encaixava no ‘modelito’ Veneza, Ouro Preto [...]”⁹⁷. Na época das pesquisas do GT-Brasília se enfatizava na capital um caso particular: o fato de ser uma representante da arquitetura moderna. Ao citar Veneza e Ouro Preto, entende-se que essas cidades caracterizam arquiteturas já consagradas como patrimônio no campo internacional. Veneza, também Patrimônio Mundial desde 1987, traz em suas origens a arquitetura medieval, e Ouro Preto, inscrita na UNESCO no ano de 1980, exemplifica a arquitetura colonial. Entende-se também que o termo “modelito” poderia ser utilizado ao caracterizar o modo de preservação e não tanto o estilo arquitetônico.

A arquitetura moderna, diferentemente desses casos consagrados de preservação, enfrentou alguma resistência para efetivar a sua salvaguarda. Susan Macdonald cita um conjunto de fatores que colaboram para o desafio de preservar a arquitetura, tais como: a falta de um afastamento temporal considerável para a sua identificação e valoração; questões técnicas associadas a novas tecnologias e escolha dos materiais; as especificidades do design e também o seu contexto social; e

⁹⁶ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos até 02/1985*.

⁹⁷ VIANNA, Márcio. Mesa-redonda GT-Brasília. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 28.

a adaptabilidade para novos usos⁹⁸. Como Susan Macdonald reconhece, a partir da década de 1980 se formava um debate ao redor da preservação da arquitetura do século XX⁹⁹. Por um lado, haveria aqueles favoráveis em manter a preservação no modo tradicional, como se fazia com os exemplares antigos. Outra vertente entendia ser necessária uma nova abordagem voltada para questões específicas desse movimento arquitetônico. Não havia um consenso, ao menos no início da década de 1980, quando a inscrição de Brasília na UNESCO foi vista inicialmente como prematura pelas autoridades competentes, como explica o ministro da Cultura Celso Furtado, na ocasião de uma reunião em Paris para discutir esse assunto:

[...] o Bureau do Comitê, durante a sua X Sessão em Paris, de 16 a 19 de junho de 1986, considerou que, nas presentes circunstâncias, o exame pelo Comitê da questão da inscrição de sítios referentes à arquitetura contemporânea na lista do Patrimônio Mundial era prematuro¹⁰⁰.

O que se pode depreender de tal decisão, discutida mais a fundo no último capítulo, é que havia muito ainda para se debater com relação à melhor maneira de preservar a arquitetura moderna, então chamada arquitetura contemporânea. Vê-se nesse quadro da sessão em Paris que o trabalho do GT, mesmo após um extenso ciclo de pesquisas, teve o seu modelo de preservação enfrentando resistências para a consagração da capital. É evidente que a proposta do Grupo de Trabalho recebeu críticas, o que também ocorreu com a solução encontrada a partir do Decreto nº 10.829, de Italo Campofiorito.

A preservação dinâmica buscava responder a questionamentos tais como: como seria possível impor limites através de normas rígidas a um lugar em permanente transformação? E ainda como pensar esses limites em um tempo determinado quando existe um futuro incerto?¹⁰¹ Em consonância com o que foi anteriormente expresso por Márcio Vianna com relação a esse conceito, Briane Bicca acrescenta:

Da consciência de Brasília ainda ser um acampamento resultou a proposta de preservação dinâmica, diante da impossibilidade de definir como seria a ocupação de todos aqueles espaços. [...] eram definidas as questões gerais de modo a garantir que o uso posterior não entrasse em conflito com aquilo que já existia. Entretanto, percebíamos que não podíamos ter a rigidez exagerada de bloquear o uso daqueles espaços ao longo do tempo¹⁰².

⁹⁸ MACDONALD, Susan. **Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places.**

⁹⁹ MACDONALD, Susan. **Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places.**

¹⁰⁰ PERALVA, Osvaldo. **Brasília: patrimônio da humanidade: (um relatório).** p. 97.

¹⁰¹ GT-BRASÍLIA. **Documento para discussão nº 1 – a preservação do Plano Piloto.** p. 4.

¹⁰² BICCA, Briane. Mesa-redonda GT-Brasília. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal.** p. 28.

Na explanação de Briane Bicca se destaca uma visão prospectiva, ao incluir no debate as possíveis alterações em decorrência de usos posteriores. A ideia de contemplar o futuro se alinha com o pensamento de Aloísio Magalhães ao considerar a cultura formada a partir de elementos em constante construção, e assim também são as cidades. Desse processo contínuo de transformação do meio urbano surge o termo “dinâmica”, que se complementa pela necessidade da liberação de uso de determinados espaços. Vê-se um intento de equilíbrio entre a restrição e a liberdade, através do planejamento urbano com normas de uso e ocupação do solo, por exemplo. Sintetizando o significado do termo dinâmica, Maria Elaine Kohlsdorf vê uma combinação entre a conservação e a pró-ação, no sentido de considerar o papel social inerente à preservação¹⁰³.

É importante notar o uso de alguns termos por parte dos técnicos do GT, principalmente ao defender o seu modelo de preservação em oposição ao tombamento. Palavras como “engessamento”, “entraves”, “obstáculos”, são colocadas como justificativas para a não utilização do tombamento. Essa visão “diz respeito às características tradicionais do tombamento, que – mesmo passíveis de alteração – ainda o colocam como um instrumento resistente às transformações do objeto ao qual se aplica”¹⁰⁴. Observando essas colocações, pode-se ver a preservação dinâmica surgindo como uma oposição, quase um enfrentamento ao ato de tombamento, mesmo que o GT-Brasília assumisse a sua utilização no caso da arquitetura.

Seguindo essa discussão dos termos utilizados, a palavra “dinâmica” aparece com grande frequência nas argumentações propostas pelo Grupo de Trabalho. Por mais que não se evidencie o conceito de “preservação dinâmica”, como identificado anteriormente, já no início das pesquisas envolvendo o Plano Piloto esse caráter dinâmico era considerado premissa fundamental para se discutir qualquer questão posterior às etapas seguintes. Segundo o documento *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*:

A configuração dos espaços arquitetônicos à escala urbana possui características dinâmicas, que são a variabilidade e a metamorfose através do desenrolar da sua história; isto pareceria irreconciliável com qualquer ação de proteção, se não se observasse que, junto com estas, há também características de permanência e tipificação¹⁰⁵.

A questão primordial nesse argumento é a busca por um equilíbrio entre as permanências e as metamorfoses. O espaço urbano em questão, Brasília, se apresentaria como uma justaposição de diferentes elementos conferindo uma identidade única, observada no sentido de sua excepcionalidade. Ao mesmo tempo coexistiriam elementos sujeitos a mudanças do cotidiano. Essa ideia

¹⁰³ KOHLSDORF, Maria Elaine. **Patrimônio cultural e preservação da identidade dos lugares**. Arquitetura Revista, v. 1, n. 2, julho-diciembre, 2005. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo, Brasil. (s/p).

¹⁰⁴ GT-BRASÍLIA. **Documento para discussão nº 1 – a preservação do Plano Piloto**. p. 6.

¹⁰⁵ GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos até novembro de 1983**. p. 15.

foi se desenvolvendo ao longo das pesquisas do Grupo de Trabalho, ganhando força após a caracterização do Plano Piloto ter sido concluída. O passo seguinte seria a realização de um plano contendo “canais suficientemente flexíveis para transmitir diretrizes de preservação de características essenciais, responsáveis pela manutenção de traços de identidade”¹⁰⁶. Pretendia-se com isso uma legislação permitindo contemplar essas diretrizes, a exemplo da lei de uso e ocupação do solo, do plano diretor e do código de obras.

O trabalho do GT-Brasília mostra uma trajetória contínua, no sentido de se observar que as etapas de pesquisa são complementares umas às outras e avançam nas discussões e resultados pretendidos para a preservação da capital. A preservação dinâmica, seguindo esse raciocínio, parece se endereçar a uma pergunta colocada anteriormente no *Documento para discussão nº 1: a preservação do Plano Piloto*: “Como o espaço urbano preserva-se transformando-se?”¹⁰⁷. O questionamento surge em um documento sem data especificada, mas que parece abordar o começo do trabalho do GT, principalmente pelo tom prospectivo utilizado. Esse documento traz uma questão relevante para o entendimento do que mereceria ser preservado, uma suposta “identidade de Brasília”. Essa questão foi observada pelos técnicos do GT fazendo uma analogia às metamorfoses do ser humano, “tal como para um ser vivo, é, em uma cidade, o conjunto de suas características essenciais, ou seja, aqueles elementos que a distinguem fundamentalmente de qualquer outra e que não se alteram, sejam quais forem as mudanças por que a cidade passe”¹⁰⁸.

A abordagem da identidade de Brasília se aproxima das intenções da preservação dinâmica: a salvaguarda das características entendidas como essenciais, possibilitando alterações naquilo que fosse acessório. Percebe-se a coerência na realização anterior da caracterização da cidade, com a finalidade da identificação dessas características a partir de uma análise físico-espacial. O GT trabalhou a questão da identidade levando em consideração o projeto de Lucio Costa, de 1957, como um elemento fundamental para a sua identificação, também entendendo a cidade a partir de suas transformações, por vê-la como algo dinâmico. Essa visão está de acordo com a ideia de uma Brasília além do objeto planejado, “pois somente através do habitar de suas premissas e seus princípios de projeto é que a cidade torna-se fato e fenômeno cotidiano”¹⁰⁹. A partir dessa colocação de Ana Elisabete Medeiros e Luciana Saboia, identificou-se um processo contínuo de edificação de

¹⁰⁶ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. (s/p).

¹⁰⁷ GT-BRASÍLIA. *Documento para discussão nº 1: a preservação do Plano Piloto*. p. 4.

¹⁰⁸ GT-BRASÍLIA. *Documento para discussão nº 1: a preservação do Plano Piloto*. p. 5.

¹⁰⁹ SABOIA, Luciana; MEDEIROS, Ana Elisabete de Almeida. **Brasília, discurso ou narrativa? Questões sobre preservação e identidade cultural**. In: 9 Seminário Docomomo Brasil – interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente, 2011, Brasília. (s/p). Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/158_M05_RA-BrasiliaDiscursoNarrativa-ART_luciana_saboia.pdf> Acesso em: 3 jul. 2018.

significados, o que nos auxilia a reafirmar a ideia pretendida pelo GT-Brasília, de que a cidade não é estática, e assim não pode ser considerada.

A atuação do GT reitera a ideia de que a ação de preservar uma cidade não deve ser associada exclusivamente à manutenção do passado. Tal como Aloísio Magalhães defendia, seria preciso preservar o passado, porém, visando ao futuro. Além dessa ideia de revisitar o passado em associação ao pensamento do futuro, Maria Elaine Kohlsdorf enfatiza que a preservação trata-se, em sua essência, de “exibir a história em sua inteireza e construir identidades efetivamente coletivas”¹¹⁰. Maria Elaine Kohlsdorf ainda expõe de maneira mais clara essa questão da identidade:

A linguagem espacial mais abrangente é a forma física dos lugares, pois não depende do domínio de códigos restritos [...]; a primeira informação por ela transmitida refere-se à identidade dos mesmos, quando nos dizem onde estamos e como podemos ir dali para outra área. Alguns lugares falam com fluência e revelam-se facilmente: basta um primeiro olhar para apreender certa fisionomia [...]. Isto significa que possuem identidade forte [...]¹¹¹.

Em Brasília, essas características se manifestam, conforme o GT, na própria linguagem da cidade, ora apresentada de maneira mais enfática, ora de maneira singela, como se identifica no trabalho do GT com a análise da caracterização do Plano Piloto e a pesquisa de imagem com a população. Podem ser mencionadas as tipologias, como os blocos das superquadras na área residencial, os grandes edifícios marcando a área central; também o zoneamento identificável seguindo a organização prevista por Lucio Costa e que marca a funcionalidade modernista; a relação entre os cheios e vazios, predominando os grandes espaços gramados conferindo destaque à arquitetura; a presença de largas vias identificando um caráter rodoviário; e outros itens. Pode-se ver na análise do GT um cruzamento de informações entre as etapas de pesquisas que proporcionariam as bases para a preservação através do planejamento urbano que seria transformada em uma legislação específica respondendo aos ensejos preservacionistas.

A identificação feita pelo GT de uma certa identidade para Brasília tinha o risco de conferir um caráter hegemônico a uma identidade eleita pelo Grupo como supostamente homogênea, elegendo certa diversidade como representativa. Percebe-se que essa percepção se associa à tentativa de buscar uma preservação que fosse diferente do modo tradicional representado pelo tombamento. No entanto, segundo Thiago Perpétuo: “a atuação do GT-Brasília se remete à aplicação, em escala local, do procedimento do próprio IPHAN ao longo de sua trajetória, sobretudo, o de sua fase heroica, quando tinha como norte não tanto a descoberta do patrimônio brasileiro, mas a

¹¹⁰ KOHLSDORF, Maria Elaine. **Patrimônio cultural e preservação da identidade dos lugares.** (s/p).

¹¹¹ KOHLSDORF, Maria Elaine. **Patrimônio cultural e preservação da identidade dos lugares.** (s/p).

sua própria criação”¹¹². Quando menciona a tentativa de criar um patrimônio, o autor se refere à busca por criar uma história para a cidade. Essa visão de Thiago Perpétuo também se associa ao que o GT discute na perspectiva de preservar os elementos por eles considerados essenciais de Brasília, a partir dessa suposta identidade.

Os argumentos do GT-Brasília em prol de uma preservação que acompanhasse a dinâmica da cidade colaboraram para que a ideia de tombamento, ao menos associada ao meio urbano, fosse afastada inicialmente. Havia um consenso de que, para arquitetura, esse instrumento poderia ser utilizado. Em relação ao espaço da cidade algumas alegações se manifestavam em prol de uma preservação mais apropriada a sua natureza:

A diferença fundamental está na própria natureza do espaço urbano que, embora considerado um espaço arquitetônico, possui sua peculiaridade. Uma característica básica é um tempo histórico consideravelmente maior do que os edifícios; ora, isto acarreta um dinamismo absolutamente distinto, onde a variedade dos grupos sociais (se não é constante é imensa), e onde o período vital conta-se por séculos e milênios¹¹³.

Esse trecho da *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983* revela que o tempo histórico consideravelmente maior e seu consequente dinamismo seriam aspectos considerados importantes pelo GT para a preservação do espaço urbano. Na concepção do GT esse espaço carrega características como:

[...] mutação ao invés de permanência, variabilidade histórica ao invés de paralização atemporal e – não se deve esquecer – maleabilidade simultânea a capacidade de participar nas diversas práticas sociais, e também na interação de várias práticas¹¹⁴.

Essa percepção se insere nas discussões internacionais ao enxergar o espaço urbano como integrado à arquitetura e à paisagem. A década de 1980 foi um período em que não mais se considerava o monumento como um objeto isolado, retomando a noção de entorno e o reconhecimento da dimensão urbana discutida nos capítulos anteriores. Baseando-se nesses princípios básicos da cidade foi que o GT-Brasília percebeu a complexidade inerente àquilo que se pretendia preservar de maneira mais específica, o Plano Piloto.

¹¹² PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. p. 177.

¹¹³ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*. p. 15.

¹¹⁴ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*. p. 15.



CAPÍTULO 5 – AS ARTICULAÇÕES PARA O RECONHECIMENTO DE BRASÍLIA E A VISÃO DO GRUPO DE TRABA- LHO

5.1. O DOSSIÊ BRASÍLIA

O trabalho do GT-Brasília está associado à escrita do Dossiê Brasília na bibliografia corrente sobre a temática preservacionista da capital, a exemplo de Sandra Ribeiro¹, Carlos Madson Reis² e Thiago Perpétuo³. Esses autores referem-se às pesquisas do GT como referenciais para a

¹ RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural.**

² REIS, Carlos Madson. **Brasília: espaço, patrimônio e gestão urbana.**

³ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília.**

execução do documento enviado à UNESCO como parte da candidatura de Brasília a Patrimônio Cultural da Humanidade. Conforme se viu ao longo desta dissertação, o trabalho do GT-Brasília, desde a sua origem, se apresentava com uma proposta ampla de discutir a preservação da capital. Os autores também enfatizam que o Dossiê Brasília representou uma parte desse processo de reconhecimento como patrimônio e não um trabalho isolado elaborado pelos membros do Grupo de Trabalho. Esse Dossiê leva a assinatura de Briane Bicca como coordenadora do GT, mas, segundo Maria Elaine Kohlsdorf, em entrevista à autora, foi uma escrita conjunta das duas arquitetas⁴. Dessa forma, neste capítulo visa-se acompanhar o percurso de reconhecimento de Brasília, com o foco nas pesquisas do GT e nas diferentes visões para preservar a cidade.

Muito já se discutiu sobre o reconhecimento de Brasília com ênfase na sua candidatura e nas posteriores leis de salvaguarda, porém, menos usual são pesquisas que se debruçam sobre o trabalho do GT abordando-o como parte do reconhecimento da capital, como é o caso de Thiago Perpétuo. Além do referido Dossiê Brasília, o Grupo elaborou um anteprojeto de lei como uma das responsabilidades para efetivar a preservação da cidade, porém, esse instrumento foi preterido pelo Decreto nº 10.829, legislação elaborada por Italo Campofiorito com a aprovação de Lucio Costa. Busca-se destacar neste capítulo, além do Dossiê, este anteprojeto de lei proposto pelo GT-Brasília. É objetivo desta dissertação revisitar a análise do processo de candidatura com ênfase na participação do Grupo de Trabalho.

Ainda antes da elaboração do Dossiê, em 1985, foi editado o seu *Relatório Síntese de 1985* trazendo os principais estudos já realizados. O GT se voltava para a elaboração de diretrizes de preservação, segundo o documento *Andamento dos trabalhos em março/abril de 1985*: “A presente etapa de estudos do GT-Brasília procura verificar as conclusões [a] que se pôde chegar com a etapa anterior de caracterização, esboçando diretrizes de preservação, de modo a permitir a dinâmica do desenvolvimento da cidade [...]”⁵. Esse trecho corresponde ao encerramento de uma etapa e início de outra, marcada pela proposição de medidas de preservação identificadas como diretrizes.

O ano de 1985 também foi o momento em que o então governador José Aparecido de Oliveira afirmou o interesse de reconhecer Brasília perante a UNESCO. Conforme explica Osvaldo Peralva:

A batalha para inclusão de Brasília na lista do Patrimônio Mundial durou dois anos. Teve início em 1985, quando o governador José Aparecido de Oliveira, em viagem à Europa, visitou em Paris o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a

⁴ KOHLSDORF, Maria Elaine. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 30 de agosto de 2016.

⁵ GT-BRASÍLIA. **Andamento dos trabalhos em março/abril de 1985.**

Ciência e a Cultura (Unesco), Amadou Mahatar M'Bow. Defendeu então a tese, que encontrou a receptividade no Sr. M'Bow, de que não somente os bens seculares, mas também os monumentos contemporâneos deveriam obter a proteção da Unesco⁶.

A dissertação de Sandra Ribeiro identifica nessa ação do governador o reconhecimento do trabalho do GT já em andamento, principalmente pelo contato com os membros do Grupo durante o período em que foi ministro da Cultura, em 1985⁷. José Aparecido de Oliveira então convoca o GT-Brasília para a elaboração do Dossiê. Apesar de o Grupo de Trabalho não ter surgido com o propósito de participar do processo de candidatura de Brasília, vê-se a escrita desse documento como um dos desdobramentos do trabalho que vinha sendo elaborado pelo Grupo. Os estudos com a intenção de preservação da cidade estavam em andamento, portanto, seria natural entregar a tarefa de edição do Dossiê para os técnicos do GT-Brasília. Deve-se lembrar que seu intuito inicial era de “estudar, propor e adotar medidas que visem à preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília”, como já citado anteriormente no *Relatório preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – Dezembro de 1981*⁸.

O ano de 1985 foi marcado também pela publicação do texto de Maria Elisa Costa (filha de Lucio Costa) e Adeildo Viegas de Lima intitulado *Brasília 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto*. Esse escrito aponta a transposição do projeto de Lucio Costa para a realidade da cidade construída, discutindo também os problemas associados à especulação imobiliária, o constante medo de sua descaracterização e posicionamentos quanto à preservação, principalmente com um olhar voltado à salvaguarda do Plano Piloto “original” tal como Lucio Costa desenhara:

[...] cabe retornar à feição urbana do Plano Piloto, vista agora em termos da sua volumetria. É importante que permaneçam os critérios originais que até hoje prevalecem: gabarito uniforme de seis pavimentos nas Superquadras 100, 200 e 300, decrescente para leste e oeste, ocupação disciplinada na Esplanada dos Ministérios [...]⁹.

Essas propostas de preservação da volumetria e do gabarito da cidade serão retomadas no texto de Lucio Costa, *Brasília Revisitada*, e no Decreto nº 10.829, de 1987. Portanto, nota-se já um caminho divergente de preservação daquele pretendido pelo GT-Brasília, principalmente ao se perceber focos diferentes nesses dois grupos. Ao se identificar aqui esses possíveis dois grupos, um formado pelo GT-Brasília e outro por Lucio Costa e seus colaboradores, não é intenção desta dissertação propor uma polarização, mas antes demonstrar que em comum havia a ideia de preservar a cidade e de discordância o modo como cada um pretendia essa preservação, principalmente

⁶ PERALVA, Osvaldo. **Brasília: patrimônio da humanidade: (um relatório)**. p. 91.

⁷ RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**. p. 100.

⁸ GT-BRASÍLIA. **Relatório Preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – Dezembro de 1981**. (s/p).

⁹ COSTA, Maria Elisa e LIMA, Adeildo Viegas de. *Brasília 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto*. In: LEITÃO, Francisco et al. **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Org.: Francisco Leitão. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009. p. 45-68.

pelos instrumentos legislativos propostos. Entre os anos de 1985 e 1986, enquanto o GT-Brasília estaria trabalhando no Dossiê Brasília, praticamente em paralelo surgiram posicionamentos de Lucio Costa, com a publicação de *Brasília Revisitada*¹⁰, e também o escrito de Maria Elisa Costa e Adeildo Viegas de Lima¹¹.

Por ora, esta dissertação irá se ater à discussão do Dossiê Brasília. O documento *Grupo de Trabalho para preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília (1985)* aborda uma primeira possibilidade de discussão internacional para se considerar bens contemporâneos como patrimônio. Esse contato inicial ocorreria por meio de um convite do governo brasileiro ao Comitê do Patrimônio Mundial para que a próxima reunião da UNESCO se realizasse em Brasília, assim explicitado:

Sendo assim, cabe ao Ministro da Cultura, juntamente com o Governador do Distrito Federal, o encaminhamento da proposta para realização, em Brasília, da reunião de novembro de 1986, do Comitê do Patrimônio Mundial, a ser dirigida ao Ministro das Relações Exteriores, ao qual compete levar o assunto a análise da UNESCO [...]¹².

A respeito desse convite para a realização da reunião da UNESCO no Brasil havia a intenção de, “se bem sucedida, por certo facultará ao Governo Brasileiro a indicação de Brasília para compor a lista de bens concorrentes ao título de Patrimônio Mundial”¹³. Apesar dessa reunião não ter ocorrido no Brasil, a proposta de candidatura de Brasília teve prosseguimento. Na reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, que ocorreu em Paris entre os dias 24 e 28 de novembro, Brasília figurou na lista indicativa de bens para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial. E segundo Osvaldo Peralva:

Depois disso, a Unesco enviou ao Ministério da Cultura os formulários exigidos para a solicitação de inscrição, os quais foram encaminhados ao “Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília”, constituído por representantes do Ministério da Cultura, do Governo do Distrito Federal e da Universidade de Brasília¹⁴.

Esses referidos formulários preenchidos pelo GT correspondem ao Dossiê Brasília no seu primeiro volume. A segunda parte foram textos anexados como base para a referida proposta, como descreve Osvaldo Peralva¹⁵. O Dossiê foi enviado à UNESCO em francês, portanto, esse

¹⁰ COSTA, Lucio. *Brasília Revisitada. 1985-1987. Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana.*

¹¹ COSTA, Maria Elisa; LIMA, Adeildo Viegas. *Brasília 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto.*

¹² GT-BRASÍLIA. **Grupo de Trabalho para preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília (1985).** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. (s/p).

¹³ GT-BRASÍLIA. **Grupo de Trabalho para preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília (1985).** (s/p).

¹⁴ PERALVA, Osvaldo. **Brasília: patrimônio da humanidade: (um relatório).** p. 98.

¹⁵ PERALVA, Osvaldo. **Brasília: patrimônio da humanidade: (um relatório).** p. 99.

documento pode ser encontrado na versão em francês¹⁶ e na versão em português¹⁷. No site da própria UNESCO não consta esse Dossiê, mas há uma descrição dos critérios que amparam a seleção de Brasília e informações mais gerais sobre a cidade, incluindo aspectos sobre autenticidade e integridade¹⁸.

O Dossiê Brasília é um documento contendo uma tabela com cinco itens que devem ser preenchidos, são eles: localização exata; dados jurídicos; identificação; estado de preservação ou de conservação; e justificativa da inscrição na Lista do Patrimônio Mundial (Tabela 6). Dentro de cada item há subitens a serem respondidos. Iniciando pelo primeiro item, a localização exata, os subitens são: País; Estado, município ou região; denominação do bem; e localização exata nos mapas com indicação das coordenadas geográficas¹⁹. Esse subitem mostra-se objetivo com respostas diretas apenas apresentando o bem.

¹⁶ UNESCO. **Liste du patrimoine mondial – Formulaire de proposition d’inscription.** Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Arq. Superintendência do IPHAN no RJ.

¹⁷ UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição.** Convenção referente à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20BRASILIA_pt.pdf> Acesso em: 24 jun. 2018.

¹⁸ Brasília é inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO sob os critérios I e IV, que são respectivamente: representar uma obra-prima do gênio criativo humano; e ser um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou de paisagem, que ilustre significativos estágios da história humana.

¹⁹ UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição.**

FORMULÁRIO	
1. Localização exata	<ul style="list-style-type: none"> a) País b) Estado, município ou região c) Denominação do bem d) Localização exata nos mapas com indicação das coordenadas geográficas
2. Dados jurídicos	<ul style="list-style-type: none"> a) Proprietário b) Status jurídico c) Administração responsável
3. Identificação	<ul style="list-style-type: none"> a) Descrição e inventário b) Mapas e/ou plantas c) Documentação fotográfica e/ou cinematográfica d) Histórico e) Bibliografia
4. Estado de preservação ou de conservação	<ul style="list-style-type: none"> a) Diagnóstico b) Agente responsável pela preservação ou pela conservação c) Histórico da preservação ou da conservação d) Meios de preservação e de conservação e) Planos de gestão
5. Justificativa da inscrição na Lista do Patrimônio Mundial	<ul style="list-style-type: none"> a) Bem cultural b) Bem natural

Tabela 6 - Demonstrativo do formulário de inscrição de bens na UNESCO. Fonte: da autora com base no documento UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição.** Convenção referente à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20BRASILIA_pt.pdf> Acesso em: 24 jun. 2018.

Chama a atenção, no entanto, o subitem denominação do bem, no qual se optou pelo título de “Conjunto representativo do patrimônio histórico, cultural, natural e urbano de Brasília”. Na edição da legislação de salvaguarda da capital, o bem foi denominado “Conjunto urbanístico de Brasília”, como consta na Portaria nº 314, de 1992²⁰. A denominação leva a uma comparação entre o que o GT-Brasília propôs no dossiê de candidatura da cidade, contemplando a história da capital e sua cultura, através das preexistências do território, o meio urbano (Figura 47) e também a paisagem natural; e o momento da transposição do dossiê para o Decreto nº 10.829, de 1987. Nesse decreto apenas o Plano Piloto de Brasília foi contemplado, retirando do âmbito da preservação os demais componentes pretendidos pelo Grupo de Trabalho e que constavam no Dossiê Brasília. Pode-se associar essa seleção a partir do que se considerava proeminente, o Plano Piloto, principalmente ao separá-lo do entorno. Entende-se, com isso, que são objetos diferentes e que receberiam tratamentos diferentes. Como o GT tentou abarcar tudo em um único anteprojeto não seria

²⁰ BRASIL. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. **Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992.**

possível dar atenção aos detalhes. Isso não significa que não houvesse material para a proposição de instrumentos para o entorno. Buscou-se demonstrar isso no capítulo 3.

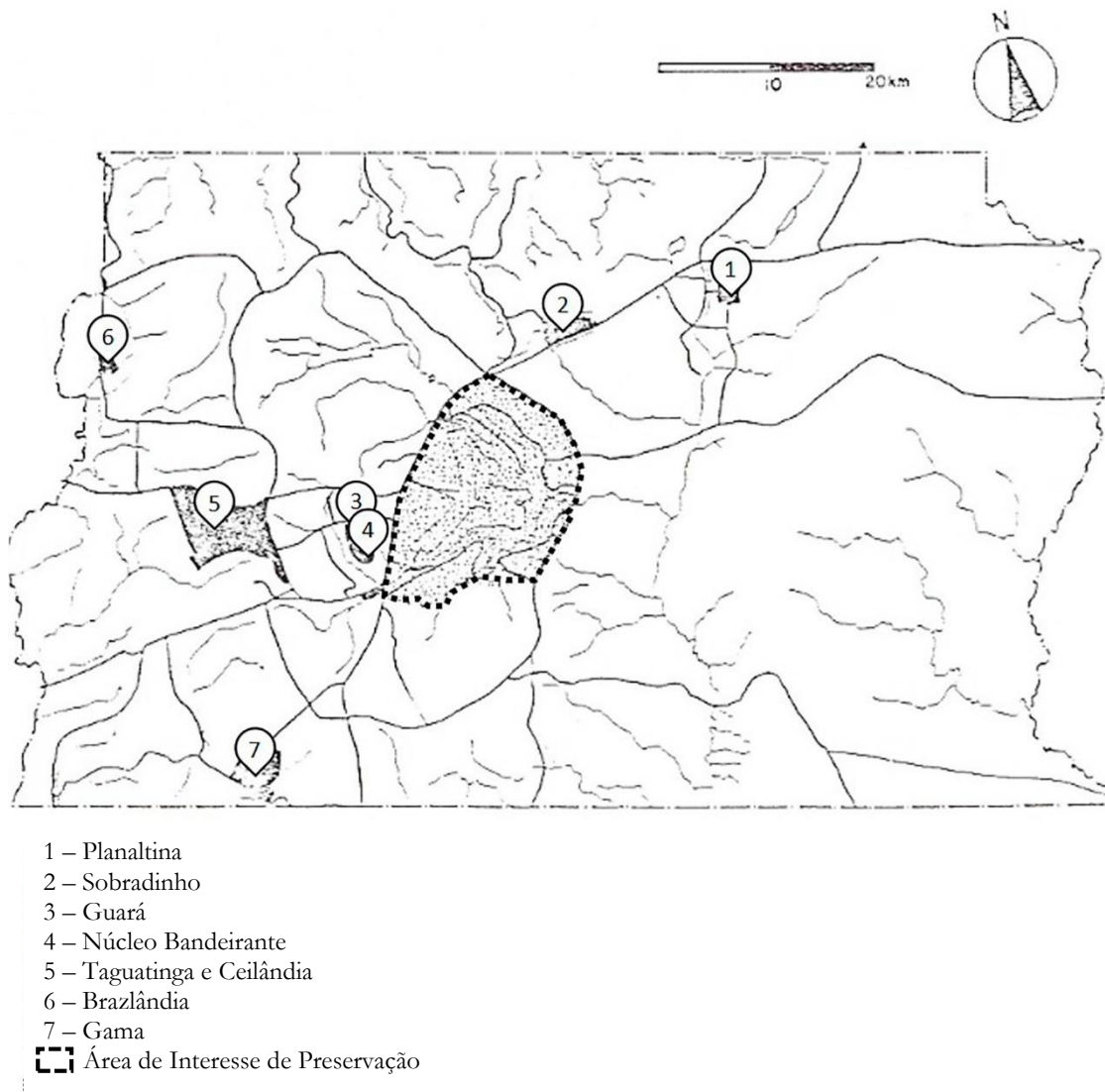


Figura 47 – Identificação da situação geográfica do Distrito Federal.

Fonte: IPHAN. **Conjunto representativo do Patrimônio histórico, cultural, natural e urbano – Dossiê ao Comitê do Patrimônio Mundial**. UNESCO. Partes 1 e 2.

Arq. Superintendência do IPHAN no RJ, folha 0021 (com alterações da autora).

O segundo item do dossiê corresponde aos dados jurídicos, identificados em três subitens: proprietário; *status* jurídico; e administração responsável. O terceiro item representa a identificação do bem, constando: descrição e inventário (a); documentação fotográfica e/ou cinematográfica (b); histórico (c); e bibliografia (d). O subitem descrição e inventário apresenta o que seria preservado:

O conjunto do Patrimônio Histórico, Natural, Cultural e Urbano de Brasília compreende o espaço projetado para se tornar a nova capital do Brasil, assim como os elementos testemunhos de cada uma das etapas da história do processo de ocupação do território do Distrito Federal e da construção da cidade:

- o vernacular, representado pelos antigos povoados e fazendas, que se encontravam no interior do quadrilátero do atual Distrito Federal;
- os acampamentos, as vilas operárias edificadas nas proximidades dos canteiros de obras da construção de Brasília;
- os elementos-testemunhos da paisagem²¹.

O dossiê, portanto, identifica três elementos, além do Plano Piloto, que seriam objeto da preservação. Cada um desses espaços recebeu no dossiê uma abordagem específica. Brasília, entendida como o Plano Piloto e suas imediações, foi dividida em três áreas (Figura 48), a AIEsp (Área de Interesse Especial de Preservação), a AAm (Área de Amortecimento) e AIP (Área de Interesse de Preservação)²². Essa organização explicitada no documento se refere ao modo como o GT-Brasília pretendia preservar a capital, segundo níveis de preservação, “desde um controle maior na Área de Interesse Especial até medidas mais flexíveis na Área de Interesse de Preservação”²³. Também foram alvos da proteção o vernacular, representado pelas antigas fazendas e núcleos urbanos, os acampamentos operários e os sítios naturais.

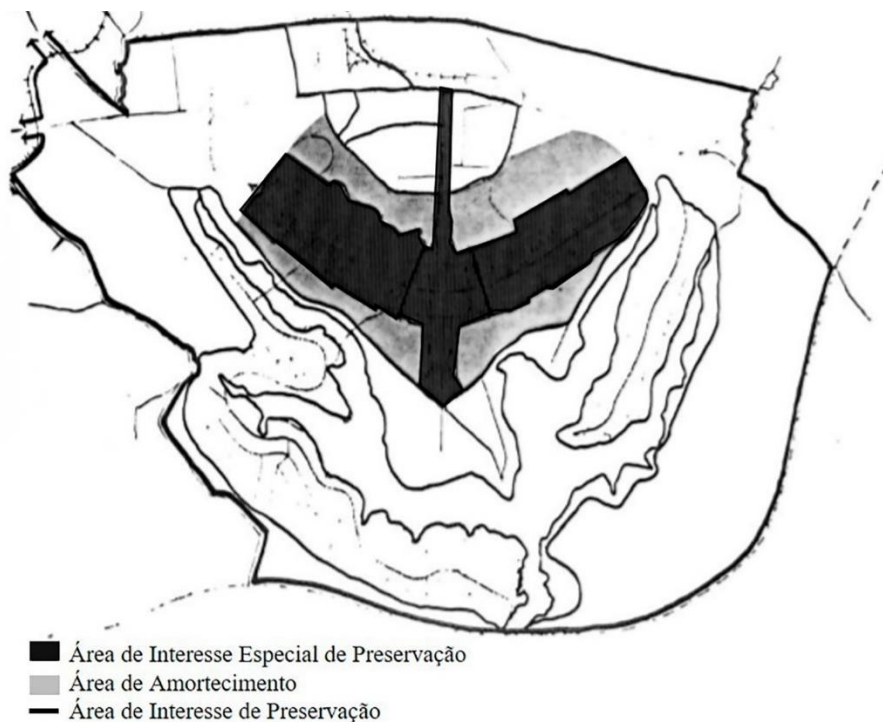


Figura 48 – Níveis de proteção para Brasília.

Fonte: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 69.

²¹ UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição**. (s/p).

²² UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição**. (s/p).

²³ IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. p. 66.

A abordagem pretendida para Brasília consta no dossiê correspondendo a essas três áreas, que se direcionava para uma organização colocando o Plano Piloto (AIEsp) como “o principal objeto de proteção no conjunto urbano”. A Área de Amortecimento pode ser entendida como uma zona de transição entre a AIEsp e a AIP, “cuja função é preservar o Plano Piloto, de modo a conservar as características fundamentais do desenho original”. A Área de Interesse de Preservação guardaria uma porção mais periférica do conjunto, incluindo ainda “elementos testemunhos das representações da etapa inicial de Brasília”, correspondendo a obras de arquitetura e arte moderna da primeira metade da década de 1960²⁴. Nesse último caso, há a pretensão por parte do GT-Brasília de não dissociar a arquitetura do ambiente urbano. A identificação do conceito de preservação de espaços urbanos exposta no documento *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*, faz referência à “equivalência entre aspectos físico-espaciais e espaço arquitetônico para mais precisamente definir o campo de atuação, caracterizando-o, portanto, como espaço físico, construído por agentes sociais através da modificação do meio ambiente natural”²⁵.

O vernacular é abordado no Dossiê Brasília a partir de três elementos: o Centro Histórico de Planaltina, o Centro Histórico de Brazlândia e as antigas fazendas existentes no território do DF. Esses espaços foram selecionados por remeter a “uma época anterior à construção de Brasília”²⁶ e fazer parte da história da cidade. No capítulo 3 discutiu-se como o GT-Brasília tratou esses espaços considerando-os parte de um mapeamento do território do Distrito Federal. Nesse capítulo discutiu-se também o papel dos acampamentos pioneiros ou operários imediatamente anteriores à construção de Brasília. No dossiê essas localidades foram contempladas no terceiro item novamente associadas à história da cidade, como “exemplos de grande valor de uma arquitetura moderna aplicada a outro material, a madeira”²⁷. São representantes tanto do meio urbano, a exemplo da Vila Planalto, quanto da arquitetura, com o HJKO (Hospital Juscelino Kubistchek de Oliveira).

O último item parte da descrição e inventário (a) são os sítios naturais identificados como “sítios integrados ou suplementares às três zonas de proteção”²⁸. O objetivo da inclusão dessas áreas no mapeamento do DF seria o de “criar um sistema de áreas naturais preservadas”²⁹. Abordada no segundo capítulo, a paisagem natural ganha destaque no trabalho do GT-Brasília, pelo entendimento de que a preservação da capital deveria ser integrada a partir de diferentes aspectos

²⁴ UNESCO. *Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição*. (s/p).

²⁵ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos até novembro de 1983*. p. 14.

²⁶ UNESCO. *Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição*. (s/p).

²⁷ UNESCO. *Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição*. (s/p).

²⁸ UNESCO. *Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição*. (s/p).

²⁹ UNESCO. *Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição*. (s/p).

que compõem o território do Distrito Federal. Nesse caso, um exemplo é a inclusão de questionamentos na Pesquisa de Imagem do Plano Piloto que versam sobre a apropriação do espaço natural pelo homem³⁰. Outro exemplo é a Caracterização Preliminar do Plano Piloto que observou na categoria sítio físico a vegetação existente nessa área urbana³¹.

Essa primeira parte da identificação correspondendo à descrição e inventário demonstra haver forte associação das pesquisas anteriores do GT-Brasília com a escrita do dossiê. A vinculação ocorre não apenas por ter sido escrito pelos seus membros, mas também pela coerência mantida nas propostas, ao justificar, por exemplo, a seleção do vernacular e dos acampamentos pioneiros como parte significativa a ser preservada. Essa argumentação foi possibilitada pelo extenso trabalho já em andamento dentro do Grupo antes da necessidade de editar a documentação para a candidatura de Brasília.

A identificação da cidade é realizada no Dossiê Brasília também a partir de alguns mapas e plantas (b); documentação fotográfica e/ou cinematográfica (c); o histórico da capital (d); e a bibliografia (e). Apenas na versão em francês esses mapas, plantas e documentação fotográfica foram encontrados. Sobre o histórico (d), sua descrição é bem sucinta, identificando três períodos na história de Brasília: “Período com início na sua concepção até a transferência da capital do Brasil”; “Período compreendido entre a decisão da transferência e das definições preliminares até a construção da nova capital” e “Período da construção/inauguração de Brasília”³². Esse histórico traz a discussão sobre o processo de transferência da capital para Brasília, uma temática que não recebeu tanta ênfase nas pesquisas do GT, atendo-se mais a questões territoriais associadas à preservação do que a medidas políticas anteriores à construção.

O quarto item do dossiê corresponde ao estado de preservação ou conservação. Apesar da comum utilização desses dois termos como sinônimos, no campo da preservação há diferenças entre eles. Na Carta de Burra:

O termo conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significância cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não na preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas³³.

No sentido que propõe a carta patrimonial há uma diferença técnica entre os termos ao identificar na conservação os cuidados para preservar a significância cultural do bem, implicando

³⁰ BICCA, Briane; KOHLSORF, Maria Elaine. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF. p. 112-121.

³¹ GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. p. 65-111.

³² UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição.** (s/p).

³³ ICOMOS. **Carta de Burra.** p. 1.

ou não a preservação, que se aproxima de um processo mais objetivo para evitar a sua degradação. Essa diferença não se manifesta muito proeminente nas pesquisas internas do GT, porém, para a escrita do dossiê, nesse item específico, há o cuidado de observar essas peculiaridades. O campo diagnóstico é preenchido da seguinte maneira:

Cada um dos elementos que compõem o conjunto representativo do patrimônio histórico, cultural, natural e urbano de Brasília apresenta diferentes estados de preservação e de conservação, pois pertencem a diferentes períodos históricos – se bem que em um mesmo período é possível encontrar diferentes estados de preservação e de conservação³⁴.

O dossiê agrupa no diagnóstico (a) do estado de preservação ou de conservação os bens da arquitetura vernacular e os acampamentos operários, considerando ambos semelhantes, nos quais se encontram “edificações desaparecidas, outras deterioradas ou descaracterizadas; embora persistam alguns elementos isolados ou conjuntos em bom estado de conservação e autenticidade arquitetônica”. Sobre os exemplares dos acampamentos operários, o dossiê atesta a sua dificuldade de preservação pela condição do seu material, a madeira³⁵. O outro grupo é representado pelos bens do patrimônio contemporâneo, julgados como estando em melhor estado, “pois estes compõem a parte mais privilegiada do patrimônio construído, onde reside a população de alta renda e que abriga os serviços mais sofisticados da capital”. Como uma forma de justificativa para a salvaguarda, o documento argumenta que “monumentos e edificações podem sofrer alterações de grande importância, de caráter irreversível, que lhes retira sua originalidade”. A paisagem natural também foi considerada para o diagnóstico ao identificar que existiam espaços preservados, porém, “boa parte do fundo constituído pela paisagem do Distrito Federal já sofreu alguma degradação irreversível, como é o caso das matas ciliares e algumas nascentes”³⁶.

No subitem diagnóstico, ainda, o trabalho do GT-Brasília é diretamente citado ao mencionar a sua proposta de salvaguarda de Brasília, que contemplaria diretrizes de preservação e sua legislação. Essa autorreferência que ocorre ao longo do dossiê pode ser vista como uma forma de embasar o seu conteúdo e também como uma valorização de um longo trabalho que já estava em andamento há cinco anos. Sandra Ribeiro conclui: “Na verdade, o dossiê foi convincente porque tinha um embasamento teórico e um trabalho de pesquisa detalhado realizados pelo GT”³⁷. Esse

³⁴ UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição.** (s/p).

³⁵ UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição.** (s/p).

³⁶ UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição.** (s/p).

³⁷ RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural.** p. 100.

embasamento que a autora menciona viria mais explícito nos anexos do dossiê com textos dos membros do GT, de Lucio Costa e de Augusto Carlos da Silva Telles³⁸.

O item 4, sobre o estado de preservação ou de conservação, conta ainda com os seguintes subitens: agente responsável pela preservação ou pela conservação (b); histórico da preservação ou da conservação (c); meios de preservação e de conservação (d); e planos de gestão (e). A responsabilidade para a proteção dos bens, o subitem “b”, seria dividida entre o DePHA (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal), a 8ª Diretoria Regional do SPHAN, a Fundação Nacional Pró-Memória, o GT-Brasília, as Administrações Regionais e a Secretaria de Viação e Obras. Dessa forma, a proteção ocorreria em âmbito federal e local partindo da articulação entre os diferentes agentes.

O histórico de preservação ou de conservação (c) destacou o trabalho do GT associado à “tarefa de ampliar sua área de ação no sentido de buscar os meios de proteger o acervo por meio de uma abordagem adequada às características dinâmicas dos assentamentos humanos no Distrito Federal”. Essa informação é relevante ao reconhecer que o Plano Piloto já possuía o “papel de testemunho histórico de seu tempo”³⁹. As pesquisas do Grupo de Trabalho são referenciadas mais uma vez como um suporte para que a capital fosse preservada considerando as preexistências e o meio natural, e não somente o Plano Piloto. Esse suporte também pôde ser confirmado na menção ao “Termo de Cooperação Mútua para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Brasília”⁴⁰.

O subitem meios de preservação ou de conservação (d) apresenta quatro medidas que já estavam em andamento: a legislação destinada ao Plano Piloto com previsão de aprovação para 1987, que viria a se consubstanciar no anteprojeto de lei proposto pelo Grupo e preterido pelo Decreto nº 10.829; para os assentamentos vernaculares, leis de uso e ocupação do solo eram estudadas; assim como para os acampamentos operários; voltada à paisagem natural havia a pretensão da regulamentação de áreas ecológicas. Vê-se que toda a etapa prática de proposição de instrumentos jurídicos de preservação ainda estava em andamento. Como consequência disso, o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), em maio de 1987, responderia à proposta de candidatura de Brasília:

³⁸ Augusto Carlos da Silva Telles participou do GT-Brasília durante um período. Como secretário do SPHAN no Rio de Janeiro foi o responsável pela entrega do Dossiê Brasília na UNESCO, situação apresentada nesta dissertação no capítulo 1.

³⁹ UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição.** (s/p).

⁴⁰ Protocolo de Cooperação Mútua que entre si celebram o Distrito Federal, o Ministério da Cultura e a Universidade de Brasília, com o intuito de promover a sua participação conjunta na preservação do patrimônio histórico, cultural e natural do Distrito Federal em 12 de dezembro de 1985.

O Icomos, ao mesmo tempo que expressa um parecer favorável à inscrição de Brasília na lista do Patrimônio Mundial, estima que essa inscrição deva ser adiada até que medidas mínimas de proteção garantam a salvaguarda da criação urbana de Costa e Niemeyer⁴¹.

Essas medidas de proteção seriam materializadas no Decreto nº 10.829, de 1987, o primeiro instrumento a preservar Brasília de maneira mais eficaz. E foi com base nesse decreto que a UNESCO reconheceu a cidade como Patrimônio Cultural da Humanidade e não na legislação proposta pelo GT, à qual o Dossiê Brasília faz referência. Essa escolha do decreto ocorreu em função de seu texto que fora concluído preservando o Plano Piloto, área que reconhecidamente se pretendia preservar. Também foram envolvidas questões políticas para essa decisão. Nos próximos itens deste capítulo essa discussão é contemplada.

O último subitem indicado como plano de gestão (e) identifica como aqueles agentes citados no subitem “b” sobre a responsabilidade para a salvaguarda dos bens se organizavam para a gestão de Brasília. Por conseguinte, esse referido plano reuniu “as principais atribuições dos organismos encarregados da gestão da preservação local e federal no que se refere a Brasília e à maneira como os referidos órgãos desenvolveram, nessa área, suas ações tanto técnica como financeira”⁴². O dossiê destaca como principal meta para dar prosseguimento aos trabalhos com a preservação de Brasília o seguinte:

Agora a principal meta é a conclusão da legislação específica de proteção que cobre várias áreas, desde as relativas ao meio natural, às fazendas, vilas operárias, formas de promoção e de divulgação cultural até a legislação urbana para o novo conjunto de bens de valor histórico, natural, cultural e urbano de Brasília, que deverá estar concluída em 1987⁴³.

A UNESCO tem o papel de reconhecimento daqueles bens que recebem a valorização no próprio país de origem e por isso pede como contrapartida à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial alguma medida de salvaguarda por parte do próprio país. O documento *Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília (1985)* reconhece ser necessário que “se chegue até sua institucionalização, condição ‘sine qua non’ para uma apreciação favorável do Comitê ao pedido do governo brasileiro”⁴⁴. A justificativa para a necessidade urgente de conclusão da legislação de salvaguarda de Brasília estava em atender uma das principais exigências da UNESCO para a inscrição de bens na lista do Patrimônio Mundial. Essa proposta de legislação será abordada no próximo item.

⁴¹ ICOMOS. Lista do Patrimônio Nacional nº 445. In: PERALVA, Osvaldo. **Brasília: patrimônio da humanidade: (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. p. 110.

⁴² UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição**. (s/p).

⁴³ UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição**. (s/p).

⁴⁴ GT-BRASÍLIA. **Grupo de Trabalho para preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília (1985)**. (s/p).

A última parte do dossiê demanda a justificativa da inscrição na Lista do Patrimônio Mundial e foi subdividida em bem cultural (a) e bem natural (b). A justificativa para se considerar Brasília um bem cultural se ampara na seguinte ideia:

Antes de verificar o valor universal excepcional de Brasília, é preciso inicialmente constatar seu valor mais intrínseco no contexto da História do Brasil. É preciso certificar-se que a “cidade nova” é, na realidade, uma “cidade antiga” no nosso pensamento político nacional; portanto, ela sempre foi uma “cidade histórica” bem antes de ser uma realidade concreta e urbana⁴⁵.

Esse trecho do dossiê parece ter intenção de apresentar Brasília em moldes do que esperaria a UNESCO para a seleção de bens a Patrimônio Mundial. Em meados da década de 1980, as discussões envolvendo o reconhecimento de bens contemporâneos estavam em andamento e não havia um consenso que representasse soluções adequadas, algo já discutido em parte no capítulo 4. Osvaldo Peralva⁴⁶, na descrição da reunião ordinária do Comitê do Patrimônio Mundial ocorrida no dia 7 de dezembro de 1987, aponta como elemento negativo para a discussão envolvendo bens contemporâneos a “própria inovação nos conceitos da entidade, pois até o momento somente bens culturais seculares ingressavam na lista do Patrimônio Mundial da Unesco”⁴⁷.

O texto do dossiê tenta colocar Brasília como uma “cidade antiga” ao evocar os supostos antecedentes da ideia de uma nova capital remontando ao século XIX e citando elementos como a primeira Constituição Nacional que selecionou o Centro-Oeste como a localização ideal, até o programa de governo de Juscelino Kubitschek. Como justificativa há também o apelo ao “pensamento moderno” partidário de uma cidade capital destacável não apenas pela sua arquitetura e urbanismo, também incluindo a sua dimensão artística e cultural, “respondendo à sua necessidade ardente de renovação, de abertura e ao mesmo tempo permitindo sua utilização prática, sua criatividade, sua eficácia tendendo a diminuir a tensão de nossa época”⁴⁸. O texto ainda acrescenta a ideia de ver a arquitetura moderna proposta para Brasília como expressão de uma cultura e um contexto próprios:

Constata-se que a própria existência de Brasília ultrapassa a simples aplicação dos princípios do Movimento de Arquitetura Moderna e dos CIAM, na medida em que ultrapassa as propostas ditas “universais” e fornece respostas adaptadas à sua própria cultura e ao seu próprio contexto⁴⁹.

⁴⁵ UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição.** (s/p).

⁴⁶ Osvaldo Peralva foi parte da equipe do governo de José Aparecido e assistiu à reunião do Comitê do Patrimônio Mundial na qual a UNESCO reconheceu Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade.

⁴⁷ PERALVA, Osvaldo. **Brasília: patrimônio da humanidade: (um relatório).** p. 14.

⁴⁸ UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição.** (s/p).

⁴⁹ UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição.** (s/p).

Essa justificativa igualmente seria base para propor o modelo de preservação pretendido pelo GT-Brasília. O termo preservação dinâmica, discutido no capítulo anterior, não foi diretamente citado, porém, há referências expressas a suas ideias como em: “a preservação do bem contemporâneo deve ser dinâmica, não cristalizante, aberta às mutações do tempo, mas irredutivelmente ligada à sua essência”⁵⁰. Ao longo de todo o dossiê, o termo tombamento não é citado como um dos meios de preservação pretendidos para Brasília. Além de não ser uma pretensão tomba a cidade naquele momento, não é papel da UNESCO realizar essa ação. A cidade foi tombada apenas em 1990, através do processo 1305-T-90⁵¹, que se baseia nas escalas definidas por Lucio Costa (monumental, gregária, residencial e bucólica) e não propriamente na realidade física da cidade⁵². A discussão quanto ao modo de preservação se acirrará na decisão acerca da legislação para a capital, debate presente na parte seguinte deste capítulo.

O último item preenchido no Dossiê Brasília corresponde à justificativa para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial como bem natural (b). Nesse item busca-se valorizar a “interação entre o espaço natural, o construído e a forma pela qual nele exerce sua ação”. Por outro lado, também há valores relacionados “aos seus aspectos físicos e relativos à biocenose”^{53, 54}. A ideia de contemplar o meio natural na preservação de Brasília se insere na concepção de que, tanto imersa no meio urbano quanto em áreas de preservação mais isoladas, a paisagem natural possuía características próprias que interferiam no conjunto da cidade e conseqüentemente no seu modo de preservação.

No Dossiê Brasília original, versão em francês entregue à UNESCO, constavam duas partes: a primeira continha o formulário de inscrição, mapas e textos produzidos pelos membros do GT-Brasília, os mesmos que compõem o *Relatório Síntese de 1985* traduzidos para o francês; a segunda trouxe detalhes sobre o projeto de Brasília a partir de textos e imagens de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, além da documentação fotográfica. Observando as versões em francês e em português percebe-se que há diferenças nos textos apresentados em anexo. Segundo consta em *Brasília: patrimônio da humanidade (um relatório)*:

⁵⁰ UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição.** (s/p).

⁵¹ BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. Arquivo Central do IPHAN. **Processo de tombamento nº 1305-T-90: Conjunto Urbanístico (Plano Piloto).** Brasília/Distrito Federal. Rio de Janeiro, 1990.

⁵² José Pessoa traz a questão de ver o tombamento de Brasília associado a uma ideia e não tanto à realidade construída. Ver PESSÓA, José. **Brasília e o tombamento de uma ideia.**

⁵³ O termo biocenose significa, de maneira simplificada, uma comunidade biológica.

⁵⁴ UNESCO. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição.** (s/p).

Esse 1º volume contém textos técnicos produzidos pelo GT-Brasília sobre o patrimônio cultural do DF. O 2º volume é uma coletânea de publicações de vários autores acerca da ideia de Brasília, a começar do Relatório do Plano Piloto de Lucio Costa⁵⁵.

O dossiê original, na sua versão em francês, possui esses dois volumes organizados separadamente e constam nessa versão todos os textos e imagens que são apontados no sumário, faltando apenas o anexo final (Brasília pelo governo do Distrito Federal, 1986). Porém, na versão em português os dois volumes não estão completos, pois faltam imagens e alguns textos (Tabela 7). Esses textos anexados ao documento dão suporte para a candidatura de Brasília, principalmente ao demonstrar que os estudos sobre a capital já estavam em andamento com o GT-Brasília desde 1981. Também o próprio Lucio Costa, como protagonista nessa discussão, somando-se a outros autores, deram legitimidade à proposta de preservação da capital.

⁵⁵ PERALVA, Osvaldo. **Brasília: patrimônio da humanidade (um relatório)**. p. 99.

DOSSIÊ BRASÍLIA (versão em francês)	DOSSIÊ BRASÍLIA (versão em português)
Parte 1	Não identificada
Formulaire de proposition d'inscription	Formulário da proposta de inscrição
Cartes	Apenas a indicação dos mapas (<u>sem as imagens</u>)
Brasilia comme patrimoine culturel – Maria Elaine Kohlsdorf e Márcio Vianna	Brasília como Patrimônio Cultural – Maria Elaine Kohlsdorf e Márcio Vianna
La mémoire de Brasilia – Briane Bicca e Maria Elaine Kohlsdorf	A memória de Brasília – Briane Bicca e Maria Elaine Kohlsdorf
La préservation de l'espace de Brasilia: directives pour son aire d'intérêt spécial – Briane Bicca, Márcio Vianna, Maria Elaine Kohlsdorf e Yeda Barbosa	A preservação do espaço de Brasília: diretrizes para sua área de interesse especial – Briane Bicca, Márcio Vianna, Maria Elaine Kohlsdorf e Yeda Barbosa
La préservation des espaces urbains: repère théorique pour le cas de Brasília – Maria Elaine Kohlsdorf	A preservação dos espaços urbanos: marco teórico para o caso de Brasília – Maria Elaine Kohlsdorf
Une étude pour la préservation du paysage naturel du District Federal – Eurico Salviati	Um estudo para a preservação da paisagem natural do Distrito Federal – Eurico Salviati
Documentation photographique	Apenas a indicação da documentação fotográfica (<u>sem as imagens</u>)
Références Bibliographiques	Referências bibliográficas
Parte II	Não identificada
Table des matieres	Sumário
Plan-Pilote de Lucio Costa pour Brasilia, 1957 Dessins de Oscar Niemeyer pour les batiments de Brasilia, 1957/60	Plano Piloto de Lucio Costa para Brasília, 1957 Desenhos de Oscar Niemeyer para as edificações de Brasília, 1957/60 (<u>não consta</u>)
Considerations sur le Plan-Pilote de Brasilia – Lucio Costa, architecte autur du Plan-Pilote de Brasilia	Considerações sobre o Plano Piloto de Brasília – Lucio Costa, arquiteto autor do Plano Piloto de Brasília
“Brasília 57-85” – analyse comparative du plan de 1957 et de Brasília 1985, coordonné par Lucio Costa	“Brasília 57-85” – análise comparativa do plano de 1957 e de Brasília 1985, coordenado por Lucio Costa
Documentation photographique	Documentação fotográfica (<u>não consta</u>)
Informations complementaires en vue d'une analyse urbaine de Brasilia – Silva Telles	Informações complementares visando uma análise urbana de Brasília – Silva Telles
Anexé – “Brasilia” par le government du District Federal, 1986 (<u>não consta</u>)	Anexo: Brasília pelo governo do Distrito Federal, 1986 (<u>não consta</u>)

Tabela 7 – Comparativo entre o Dossiê Brasília nas versões em francês e português.

Fonte: da autora, com base nos documentos UNESCO. **Liste du patrimoine mondial – Formulaire de proposition d'inscription.** Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Arq. Superintendência do IPHAN no RJ e IPHAN. **Conjunto representativo do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano – Dossiê ao Comitê do Patrimônio Mundial.** UNESCO. Partes 1 e 2. Arq. Superintendência do IPHAN no RJ.

5.1.1. REVISITANDO A CANDIDATURA À UNESCO

O Dossiê Brasília foi concluído em 29 de dezembro de 1986⁵⁶, sendo entregue para a UNESCO na reunião ocorrida em Paris entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 1987 através de Augusto Carlos da Silva Telles. O arquiteto, que foi um dos colaboradores do GT-Brasília e era o representante brasileiro na UNESCO, destaca na *Nota sobre o “Dossier Brasília” apresentado ao Comitê do Patrimônio Mundial – UNESCO* o resultado desse encontro com o posicionamento do ICOMOS em relação ao dossiê, principalmente quanto à solicitação da “imediata delimitação do que seja a cidade de Brasília e sua paisagem, com a finalidade de consideração pelo Comitê, até sua reunião em maio”⁵⁷. Augusto Carlos da Silva Telles também apresentou nessa nota preocupação com relação a uma possível expansão da cidade:

Que em se tratando de uma cidade em franco desenvolvimento, o crescimento nessa área delimitada como cabível de consideração como Patrimônio Mundial, deveria proceder-se com extrema cautela, a fim de manter o seu espírito original⁵⁸.

A expansão da cidade, a que se refere o arquiteto, pode ser entendida a partir de outro documento intitulado *Nota sobre o “Dossier Brasília”*, na qual se identifica esse temor do Comitê Brasileiro do ICOMOS. O documento traz como exemplos de consequências danosas: “a ocupação sem observar a manutenção de campos visuais”; um possível enfraquecimento da imagem da Área de Preservação 1 em função da reestruturação nas Áreas Tampões; também a “reestruturação de espaços na Área de Preservação 1 sem atentar a suas características fundamentais de escala”⁵⁹. Se por um lado as colocações de Augusto Carlos da Silva Telles poderiam se referir a um processo de expansão que vinha ocorrendo na cidade promovido pelo seu desenvolvimento e pelo mercado imobiliário, ele poderia também estar se referindo ao documento *Brasília Revisitada*⁶⁰, de autoria de Lucio Costa. A primeira *Nota sobre o “Dossier Brasília” apresentado ao Comitê do Patrimônio Mundial – UNESCO* destaca: “Na qualidade de membro do Comitê do Patrimônio Mundial e tendo tomado conhecimento do plano de expansão de Brasília [...]”⁶¹. Augusto Carlos da Silva Telles se refere a

⁵⁶ UNESCO. **Liste du patrimoine mondial – Formulaire de proposition d’inscription.** Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

⁵⁷ TELLES, Augusto Carlos. **Nota sobre o “Dossier Brasília” apresentado ao Comitê do Patrimônio Mundial – UNESCO.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

⁵⁸ TELLES, Augusto Carlos. **Nota sobre o “Dossier Brasília” apresentado ao Comitê do Patrimônio Mundial – UNESCO.** (s/p).

⁵⁹ TELLES, Augusto Carlos. **Nota sobre o “Dossier Brasília” em 15 de abril de 1987.** (s/p).

⁶⁰ COSTA, Lucio. *Brasília revisitada.* 1985-1987. Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana.

⁶¹ TELLES, Augusto Carlos. **Nota sobre o “Dossier Brasília” apresentado ao Comitê do Patrimônio Mundial – UNESCO.** (s/p).

um plano específico no qual ele apresenta duas iniciativas, a primeira seria uma expansão interna ao Plano Piloto e a segunda a criação de novos setores “estendendo-se ao longo da linha do horizonte”. Por afirmar ser um plano específico, uma possibilidade seria a proposta de “complementação, preservação, adensamento e expansão urbana de Brasília” de Lucio Costa⁶². Explicando suas recomendações, o próprio urbanista coloca:

Em 1987 apresentei ao secretário de obras Carlos Magalhães e ao governador José Aparecido de Oliveira um conjunto de recomendações relativas à complementação, preservação, adensamento e expansão urbana de Brasília – “Brasília Revisitada” –, documento que teve origem no trabalho “Brasília 57-85”, já referido⁶³.

Lucio Costa, a partir desse contato com o governador, tinha o objetivo não apenas de visitar a cidade após 25 anos e expor algumas considerações, mas foi chamado a participar das decisões no momento da candidatura à UNESCO. Além de receber o apoio do autor do plano da cidade para essa empreitada, *Brasília Revisitada* seria base para a escrita do Decreto nº 10.829, de 1987, constando inclusive como seu anexo, o que também ocorre na Portaria nº 314, de 1992. A respeito dessa proposta para a cidade, o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília divulga uma *Nota sobre o documento “Brasília Revisitada – complementação, preservação, adensamento e expansão urbana”*, onde alertou para a necessidade de que as propostas ali colocadas fossem “discutidas e esclarecidas, antes que se criem problemas cuja solução implique em altos custos sociais e econômicos”⁶⁴. A nota destaca “ao nível processual” a necessidade de verem debatidas com a sociedade decisões sobre a cidade. “Ao nível substantivo” sublinham-se questionamentos como o adensamento de áreas internas ao Plano Piloto, a exemplo da Bacia do Paranoá; o modo de habitar representado pelas superquadras, reproduzidas de maneira uniforme; a necessidade de colocar as cidades-satélites como parte da discussão, também incluindo políticas habitacionais; e o fator técnico que carecia de uma avaliação da infraestrutura urbana⁶⁵.

Atentos a essas discussões e considerando as impressões trazidas por Augusto Carlos da Silva Telles sobre a reunião na UNESCO, o GT-Brasília apontava no *Relatório de Atividades – Período: janeiro/maio de 1987* os seguintes encaminhamentos: “complementação sugerida pelo representante brasileiro no Comitê, Dr. Silva Telles” e “preparação de legislação de proteção para o Distrito

⁶² COSTA, Lucio. Brasília revisitada. 1985-1987. Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana.

⁶³ COSTA, Lucio. **Lucio Costa: registro de uma vivência**. p. 330.

⁶⁴ INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Nota sobre o documento “Brasília revisitada” – complementação, preservação, adensamento e expansão urbana**. Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB. p. 1.

⁶⁵ INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Nota sobre o documento “Brasília revisitada” – complementação, preservação, adensamento e expansão urbana**. p. 2-4.

Federal”⁶⁶. Paralelamente a isso, a legislação de salvaguarda já estava em andamento, como demonstra o relatório:

A legislação relativa ao Plano Piloto e entorno deverá estar concluída em final de julho, para decretação, pelo governador do Distrito Federal, prosseguindo-se na elaboração de legislação para as demais áreas do DF e a regulamentação relativa ao Plano Piloto, em atendimento aos prazos estipulados pelo Comitê do Patrimônio Mundial⁶⁷.

Em maio de 1987, após a complementação de informações realizada pelo Grupo de Trabalho, o governo brasileiro obteve a seguinte resposta:

Assim, o relatório da XI Sessão do Bureau do Comitê do Patrimônio Mundial conterà o seguinte parágrafo sobre o pedido de inscrição de Brasília: “O Bureau recomendou a inscrição desse bem com a condição de que as autoridades brasileiras adotem uma legislação específica que assegure a salvaguarda da criação urbana de Costa e Niemeyer”⁶⁸.

Nesse documento é possível ver claramente o interesse da UNESCO “na criação urbana de Costa e Niemeyer”, o que sinaliza a intenção de reconhecer apenas o Plano Piloto, como de fato aconteceu. Enquanto o GT-Brasília continuava em sua missão para a escrita do anteprojeto, paralelamente outros caminhos começavam a ser discutidos para a cidade. A solução encontrada para suprir a espera da legislação em andamento surge em um documento enviado pelo procurador-geral Humberto Gomes de Barros para o governador José Aparecido de Oliveira expondo o seguinte sobre a alegada ausência de uma legislação para a cidade:

Parece-nos, contudo, que já dispomos de tal preceito.

Com efeito, ao elaborar a Lei de Organização Administrativa do Distrito Federal (Lei nº 3.751 de 13.4.60), o saudoso mestre Santiago Dantas teve a genial inspiração de inserir no texto o Art. 38⁶⁹.

O referido artigo expressa que “Qualquer alteração do plano-piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de Lei Federal”⁷⁰. O procurador-geral justifica essa ideia afirmando que “para a boa aplicação do Art. 38, faltaria, talvez um preceito regulamentar que explicita, com

⁶⁶ GT-BRASÍLIA. **Relatório de Atividades – Período: janeiro/maio de 1987.** p. 1.

⁶⁷ INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Nota sobre o documento “Brasília revisitada” – complementação, preservação, adensamento e expansão urbana.** p. 2.

⁶⁸ Telex nº 310/DCINT, de 2 de julho de 1987. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB. (s/p).

⁶⁹ O.I. nº 169/87-GAB/PGR, de 14 de agosto de 1987. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB. (s/p).

⁷⁰ BRASIL. **Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960.**

maior precisão, o conceito encerrado na expressão ‘Plano Piloto’⁷¹. No documento na qual expressa sua proposta de legislação, Humberto Gomes de Barros cita o trabalho do GT-Brasília, ao se referir ao anteprojeto que seria enviado à UNESCO para atender a sua anterior demanda, na seguinte passagem:

Devo ainda registrar que os técnicos do SPHAN me apresentaram, no curso desta semana, substancioso “Anteprojeto de Legislação para Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano do Distrito Federal”. Nele estão contidos preciosos subsídios a serem aproveitados no estatuto que possibilitará a inscrição dos testemunhos históricos e das zonas de envolvimento do Plano Piloto⁷².

O procurador cita o anteprojeto em andamento no sentido de argumentar que seria impossível transformar “em preceitos jurídicos de boa qualidade o texto contido nas 103 folhas do ‘Anteprojeto’ elaborado pelo SPHAN”⁷³. Então, propôs ele um texto que complementaria o Art. 38 da Lei Santiago Dantas:

Art. 1º. Considera-se Plano Piloto de Brasília, para os fins do artigo 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, a descrição constante do Relatório apresentado por Lucio Costa à Comissão Julgadora do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. Parágrafo único. Integram o Plano Piloto de Brasília o Lago Paranoá e o relevo que o circunda, até o respectivo divisor de águas⁷⁴.

Segundo Thiago Perpétuo, esta seria “uma minuta de decreto bastante sucinta, que somente aos seus limites físicos parecia se importar”. Comparando essa proposta com o anteprojeto do Grupo de Trabalho, o autor ainda afirma “que, de certo, não contemplava a perspectiva ampla imaginada pelo GT-Brasília, algo que fora notado, no documento, pelo próprio Humberto Barros, mas se adiantou a questões que, mais tarde, seriam incorporadas no Decreto nº 10.829/87”⁷⁵. Concordando com Thiago Perpétuo, a diferença entre esse decreto de 1987 e o anteprojeto proposto pelo GT está na amplitude das propostas de salvaguarda. Enquanto o Grupo de Trabalho considera o Plano Piloto como parte principal de uma preservação maior, o documento de Italo Campofiorito remete ao plano piloto de Lucio Costa no seu Art. 1º do decreto:

[...] entende-se por Plano Piloto de Brasília a concepção urbana da cidade, conforme definida na planta em escala 1/20.000 e no Memorial Descritivo e respectivas ilustrações

⁷¹ BRASIL. **Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960.**

⁷² O.I. nº 169/87-GAB/PGR, de 14 de agosto de 1987. (s/p).

⁷³ O.I. nº 169/87-GAB/PGR, de 14 de agosto de 1987. (s/p).

⁷⁴ O.I. nº 169/87-GAB/PGR, de 14 de agosto de 1987. (s/p).

⁷⁵ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília.** p. 190.

que constituem o projeto de autoria do arquiteto Lucio Costa, escolhido como vencedor pelo júri internacional do concurso para a construção da nova capital do Brasil⁷⁶.

Em resposta às colocações do procurador-geral e ainda informando o encaminhamento do anteprojeto, foi enviado ao governador do Distrito Federal através de Angelo Oswaldo de Araújo Santos (secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) um ofício com a data de 31 de agosto de 1987. Esse documento atesta que no Dossiê Brasília enviado à UNESCO “a preservação de Brasília é proposta na sua totalidade, cobrindo tanto os testemunhos das diversas etapas históricas, como o patrimônio natural e documental da cidade”. Identifica também que o ICOMOS, responsável por acolher os dossiês, “reconheceu em seus pareceres o valor dessa abordagem, assinalando também a obrigatoriedade de precisa delimitação das áreas de preservação e de uma legislação de proteção específica [...]”⁷⁷. Esses trechos demonstram que a UNESCO, através do ICOMOS, estava ciente do modelo de preservação em que o GT-Brasília estava engajado em apresentar, mas também já havia deixado claro que o foco da salvaguarda deveria ser o Plano Piloto.

O ofício ainda defende a proposta de uma preservação contemplando aquilo que fora considerado como essencial na capital e critica o dispositivo sugerido pela Procuradoria:

[...] tal lei por si só não seria condição suficiente para atender os requisitos necessários à inscrição de Brasília, devido ao seu caráter genérico e abrangente, deixando, desta forma, em aberto muitos pontos essenciais para a preservação do Patrimônio de Brasília. As normas propostas neste Anteprojeto têm caráter geral, com o intuito de assegurar medidas fundamentais à proteção dos conjuntos representativos do Patrimônio de Brasília, não implicando impedimento ao seu desenvolvimento e muitas vezes resgatando propostas constantes no Relatório do Plano Piloto, ainda hoje não implementadas⁷⁸.

Ao mesmo tempo em que se vê uma posição de defesa dessa legislação do GT, há a intenção de ancorar essa proposta nos preceitos constantes no *Relatório do Plano Piloto*, buscando se resguardar talvez de possíveis críticos que consideravam apenas o Plano Piloto como o objeto a ser preservado. O documento *Brasília Revisitada* já estava publicado com a autoria de Lucio Costa, deixando bem clara a sua posição quanto ao que deveria ser protegido na cidade, o Plano Piloto, e também opinava com relação à expansão em direção às cidades-satélites.

Em meio a esse processo de reconhecimento de Brasília, como se vê, outros agentes participaram ativamente da candidatura da cidade a Patrimônio da Humanidade, além do GT-Brasília. Durante essa discussão de como deveria ser preservada a capital, principalmente na escrita de sua

⁷⁶ DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987.**

⁷⁷ OF. Nº (s/n), de 31 de agosto de 1987. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB. (s/p).

⁷⁸ OF. Nº (s/n), de 31 de agosto de 1987. (s/p).

legislação, o Grupo de Trabalho manteve o seu propósito de preservação associado a uma concepção mais ampla e dinâmica. As discussões e definições de como Brasília seria preservada, e como isso seria apresentado à UNESCO, culminaram na elaboração do Decreto nº 10.829, instrumento legislativo que foi enviado como parte da candidatura no lugar do anteprojeto de lei do GT-Brasília.

Em carta enviada para o governador José Aparecido, Briane Bicca relata quando o Grupo recebeu a notícia da aprovação do decreto:

Com enorme surpresa, 12 dias após essa reunião no Rio de Janeiro, fui chamada à sua presença, a fim de tomar conhecimento de uma outra proposta de legislação de proteção, apresentada pelo meu colega de Fundação Nacional Pró-Memória, Dr. Italo Campofiorito, com a chancela do Dr. Lucio Costa [...] ⁷⁹.

Briane Bicca nesse trecho se reporta a uma reunião no dia 11 de setembro de 1987 ocorrida na residência de Lucio Costa com a presença de Augusto Carlos da Silva Telles e Italo Campofiorito. Lucio Costa teria sido questionado quanto ao anteprojeto elaborado pelo GT e “não levantou nenhuma discordância, quando perguntado pelo Dr. Silva Telles a respeito”⁸⁰. Porém, 12 dias após essa reunião, o Grupo de Trabalho tomaria conhecimento do Decreto nº 10.829. E nessa mesma data, 23 de setembro de 1987, Italo Campofiorito, em carta ao governador José Aparecido, menciona que havia escrito o decreto “obedecendo diretrizes de Dr. Lucio” e ainda o próprio urbanista teria corrigido o texto e escrito a sua introdução intitulada “Patrimônio da Humanidade”⁸¹. Esse imbróglio envolvendo a edição de duas leis ao mesmo tempo, o anteprojeto do GT-Brasília e o decreto de Italo Campofiorito, é reportado na entrevista de Silvio Cavalcante a esta autora da seguinte maneira:

Ao mesmo tempo que o governador pediu a legislação para o GT ele pediu para o Lucio Costa também e o Lucio Costa indicou o Dr. Italo Campofiorito que sempre trabalhou com ele. O Italo fez o decreto, rapidamente ele montou o decreto que eu achei genial, ele pegou as escalas de Brasília. Na época a gente ficou muito invocado porque tinha a escala monumental, residencial, gregária e bucólica. Só que na bucólica pegava tudo que não estava nas outras escalas e dizia “está tombado e não pode acontecer mais nada”. A gente falou “congelou a cidade”, e o pensamento do GT-Brasília era um pensamento mais aberto, porque era uma cidade nova e que precisava de outras interferências, era mais aberto que o tombamento [...] ⁸².

Silvio Cavalcante menciona que Brasília seria tombada através do decreto, porém, o seu tombamento seria efetivado apenas em 1990. Entendem-se das colocações do arquiteto que o GT-

⁷⁹ Carta sem número assinada por Briane Bicca para o governador José Aparecido de Oliveira. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB. p. 2.

⁸⁰ Carta sem número assinada por Briane Bicca para o governador José Aparecido de Oliveira. p. 2.

⁸¹ Carta sem número assinada por Italo Campofiorito para o governador José Aparecido de Oliveira. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB. (s/p).

⁸² CAVALCANTE, Silvio. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 29 de janeiro de 2018.

Brasília foi pego de surpresa e não concordou de imediato com a ideia de preservar as escalas, quando, sob o olhar deste estudo, há semelhanças entre essa proposta e o conceito da preservação dinâmica, que pretendia preservar as características essenciais da cidade. Então, observando sob esse olhar, a salvaguarda das escalas não poderia significar a proteção ao essencial?

A respeito do momento decisivo para a escolha da legislação, Silvio Cavalcante ainda relata em sua entrevista ter havido uma reunião no Palácio do Buriti com a presença de Briane Bicca, representando o GT, e Italo Campofiorito:

Nessa reunião a Briane apresentou o trabalho do GT-Brasília e a legislação que eles estavam propondo, Italo Campofiorito apresentou o decreto com as escalas de Brasília e aí foi me dada a palavra. A diferença entre os dois é a seguinte, um é mais aberto, é mais dinâmico, encara a cidade com a sua dinâmica, o outro é o tombamento como se conhece, com o congelamento dos princípios da cidade [...] então foi dada a palavra ao Italo e ele falou, “o que o Silvio acabou de falar é exatamente o que eu ia dizer, ele fez a síntese, é exatamente isso o que eu estou propondo aqui, é o tombamento e é exatamente isso que o Dr. Lucio Costa quer [...]”. Bom, desse dia para a frente, o governador resolveu acatar a orientação do Dr. Lucio [...]”⁸³.

Certamente, para os objetivos políticos de José Aparecido de Oliveira seria bem mais fácil acatar as orientações de Lucio Costa para seguir com a candidatura de Brasília. O urbanista já era reconhecido internacionalmente e a edição do decreto de salvaguarda para a cidade que tivesse a sua aprovação ajudaria a endossar a candidatura, ainda mais ao se considerar que a UNESCO não havia consagrado nenhuma cidade moderna como a capital. Dessa forma, Lucio Costa reafirma o seu posicionamento ao enviar uma correspondência para o governador José Aparecido de Oliveira, na data de 4 de outubro de 1987, colocando a sua opinião contrária ao trabalho do GT-Brasília:

O que importará à UNESCO – tal como já disse alhures – é a concepção urbanística original da cidade e a sua versão arquitetônica – o “fiat lux” – e não a Brasília que possa resultar dessa ganga urbanística que aos poucos se vai aderindo a ela e a desfigurando. Assim, este reproche incide na mesma falta de visão – no mesmo erro – do grupo que produziu o trabalho destinado à UNESCO, dividido em duas partes: uma tratando com propriedade e correção da coisa a ser preservada, e a outra, de como preservá-la, só que, então se derrama e perde em minúcias que não vêm ao caso, e omite o essencial – a preservação daquilo que importa⁸⁴.

Nesse trecho, Lucio Costa enfatiza que o Plano Piloto deveria ser o objeto a ser preservado e critica o trabalho do GT-Brasília ao pretender ampliá-lo incluindo a arquitetura vernacular, os remanescentes dos acampamentos de obras e ainda a paisagem. Vê-se que naquele momento o grupo de Lucio Costa e o Grupo de Trabalho estavam em polos opostos quanto ao modo de

⁸³ CAVALCANTE, Silvio. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 29 de janeiro de 2018.

⁸⁴ Documento sem número assinado por Lucio Costa para o governador José Aparecido de Oliveira em 4 de outubro de 1987. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

preservação, porém, a oposição não se manifestava na intenção de preservar a cidade e nem estava em questão se o Plano Piloto deveria ou não ser o objeto principal. O Decreto nº 10.829 é então publicado no dia 14 de outubro de 1987. Briane Bicca, coordenadora do Grupo, expressou a decepção em não ver aproveitado um trabalho extenso que o GT vinha realizando baseado nos princípios do planejamento urbano:

Então o José Aparecido fez o decreto de proteção e aí se deu um racha muito grande, felizmente, hoje eu julgo assim. Ele chamou o Lucio Costa e o Italo Campofiorito para fazer esse decreto do DF [...] eu estive inclusive duas vezes na casa do Lucio Costa para chegar a um consenso e não houve maneira [...] eles eram completamente IPHAN e essa coisa nossa do planejamento urbano, eles tinham absoluta certeza, e estavam corretíssimos, de que não preservava nada, mas a gente naquela paixão pelo planejamento urbano achando que ia salvar o mundo com aquilo. E aí houve uma cisão muito forte, Lucio Costa já havia lançado aquele trabalho dele *Brasília 57-85*. Ali já tinha dado um problema com o Lucio Costa, mas aí esse decreto foi feito pelo Lucio Costa, e principalmente pelo Italo Campofiorito, foi para Paris, e foi aceito⁸⁵.

Apesar de trazer uma opinião atual, a arquiteta se remete àquele momento de embates, dessa forma haveria uma cisão entre os dois grupos, como parte do processo de patrimonialização de Brasília. A exposição de Briane Bicca ao ressaltar que o grupo de Lucio Costa e Italo Campofiorito “era completamente IPHAN” nos permite perceber um modelo tradicional de preservação pautado nas práticas cotidianas presentes no IPHAN. Porém, o que se reporta em críticas atuais é uma concepção inovadora, a exemplo da maneira como José Pessoa aborda em seu artigo *Brasília e o tombamento de uma ideia*:

O modelo de preservação proposto por Ítalo Campofiorito [...] é absolutamente inovador no universo do patrimônio cultural. Ao deslocar o objeto da preservação das construções que constituem o centro histórico, para os critérios que informaram estas construções a assumirem a presente forma, ele reafirma a validade das ideias urbanísticas que conceberam a cidade⁸⁶.

O reconhecimento desse caráter “inovador” para a preservação de Brasília não se manifestou com tanta veemência quando o Decreto nº 10.829 foi publicado. Thiago Perpétuo em sua dissertação destaca um “clima de guerra” contra essa legislação, principalmente manifesto pelo temor da “cristalização” da cidade⁸⁷. Além desse movimento contrário, em parte liderado pelos arquitetos manifestando opiniões em jornais, é importante observar que havia na mídia duas posições contrárias. Se por um lado havia aqueles que manifestadamente eram contrários ao decreto e reconheciam o trabalho do GT-Brasília, existiam aqueles que sequer mencionavam a existência do

⁸⁵ BICCA, Briane. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 22 de agosto de 2017.

⁸⁶ PESSÓA, José. **Brasília e o tombamento de uma ideia**.

⁸⁷ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. p. 198-199.

Grupo de Trabalho como parte do processo de patrimonialização de Brasília. A reportagem do *Jornal do Brasil* de 8 de dezembro de 1987 destaca desse modo o processo de reconhecimento de Brasília perante a UNESCO:

As gestões para tornar Brasília começaram em dezembro de 85, quando o governador José Aparecido de Oliveira submeteu o dossiê da cidade à UNESCO. Em 86 a UNESCO considerou que era necessário proteger as características da cidade [...] adotando uma legislação que permitisse a preservação da cidade, o que acabou sendo feito por José Aparecido em outubro⁸⁸.

Nesse trecho, bastante resumido, não houve qualquer menção à existência do GT. Ao contrário, aqueles declaradamente contra a legislação mencionavam o trabalho do Grupo como amparo:

Reafirmando considerar “radical” o tombamento nos moldes propostos pelo decreto, o presidente do Sindicato dos Arquitetos lamentou a iniciativa do governador. Torelli [Luís Felipe Torelli] advoga que, em lugar do tombamento “se estabeleça uma legislação urbana dinâmica”, que proteja Brasília⁸⁹.

Em outro jornal, Briane Bicca mostra seu desapontamento com relação à recusa do trabalho do GT-Brasília:

[Briane Bicca] [...] reclama com razão das lacunas: afinal, o governador José Aparecido atropelou um trabalho de seis anos (e do qual ela participou), que o SPHAN/Pró-Memória, UnB e o próprio GDF vêm fazendo em prol de uma legislação de preservação urbanística mais completa e maleável⁹⁰.

Thiago Perpétuo destaca, além dessa crítica especializada direcionada ao decreto de Italo Campofiorito, um movimento político contrário a essa mesma ação. O autor ainda acrescenta a discussão sobre uma possível saída antecipada de José Aparecido de Oliveira do cargo de governador, algo que efetivamente não ocorreu. À parte a essas críticas, a legislação que estava sendo editada pelo GT provavelmente não ficaria pronta a tempo de ser considerada para a UNESCO, que consagrou Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade na XI Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Paris entre os dias 7 e 11 de dezembro de 1987. Isso ocorreria não tanto pelo aspecto temporal, mas pelo motivo de que a legislação que seria escolhida já estava em andamento. Contrário a esse entendimento, a justificativa reportada em meios oficiais para a recusa do

⁸⁸ JORNAL DO BRASIL. **Unesco torna Brasília novo Patrimônio da Humanidade**. Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1987. p. 3.

⁸⁹ CORREIO BRAZILIENSE. **Tombamento de Brasília divide especialistas**. Brasília, 29 de novembro de 1987. p. 3.

⁹⁰ CORREIO BRAZILIENSE. **Arquitetos reprovam normas de preservação**. Brasília, 8 de novembro de 1987. p. 7.

anteprojeto do GT se pautava no tempo escasso para finalizar a legislação⁹¹. Entende-se que na verdade houve um movimento político envolvendo a escolha de qual orientação seguir, privilegiando o grupo do qual Lucio Costa fazia parte. Entre o período de aprovação do decreto e a sessão em que foi aprovada a candidatura da capital, o governador José Aparecido mobilizou a opinião internacional a favor dessa campanha. Brasília foi aprovada praticamente sem ressalvas, salvo as posições contrárias de Estados Unidos e Canadá, que acabaram vencidas⁹².

O anteprojeto do Grupo de Trabalho foi preterido, porém, ainda havia a necessidade de uma lei federal para salvaguardar a cidade. Como relata Osvaldo Peralva:

Em ofício de 14 de outubro de 1987, ao ministro do Exterior, o governador José Aparecido informou que o anteprojeto de lei de preservação, estudado para todo o DF, seria enviado ao Congresso Nacional através da Presidência da República⁹³.

Essa informação é confirmada no ofício enviado pelo GT-Brasília a Paulo Affonso Leme Machado no dia 19 de novembro de 1987, no qual se informa que: “Estamos encaminhando a versão final da legislação de preservação de Brasília, já adaptada para a forma de lei, que, no momento, é a única forma com que contamos para sua concretização”⁹⁴. Briane Bicca, nesse comunicado, aproveita para reforçar a posição contrária do Grupo em relação à legislação que já estava vigente: “A nosso ver, tais medidas foram por demais rigorosas em alguns aspectos, chegando a estabelecer índices precisos, e, em contrapartida, flexíveis demais em questões fundamentais”⁹⁵.

O GT continuou trabalhando no anteprojeto, que chegou a ser finalizado em versão preliminar, conforme se lê no *Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988*. Porém, esse anteprojeto nunca foi enviado para a aprovação no Congresso. Esse relatório foi aparentemente o último documento desenvolvido pelo Grupo de Trabalho e marca o encerramento de suas pesquisas, uma vez que “já atingiu até a presente fase seus objetivos gerais”⁹⁶. Consta nesse documento um resumo de todas as atividades do GT desde a sua formação e também os resultados e conclusões a que chegou. Por fim, o relatório destaca que:

[...] a atuação do GT-Brasília tem-se restringido àquele tipo de assessoria conceitual e produção de material conclusivo das atividades desenvolvidas sobre as várias temáticas, com o intuito de estender tal experiência a outras realidades que possam fazer uso desses produtos em benefício de seus objetos específicos de trabalho⁹⁷.

⁹¹ PERALVA, Osvaldo. **Brasília: patrimônio da humanidade (um relatório)**. p. 99.

⁹² PERALVA, Osvaldo. **Brasília: patrimônio da humanidade (um relatório)**. p. 17.

⁹³ PERALVA, Osvaldo. **Brasília: patrimônio da humanidade (um relatório)**. p. 99-100.

⁹⁴ OF. GT-BSB nº 016/87, de 19 de novembro de 1987. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

⁹⁵ OF. GT-BSB nº 016/87, de 19 de novembro de 1987.

⁹⁶ GT-BRASÍLIA. **Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988**. (s/p).

⁹⁷ GT-BRASÍLIA. **Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988**. (s/p).

A continuação dessa proposta de uma legislação para o DF com base no trabalho do GT foi a formação de uma “Comissão Técnica junto à Secretaria da Cultura, com a finalidade de elaborar o Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal”. Essa comissão foi formada a partir do Decreto nº 11.210, de 1988, contando com a consultoria de Augusto Carlos da Silva Telles e com um membro do já encerrado GT-Brasília⁹⁸. Segundo o documento *Representantes da Comissão Técnica para Elaboração do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal*, a arquiteta Yeda Barbosa era a representante do GT para as discussões do novo anteprojeto. Também se verifica nesse escrito a presença de Silvio Cavalcante, outro membro do GT, representando o DePHA⁹⁹.

Esse anteprojeto deu prosseguimento às pesquisas do GT, não apenas pelo reconhecimento de seu trabalho anterior, mas também pela presença dos antigos colaboradores. No Relatório da 12ª reunião “foi discutido o zoneamento proposto no anteprojeto elaborado pelo GT-Brasília” e também se destacou um relatório das visitas às fazendas antigas nas quais constava a presença de Márcio Vianna, outro membro do GT¹⁰⁰. Observando brevemente as discussões presentes nos relatórios e atas desse grupo, percebem-se referências às pesquisas do antigo Grupo de Trabalho, principalmente ao considerar para a preservação as preexistências do Distrito Federal, mesmo que os autores do Decreto nº 10.829 tivessem se recusado a considerar essa parte do território. Apesar de mais um esforço para elaborar uma nova legislação, o grupo formado após o encerramento do GT não obteve sucesso, assim como seu antecessor. Como resultado desse trabalho da segunda comissão para a elaboração do anteprojeto, Thiago Perpétuo destaca:

A referida comissão elaborou uma proposta consubstanciada em uma “Política de Preservação” em que se considerava a criação de órgãos na estrutura administrativa do GDF para conduzir os assuntos referentes à patrimonialização de Brasília. Estabelecia procedimentos de atuação dos agentes da administração, organizando competências, inclusive para fiscalização e aplicação de sanções, bem assim estabelecia um sistema de infrações e penalidades a quem, contra o patrimônio, cometesse algum ato nocivo, nesse sentido, parecendo incorporar algumas das estruturas e procedimentos federais de atuação¹⁰¹.

O que ocorreu em seguida foi fruto de diferentes mudanças políticas, principalmente com o ganho de autonomia para o Distrito Federal, em 1988. A partir desse ano, a cidade recebeu o

⁹⁸ DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 11.210, de 18 de agosto de 1988**. Cria a Comissão Técnica para a Elaboração do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Norma/16532/Decreto_11210_18_08_1988.html> Acesso em: 13 out. 2018.

⁹⁹ Representantes da Comissão Técnica para Elaboração do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal. Arquivo da Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

¹⁰⁰ Relatório da 12ª Reunião da Comissão Técnica para a Elaboração do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal. Arquivo da Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

¹⁰¹ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. p. 203.

novo governador Joaquim Roriz e a nova Constituição Federal criou a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Dando continuidade ao processo de reconhecimento de Brasília, dessa vez em âmbito nacional, veem-se os esforços de Italo Campofiorito, como secretário do Patrimônio, e José Aparecido de Oliveira, que ocupava o cargo de ministro da Cultura, para realizar o tombamento da capital. Essas alterações no meio político se refletiram no prosseguimento dos trabalhos para a preservação de Brasília. Através do Processo nº 1305-T-90, o Conjunto Urbanístico de Brasília foi inscrito no Livro do Tombo Histórico em 1990¹⁰². Novamente pode-se citar Thiago Perpétuo ao entrar em detalhes acerca dos acontecimentos que envolveram o tombamento de Brasília e momentos posteriores¹⁰³.

Após a conclusão do Processo nº 1305-T-90, a cidade recebeu mais uma legislação, a Portaria nº 314, de 1992, um instrumento federal que traz em sua descrição a mesma poligonal de preservação já delimitada no Decreto nº 10.829, de 1987, assim descrita:

§ 2º - A área abrangida pelo tombamento é delimitada a leste pela orla do Lago Paranoá, a oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA, ao sul pelo Córrego Vicente Pires e ao norte pelo Córrego Bananal.

Artigo 2º - A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica¹⁰⁴.

A poligonal de tombamento descrita na portaria refere-se ao Conjunto Urbano de Brasília, explicitado no § 1º dessa forma:

A realidade física territorial correspondente ao bem tombado a que se refere o *caput* deste artigo é compreendida como o conjunto urbano construído em decorrência do Plano Piloto vencedor do concurso nacional para a nova capital do Brasil, de autoria do arquiteto Lucio Costa¹⁰⁵.

Esse trecho difere do decreto no que seria reconhecido como o objeto da preservação, mesmo apresentando a mesma poligonal. Apesar das duas normas trazerem similaridades, a Portaria tenta solucionar a questão de qual seria o significado de Plano Piloto e o significado de Brasília, assim ela identifica um terceiro termo, o Conjunto Urbanístico de Brasília. Thiago Perpétuo tece

¹⁰² BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. Arquivo Central do IPHAN. **Processo de tombamento nº 1305-T-90: Conjunto Urbanístico (Plano Piloto)**. Brasília/Distrito Federal. Rio de Janeiro, 1990. p. 46.

¹⁰³ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**.

¹⁰⁴ BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992**.

¹⁰⁵ BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992**.

uma crítica a esse debate, mencionando que “ao apagar a dicotomia entre Plano Piloto e Brasília, depreendo que a portaria reforça o apagamento das diversas realidades urbanas contidas nessa imensa poligonal, tida como bem tombado”¹⁰⁶. O autor se refere à Candangolândia, à Octogonal e ao Cruzeiro. Essa é uma das discussões que daria origem ao mais recente instrumento de preservação de Brasília, a Portaria nº 166, de 2016. Como abordado no capítulo 4, essa portaria preenche lacunas deixadas pelas leis anteriores, principalmente ao introduzir critérios específicos para áreas diferentes. O GT-Brasília também enfrentou essa mesma dificuldade ao contemplar áreas distintas sob um mesmo critério, de maneira similar ao Decreto nº 10.829 e à Portaria nº 314, algo que será visto no último item.

5.2. O ANTEPROJETO DE LEI DO GT-BRASÍLIA

A importância do anteprojeto de lei do GT-Brasília está associada aos princípios preservacionistas contidos nesse projeto, principalmente ao se perceber uma coerência entre as pesquisas realizadas desde 1981, no início dos trabalhos, até chegar à transposição para uma linguagem jurídica. O Decreto nº 10.829 será cotejado aqui com o referido anteprojeto com a intenção de expor algumas semelhanças e diferenças. Para essa análise nos amparamos em dois documentos: o primeiro, encontrado nos arquivos do IPHAN, conta com um conteúdo maior, porém, aparenta ser ainda uma versão preliminar pela ausência da numeração dos artigos¹⁰⁷. O segundo documento está anexado em *Brasília: patrimônio da humanidade (um relatório)*, de Osvaldo Peralva e, apesar de constar uma organização em termos legislativos, com a identificação dos artigos e separação em seções, aparenta ter o seu conteúdo reduzido¹⁰⁸.

O Anteprojeto de Legislação para Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano do Distrito Federal é organizado a partir de seis títulos, no que se entende ser a versão ampliada¹⁰⁹, e três títulos na versão reduzida¹¹⁰. O que os diferencia é a retirada de conteúdo referente ao patrimônio natural e ao patrimônio documental. Como apresentado no item anterior, a

¹⁰⁶ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. p. 237.

¹⁰⁷ GT-BRASÍLIA. **Anteprojeto de Legislação para Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano de Brasília**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

¹⁰⁸ GT-BRASÍLIA. Exposição de motivos do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília. In: PERALVA, Osvaldo. **Brasília: patrimônio da humanidade (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. p. 175-244.

¹⁰⁹ GT-BRASÍLIA. **Anteprojeto de Legislação para Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano de Brasília**.

¹¹⁰ GT-BRASÍLIA. Exposição de motivos do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília. In: PERALVA, Osvaldo. **Brasília: patrimônio da humanidade (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. p. 175-244.

paisagem natural fora contemplada na escrita do Dossiê Brasília e, no que se pode chamar de uma primeira versão do anteprojeto, ela é abordada em detalhes, seguindo as mesmas premissas para a preservação que constam nos relatórios e textos discutidos no capítulo 2. Na segunda versão, a ausência de referências ao patrimônio natural e documental talvez se explique pela necessidade de separar a legislação em duas partes, pela sua extensão. Em documento assinado por Briane Bicca para o governador José Aparecido, a arquiteta relata uma reunião ocorrida em 11 de setembro de 1987 na residência de Lucio Costa:

[...] na qual ficou acertado que o anteprojeto de Decreto de Preservação apresentado pelo Grupo de Trabalho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília – GT-Brasília, seria subdividido em dois capítulos, para a finalidade de envio ao Comitê do Patrimônio Mundial, a primeira relativa ao Plano e a segunda aos demais bens patrimoniais do Distrito Federal, proposta essa do Dr. Silva Telles, em atendimento à única manifestação de parte do Dr. Lucio Costa e relativa à extensão do anteprojeto do GT-Brasília¹¹¹.

Esse trecho cita a organização do anteprojeto separando o Plano Piloto dos demais bens patrimoniais, não mencionando em específico os bens naturais e documentais. Porém, destaca que o anteprojeto ainda poderia sofrer alterações em virtude da opinião de Lucio Costa. Com relação à documentação, já havia sido criado em 1985, em parte pelo trabalho do GT, o arquivo público da cidade, que seria o responsável pela salvaguarda desses documentos. Também é possível que o GT-Brasília tenha optado por separar as categorias de bens a serem preservados pela extensão desse anteprojeto e constariam apenas o Plano Piloto e as preexistências, indicados como “Patrimônio Construído”. A possibilidade de divisão do anteprojeto aventada nessa carta enviada ao governador não deve ter sido efetivada, pois, como mencionado anteriormente, encontram-se duas versões desse documento e nenhuma delas separada em dois capítulos como proposto.

Apesar de interferências no conteúdo do anteprojeto, vê-se na sua exposição de motivos alguns princípios que nortearam a pesquisa do GT-Brasília, como exemplo:

Considerando que o Patrimônio cultural de Brasília tem como objeto principal o Plano Piloto do Relatório de Lucio Costa, do Concurso para a Nova Capital – 1957, estendendo-se ainda às manifestações vernáculas da Região Centro-Oeste, pré-existentes [sic] à Brasília, compreendidas pelas sedes antigas de fazendas e setores tradicionais de Brazlândia e Planaltina, aos Acampamentos Pioneiros [...] e à paisagem natural [...]¹¹².

Essa passagem introdutória cita que, para efeitos da preservação, seria considerada a paisagem natural também, o que não se verifica na segunda versão. O que há sobre o ambiente natural

¹¹¹ Carta sem número assinada por Briane Bicca para o governador José Aparecido de Oliveira. p. 1.

¹¹² GT-BRASÍLIA. **Exposição de motivos do anteprojeto de lei de preservação do patrimônio histórico, natural e urbano de Brasília.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB. (s/p).

são informações que constam dentro da preservação do sítio físico demonstrando a relação da vegetação e do relevo com o meio construído. Ainda na exposição de motivos se destaca a fundamentação desse anteprojeto a partir dos “princípios de preservação dinâmica e contemporânea, que garantem as características de sua identidade e possibilitam a adoção de novas proposições reclamadas pelo processo urbano e pela preservação da totalidade dos bens”¹¹³. Coerente com os seus objetivos de “estudar, propor e adotar medidas”¹¹⁴ para a proteção do patrimônio do DF, o GT retoma a discussão da preservação dinâmica e da identidade da cidade e propõe no seu primeiro artigo do anteprojeto o objetivo de “fixar diretrizes para o desenvolvimento do Distrito Federal”¹¹⁵.

A ausência de medidas jurídicas mais assertivas como o tombamento ou outro instrumento jurídico além de diretrizes traria imprecisões quanto a sua eficácia para as intenções do Grupo de Trabalho, como indica Paulo Affonso Leme Machado: “Ressalto que o anteprojeto, como um todo, revela um excelente acervo de intenções, principalmente, no que tange à arquitetura em todas as suas manifestações. Contudo, fica a pergunta se os meios encontrados – no documento – têm eficácia jurídica”¹¹⁶. Como se evidencia na análise técnica de Paulo Affonso Leme Machado e também no *Relatório de Atividades – Período: janeiro/maio de 1987*, o processo de edição do anteprojeto contou com o “envolvimento da Procuradoria Geral do DF na elaboração da legislação de proteção [...] juntamente com técnicos do GT-Brasília e da Consultoria Jurídica do Ministério da Cultura”. A finalidade dessa consultoria seria um “estudo detalhado do conteúdo técnico da legislação e busca de modelo formal para a mesma”¹¹⁷.

Ao final do documento *Breve análise do anteprojeto de legislação para a preservação do patrimônio histórico, cultural, natural e urbano do Distrito Federal*, considera-se: “Apreciaria, portanto, que nos casos em que se queira uma melhor proteção se utilizasse claramente o tombamento, instituto jurídico não perfeito, mas com emprego já eficaz no Brasil, conforme o decreto 25/1937”¹¹⁸. A discussão levantada por Paulo Affonso Leme Machado quanto à falta de um instrumento jurídico mais eficaz e a sugestão para se pensar o tombamento da cidade poderia levar a uma breve conclusão de que a proposta de anteprojeto elaborada pelo GT ainda não estava pronta e, além disso, foi criticada pelo

¹¹³ GT-BRASÍLIA. **Exposição de motivos do anteprojeto de lei de preservação do patrimônio histórico, natural e urbano de Brasília**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB. (s/p).

¹¹⁴ DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981**.

¹¹⁵ GT-BRASÍLIA. *Exposição de motivos do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília*. In: PERALVA, Osvaldo. **Brasília: Patrimônio da Humanidade (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. p. 175-244. p. 176-177.

¹¹⁶ MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Breve análise do anteprojeto de legislação para a preservação do patrimônio histórico, cultural, natural e urbano do Distrito Federal**. p. 3.

¹¹⁷ GT-BRASÍLIA. *Relatório de Atividades – Período: janeiro/maio de 1987*. p. 2.

¹¹⁸ MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Breve análise do anteprojeto de legislação para a preservação do patrimônio histórico, cultural, natural e urbano do Distrito Federal**. p. 3.

jurista ao apontar que o trabalho carecia de ajustes. Thiago Perpétuo reporta como desafio à proposta de preservação do Grupo de Trabalho a estruturação do modo de preservar pretendido:

Não se tratava, portanto, de apresentar, apenas e tão somente, uma proposta de preservação para um objeto de um tipo ainda não estudado: uma cidade modernista. Talvez o maior desafio fosse justamente o de estruturar um modo de preservação que não levasse em conta um instrumento que, embora sabido imperfeito, gozava de longa e ampla aplicação: o tombamento¹¹⁹.

A expectativa do Grupo de Trabalho era encontrar uma forma de preservação dinâmica. Havia o temor de um possível “congelamento” ou, por outro lado, a descaracterização da cidade, e vê-se nessa intenção, retratada nos itens constantes no anteprojeto, principalmente a não proposição de parâmetros mais restritivos para as áreas que seriam preservadas. Como expressão dessa intenção pode-se citar um trecho do anteprojeto: Considerando que o processo de crescimento pelo qual Brasília vem passando sujeita-a a crescentes pressões, capazes de desfigurar as características fundamentais que lhe conferem identidade ímpar¹²⁰. Nesse trecho, que é parte da exposição de motivos, existe a intenção da preservação associada às características consideradas essenciais da capital. Do ponto de vista da legislação para a gestão da cidade, tal como observou Paulo Affonso Leme Machado, considerou-se que critérios mais precisos seriam necessários. Mesmo com as críticas ao anteprojeto, percebem-se semelhanças entre o que foi proposto pelo GT-Brasília e pelo Decreto nº 10.829, cujo Art. 2º dispõe: “A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica”¹²¹.

No trabalho do GT essa ideia pode ser acompanhada no item direcionado à salvaguarda da “silhueta” da cidade quando se propõe a “preservação das características fundamentais das leis de composição de seus planos verticais”¹²². Depreende-se dessa informação que a proporção a partir dos elementos de composição dessa silhueta deveriam ser objetos de proteção e não a edificação em si. A ideia de preservação da silhueta do Plano Piloto se ampara em uma discussão anterior do GT-Brasília quando no *Relatório Síntese de 1985*¹²³ na caracterização do Plano Piloto se discutiu essa categoria físico-espacial, algo já mencionado no capítulo anterior.

¹¹⁹ PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. p. 192-193.

¹²⁰ GT-BRASÍLIA. **Exposição de motivos do anteprojeto de lei de preservação do patrimônio histórico, natural e urbano de Brasília**. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB. (s/p).

¹²¹ DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987**.

¹²² GT-BRASÍLIA. **Exposição de motivos do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília**. In: PERALVA. **Brasília: Patrimônio da Humanidade (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. p. 175-244. p. 185.

¹²³ Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc.

O anteprojeto de lei proposto pelo GT tem como forte referência essa caracterização do Plano Piloto, como informa o documento *Andamento dos trabalhos em março/abril 1985*: “A presente etapa de estudos do GT-Brasília procura verificar as conclusões a que se pôde chegar com a etapa anterior de caracterização, esboçando diretrizes de preservação [...]”¹²⁴. Dessa forma, é possível afirmar que os técnicos já estavam elaborando um instrumento com as diretrizes de preservação antes de se fazer presente a necessidade de envio de uma legislação para a UNESCO. Disso se pode ver que o anteprojeto seguiu uma linha de raciocínio já em andamento desde o início dos trabalhos, o que nos permite perceber a mesma metodologia utilizada para a caracterização do Plano Piloto refletida no anteprojeto.

A estrutura do anteprojeto trata das mesmas temáticas observadas na caracterização do Plano Piloto, destacando em primeiro plano o “Patrimônio Contemporâneo de Preservação Prioritária” contemplando a AIEsp (Área de Interesse Especial de Preservação), AP1 (Área de Interesse de Preservação 1) e AP2 (Área de Interesse de Preservação 2) (Figura 49). Cada uma dessas áreas, AIEsp, AP1 e AP2 foi abordada em um capítulo e subdividido em seções. Essas seções correspondem às mesmas categorias físico-espaciais analisadas na caracterização do Plano Piloto, quais sejam: sítio físico, planta baixa, silhueta, tipologia de edificações, estrutura interna do espaço e elementos acessórios.

¹²⁴ GT-BRASÍLIA. *Andamento dos trabalhos em março/abril de 1985*. (s/p).

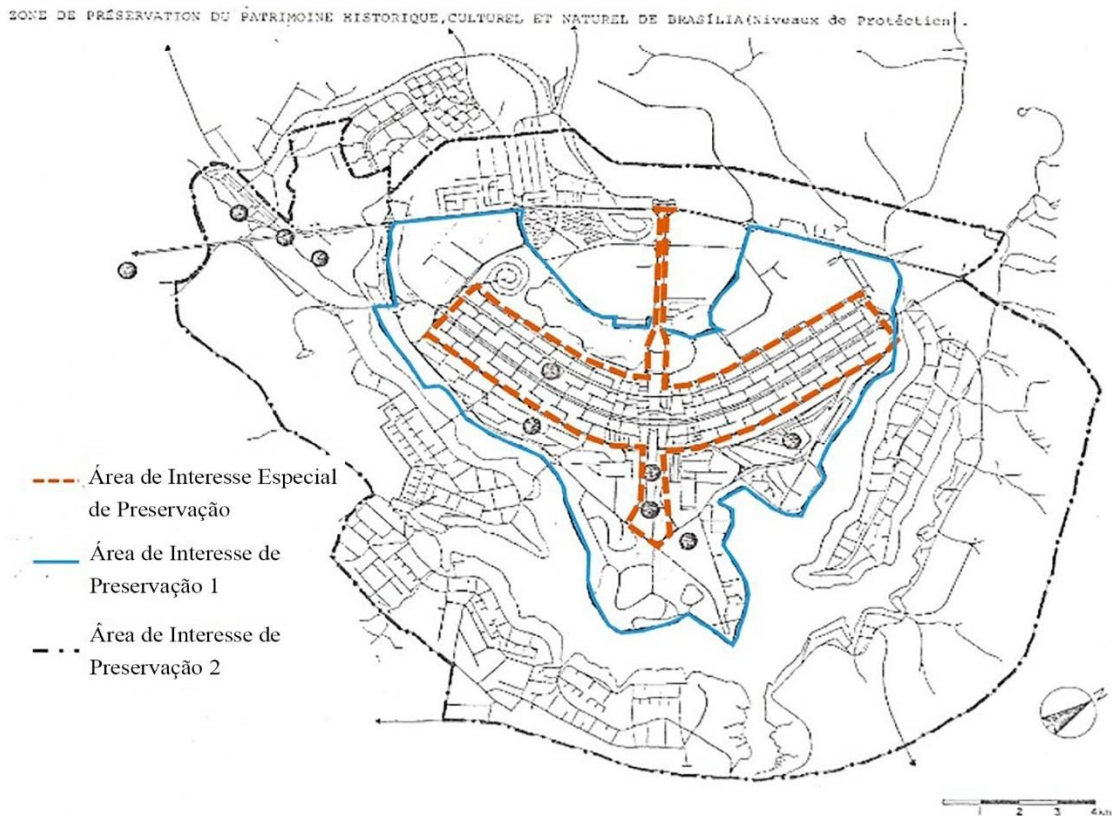


Figura 49 – Níveis de preservação para a Zona de Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Brasília. Fonte: IPHAN. **Conjunto representativo do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano – Dossiê ao Comitê do Patrimônio Mundial.** UNESCO. Partes 1 e 2. Arq. Superintendência do IPHAN no RJ, folha 0022 (com alterações da autora).

Aqui se destacam as diferenças entre as nomenclaturas e a delimitação dessas áreas na caracterização do Plano Piloto, no Dossiê Brasília e no anteprojeto de lei. Pela ordem cronológica, a caracterização do Plano Piloto foi o primeiro momento a chegar a uma delimitação no mapa da cidade do que seria preservado. Como apresentado no capítulo 4, baseado no *Relatório Síntese de 1985*, o GT identifica duas áreas: AIP (Área de Interesse de Preservação), que contém a AIESPP (Área de Interesse Especial), correspondendo ao Plano Piloto. No Dossiê Brasília há a AIEsP (Área de Interesse Especial de Preservação); imediatamente ao seu redor, a AAm (Área de Amortecimento) e, mais periférica, a AIP (Área de Interesse de Preservação). Por fim, no anteprojeto consta a mesma AIEsP e as adjacentes a ela, AP1 (Área de Interesse de Preservação 1) e AP2 (Área de Interesse de Preservação 2).

Apesar de poderem ser identificadas nomenclaturas diferentes, os mapas gerados por esses três escritos são semelhantes e podem-se apontar como iguais no caso do dossiê e do anteprojeto. O mapa apresentado no *Relatório Síntese de 1985* é mais simples, há um detalhamento maior nos outros dois posteriores. O dossiê e o anteprojeto seriam instrumentos formais para o envio à UNESCO, por isso, existia a demanda desse cuidado com os detalhes, tal qual encontramos nos

anexos do anteprojeto mapas com a descrição precisa de cada um desses perímetros. O Decreto nº 10.829 ainda identifica outro perímetro, nesse caso menor do que havia delimitado o GT-Brasília em sua proposta.

A justificativa para os limites propostos pelo GT consta no documento *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985* expondo o seguinte:

Dessa forma, os limites da AIP foram fixados de forma a conter a denominada “Área Urbana de Brasília”, acrescida, para fins de preservação, de trechos da “Área Metropolitana” [...]. Note-se que esta área ainda coincide com o perímetro obtido pelas visuais até as linhas de cumeeira em torno da AIEspP, bem como, em parte, a Bacia do Paranoá, que define a Região Administrativa 1, definitivamente, identificada então como o Plano Piloto¹²⁵.

O perímetro que consta no decreto pode ser justificado a partir do que foi exposto por Italo Campofiorito, seu autor, na Ata da 138ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, parte do *Processo nº 1305-T-90*: “em português simples, é o avião e uma área de entorno [sic] que é delimitada em cima [...] que é a estrada de indústria e abastecimento e por baixo, pela margem do lago, apenas”¹²⁶. Segundo Silvio Cavalcante, em entrevista à autora, a área teria sido delimitada sem critérios mais precisos para justificar o perímetro, como expresso nessa colocação: “[...] foi uma opção nossa, porque já era uma área gigantesca, não existe nada no mundo parecido com a área de Brasília”¹²⁷. Enquanto ao GT parecia se importar com a área central do Plano Piloto e também com as suas imediações como parte integrante da preservação, o que consta no decreto, e é referenciado por Italo Campofiorito, parece enfatizar o Plano Piloto colocando esse entorno apenas como uma área de proteção para esse objeto principal.

Thiago Perpétuo, em seu artigo *Revisitando o processo de tombamento de Brasília: uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido*, traz essa discussão de maneira mais aprofundada. O autor aponta que haveria dois modos distintos de compreender a questão do entorno, a primeira delas se entende que a proteção se daria sobre o Plano Piloto e também a área ao redor, como se depreende da exposição de Italo Campofiorito. Por outro lado, Thiago Perpétuo identifica que em outro momento o próprio Italo Campofiorito traria uma interpretação diferente ao distinguir a área preservada, o Plano Piloto, e seu entorno¹²⁸. Em comparação com a delimitação do GT-

¹²⁵ GT-BRASÍLIA. *Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985*. (s/p).

¹²⁶ BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. Arquivo Central do IPHAN. *Processo de tombamento nº 1305-T-90: Conjunto Urbanístico (Plano Piloto)*. p. 46.

¹²⁷ CAVALCANTE, Silvio. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 29 de janeiro de 2018.

¹²⁸ PERPÉTUO, Thiago. *Revisitando o processo de tombamento de Brasília: uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido*. p. 67-68.

Brasília, esse suposto entorno faria parte da preservação ao incluir em seu perímetro a “Área Urbana de Brasília” e trechos da “Área Metropolitana”. Essa discussão do termo “entorno” tem prosseguimento no artigo de Thiago Perpétuo, não sendo intenção aqui se estender nesse assunto.

Retomando o anteprojeto, o GT-Brasília teve o cuidado de organizá-lo a partir de três áreas para o Patrimônio Contemporâneo de Preservação Prioritária (AIEsP e as adjacentes a ela, AP1 e AP2). Segundo o seu grau de importância, as diretrizes de preservação apresentavam-se mais rígidas ou mais flexíveis. Ao mesmo tempo em que essa organização permite fazer uma leitura mais clara do documento, por essa separação das partes, percebe-se como pode ser difícil propor critérios de preservação para áreas diferentes. Esse é o caso da Área de Interesse de Preservação 2, composta por 19 partes “com características e identidades específicas”¹²⁹. Dentro desse perímetro se localizam áreas como os Lagos Sul e Norte, também o Núcleo Bandeirante e os remanescentes dos acampamentos pioneiros. São espaços completamente distintos quanto à sua história, sua ocupação, morfologias, características da população e outros aspectos. Isso se reflete no número de critérios impostos, sendo ao mesmo tempo escassos e imprecisos. Thiago Perpétuo ainda identifica a existência de “uma boa carga de subjetividade, passíveis de variadas interpretações e utilizações, tanto pelos gestores do espaço como pelos cidadãos”¹³⁰. Um exemplo disso ocorre na categoria Planta Baixa:

Art. 23º – As medidas de preservação quanto à planta baixa a serem observadas na Área de Interesse de Preservação 2 – AP2 são as seguintes:

I – Preservação das características de diferenciação e contraste, fundamentais na estrutura da malha urbana da AP2;

II – Manutenção da predominância do sistema de parcelamento, adequando-o às diferentes partes componentes da AP2 e desta em relação à AIEsP¹³¹.

A partir dessa descrição sucinta, surgem questionamentos de quais seriam essas “características de diferenciação e contraste”? E qual o sistema de parcelamento predominante que ensejaria a preservação? Essas questões se apresentam pela diferença existente entre as áreas. Dessa forma, entende-se que haveria a necessidade de maior precisão para cada espaço. O procurador-geral Humberto Gomes de Barros já havia mencionando anteriormente que o anteprojeto teria um texto extenso e se chegasse a esses detalhamentos necessários não seria possível.

¹²⁹ GT-BRASÍLIA. Exposição de motivos do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília. In: PERALVA. **Brasília: Patrimônio da Humanidade (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. p. 175-244. p. 199.

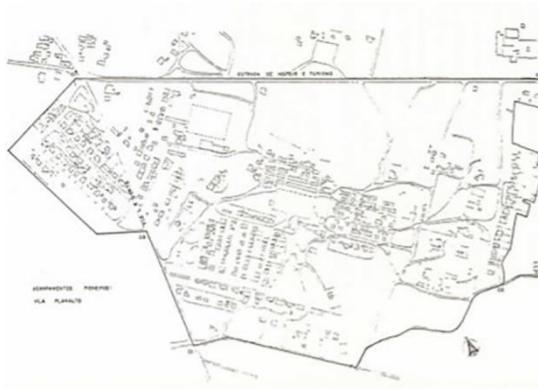
¹³⁰ PERPÉTUO, Thiago. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. p. 195.

¹³¹ GT-BRASÍLIA. Exposição de motivos do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília. In: PERALVA. **Brasília: Patrimônio da Humanidade (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. p. 175-244. p. 200.

A abordagem segundo as categorias físico-espaciais para o Plano Piloto é seguida também para o Patrimônio Característico da Fase de Construção de Brasília. Segundo consta no anteprojeto, seriam contemplados os antigos acampamentos pioneiros (Figura 50) – são eles: Vila Planalto, Conjunto do Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, Acampamento da Metropolitana, Acampamento Saturnino Brito, Acampamento do Torto e Acampamento da Velhacap, segundo a delimitação que consta anexa ao documento. Como foi abordado no capítulo 4, essas categorias de análise foram utilizadas para o Plano Piloto, porém, para o anteprojeto o GT também aplicou essa metodologia aos demais exemplares, adaptando o que fosse necessário. Do mesmo modo ocorreu com a Área de Interesse de Preservação 2, em que as diretrizes são mais gerais. Como exemplo, pode-se citar o que é proposto para a categoria Tipologia de Edificações:

Art. 32º – As características fundamentais da tipologia de edificações, quanto à volumetria, cobertura, composição de fachadas, sistemas construtivos, relação de edificações com o lote e espaço público, deverão ser preservadas, resgatadas, de acordo com o papel simbólico, social e funcional dos Acampamentos Pioneiros¹³².

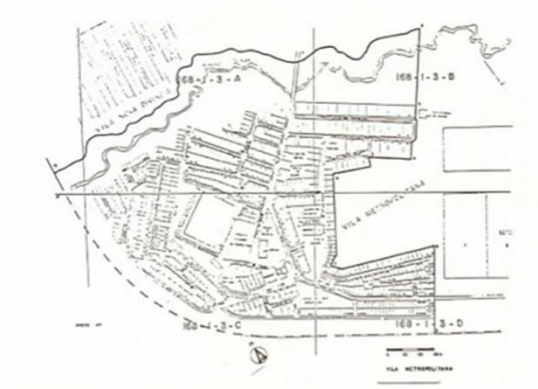
¹³² GT-BRASÍLIA. Exposição de motivos do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília. In: PERALVA. **Brasília: Patrimônio da Humanidade (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. p. 175-244. p. 204.



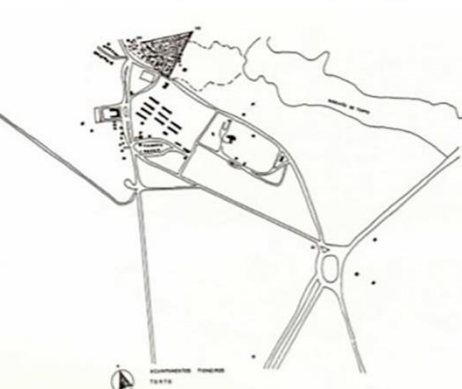
Acampamento da Vila Planalto



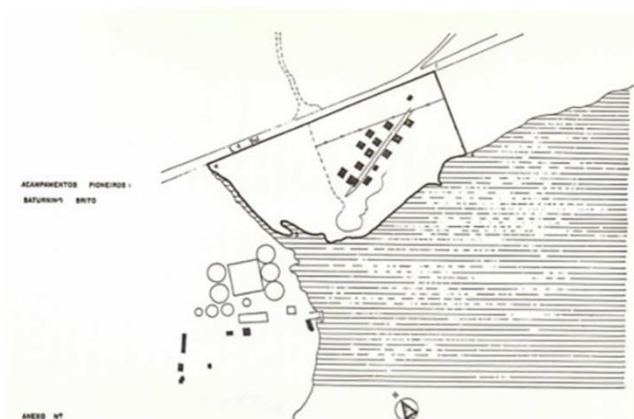
Acampamento do HJKO



Acampamento da Metropolitana



Acampamento do Torto



Acampamento Saturnino Brito

Figura 50 – Delimitação dos acampamentos pioneiros. Fonte: Anexo XI da Exposição de motivos do Anteprojeto de Lei de preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília. In: PERALVA, Osvaldo. **Brasília: Patrimônio da Humanidade (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. p. 175-244. p. 234-238.

Como se sabe, o acampamento que recebeu maior atenção foi a Vila Planalto, que inclusive teve parte da equipe do GT instalada no local e seu processo de tombamento acompanhado junto à comunidade. No caso dos demais remanescentes, de maneira geral, houve o reconhecimento desse papel simbólico, social e funcional, porém, leis específicas que os regulamentassem não foram

aplicadas. Talvez houvesse a intenção ou possibilidade de avançar nas pesquisas com os outros acampamentos posteriormente.

As diretrizes pretendidas pelo anteprojeto de lei para o Patrimônio Vernáculo Urbano são organizadas segundo disposições gerais e preservação específica. Nesse caso, como se trata “das partes antigas das cidades satélites de Brazlândia e Planaltina”, reconhecia-se não só a sua vinculação à formação histórica do Centro-Oeste, mas também a sua organização espacial em consonância com os elementos da paisagem¹³³. Apesar dos estudos realizados com essas regiões proporem discussões em separado para Planaltina e Brazlândia, no anteprojeto são colocados os mesmos critérios para ambas, não as diferenciando em suas particularidades.

O último grupo de bens abordado, além do patrimônio natural e do patrimônio documental, corresponde ao vernáculo rural. A organização desse capítulo, reconhecendo as antigas fazendas do Distrito Federal, traz primeiro uma identificação desses lugares, similar às disposições gerais abordadas no vernáculo urbano, em que se destacam “as antigas sedes de fazendas de excepcional valor histórico e cultural para a região onde se inserem”¹³⁴. As suas localizações, como discutido no capítulo 3, ocorrem principalmente em Planaltina, Brazlândia, Gama e Sobradinho, algumas das cidades-satélites mais antigas do Distrito Federal. O último item para as fazendas aborda a sua salvaguarda associada à ideia de “preservação, valorização e resgate”, tanto da paisagem rural antiga quanto da paisagem natural¹³⁵.

As disposições transitórias e finais trazem brevemente dois assuntos importantes, mas que ganharam pouco espaço nas discussões ao longo da trajetória do GT-Brasília: a educação patrimonial e o papel do turismo como partes integrantes de um processo de preservação. Com relação ao turismo, veem-se alguns exemplos na abordagem das antigas fazendas, quando se propunha a criação de “fazendas modelo”, associadas a uma possível aproximação da população com esses espaços.

No documento *Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília – VI reunião, de 22 de junho de 1981*, uma das propostas levantadas é o trabalho com crianças a partir

¹³³ GT-BRASÍLIA. Exposição de motivos do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília. In: PERALVA. **Brasília: Patrimônio da Humanidade (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. p. 175-244. p. 205-208.

¹³⁴ GT-BRASÍLIA. Exposição de motivos do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília. In: PERALVA. **Brasília: Patrimônio da Humanidade (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. p. 175-244. p. 209.

¹³⁵ GT-BRASÍLIA. Exposição de motivos do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília. In: PERALVA. **Brasília: Patrimônio da Humanidade (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. p. 175-244. p. 210.

da articulação com o Programa de Comunicação da Pró-Memória¹³⁶. E o *Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988* informa sobre alguns trabalhos que teriam sido desenvolvidos:

Nessa linha foram desenvolvidos, primeiramente, junto à Fundação Educacional do Distrito Federal, estudos para inclusão no currículo escolar de matérias concernentes à preservação patrimonial conforme a abordagem de cada disciplina já existente e não no sentido de incorporar nova disciplina ao currículo¹³⁷.

Apesar de esse documento identificar que essa ação teria sido realizada, não foram encontrados registros nas atas e outros relatórios consultados. Sabe-se que o GT-Brasília buscou ao longo de sua trajetória abarcar a uma grande variedade de temas, realizando um longo trabalho de material documental coletado. Relembra-se que muitos de seus membros eram professores da Universidade de Brasília, por isso não se descarta que essas ações possam de fato ter ocorrido, a partir da introdução de discussões mais aprofundadas sobre a educação patrimonial.

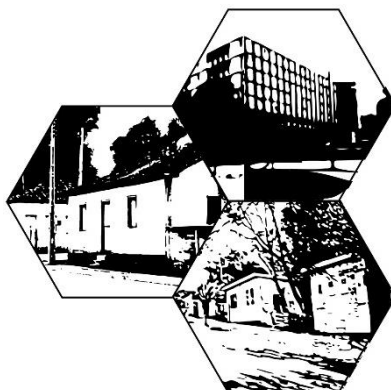
Esse anteprojeto produzido pelo GT na década de 1980, apesar de não concluído, demonstra a coerência de seu trabalho. Mesmo com pressões externas para a consagração apenas do Plano Piloto como patrimônio, os técnicos responsáveis pelas pesquisas optaram por manter o texto do anteprojeto contemplando as preexistências do território do Distrito Federal. A estratégia do GT em manter a sua proposta mesmo sob críticas, inclusive do próprio criador da cidade, demonstra uma certeza de que, para seus membros, preservar Brasília significava resgatar a sua história através de suas origens. Além disso, apesar de uma primeira recusa ao anteprojeto quando o Decreto nº 10.829 foi publicado, havia a promessa de que o processo de edição de normas teria prosseguimento, portanto, não haveria motivos para desistir de algo pelo qual eles vinham trabalhando há anos.

Apesar dessa situação de escolhas de um grupo em detrimento do outro, não se identificou como uma visão de vencedores ou vencidos, mas antes uma decisão política que interferiu no andamento dos trabalhos do GT. Em uma primeira leitura do processo de patrimonialização pode parecer clara uma oposição entre o GT-Brasília e o grupo de Lucio Costa e Italo Campofiorito, porém, veem-se semelhanças entre as visões de ambos, e de certa forma o Decreto nº 10.829 trouxe elementos que dialogavam com a preservação dinâmica pretendida pelo GT, como a questão das escalas, por exemplo. Também se percebe que o trabalho do Grupo, mesmo não tendo concluído

¹³⁶ GT-BRASÍLIA. *Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília – VI reunião, de 22 de junho de 1981.*

¹³⁷ GT-BRASÍLIA. *Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988.*

o seu anteprojeto, se sustenta por si só e poderia ter desenvolvimentos posteriores ao manter o foco no Plano Piloto.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de ver a preservação de Brasília associada a um conjunto de processos que culminou com a sua consagração como Patrimônio Cultural da Humanidade, e seu posterior tombamento, perfazem a tônica das discussões envolvendo a capital. Não há dúvidas de que há distintas possibilidades de se observar o seu processo de patrimonialização, porém, nesta dissertação, optou-se por selecionar uma trajetória específica, a do GT-Brasília.

A complexidade de estudar o GT esteve presente não só nas discussões conceituais ou por abarcar um território e um período temporal vastos, se manifestou também na busca de materiais. Trabalhou-se com grande volume de documentação primária, que, juntamente com a bibliografia consultada, nem sempre foram suficientes para sanar algumas lacunas. Também contou-se com as

memórias dos entrevistados que dividiram suas visões de hoje com relação a uma Brasília do passado. Através desses diálogos com alguns dos membros e colaboradores do Grupo percebe-se uma abordagem cuidadosa e até saudosa com as questões envolvendo essa atuação.

A partir do reconhecimento de diferentes atores e agentes sob um mesmo acontecimento, decidiu-se mergulhar em uma discussão que percorresse o processo de patrimonialização da capital através das pesquisas do Grupo de Trabalho para a Preservação Histórica e Cultural de Brasília. Buscou-se uma discussão mais aprofundada do trabalho do GT-Brasília, considerando que a bibliografia corrente menciona o Grupo como parte desse importante processo, porém, não investiga questões essenciais de sua atuação ao longo da década de 1980. Identificou-se que o GT é abordado normalmente como parte do processo, porém, sua atuação específica recebe pouco destaque, o que também ocorre com relação às discussões sobre o seu funcionamento, a sua metodologia de trabalho e conceitos empregados para as pesquisas em Brasília.

O Grupo de Trabalho foi entendido aqui não como um grupo homogêneo que teve uma trajetória linear fixando como meta a preservação de Brasília sob algum instituto jurídico. O seu objetivo de “estudar, propor e adotar medidas que visem à preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília”¹ dá a entender a amplitude de suas ações que percorreram quase uma década de trabalho (1981 a 1988), não só por considerar o território do Distrito Federal em suas análises, mas também pelo leque de temas abordados. A partir dessa percepção, a discussão se amparou nas temáticas propostas pelo Grupo. Não foi o objetivo desta dissertação criar uma organização cronológica, mesmo que em determinados momentos isso tenha se revelado importante como forma de compreender sua trajetória, mas a intenção foi antes analisar suas ações e propostas.

A necessidade de apresentar o objeto de estudo desde a sua formação foi o ponto de partida no capítulo 1. Para isso, foi inevitável retornar aos antecedentes do GT-Brasília de modo a perceber como um momento anterior, principalmente na década de 1970, pôde dar origem à forma de pensar do GT. Essa década foi abordada com a intenção de problematizar as discussões no campo patrimonial, tanto no âmbito nacional quanto internacional, sobretudo com relação à arquitetura moderna e seus aspectos que a diferem de outros movimentos anteriores. Paralelamente a isso, destacou-se a Brasília existente na década de 1970, indicando como esse contexto, que incluiu uma cidade em plena expansão e ao mesmo tempo imersa em uma ditadura, fez parte do momento em que trabalhou o GT-Brasília. Por isso, nossa análise se pautou em ver um processo, mais do que apontar acontecimentos pontuais que seriam refletidos no trabalho do Grupo, principalmente ao reconhecer que naquele período seus membros eram jovens arquitetos ou já atuavam no campo da preservação e dialogaram com ideias que circulavam naquele período.

¹ GT-BRASÍLIA. **Relatório Preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – Dezembro de 1981.** (s/p).

Além de observar a capital a partir de um quadro ampliado e a circulação de ideias para a sua preservação, o primeiro capítulo tratou de um agente importante não apenas para o GT-Brasília, mas também para a cultura brasileira, Aloísio Magalhães. A sua trajetória institucional foi destacada com o intuito de ver como as suas propostas serviram de base para o Grupo apresentar um modelo de preservação. Seu papel como um dos fundadores do GT, no momento em que ocupava o cargo de secretário da Secretaria de Cultura, deu suporte para que premissas e colocações do Grupo de Trabalho fossem acolhidas no meio institucional. Nesse caso, recorda-se o seu caráter tripartite, com representantes da Secretaria de Cultura/SPHAN/Pró-Memória, do GDF (Governo do Distrito Federal) e do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Essa informação foi importante ao acompanhar na análise do trabalho do GT, o que possibilitou lê-lo como um conjunto não só tripartite, mas plural em relação aos temas, pessoas, ações e propostas.

A partir dessa formação complexa foram estudadas sua estruturação interna e também suas matrizes teóricas e suas experiências. Buscou-se acompanhar atas e relatórios de reuniões com a intenção de obter informações que subsidiassem a análise de como se estruturou o GT-Brasília. A noção de sua estrutura trouxe a perspectiva de um grupo heterogêneo, no sentido de observar seus membros com diferentes profissões, origens e divergências de pensamento. Essa composição pode ser associada a um conjunto diversificado, mas que permitiu observá-lo a partir de uma dinâmica própria que foi se transformando ao longo dessa trajetória. Da impossibilidade de criar um rol definitivo de membros, pareceu mais profícuo destacar temáticas e abordagens trazidas por alguns deles, ou seus colaboradores.

O segundo capítulo buscou ver como o GT-Brasília deteve-se com mais ênfase nas questões patrimoniais, apesar desse assunto permear toda a dissertação. Objetivou-se com isso observar os paralelismos e dissonâncias com as noções preservacionistas presentes à época. Nesse debate entraram em questão a forma como o Grupo, através da experiência de seus membros, percebia a cidade e também como uma temática comum associada ao temor de sua descaracterização deram o tom das primeiras discussões. Dessas leituras de Brasília se verificou a construção de argumentos do GT baseados em uma proposta preservacionista amparada em princípios do planejamento urbano. Isso significou entender esse trabalho como um conjunto de experiências que teve como ponto de partida estudar a preservação de Brasília sob a lógica de observar o território do Distrito Federal a partir de diferentes temáticas.

Ainda no segundo capítulo destacaram-se duas frentes de trabalho dentro do GT-Brasília, a primeira delas correspondeu à aproximação com a população a partir de uma pesquisa de imagem sobre o Plano Piloto de Brasília. Essa pesquisa teve sua importância reconhecida pela bibliografia ao registrar pioneiramente a opinião dos habitantes do Distrito Federal. Essa experiência, realizada

em meados da década de 1980, trouxe para a pesquisa do Grupo de Trabalho a opinião da comunidade, além do amparo técnico que já se tinha. Apesar dessa proposição não ser isenta de críticas, pode-se vê-la como um modo de confirmar o caminho adotado pelo GT para sugerir diretrizes de preservação para a cidade.

A paisagem do DF foi a segunda frente de trabalho observada naquele capítulo. A pesquisa do GT envolveu uma análise da interface entre o ambiente construído e o ambiente natural, sendo observados a partir do conceito de paisagem com referências ao meio ambiente e também à questão cultural. Percebe-se nessa proposta não apenas o desejo de preservar o cerrado, mas também a sua relação com o ser humano, o que nos levou a uma breve aproximação com o conceito atual de paisagem cultural. Dessa análise identificou-se ainda a possibilidade de discussões pormenorizadas sobre o tema, principalmente ao observar que a relação entre o meio ambiente e a preservação está na agenda de discussões atuais.

A aproximação do GT-Brasília com o território do Distrito Federal ocorreu a partir das pesquisas com as preexistências, debate presente no terceiro capítulo. O Grupo de Trabalho, em seu início, já identificava que para preservar a capital seria necessário mergulhar em sua história, o que implicou ver as suas origens. Apesar de parte do pensamento corrente desde a década de 1960 não identificar um passado para o espaço destinado à nova cidade, o GT lançou luz sobre um território pouco estudado marcado por antigas fazendas e núcleos urbanos que datam do século XIX. Além desses exemplares rurais e urbanos, as pesquisas se voltaram para os acampamentos de obras do período da construção de Brasília.

O GT observou esse território a partir do entendimento de que o Plano Piloto seria o objeto principal a ser preservado, porém, perceberam nas preexistências um modo de representar e testemunhar o passado. As conclusões às quais o Grupo chegou nos permitem ver um trabalho amplo, sobretudo ao observar a quantidade de conteúdo produzido em todas as frentes de pesquisas. A metodologia empregada, que ainda se construía no momento em que se observou os exemplares anteriores à Brasília, deu suporte para que posteriormente a área central da capital fosse analisada. Apesar de parte das propostas feitas para esses exemplares não ter sido considerada, a Vila Planalto, um dos antigos acampamentos de obras, teve o seu tombamento efetivado ao final das pesquisas do GT, em 1988. Esse é um exemplo onde o contato com a população e as diretrizes traçadas pelos técnicos encontrou um caminho para a sua efetivação.

A linha de abordagem seguida pelo GT orientava suas pesquisas para a preservação do Plano Piloto segundo um direcionamento voltado ao planejamento urbano. Essa discussão, presente no capítulo 4, partiu do princípio de que as diretrizes que salvaguardariam o Plano Piloto viriam após a sua caracterização. Segundo a proposta do GT, deveria existir uma separação entre

o que poderia ser considerado “essencial”, e mereceria mais atenção e critérios mais específicos, e o que poderia ser considerado “acessório”, verificando maior liberdade para a sua modificação. A metodologia aplicada se baseou no estudo da morfologia urbana, funcionando como um balizador para definir as categorias físico-espaciais utilizadas para a análise.

Nesse quarto capítulo, ainda, buscou-se identificar como a caracterização do Plano Piloto beneficiou-se das pesquisas realizadas anteriormente, articulando-se à pesquisa de imagem e também ao início do percurso com o Distrito Federal e a paisagem. Isso permitiu observar um trabalho integrado e coerente, no sentido de ver a elaboração de uma proposta metodológica, culminando com a preservação dinâmica. Esse termo, criado pelo GT, pode ser associado ao ápice conceitual de suas pesquisas. Após o percurso de discussões e construção de suas bases, o termo tem seus aportes na ideia de preservar o que por eles seria essencial e permitir que o restante se desenvolvesse de acordo com a dinâmica própria de Brasília.

O GT-Brasília entendia que preservar a capital possuía relação com certa identidade verificada por eles como aquilo que conferia excepcionalidade à cidade. Nesse aspecto, remete-se a uma possível crítica à ausência de contradições e diversidades, tanto na própria cidade quanto na sua história. Essa visão crítica trazida por autores como Thiago Perpétuo não invalida o que propunha a preservação dinâmica como um modelo de preservação. Em contraste com o instituto jurídico do tombamento, entende-se que o GT pretendia materializar suas ideias mediante leis de salvaguarda que seriam amparadas nas diretrizes propostas a partir da caracterização previamente apresentada.

No momento da transposição desse pensamento baseado na dinâmica da cidade, algo que veio se construindo ao longo de quase uma década, vê-se como o encaminhamento da preservação de Brasília presenciou uma mudança de rumos. O último capítulo se dedicou a abordar as tensões envolvendo o reconhecimento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade perante a UNESCO. Observou-se que o GT-Brasília vinha trabalhando praticamente sem maiores interferências externas, no sentido de alterar as direções de suas pesquisas, até o momento em que o governador José Aparecido entrou em cena com a proposta de candidatura da capital e delegou ao GT o trabalho de encaminhar a documentação necessária para o reconhecimento.

Nesse último capítulo, no qual aparecem diferentes atores e agentes que fizeram parte desse percurso final de consagração de Brasília, tratou-se de retomar a visão do Grupo de Trabalho na tentativa de observar uma vertente não tão explorada pela bibliografia sobre Brasília. Apesar dessa parte da história contar com a escolha da legislação proposta pelo grupo de Lucio Costa e Italo Campofiorito em detrimento do anteprojeto de lei do GT, o que se quis ressaltar foi um trabalho extenso e completo realizado com o Dossiê Brasília e o Anteprojeto de Lei. A percepção de sua

completude está associada à coerência de uma linha de argumentação que se iniciou em 1981 e foi se transformando até o seu fim, em 1988, mas manteve um pensamento comum de estudar e propor medidas de preservação para Brasília.

Essa costura entre as diferentes etapas de trabalho do GT-Brasília, que se tentou realizar ao longo desta dissertação, permite colocá-lo não como uma pesquisa unidirecional, mas autorreferente, no sentido de retomar constantemente suas próprias pesquisas para dar suporte às etapas subsequentes de trabalho. Várias frentes de pesquisa ocorriam ao mesmo tempo e, como buscou-se demonstrar através da documentação encontrada, ocorriam discussões paralelas com relação às preexistências e ao Plano Piloto. Como resultado disso, percebeu-se que existiam interesses individuais nas pesquisas, mas não havia uma personalização, algo comprovado em documentos que não possuíam identificação, porém, seria possível afirmar com alguma certeza sua origem.

O trabalho do GT-Brasília pode ser visto como bem situado nas discussões de seu tempo, a década de 1980. Mesmo assim, referências a sua trajetória podem ser encontradas atualmente, não apenas como uma retomada ao processo de patrimonialização de Brasília, mas como uma possibilidade de discussão da cidade de hoje. Cita-se o exemplo da Portaria nº 166, de 2016, que retoma uma ideia de gradação da preservação já anteriormente discutida pelo GT. Também o lançamento da publicação do IPHAN, do mesmo ano, que traz o *Relatório Síntese de 1985* e reverencia alguns de seus membros ao entrevistá-los.

Esta dissertação buscou posicionar o Grupo de Trabalho como um dos protagonistas, não apenas do reconhecimento de Brasília como patrimônio, mas também da construção de significados e conceitos patrimoniais atrelados à sua preservação. Dessa percepção, envidaram-se esforços para retomar a ótica do GT-Brasília sobre as mais diversas temáticas, colocando-o em primeiro plano, porém, sem perder de vista acontecimentos paralelos que diziam respeito à cidade, ao campo da preservação e também situações políticas e econômicas. Por isso, não houve dedicação à escrita de capítulos específicos sobre a arquitetura moderna ou à concepção de Brasília, mas antes se optou que estes assuntos e outros caros ao debate permeassem toda a dissertação, acompanhando as discussões onde fosse necessário. Essa proposta também foi seguida para o diálogo com os autores que amparam as análises. Tentou-se destacá-los em paralelo com a documentação primária que se tornou a principal fonte de pesquisas.

Dessa forma, pode-se concluir que o GT-Brasília não só fez parte da trajetória de patrimonialização da capital como também atuou nela como protagonista.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Aglomerado urbano de Brasília. Fonte: PAVIANI, Aldo. A metrópole em crise: ensaios sobre urbanização . Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2. ed., 2010. p. 84 (com alterações da autora).	25
Figura 2	Delimitação da área de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília segundo o Decreto nº 10.829, de 1987. Fonte: Diário Oficial do DF, de 23 de outubro de 1987 , p. 39. Disponível em: < http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/edc873c6-9d83-3e8c-8f36-611c5aeb0121/1507eba5.pdf > Acesso em: 2 jun. 2018.	27
Figura 3	Demonstrativo da Questão 1 – Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília. Fonte: da autora, com base nos documentos Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc. 1985, Mimeo, e GT-BRASÍLIA. Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985 . Arquivo Público do Distrito Federal.	71
Figura 4	Demonstrativo da Questão 2 – Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília. Fonte: da autora, com base nos documentos Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc. 1985, Mimeo, e GT-BRASÍLIA. Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985 . Arquivo Público do Distrito Federal.	72
Figura 5	Demonstrativo da Questão 3 – Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília. Fonte: da autora, com base nos documentos Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc. 1985, Mimeo, e GT-BRASÍLIA. Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985 . Arquivo Público do Distrito Federal.	74
Figura 6	Demonstrativo da Questão 4 – Pesquisa de imagem com o Plano Piloto de Brasília. Fonte: da autora, com base nos documentos Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc. 1985, Mimeo, e GT-BRASÍLIA. Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985 . Arquivo Público do Distrito Federal.	75
Figura 7	Demonstrativo da Questão 5 – Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília. Fonte: da autora, com base nos documentos Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc. 1985, Mimeo, e GT-BRASÍLIA. Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985 . Arquivo Público do Distrito Federal.	77
Figura 8	Demonstrativo da Questão 6 – Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília. Fonte: da autora, com base nos documentos Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal, UnB/GDF/Minc. 1985, Mimeo, e GT-BRASÍLIA. Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985 . Arquivo Público do Distrito Federal.	79
Figura 9	Demonstrativo da Questão 7 – Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília. Fonte: da autora, com base nos documentos Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal. UnB/GDF/Minc. 1985, Mimeo, e GT-BRASÍLIA. Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985 . Arquivo Público do Distrito Federal.	80
Figura 10	Abairramento do Plano Piloto de Brasília. Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 120.	82
Figura 11	Mapa das paisagens existentes. Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 142.	89
Figura 12	Paisagem da depressão do Paranoá com vista da cidade de Brasília. Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 146.	90
Figura 13	Paisagem de chapada.	90

	Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 147.	
Figuras 14 e 15	Paisagem do vale do Rio São Bartolomeu e Paisagem do vale do Rio Maranhão. Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 148 e 150, respectivamente.	91
Figuras 16 e 17	Paisagem do vale do Rio Preto. Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 149.	91
Figura 18	Mapa das áreas de preservação existentes e propostas. Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 156.	95
Figura 19	Localização das principais antigas sedes de fazendas. Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 131 (com alterações da autora baseadas no documento Anexo IV do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Distrito Federal. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB).	104
Figura 20	Antiga sede de fazenda: Capão dos Porcos. IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 130.	105
Figura 21	Elemento de produção rural: moenda. IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 130.	106
Figura 22	Patrimônio Vernáculo Urbano de Planaltina. Fonte: Anexo III do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Distrito Federal. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB (com alterações da autora).	112
Figura 23	Patrimônio Vernáculo Urbano de Brazlândia. Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 133 (com alterações da autora).	112
Figura 24	Mapa atual de Planaltina com demarcação do perímetro elaborado pelo GT-Brasília. Fonte: Google Earth (com alterações da autora).	115
Figura 25	Níveis de preservação propostos pelo GT-Brasília para Planaltina. Fonte: da autora, com base no documento GT-Brasília. Síntese dos trabalhos até novembro de 1983 . Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 3.	118
Figuras 26 e 27	Igreja São Sebastião e Museu de Planaltina na Praça Salviano Monteiro, respectivamente. Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 134 e 135, respectivamente.	120
Figura 28	Mapa atual de Brazlândia com demarcação do perímetro elaborado pelo GT-Brasília. Fonte: Google Earth (com alterações da autora).	122
Figura 29	Antiga Rua 1 de Brazlândia. Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 133.	122
Figura 30	Níveis de preservação propostos pelo GT-Brasília para Brazlândia. Fonte: da autora, com base no documento GT-Brasília. Síntese dos trabalhos até novembro de 1983 . Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 3.	123
Figura 31	Mapa com a localização dos principais acampamentos de obras pesquisados pelo GT-Brasília.	130

	Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 131 (com alterações da autora baseadas no documento UNESCO. Liste du patrimoine mondial – Formulaire de proposition d’inscription. Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Arq. Superintendência do IPHAN no RJ).	
Figuras 32 e 33	Mapas com o acampamento da Vila Metropolitana e o acampamento da Vila Planalto, respectivamente. Fonte: IPHAN. Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal . Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro. Elaboração do texto: José Mauro de Barros Gabriel. Brasília/DF, 2016. p. 36 e 28, respectivamente.	134
Figura 34	Acampamento da Vila Planalto. Fonte: IPHAN. Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal . Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro. Elaboração do texto: José Mauro de Barros Gabriel. Brasília/DF, 2016. p. 29.	136
Figura 35	Antiga Cidade Livre (Núcleo Bandeirante). Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 139.	137
Figura 36	Ruínas da Escola Júlia Kubitscheck. Fonte: UNESCO. Liste du patrimoine mondial – Formulaire de proposition d’inscription . Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Arq. Superintendência do IPHAN no RJ.	138
Figura 37	Antigo HJKO – Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira. Fonte: GT-BRASÍLIA. Acampamentos pioneiros. Brasília – julho de 1985 . Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. (s/p).	142
Figura 38	Limites das áreas de preservação. Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 66.	157
Figura 39	Mapa do Conjunto Urbanístico de Brasília com delimitação das Macroáreas de Proteção A e B e respectivas Zonas de Preservação. Fonte: Anexo 3 do documento BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016 . Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_166_de_11_de_maio_de_2016.pdf > Acesso em: 26 set. 2017.	158
Figura 40	Relevo plano na área central do Plano Piloto. Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 71.	160
Figura 41	Corredor visual livre até o Lago Paranoá. Fonte: GT-BRASÍLIA. Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985 . Arquivo Público do Distrito Federal. (s/p).	161
Figura 42	Visão panorâmica – conexão Sobradinho/Planaltina. Fonte: GT-BRASÍLIA. Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985 . Arquivo Público do Distrito Federal (s/p).	162
Figura 43	Hipótese de correção do desenho urbano: efeito de barreira e hipótese de correção de desenho urbano: malha urbana, respectivamente. Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 77.	164
Figura 44	Silhueta da área central do Plano Piloto. Fonte: GT-BRASÍLIA. Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985 . Arquivo Público do Distrito Federal. (s/p).	165
Figura 45	Tipologias apresentadas pelo GT-Brasília. Fonte: GT-BRASÍLIA. Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985 . Arquivo Público do Distrito Federal. (s/p).	168
Figura 46	Estrutura interna do espaço – relação entre os planos horizontais e verticais. GT-BRASÍLIA. Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985 . Arquivo Público do Distrito Federal. (s/p).	170

Figura 47	Identificação da situação geográfica do Distrito Federal. Fonte: IPHAN. Conjunto representativo do patrimônio histórico, cultural, natural e urbano - Dossiê ao Comitê do Patrimônio Mundial . UNESCO. Partes 1 e 2. Arq. Superintendência do IPHAN no RJ, folha 0021 (com alterações da autora).	185
Figura 48	Níveis de proteção para Brasília. Fonte: IPHAN. GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal . Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 69.	186
Figura 49	Níveis de preservação para a Zona de Proteção do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural de Brasília. Fonte: IPHAN. Conjunto representativo do patrimônio histórico, cultural, natural e urbano - Dossiê ao Comitê do Patrimônio Mundial . UNESCO. Partes 1 e 2. Arq. Superintendência do IPHAN no RJ, folha 0022 (com alterações da autora).	213
Figura 50	Delimitação dos acampamentos pioneiros. Fonte: Anexo XI da Exposição de motivos do Anteprojeto de Lei de preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília. In: PERALVA, Osvaldo. Brasília: patrimônio da humanidade (um relatório) . Brasília: Ministério da Cultura, 1988. p. 175-244. p. 234-238.	217

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Informações das 12 fazendas estudadas pelo GT-Brasília. Fonte: da autora, com base no documento GT-Brasília. Síntese dos trabalhos até novembro de 1983 . Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 9.	107
Tabela 2	Identificação das propostas para as 12 fazendas estudadas pelo GT-Brasília. Fonte: da autora, com base no documento GT-Brasília. Síntese dos trabalhos até novembro de 1983 . Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 10.	109
Tabela 3	Critérios de preservação para Planaltina. Fonte: da autora, com base no documento GT-Brasília. Síntese dos trabalhos até novembro de 1983 . Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 4.	118
Tabela 4	Critérios de preservação para Brazlândia. Fonte: da autora, com base no documento GT-Brasília. Síntese dos trabalhos até novembro de 1983 . Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 4.	124
Tabela 5	Diretrizes de preservação para a Vila Metropolitana, HJKO e Vila Planalto. Fonte: da autora, com base no documento GT-Brasília. Síntese dos trabalhos até novembro de 1983 . Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01. p. 7.	141
Tabela 6	Demonstrativo do formulário de inscrição de bens na UNESCO. Fonte: da autora com base no documento UNESCO. Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição . Convenção referente à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20BRASILIA_pt.pdf > Acesso em: 24 jun. 2018.	184
Tabela 7	Comparativo entre o Dossiê Brasília nas versões em francês e português. Fonte: da autora, com base nos documentos UNESCO. Liste du patrimoine mondial – Formulaire de proposition d’inscription . Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Arq. Superintendência do IPHAN no RJ e IPHAN. Conjunto representativo do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano – Dossiê ao Comitê do Patrimônio Mundial . UNESCO. Partes 1 e 2. Arq. Superintendência do IPHAN no RJ.	195

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Linha do tempo com a trajetória de Aloísio Magalhães. Fonte: da autora.	36
Gráfico 2	Linha do tempo com as nomenclaturas do IPHAN. Fonte: da autora.	37
Gráfico 3	Linha do tempo com a trajetória do GT-Brasília. Fonte: da autora.	56

LISTA DE SIGLAS

AAM – Área de Amortecimento

AIEsp – Área de Interesse Especial de Preservação

AIP – Área de Interesse de Preservação

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

CDS – Centro de Desenvolvimento Social

CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

COAMA – Coordenação de Assuntos do Meio Ambiente

CODEPLAN – Coordenação do Desenvolvimento do Planalto

DAE – Departamento de Águas e Esgotos

DePHA – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal

DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DVO – Departamento de Viação e Obras da Novacap

EBN – Empresa Brasileira de Notícias

FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória

FSS – Fundação do Serviço Social

GDF – Governo do Distrito Federal

GT-Brasília – Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília

HJKO – Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

IBRAM – Instituto Brasília Ambiental

ICA-FAU – Instituto Central de Artes e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital

PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial

PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília

RA – Região Administrativa do Distrito Federal

RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

SCIA – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento

SEC – Secretaria de Educação e Cultura

SECULT – Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

SEMARH/DF – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal

SEMATEC – Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia

SIA – Setor de Indústria e Abastecimento

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SVO – Secretaria de Viação e Obras

TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

REFERÊNCIAS

BARBO, L. C. **Preexistências de Brasília: reconstruir o território para construir a memória.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

BICCA, B.; KOHLSDORF, M. E. A memória de Brasília. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal.** Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 55-57.

_____. Pesquisa de imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do DF. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal.** Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 112-121.

BICCA, B. Mesa-redonda GT-Brasília. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal.** Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 17-51.

BRITO, J. D. **De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

CARPINTERO, A. C. C. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998.** Tese (D)-USP/Faculdade de Arquitetura. São Paulo, 1998.

CASTRIOTA, L. B. **Paisagem cultural e patrimônio: desafios e perspectivas.** Anais do 1º Colóquio Iberoamericano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Coordenação editorial: Leonardo Barci Castriota, Mônica de Medeiros Mongelli. Brasília/DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COELHO, C. M. **Utopias urbanas: o caso de Brasília e Vila Planalto.** Revista Cronos, v. 9, n. 1, 29 abr. 2012.

COSTA, L. Brasília Revisitada. 1985-1987. Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. In: LEITÃO, Francisco et al. **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro.** Org.: Francisco Leitão. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009. p. 69-78.

_____. Relatório do Plano Piloto de Brasília. 1957. In: LEITÃO, Francisco et al. **Brasília 1960-2010: passado presente e futuro.** Org.: Francisco Leitão. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009. p. 35-44.

_____. **Lucio Costa: registro de uma vivência.** São Paulo, SP: Empresa das Artes, 1995.

COSTA, M. E.; LIMA, A. V. Brasília 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto. In: LEITÃO, Francisco et al. **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Org.: Francisco Leitão. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009. p. 45-68.

FALCÃO, J. A política cultural de Aloísio Magalhães. In: MAGALHÃES, A. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 17-29.

FICHER, S.; SCHLEE, A. R.; FRANCISCONI, J. G. Brasília, causos e casuísmos patrimoniais. In: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (org.). **Revisitando o instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 357-374.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 4. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2017.

GNECCO, G. S. Brasília, ontem e hoje. In: KATINSKY, J.; XAVIER, A. (org.). **Brasília – antologia crítica**. São Paulo: Cosac Naif, 2012. p. 294-298.

GT-BRASÍLIA. Caracterização preliminar de Brasília – Plano Piloto. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 65-111.

_____. Exposição de motivos do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Natural e Urbano de Brasília. In: PERALVA, O. **Brasília: patrimônio da humanidade (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. p. 175-244.

ICOMOS. **Carta de Burra**. Burra: ICOMOS, 1980. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>> Acesso em: 11 set. 2018.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta de Veneza 1964.pdf>> Acesso em: 8 jul. 2018.

_____. Lista do Patrimônio Nacional nº 445. In: PERALVA, O. **Brasília: patrimônio da humanidade (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. p. 106-110.

_____. **Norma de Quito**. Quito: ICOMOS, 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>> Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. **Recomendação de Nairobi**. Nairobi: ICOMOS, 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). **Inventário do Setor Tradicional de Planaltina**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2013.

IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016.

_____. **Linha do Tempo – IPHAN 80 Anos.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211/>> Acesso em: 12 mai. 2018.

_____. **Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro. Elaboração do texto: José Mauro de Barros Gabriel. Brasília/DF, 2016.

JUCÁ, J. M. Realidades e potencialidades das paisagens de Brasília dos mitos fundadores esquecidos à invenção de um patrimônio mundial. In: LEITÃO, F. et al. **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro.** Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEDUMA, 2009. p. 239-254.

KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

_____. A preservação dos espaços urbanos: marco teórico para Brasília. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal.** IPHAN. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 58-63.

_____. **Configuração urbana.** Brasília, 1975.

_____. **Manual de técnicas de apreensão do espaço urbano.** Brasília: Universidade de Brasília, 1980.

_____. **Patrimônio cultural e preservação da identidade dos lugares.** Arquitetura Revista, v. 1, n. 2, julho-diciembre, 2005. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo, Brasil.

LEAL, C. F. B. **As missões da Unesco no Brasil: Paul Coreman.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

MACDONALD, S. **Materiality, monumentality and modernism: continuing challenges in conserving twentieth-century places.** Disponível em: <http://www.aicomos.com/wp-content/uploads/2009_UnlovedModern_Macdonald_Susan_Materiality_Paper.pdf> Acesso em: 25 jul. 2018.

MAGALHÃES, A. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINES, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 121-192.

MEDEIROS, A. E.; FERREIRA, O. L. Brasília and the Orla Project (from 1992 to 2017) an insight from the point of view of the cultural landscape and the cultural tourism: The Concha Acústica Cultural Pole. In: **HERITAGE 2018 – 6th International Conference on Heritage and Sustainable Development.** Londres, 2018.

MEDEIROS, A. E. A. **Materialidade e imaterialidade criadoras: o global, o nacional e o local na construção social do patrimônio cultural – o bairro do Recife como caso.** Tese de doutorado. Brasília: Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília – SOL/UnB, 2002.

MEDEIROS, A. E. Educação Patrimonial, Ambiental e Cultural. In: **Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico**. Eixo 2. Brasília: IDA/UnB, 2018. p. 3-24.

MENESES, U. B. **A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 1992. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/rieb/article/download/70497/73267>> Acesso em: 21 nov. 2018.

MOTTA, L. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

NAPOLITANO, M. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.

OLIVEIRA, M. **Brasília: O mito na trajetória da nação**. Paralelo 15, 2005.

PACHECO, M. E. O. **Os limites da gentrificação na Vila Planalto**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

PAVIANI, A. (org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

PAVIANI, A. **A metrópole em crise: ensaios sobre urbanização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2. ed., 2010.

PERALVA, O. **Brasília: patrimônio da humanidade (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988.

PERPÉTUO, T. P. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

_____. Revisitando o processo de tombamento de Brasília: uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido. In: IPHAN. **Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília**/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. Org.: Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Perpétuo. Textos: Ana Elisabete Medeiros et al. Brasília/DF, 2016. p. 52-75.

PESSÔA, J. **Brasília e o tombamento de uma ideia**. In: 5 Seminário DOCOMOMO/Brasil – Arquitetura e Urbanismo Modernos: projeto e preservação. São Carlos/SP, 2003. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/.../brasilia/.../José%20Simes%20B%20PESSOA%20-%20Brasilia>> Acesso em: 4 jun. 2018.

RAMOS, K. F. **A preservação de Brasília: reflexos da formação do conceito de patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

REIS, C. M. **Brasília: espaço, patrimônio e gestão urbana**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

RIBEIRO, S. B. **Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2005.

RODRIGUES, P. S. **O paradigma da reconstituição – prática do restauro no século XIX.** Revista Memória em Rede: revista do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (Online). Pelotas. v. 2, n. 3, ago.-nov. 2010. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede>> Acesso em: 21 dez. 2017.

SABOIA, L.; MEDEIROS, A. E. A. **Brasília, discurso ou narrativa? Questões sobre preservação e identidade cultural.** In: 9 Seminário Docomomo Brasil – interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente, 2011, Brasília. 9 Seminário Docomomo Brasil – interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente, 2011. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/158_M05_RA-BrasiliaDiscursoNarrativa-ART_luciana_saboia.pdf> Acesso em: 3 jul. 2018.

SALVIATI, E. J. Um estudo para a preservação da Paisagem Natural do Distrito Federal. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal.** Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 143-162.

SAMPAIO, A. **Centros históricos de Bolonha e do Porto: lições de reabilitação urbana para o debate contemporâneo.** Revista CPC, n. 23, p. 40-64, 9 ago. 2017.

SANT'ANNA, M. G. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990.** Salvador: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

I SEMINÁRIO DE ESTUDOS DOS PROBLEMAS URBANOS DE BRASÍLIA. Brasília, DF. Brasília: Senado Federal, 1974.

SMITH, B. M.; ELEFANTE, C. **Sustainable Design in Historic Buildings: Foundations and the Future.** In: APT Bulletin, v. 40, n. 3/4, 2009, p. 19-26. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25433946>> Acesso em: 12 set. 2018.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas.** Atenas: Sociedade das Nações, 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2018.

STOVEL, H. **Origins and Influence of the Nara Document in Authenticity.** In: APT Bulletin, v. 39, n. 2/3, 2008, p. 9-17. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25433946>> Acesso em: 15 set. 2018.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. **Lista do Patrimônio Mundial – Formulário de proposta de inscrição.** Convenção referente à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie%20BRASILIA_pt.pdf> Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.** Paris: World Heritage Centre, 1999.

VESENTINI, J. W. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

VIANNA, M. Conjuntos representativos da época da construção de Brasília. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 136-141.

_____. Mesa-redonda GT-Brasília. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016.

_____. O vernáculo da Região Centro-Oeste. In: IPHAN. **GT-Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal**. Superintendência do IPHAN do Distrito Federal. Org.: Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro e Thiago Pereira Perpétuo. Texto: Briane Bicca et al. Brasília/DF, 2016. p. 129-135.

VIDAL, L.; DRAVET, F. M. **De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

ZARUR, S. B. B. C. **A sobrevivência da Vila Planalto: de acampamento pioneiro a bairro histórico de Brasília**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

FONTES PRIMÁRIAS

Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Distrito Federal. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

Boletim SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) nº 17, 1982.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. Arquivo Central do IPHAN. **Processo de tombamento nº 1305-T-90: Conjunto Urbanístico (Plano Piloto)**, Brasília/Distrito Federal. Rio de Janeiro, 1990.

Carta de Briane Bicca para Lucio Costa em 25 de abril de 1986. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 02.

Carta sem número assinada por Briane Bicca para o governador José Aparecido de Oliveira. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

Carta sem número assinada por Italo Campofiorito para o governador José Aparecido de Oliveira. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

Documento sem número assinado por Lucio Costa para o governador José Aparecido de Oliveira em 4 de outubro de 1987. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

GT-BRASÍLIA. **Acampamentos pioneiros. Brasília – julho de 1985.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Andamento dos trabalhos em março/abril de 1985.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 02.

GT-BRASÍLIA. **Anteprojeto de Legislação para Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano de Brasília.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Caracterização do acervo de bens imóveis e proposta para a sua preservação.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Documento de Orientação à 1ª Reunião do Grupo de Trabalho, 1981.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Documento para discussão nº 1 – a preservação do Plano Piloto.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Documento para discussão nº 2 – plano de etapas da atividade de caracterização do Plano Piloto.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Exposição de motivos do anteprojeto de lei de preservação do patrimônio histórico, natural e urbano de Brasília.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

GT-BRASÍLIA. **Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília. VI reunião, de 22 de junho de 1981.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília (1985).** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Grupo de Trabalho Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília: 1ª Reunião, 1981.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 02.

GT-BRASÍLIA. **Início do trabalho conjunto GT- Brasília/FSS (Fundação do Serviço Social) e a proposta para a Vila Planalto, 1986.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 02.

GT-BRASÍLIA. **Preservação de áreas e edificações de interesse histórico no Distrito Federal, excetuando o Plano Piloto. 1982.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Programa de Trabalho/1983 – Relatório Sintético da Execução das Ações.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Programa de Trabalho/1984 – Relatório Sintético da Execução das Ações.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Relatório de Atividades – Período: janeiro/maio de 1987.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

GT-BRASÍLIA. **Relatório de Atividades do GT-Brasília no 1º período de 1983.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Relatório de reunião em 03/06/82.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Relatório de reunião em 09/09/82.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Relatório de reunião em 15/12/83.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Relatório de reunião em 20/09/82.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Relatório de reunião em 30/09/82.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Brasília – 1981-1988.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 03.

GT-BRASÍLIA. **Relatório Preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – dezembro de 1981.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Relatório Preliminar – 1ª etapa dos trabalhos – maio/1982.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Reunião em 20.08.82.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Síntese dos Trabalhos até 02/1985.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 02.

GT-BRASÍLIA. **Síntese dos Trabalhos até julho de 1982.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Síntese dos Trabalhos até novembro de 1983.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Síntese dos trabalhos do período de novembro de 1983 a fevereiro de 1985.** Arquivo Público do Distrito Federal.

GT-BRASÍLIA. **Síntese dos Trabalhos, até 07/1982.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Súmula da Reunião de 11/05/82.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

GT-BRASÍLIA. **Súmula da Reunião de 22/04/82.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Nota sobre o documento “Brasília Revisitada – complementação, preservação, adensamento e expansão urbana”.** Instituto de

Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

IPHAN. **Conjunto representativo do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano – Dossier ao Comitê do Patrimônio Mundial.** UNESCO. Partes 1 e 2. Arq. Superintendência do IPHAN no RJ.

KOOSAH, M. **Proposta para uma documentação (historiográfica) dos assentamentos humanos construídos precários e/ou deteriorados do DF.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

MACHADO, P. A. L. **Breve Análise do Anteprojeto de Legislação para a Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano do Distrito Federal.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 02.

MACHADO, P. A. L.; MUKAI, T. **Diretrizes para a Área de Preservação de Interesse Especial de Brasília: Aspectos jurídico-institucionais.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

Nota sobre o “Dossier Brasília em 15 de abril de 1987”. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

O.I. nº 001/81 – GT/Patrimônio Cultural do Distrito Federal, de 9 de abril de 1981. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

O.I. nº 169/87 – GAB/PGR, de 14 de agosto de 1987. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

OE. s/nº, de 1987. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 03.

OF. CC/SPHAN/FNPM nº 1095A, de 20 de dezembro de 1988. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 03.

OF. GT-BSB nº 016/87, de 19 de novembro de 1987. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

OF. nº 28/80. Da diretora da 7ª Diretoria Regional do SPHAN ao arquiteto Oscar Niemeyer, em 14 de fevereiro de 1980. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

OF. s/nº, de 31 de agosto de 1987. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

Processo de Tombamento: 150.001.907/2005. Inscrição no Livro de Tombo: GDF: Livro III – Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos – DePHA, GDF, folha 003. Inscrição nº 004, em 30/03/06. Decreto de Tombamento nº 26.660, de 21/03/06.

Protocolo de Cooperação Mútua que entre si celebram o Distrito Federal, o Ministério da Cultura e a Universidade de Brasília, com o intuito de promover a sua participação conjunta na preservação do patrimônio histórico, cultural e natural do Distrito Federal em 12 de dezembro de 1985. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 02.

Relatório da 12ª Reunião da Comissão Técnica para a Elaboração do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal. Arquivo da Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

Relatório Síntese do Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Distrito Federal, UnB/GDF/Minc, 1985, Mimeo.

Representantes da Comissão Técnica para Elaboração do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal. Arquivo da Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

Telex nº 310/DCINT, de 2 de julho de 1987. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

TELLES, A. C. **Nota sobre o “Dossier Brasília” apresentado ao Comitê do Patrimônio Mundial – UNESCO.** Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Processo de Tombamento do CUB.

UNESCO. **Liste du patrimoine mondial – Formulaire de proposition d’inscription.** Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Arq. Superintendência do IPHAN no RJ.

LEGISLAÇÃO

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 11.210, de 18 de agosto de 1988.** Cria a Comissão Técnica para a elaboração do Anteprojeto de Lei de Preservação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Norma/16532/Decreto_11210_18_08_1988.html> Acesso em: 13 out. 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987.** Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. Suplemento. Disponível em: <http://www.brasiliapatrimonioidahumanidade.df.gov.br/legislacao/DISTRITAL/2_DECRETO_10.829-87/Dec_10829-87_Preservacao_da_concepcao_urbanistica_de_Brasilia.pdf> Acesso em: 5 jun. 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 11.079, de 21 de abril de 1988.** Dispõe sobre o tombamento do conjunto da Vila Planalto e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.tc.df.gov.br/SINJ/Diario/fe824e14-4bb0-311a-8dae.../f8301c08.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 19.040, de 18 de fevereiro de 1998.** Proíbe a utilização da expressão “satélite” para designar as cidades situadas no território do Distrito Federal, nos documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do GDF. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Norma/33283/Decreto_19040_18_02_1998.html> Acesso em: 1 dez. 2017.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 5.819, de 24 de fevereiro de 1981.** Cria o grupo de trabalho para estudar, propor e adotar medidas que visem à preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/SINJ/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=7800> Acesso em: 1 dez. 2017.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 6.939, de 19 de agosto de 1982.** Dispõe sobre o tombamento provisório do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, Distrito Federal e respectivo mobiliário histórico. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/Norma/9150/Decreto_6939_19_08_1982.html> Acesso em: 8 set. 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 6.940, de 19 de agosto de 1982.** Dispõe sobre o tombamento provisório da igreja de São Sebastião – Planaltina, Distrito Federal. Disponível em: <http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=9151> Acesso em: 8 set. 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 6.154, de 13 de agosto de 1981.** Delega poderes adicionais ao Grupo de Trabalho instituído conforme Decreto nº 5.819, de fevereiro de 1981. Disponível em: <<http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Diario/3db0518a-1706-3b29-a643-a0b1f680eac2/a9f1a8c1.pdf>> Acesso em: 1 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em: 8 set. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. **Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_314_de_8_de_outubro_de_1992.pdf> Acesso em: 26 mai./set. 2017.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 166, de 11 de maio de 2016.** Estabelece a complementação e o detalhamento da Portaria nº 314/1992 e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_166_de_11_de_maio_de_2016.pdf> Acesso em: 26 mai./set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960.** Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3751.htm> Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964.** Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4545.htm> Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. Ministério de Estado da Cultura. **Portaria nº 55, de 6 de junho de 2017.** Homologa o tombamento do Conjunto de Obras de Oscar Niemeyer. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10937/1494900/Portaria+nº%20055+-+06-06-2017/99c60be3-85b4-4630-b036-fe991d900116>> Acesso em: 8 nov. 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Lei complementar nº 803, de 25 de abril de 2009.** Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.segeth.df.gov.br/plano-diretor-de-ordenamento-territorial/>> Acesso em: 22 nov. 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 40, de 13 de setembro de 1989.** Cria a Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: <https://www.tc.df.gov.br/SINJ/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=17898/> Acesso em: 2 set. 2018.

DISTRITO FEDERAL. **Lei nº 41, de 13 de setembro de 1989.** Dispõe sobre a Política Ambiental do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/SINJ/DetalhesDeNorma.aspx?id_Norma=17899> Acesso em: 2 set. 2018.

FRANCE. **Loi nº 92 du 25 février 1943 portant modification de la loi du 31 décembre 1913 sur le monuments historiques.** Disponível em: <<http://f-origin.hypotheses.org/wp-content/blogs.dir/1867/files/2015/03/JO-1295.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2018.

REPORTAGENS

BICCA, B. Brasília, um futuro a preservar. In: Correio da UNESCO – **A arte na América Latina.** Setembro/1984. Ano 12. nº 9. Brasil. Arq. Superintendência do IPHAN no DF_Série Patrimonialização. Cx. 01.

CORREIO BRAZILIENSE. **Arquitetos reprovam normas de preservação.** Brasília, 8 de novembro de 1987. p. 7.

CORREIO BRAZILIENSE. **Brasília 2º Feldman: O designer norte-americano visto por Aluísio [sic] Magalhães.** Brasília, terça-feira, 20 de maio de 1980.

CORREIO BRAZILIENSE. **Tombamento de Brasília divide especialistas.** Brasília, 29 de novembro de 1987. p. 3.

EBN. **Cultura/Tombamento do Plano Piloto.** Reportagem de Angélica Lima. Brasília, 14 de maio de 1985.

JORNAL DO BRASIL. **Unesco torna Brasília novo Patrimônio da Humanidade.** Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1987. p. 3.

ENTREVISTAS

BARBOSA, Y. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva em 18 de julho de 2017.

BICCA, B. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 22 de agosto de 2017.

CAVALCANTE, S. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 29 de janeiro de 2018.

COUTINHO, J. C. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 8 de maio de 2017.

KOHLSDORF, M. E. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 30 de agosto de 2016.

MELLO, W. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 8 de novembro de 2017.

SALVIATI, E. J. Entrevista concedida por e-mail a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 16 de outubro de 2017.

VIANNA, M. Entrevista concedida a Jéssica Gomes da Silva. Brasília, 17 de julho de 2017.

